

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PAULO CHRISTIAN MARTINS MARQUES DA CRUZ

GUERRA, HISTÓRIA E PODER:

**AS NARRATIVAS SOBRE A BATALHA DE HASTINGS COMO ESTRATÉGIA
DE LEGITIMAÇÃO DA DINASTIA NORMANDA DOS REIS INGLÊSES**

(1066-1135)

**GUARULHOS
2019**

PAULO CHRISTIAN MARTINS MARQUES DA CRUZ

GUERRA, HISTÓRIA E PODER:

**AS NARRATIVAS SOBRE A BATALHA DE HASTINGS COMO ESTRATÉGIA
DE LEGITIMAÇÃO DA DINASTIA NORMANDA DOS REIS INGLÊSES**

(1066-1135)

Dissertação de mestrado apresentada à Banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Historiografia
Linha de pesquisa: Poder, Cultura e Saberes

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Fernandes

**GUARULHOS
2019**

Paulo Christian Martins Marques da Cruz

Dissertação de mestrado apresentada à Banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Historiografia
Linha de pesquisa: Poder, Cultura e Saberes

Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Fabiano Fernandes
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Lukas Gabriel Grzybowski
Universidade Estadual de Londrina

Dedico este trababalho aos meus pais,
Helena e Paulo.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou a realização dessa pesquisa por meio de concessão de bolsa.

Ao Prof. Fabiano Fernandes, meu orientador, pela confiança e por ter possibilitado rico aprendizado durante o processo de pesquisa, o que incluíram estudos conjuntos sobre a documentação, assim como incentivos para a pesquisa em campo na Europa.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, que por meio de sua área de concentração e corpo docente, procuraram incentivar essa pesquisa em História Medieval com comentários e sugestões. Destaco a colaboração do Prof. Denilson Botelho, que de maneira fraterna, apontou possibilidades entre a História e a Literatura.

Aos meus queridos amigos Henrique, Júlio Alberto e Paulo Victor, que mesmo diante das dificuldades impostas pela vida, e distantes de mim, mantiveram apoio constante na realização de minha pesquisa.

Aos meus familiares, irmãos Cássio e Stéfano, cuja (re)aproximação em período recente, possibilitaram a inserção de ânimo novo para realização desta pesquisa, assim como de empreitadas paralelas que possibilitaram a esta. Finalmente, gostaria de agradecer aos meus pais, que com extrema paciência, procuraram incentivar e compreender os naturais distanciamento relacionados a confecção deste trabalho.

“Letras são sinais de coisas, símbolos de palavras, cujo poder é tão grande que, sem voz, nos falam as palavras do ausente; porque introduzem palavras pelo olho, não pelo ouvido”.

Isidoro, bispo de Sevilha (c. 560 – 636)
*In: An Encyclopedist of the Dark Ages:
Isidore of Seville*, p.96.

RESUMO

Este estudo pretende analisar a construção e manutenção da legitimidade da dinastia normanda dos reis ingleses (1066-1135), por meio de quatro importantes narrativas sobre a Batalha de Hastings, ocorrida em 14 de Outubro de 1066. A saber: a *Gesta Normannorum Ducum* (c. 1071), de Guilherme de Jumièges, a *Gesta Willelmi* (c. 1077), de Guilherme de Poitiers, a *Gesta Regum Anglorum* (c. 1125), de Guilherme de Malmesbury e a *Historia Anglorum* (c. 1135-1139), de Henrique de Huntingdon. Acreditamos que tais autores optaram por certas estratégias legitimatórias no interior dessa narrativa, cujas especificidades e recorrências, estariam alinhadas a tradições retóricas ligadas ao Ducado da Normandia e a um período pré-Conquista, no caso da Inglaterra. Ainda, a opção por certas estratégias, como as relacionadas ao chamado mito normando, dependeriam de conjunturas políticas mais amplas, cujas reverberações na corte normanda poderiam influenciar essas escritas da História. Enquanto suporte para nosso argumento, analisaremos o processo de constituição das tradições retóricas em ambos os territórios, o que em muito, acompanharia o próprio processo histórico de introdução e desenvolvimento de instituições monásticas, sobretudo abadias. Tais instituições, assim como as funções religiosas exercidas pelos autores desses textos, gozariam do patronato desse poder normando. Sobre essa relação, privilegiaremos a análise de cartas ducais e régias, que poderiam melhor evidenciar como essas práticas se desenvolveram. Finalmente, essa aproximação entre o poder régio e esses autores, nos permitiriam compreender não apenas a existência desses textos, mas uma intercirculação dos mesmos no universo anglo-normando, formando assim um corpus narrativo legitimatório.

Palavras-chave: Batalha de Hastings; dinastia normanda dos reis ingleses; legitimação do poder; historiografia medieval; mito normando.

ABSTRACT

This study intends to analyze the construction and maintenance of the legitimacy of the Norman dynasty of the English kings (1066-1135), through four important narratives on the Battle of Hastings, that took place on October 14, 1066. These are: the *Gesta Normannorum Ducum* of William of Jumièges, the *Gesta Willelmi* (c.1077), of William de Poitiers, the *Gesta Regum Anglorum* (c. 1125), of William of Malmesbury, and the *Historia Anglorum* (c. 1135) of Henry of Huntingdon. We believe that these authors opted for certain legitimate strategies within this narrative, whose specificities and recurrences, would be aligned with rhetorical traditions linked to the Duchy of Normandy and the pre-Conquest period of England. Still, the choice of certain strategies, such as those related to the so-called Norman myth, would depend on broader political conjunctures, whose reverberations in the Norman court could influence these writings of history. As a support for our argument, we will analyze the process of constitution of rhetorical traditions in both territories, which would follow the historical process of introduction and development of monastic institutions, especially abbeys. Such institutions, as well as the religious functions exercised by the authors of these texts, would enjoy the patronage of this Norman power. On this relationship, we will privilege the analysis of ducal and royal letters, which could better demonstrate how these practices developed. Finally, this approximation between the royal power and these authors, would allow us to understand not only the existence of these texts, but an intercirculation of them in the Anglo-Norman universe, thus forming a narrative corpus of legitimacy.

Keywords: Battle of Hastings; Norman dynasty of the English kings; legitimation of power; medieval historiography; Norman myth.

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	08
Prólogo.....	10
Introdução	12
 CAPÍTULO I. Alguns elementos sobre a tradição retórica na Inglaterra anglo-saxônica e no ducado da Normandia.	 22
1.1. Igreja, escrita e cultura entre os anglo-saxões	25
1.2. Igreja, escrita e cultura entre os normandos	49
 CAPÍTULO II. Os monges, seus lugares sociais e o contexto de produção das crônicas.....	 88
2.1. Guilherme de Jumièges - cronista e abadia a serviço de Guilherme I.....	92
2.2. Guilherme de Poitiers: capelão e biógrafo de Guilherme I	111
2.3. Guilherme de Malmesbury e sua <i>Gesta Regum Anglorum</i> (c.1125)	125
2.4. Henrique de Huntingdon, a <i>Historia Anglorum</i> e a corte de Henrique I.....	142
 CAPÍTULO III. As crônicas e suas estratégias	 157
3.1. A ideia de virtude bélica sob os normandos	158
3.2. Os normandos e seus duques como cristãos.....	172
3.3. A alteridade da identidade: a negação do outro anglo-saxão	183
3.4. A alteridade da identidade: a negação do outro franco	199
 Considerações finais	 211
Referências bibliográficas.....	215

Prólogo

Refletir sobre a prática da guerra na Idade Média e interessar-se por seus aspectos, são práticas que acredito terem difícil localização precisa em meu histórico de formação, uma vez que estão no cerne de meu próprio desejo em ser historiador. Por conta disso, não tardou, pois, para que o maravilhamento propiciado por uma certa gama de mídias, que por sua vez, me proporcionavam um acesso limitado e seguro a um conhecimento relacionado ao medievo, dessem lugar as primeiras pesquisas, cuja função principal era a de exorcizar as fantasias existentes sobre o período. Por outro lado, foi no centro da possibilidade de descobrir essa Nova Idade Média que o interesse por este objeto de pesquisa surgiu.

Mais do que o contato com o próprio campo da pesquisa histórica, certas leituras em minha formação desempenharam papel fundamental na constituição de uma percepção mais aguçada sobre meus objetos de pesquisa. Ao tomar contato com a obra *O Domingo de Bouvines (Le Dimanche de Bouvines)*, de Georges Duby, publicada em sua primeira versão em língua portuguesa em 1993, pela editora Paz e Terra, obtive um novo incentivo para retomar a temática da guerra. Bouvines foi incessantemente trabalhada por autores ligados à escola metódica, elencando todas as características que anos antes poderiam me chamar a atenção. Era necessário ir mais a fundo, desnaturalizando os processos e conjunturas que levariam, finalmente, à peleja física, sem que esse, no entanto, também escapasse ao mesmo esforço.

Hastings agora poderia ser revisitada. Poderia agora apropriar-me dela enquanto memória e me aproximar do velho objeto como aquele que analisa uma tribo desconhecida, da qual nada se conhece. No interior do mesmo reencontro, intencionei pensar sobre o limite da aplicação do escopo de Duby sobre Bouvines, a saber: *como memórias organizam-se para construir uma imagem legítima do rei?* Hastings também compreende o maravilhoso e o legendário, uma das múltiplas facetas de memórias que são historicamente localizadas e, ao mesmo tempo, ecoam. Assim, “elas mostram como a percepção do fato vivido se propaga em ondas sucessivas que, pouco a pouco, no desdobramento do espaço e do tempo, perdem a amplitude e se deformam”¹.

O questionamento inicial de Duby, assim como seu raciocínio sobre a memória - que igualmente deveria ser desnaturalizada -, me fez perseguir esse evento que merece

¹ DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines – 27 de julho de 1214*. Trad. Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p.20.

ser revisitado sobre outro ponto de vista. Como o ogro da lenda, ao parafrasear Bloch, interessa-me agora os *sujeitos* que relacionam-se com essa sobreposição de memórias, que assim como meus contatos iniciais com a Idade Média, estavam longe de serem inocentes.

Introdução

Recentemente, no ano de 2016, a Conquista Normanda da Inglaterra obteve seu 960º aniversário, suscitando discussões quanto a seus efeitos na sociedade inglesa e na região da atual Normandia². Enquanto clímax desse importante processo político, encontra-se a Batalha de Hastings, ocorrida em 14 de Outubro de 1066, opondo o então duque Guilherme II da Normandia e o último rei anglo-saxão da Inglaterra, Harold Godwinson³. A vitória decisiva dos normandos em Hastings abriu caminho para transformações na geopolítica da Europa no medievo⁴, assim como na sociedade conquistada, com a resultante importação de todo um aparato cultural que chocaria-se com estruturas a muito estabelecidas. Ainda que se observasse, então, mudanças linguísticas, jurídicas e sociais no território conquistado, continuidades mentais ligadas a uma identidade anglo-saxã possibilitaram a criação de um esteriótipo ligado aos conquistadores normandos⁵.

² O evento refletiu diretamente nas discussões ocorridas na Conferência de Battle, um dos mais importantes eventos relacionados às questões anglo-normandas. Diretamente relacionados a questão da Conquista, destacamos os trabalhos de CLARK, Christopher, M. “Why do Battles Matter?”; GOLDING, Brian. “Remembering the Battle of Hastings: memorialization, le Sourvenir Normand, and the Entente Cordiale”; BARRAU, Julie. “From Conquest to Commonwealth: Cross-Channel Circulation of Biblical Culture in the Anglo-Norman World”. In: VAN HOUTS, Elisabeth. *Anglo-Norman Studies – Proceedings of the Battle Conference*, vol. XXXIX. Woodbridge: The Boydell & Brewer, 2017.

³ Optamos por traduzir os nomes próprios de referências de grande circulação no medievo, assim como dos cronistas por nós aqui utilizados. O mesmo movimento será feito para os nomes próprios dos monarcas e duques normandos, cuja tradução na Língua Portuguesa já existe. Por outro lado, optamos por manter os nomes próprios de origem no Old English, sobretudo os ligados a nobreza, como Harold, e Æthelwulf. Ainda que estes últimos nomes possuam uma tradução possível, os mesmos ainda não encontram grande circulação na historiografia nacional, podendo assim dificultar sua associação com os originais.

⁴ BARTLETT, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings*. Oxford: The Clarendon Press, 2000, p.4-6.

⁵ Ainda no século XI, poemas e mitos baseados na tradição oral anglo-saxônica tratavam de heróis, que em associação com o campesinato, lutavam contra a tirania dos normandos que, descritos como ladrões, roubavam a liberdade desses. A presença deste esteriótipo a respeito dos normandos ganhou contornos de uso político a partir do século XVII, sobretudo pelos Levellers ingleses. No período, o emprego do termo *norman yoke*, representava todos aqueles responsáveis pela exploração laboral ou política dos menos favorecidos na sociedade inglesa e que, por sua vez, tinham origem na nobreza francesa. No caso dos Diggers, Gerrard Winstanley foi responsável por associar a presença normanda a destruição do Old English e de toda forma de nacionalismo inglês. Já no século XIX, ainda que se observe uma continuidade da presença do esteriótipo dos normandos, seu emprego na qualidade de instrumento de grupos políticos, passando a ser utilizado por literatos. O nacionalismo romântico do período inglês é sensivelmente marcado pela obra de Sir Walter Scott, Ivanhoe, onde o personagem principal descende de uma linhagem anglo-saxônica, em uma Inglaterra agora dominada pelos normandos. Finalmente, ao retomar a tradição anglo-saxônica que originalmente construíam à imagem do invasor normando, Charles Kingsley foi o autor da obra *Hereward the Wake*, um fora da lei anglo-saxão que opõem se à autoridade dos novos reis e sua tirania. BARBER, Richard. *The Norman Conquest and the Media*. In: GILLINGHAM, John. *Anglo-Norman Studies - Proceedings of the Battle Conference*, vol. XXVI. Woodbridge: The Boydell Press, 2004, p.1-21.

Não intencionamos aqui trabalhar com a Batalha de Hastings a partir de seus aspectos militares, cuja extensa historiografia política sobre o tema já o fez em demasia⁶. Nosso propósito aqui é abordar a sobreposição de memórias sobre esse evento em termos mais culturais, onde elegemos a importância de quatro narrativas cronísticas constituídas entre os séculos XI e XII, sendo elas: a *Gesta Normannorum Ducum* (c. 1070), de Guilherme de Jumièges, a *Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum* (c. 1077), de Guilherme de Poitiers, a *Gesta Regum Anglorum* (c. 1125), de Guilherme de Malmesbury e, finalmente, a *Historia Anglorum* (c. 1129), de Henrique de Huntingdon⁷.

Justificamos a escolha destes textos a partir de certos critérios, que devem ser esclarecidos. Ao tomarmos o *corpus* historiográfico produzido sobre a Batalha de Hastings, as quatro crônicas selecionadas, em primeiro lugar, destacam-se como as de maior fôlego sobre esse evento. Isso significa dizer que, ao se inserirem em textos mais amplos, os relatos de Hastings teriam ocupado lugar central, ou ao menos de destaque no interior dos mesmos, o que seria motivado igualmente pelo emprego de recursos retóricos, como digressões e alegorias.

Com base na historiografia, existiria, igualmente, a presença de uma intercirculação desses textos cronístico no universo anglo-normando. A partir de elementos identitários dos normandos, elaborados e divulgados no início do século XI pelo escrito do monge Dudon de Saint-Quentin, os mesmos teriam sido reapropriados e representados pelos autores aqui analisados. Acreditamos, assim, ser possível, a partir desse possível núcleo comum no discurso historiográfico, entender essas narrativas selecionadas sobre Hastings como um *corpus* discursivo.

Não menos importante, durante o planejamento de nossa pesquisa, constatamos a existência de poucos trabalhos em nível de pós-graduação sobre aspectos da Conquista Normanda da Inglaterra, assim como sobre a Batalha de Hastings. Isso porque tal temática ainda seria sensivelmente associada a uma historiografia européia, sobretudo

⁶ Diante da vastidão de referências sobre o tema, apontamos para algumas obras de importância, a destacar: GRAVETT, Christopher. *Hastings 1066 – The fall of Anglo-Saxon England*. In: *Osprey Military Campaigns*, vol. 13. Oxford: Osprey Publishing, 2000; LAWSON, M. K. *The Battle of Hastings*. Stroud: The History Press, 2007; BRADBURY, Jim. *The Battle of Hastings*. Stroud: The History Press, 2010; MORRIS, Marc. *The Norman Conquest – The Battle of Hastings and the fall of Anglo-Saxon England*. London: Windmill Books, 2010;

⁷ Nos utilizaremos em nossa pesquisa das edições mais atuais das fontes, que de reconhecimento canônico, contam com traduções para a língua inglesa. Igualmente, faremos uso de edições mais antigas, que podem nos ajudar quanto a críticas aos documentos propostas por seus editores. A partir das edições utilizadas, faremos a tradução dos textos para a língua portuguesa, atentando para eventuais inconsistências em certos termos entre a versão latina e a tradução para a língua inglesa.

inglesa. Diante desse quadro, acreditamos que ao propormos um estudo que contemple tais fontes, poderíamos contribuir com uma leitura possível das mesmas para a historiografia brasileira.

Ainda que boa parte de nossa pesquisa justifique-se e sustente-se com base na análise dessas narrativas, acreditamos ser necessário apresentar, ainda que de forma sintetizada, o processo histórico de Conquista, assim como sua historiografia.

Após a morte de Edward, o Confessor, então sem herdeiros, no ano de 1066, seguiu-se uma crise pela sucessão do trono inglês. Durante o período de ocupação dos chamados reis vikings da Inglaterra, entre 1016 e 1043, Edward exiliou-se com seus irmãos no Ducado da Normandia, governado por Roberto I. Foi durante essa estadia que Edward teria, segundo a tradição historiográfica normanda, prometido o reino a Guilherme, filho de Roberto e primo de Edward. Durante o governo de Edward, os Godwins, uma importante família de *earls* anglo-saxões, passou a acumular grande extensão de terras e, com isso, começou a opor-se à autoridade do rei anglo-saxão, criando uma série de crises no interior do reino.

Ao tempo do término do governo de Edward, a principal figura deste ramo foi Harold (1022-1066), filho do *earl* Godwin de Wessex (1001-1053). De acordo apenas com Guilherme de Poitiers, Harold teria sido enviado por Edward à Normandia em 1065, para reafirmar a promessa feita a Guilherme, onde o mesmo teria obrigado Harold a jurar sobre relíquias que cumpriria o desejo do rei. Com a morte do rei, Harold teria então, por conta de sua influência, sido escolhido rei pelo Wittangemot, o conselho de sábios do reino. O não cumprimento da promessa motivou a invasão da Inglaterra pelo duque normando no final de setembro de 1066.

A vacância no trono igualmente justificou outra invasão, a de Harald Hardradda (1015-1066), rei na Noruega. Harald baseava suas pretensões em um acordo feito entre Harthacnut, filho de Cnut, o Grande, e Magno, rei da Noruega e Dinamarca, onde em caso de morte de algum dos dois, o outro herdaria seus tronos e terras. A restituição da Casa de Wessex por Edward fortaleceu tal premissa para Harald Hardradda, que após a subida de Harold Godwinson ao trono, planejou a invasão.

A invasão do rei da Noruega foi detida e destruída na Batalha de Stamford Bridge, em 25 de setembro de 1066, resultando em sua morte. Informado sobre a presença normanda no Sul, Harold precisou iniciar uma marcha forçada entre York e Londres, e depois entre Londres e a atual cidade de Battle, em Sussex, para então tratar a invasão do duque normando. Contando apenas com destacamentos de infantaria

pesada e ligeira, Harold posicionou-se defensivamente no alto de uma colina denominada Senlac. Com a ausência de efetividade da cavalaria normanda contra a densa parede de escudos dos defensores, assim como as dificuldades impostas pelo terreno, após realizarem falsas fugas, a cavalaria normanda obteve sucesso em infringir baixas entre os defensores, ainda que o conflito se arrastasse até o anoitecer.

Realizando ataques coordenados entre arqueiros e a cavalaria, os normandos conseguiram assassinar o rei Harold, ocasionando a perda de comando e moral entre os defensores, que lentamente começaram a ceder e retirar-se do campo de batalha. A partir disso, pouca resistência prática foi organizada contra a presença do duque normando, levando a coroação desse como rei da Inglaterra, em 25 de Dezembro do mesmo ano, iniciando assim a dinastia normanda, que contaria ainda com Guilherme II (1087-1100) e Henrique I (1100-1135).

Em termos historiográficos, os estudos acerca da Batalha de Hastings são vastos. Sua projeção na historiografia moderna do século XIX pode ser exemplificada por Edward Augustus Freeman⁸ e John Horace Round⁹, cujas publicações foram lançadas em 1876 e 1895, respectivamente. A obra de Freeman, onde Hastings ocupa o volume III, é marcada por um glossário dos modos de pensar românticos do período: em um contexto de instrumentalização da História para fins de construção de um ideário nacional, Freeman reafirma a busca - em um passado medieval - de elementos constituintes das instituições contemporâneas, como no caso em que conecta o modelo democrático inglês a um legado germânico deixado pelas populações anglo-saxônicas. Apesar da derrota em Hastings, o autor reafirma com base na valorização da idéia de raça que certa tradição germânica sobreviveu ao advento das instituições normandas no território conquistado¹⁰. O amplo uso dos documentos narrativos pela escola metódica pode ser igualmente analisado em Freeman pelo largo emprego do poeta normando, Mestre Wace (século XIII), que, apesar de apresentar-se como uma fonte bastante problematizada por historiadores posteriores¹¹ ao tratarem de Hastings, popularizou-se na escrita da história a partir de Freeman.

⁸ FREEMAN, E. A. *The History of the Norman Conquest of England: its causes and its results*. V.III (1876)

⁹ ROUND, J. H. *Feudal England: Historical Studies on the XIth and XIIth Centuries* (1895).

¹⁰ FREEMAN, J. H. *The History of the Norman Conquest of England*. Op. Cit., p.300-37.

¹¹ David C. Douglas em uma valiosa biografia de Guilherme I escrita nos anos 1960 traça críticas semelhantes às de Round, onde procura em um apêndice tratar das fontes utilizadas. DOUGLAS, David C. *William the Conqueror – The Norman Impact Upon England*. London: Eyre Methuen, 1964. Posteriormente, no compêndio documental escrito por Robert Allen Brown 1984, a obra de Wace não se faz presente. Ao se tratar de um compêndio documental vasto, acreditamos que a obra ocupava posição de

Por sua vez, os escritos de Round sobre Hastings - apesar de reconhecerem a contribuição de Freeman - deixam claro a opção do autor pelos normandos como uma sociedade técnica e moralmente superior. A Batalha de Hastings ocupa uma parte considerável da obra “*Feudal England: Historical Studies on the XIth and XIIth Centuries*”, na qual o autor defende a ideia de que o principal legado da Conquista seria a adoção de um modo de produção feudal franco, em especial ao tratar sobre a inserção de um modelo de recrutamento de cavaleiros ao modo franco.¹² Essa concepção é bastante problemática, pois ignora a multiplicidade de instituições anglo-saxônicas que mesmo diante da imposição de novos modos de pensar e de produção perpetuam-se no contexto do medievo. Portanto, Round representa uma gama considerável de autores contemporâneos que convergiam para a ideia de um modelo feudal franco de produção que, cristalizado em sua concepção, era digno – e até mesmo possuía o encargo – de ser exportado para as regiões periféricas da Europa¹³.

Finalmente, a obra de Round é importante por trazer apontamentos sobre genealogias (especialidade do autor) e incluir uma porção do *Domesday Book*¹⁴ referente à região de Essex, traduzida por Round. Como notaremos, tais escritos consolidaram-se na historiografia como marcos no limiar do século XX, não havendo até metade do século obras que tivessem como escopo a crítica do paradigma estabelecido por Freeman e Round. Por sua vez, como procuraremos demonstrar, a historiografia que se seguiu no século XX delimitou sua visão a partir do conflito entre Freeman e Round, polarizando a análise entre normandos e anglo-saxões.

Nos anos 50 do século XX, destacamos os escritos de Richard Glover¹⁵ e John Charles Frederick Fuller¹⁶. Reabrindo os debates do século XIX, Glover toma o partido de Round sobre a superioridade normanda, entretanto esforça-se para reabilitar e trazer à luz de sua análise outras fontes, tais como a de Snorri Sturluson, um literato islandês

descrédito até recentemente. BROWN, Robert Allen. *The Norman Conquest of England: sources and documents*. Woodbridge: The Boydell & Brewer, 1984.

¹² ROUND, John Horace. *Feudal England*. Op. Cit., p.225-246.

¹³ MORILLO, Stephen. *The Battle of Hastings: Sources and Interpretations*. In: *Warfare in History*. London: Boydell & Brewer, p.347-349.

¹⁴ Com o objetivo de administrar de maneira mais proveitosa o território recém conquistado, Guilherme I encomendou a organização de um senso para que uma série de dados em relação à população, produção de bens, cunhagem de moedas e mesmo as avarias causadas pela Conquista fossem contabilizados. Datando em seu manuscrito mais antigo de 1086, os *Doomsday Book* são um conjunto de documentos de grande valor para a compreensão do período pós-Conquista, marcado pela ausência de produção escrita anglo-saxônica nesse sentido.

¹⁵ GLOVER, Richard. *English Warfare in 1066*. In: *English Historical Review*. Nº67, 1952, p.1-18.

¹⁶ FULLER, J. F. C. *The Battle of Hastings – 1066*. In: FULLER, J. F. C. (org). *A Military History of the Western World*. London: Minerva Press, 1954, p.374-382.

do século XIII, responsável por adicionar importantes informações acerca da Batalha de Stamford-Bridge, ocorrida dias antes de Hastings. Entre pontos de análises interessantes e conclusões controversas, destacamos a leitura das fontes – em especial a Tapeçaria de Bayeux – e as proposições acerca dos níveis de treinamento e técnicas aplicadas, enfatizando então a singularidade do evento em termos bélicos.

O general Fuller, em sua obra “*A Military History of the Western World*”, propõe uma síntese cautelosa do estado da arte sobre Hastings. Munido de sua própria experiência como militar, Fuller foca-se em uma análise pautada na “arte da guerra”, ou seja, em verdades absolutas no campo estratégico e tático. A leitura apresenta-se como uma obra de importância ao se observar o cuidado do autor acerca da topografia e a alternância no emprego das narrativas e análises críticas.¹⁷

Já nos anos 60, uma obra de grande importância para os estudos de Hastings é a do Professor Warren Hollister, intitulada “*Anglo Saxon Military Institutions on the eve of the Norman Conquest*”¹⁸, lançada em 1968. O autor foca-se na Inglaterra anglo-saxônica da primeira metade do século XI, sem deixar, no entanto, de traçar importantes comparações com um contexto maior de pós-conquista. Com o principal objetivo de analisar as instituições militares anglo-saxônicas tardias (século XI), o autor traça uma minuciosa descrição crítica das formas de mobilização, manutenção e desmobilização das hostes anglo-saxônicas. O autor propõe a discussão das fontes anglo-saxônicas utilizadas, em especial as Crônicas Anglo-Saxônicas e o Poema da Batalha de Maldon. Trazendo o estado da arte sobre o tema para o centro da discussão durante sua escrita, Hollister procura escapar do dualismo partidário fundado por Freeman e Round.

Já nos anos 70, uma abordagem das estruturas culturais pode ser identificada pelos trabalhos de John Le Patourel¹⁹ e Ralph Davies²⁰. Tais autores interessam-se pelos mecanismos de expansão, poder e assimilação cultural das populações normandas nos diferentes territórios ocupados por esses. Explorando os problemas práticos do governo pós-Conquista na formação de um reino ultramarino, eles traçam importantes apontamentos em relação ao exercício do poder, caros à nossa proposta de pesquisa.

¹⁷ FULLER, J. C. F. *A Military History of the Western World*. London: Paladin, 1954. Citamos igualmente a publicação de valor “*The Decisive Battles of the Western World*”. London: Paladin, 1956.

¹⁸ HOLLISTER, Warren. *Anglo Saxon Military Institutions on the eve of the Norman Conquest*. London: Oxford University Press, 1962.

¹⁹ LE PATOUREL, John. *The Norman Colonization of Britain*. In: *I Normanni e la Loro Espansione in Europa nell’Alto Medioevo*. Spoleto: Centro di Studi sull’AltoMedioevo, 1968; *The Norman Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

²⁰ DAVIES, R. H. C. *The Normans and their Myth*. London: Thames and Hudson, 1976.

No que se refere a uma historiografia mais recente em relação à Conquista e a Hastings, destacamos primeiramente o trabalho de Robert Allen Brown²¹. Em sua obra “*The Norman Conquest of England: sources and documents*”, Brown foi responsável por elaborar o primeiro compêndio documental e crítico a respeito da Conquista Normanda da Inglaterra. A obra é vasta e dividida em seções mediante a tipologia dos documentos reunidos: crônicas, cartas, artísticas, iconografia, etc., seguidas por comentários críticos sobre as fontes quando necessário. Em suma, o trabalho de Brown consolidou-se como um manual básico em relação às pesquisas que se dedicam à Conquista.

Ao nos atermos ao cenário de fins da década de 1980 em diante, a produção histórica a respeito de Hastings e a própria Conquista cresceu em volume de maneira demasiada. Logo, torna-se impossível tratar aqui de todas as obras que compõem o cenário atual da historiografia, nos levando, então, a optar por obras que consideramos indispensáveis a nossa.

Dessa forma, é no interior de um movimento de elaboração de pesquisas sobre a Conquista Normanda, mais voltadas a uma abordagem culturalista, que nosso trabalho objetiva se inserir. Por isso, nesse campo, assim como no das mentalidades, os trabalhos de Elisabeth Van Houts²², Burkhardt²³, Albu²⁴ e Stringer²⁵ ocupam patamar de destaque em nossa proposta.

Nesse sentido, ao tomarmos o *corpus* cronístico por nós apontado como a base de nossa pesquisa, pretendemos colaborar para esclarecer como a legitimação do poder régio é compreendida a partir de um de seus principais suportes. Assim, as crônicas sobre a Batalha de Hastings compreenderiam a adoção de certas estratégias narrativas que, ao associarem-se ao poder régio normando, poderiam ser entendidas igualmente

²¹BROWN, R. Allen. *The Norman Conquest of England: sources and documents; The Battle of Hastings. In: Proceedings of the Battle Conference on Anglo-Norman Studies*. V.3. 1980, p.1-21.

²²VAN HOUTES, Elisabeth. *The Norman in Europe*. In: HORROX, Rosemary, NELSON, Janet L. *Manchester Medieval Sources Series*. Manchester: Manchester University Press, 2000; *The Memory of 1066 in Writing and Oral Traditions*. In: *Anglo-Norman XIX: Proceedings to the Battle Conference*, p.167-182; *The Trauma of 1066: The Norman Conquest of Anglo-Saxon England*. In: *History Today*, v.46, n°10 Oct 1996, p.19-27; *Memory and Gender in Medieval Europe – 900-1200*. London: McMillan Press, 1999; *Medieval Memories – Men, Woman, and the Past, 700-1300*. In: VAN HOUTS, Elisabeth (org). *Women and Men in History*. London: Routledge, 2013; HARPER-HILL, Christopher. *A Companion to the Anglo-Norman World*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2003.

²³BURKHARDT, Stefan; FOERSTER. *Norman Tradition and Transcultural Heritage – Exchange of Cultures in the “Norman” Peripheries of Medieval Europe*. Surrey: Ashgate Publishing, 2013.

²⁴ALBU, Emily. *The Normans and Their Histories: Propaganda, Myth and Subversion*. Woodbridge: The Boydell Press, 2001.

²⁵STRINGER, Keith J.; JOTISCHKY, Andrew. *Norman Expansion – Connections, Continuities and Contrasts*. Surrey: Ashgate Publishing, 2013.

enquanto estratégias de legitimação desse poder. Tais estratégias estariam não apenas conectadas a certas tradições retóricas²⁶, como representariam aquilo que se esperava por uma audiência tanto ligada a corte, quanto daquela relacionada ao universo monástico²⁷. Teria sido por intermédio de certas relações de patronato que se criou uma próxima relação entre os lugares sociais de produção desses discursos e o poder régio, evidenciados nas mesmas narrativas.

No contexto do medievo, as narrativas de batalha, além de chamarem a atenção dos leitores, devem ser entendidas como lugares de memória. Ao representarem momentos de tensão, choque e ruptura, a emergência de memórias de grupos, possibilitariam a eleição de certas características valoradas por estes mesmos grupos, denunciando, assim, a íntima relação entre memória e identidade. Mais do que isso, acreditamos haver uma conexão entre as narrativas históricas ligadas a guerra e a construção (ou desconstrução) de poderes. Nesse sentido, esses textos seriam histórias, pois organizariam a memória de Hastings a partir de sentidos claros, que por sua vez já seriam esperados por aqueles que os receberiam.²⁸

Ao nos referirmos, em nossa pesquisa, ao conceito de legitimação a partir de Jean-Phillipe Genet, mostra-se caro salientar alguns aspectos. Em primeiro lugar, devemos ter ciência de que os termos modernos legítimo e legitimidade, encontrariam no campo da semântica medieval, associação com as ideias de justo/justus. Nesse

²⁶ Ao falarmos sobre tradição retórica, nos filiamos aqui aos pressupostos de João Adolfo Hansen. Em primeiro lugar, mostra-se importante entender a retórica, que refere-se a um conjunto de técnicas discursivas, enquanto um adjetivo. Com isso, evitaríamos uma percepção positiva de que as instituições retóricas antigas eram corpos unitários fechados, evidenciando, por outro lado, sua materialidade. Nesse mesmo sentido, compreendemos as técnicas retóricas não como mero ornamento do texto, mas na forma de portadoras de intencionalidades, onde a busca de uma associação entre o texto e uma autoridade, mostra-se importante. Devemos, pois, compreender essa autoridade, que ao adjetivar o texto, poderia fazê-lo melhor compreendido, transmitido e aceito, a uma tradição. Ao entendermos essa noção como historicamente construída na longa duração, procuramos aqui evidenciar seu valor de uso simbólico. Ao associarmos nossos autores a certas tradições retóricas, acreditamos privilegiar essa perspectiva, onde interessa-nos a detecção e análise dos usos particulares, e logo, contingentes e intencionados de tais técnicas. Seria no interior de tais usos, que poderíamos observar um movimento de tentativa de associação com tais tradições por parte dos autores (*auctoritas*) autor, assim como das deformações que o uso temporal implica nessas mesmas técnicas. HANSEN, João Adolfo. *Instituição Retórica, Técnica, Retórica Discurso*. In: *Matraga*, v.20, n°33, jul/dez. Rio de Janeiro, 2013, p.11-46.

²⁷ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Komesu. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, p.296-297.

²⁸ ALMEIDA, Néri de Barros; DELLA TORRE, Robson murillo G. *A História Eclesiástica de Eusébio de Cesaréia frente a tradição historiográfica clássica*. In: TEIXEIRA, Igor S.; BASSI, Rafael (orgs). *A Escrita da História na Idade Média*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.11.

sentido, as ações, gestos, eventos e processos são legítimos na medida em que são justos, demarcando assim a existência de uma fronteira entre legítimo e ilegítimo²⁹.

Haveria então uma direta associação entre legitimidade e poder. Para esse fim, observa-se a opção por certas estratégias de conservação desse poder, que o constrói e legitima enquanto tal. Essas estratégias, no nosso caso, são adotadas por agentes no campo cultural e simbólico, graças a mediação de certos *habitus*. Dessa forma, diferentes estratégias para o mesmo fim de legitimação do poder político mostram-se fruto direto de diferentes formas de percepção, apreciação e princípios de classificação. Dito isso, os agentes legitimadores dos reis, ou seja, o *corpus* aqui analisado (assim como os *habitus* que os orientam), devem se tomados a partir de certos lugares sociais, de onde esses discursos são construídos, transmitidos e reapropriados.

Organizamos nossa pesquisa em três capítulos, por onde procuramos lançar luz sobre algumas estruturas e concepções que nos permitiriam a propor respostas as nossas indagações. No primeiro capítulo, denominado “Alguns elementos sobre a tradição retórica na Inglaterra anglo-saxônica e no Ducado da Normandia”, nossa intenção é analisar como constituíram-se tradições retóricas em ambos os territórios, o que por sua vez, teria permitido a existência do próprio corpus aqui analisado. No caso normando, tal tradição relaciona-se a um bem sucedido processo de reestruturação da vida monástica por intermédio da ação dos duques, o que resultaria na constituição de cenário propício a operação historiográfica e na criação de um mito normando. No caso da Inglaterra anglo-saxônica, de processo histórico mais recuado e de complexo regionalismo, um panorama geral se mostra problemático. Portanto, -ntentaremos identificar como se constituiu o que denominamos por tradição retórica anglo-saxônica, sobretudo relacionada com a obra de Beda, o Venerável. Nesse autor destaca-se a presença de uma racionalização teológica da história anglo-saxônica. A subsistência no processo histórico de elementos ligados a ambas as tradições colaboraram para a existência de uma tradição anglo-normanda durante a vigência da nova dinastia na Inglaterra.

²⁹ GENET, Jean-Philippe. *Pouvoir symbolique, légitimation et genèse de l'État moderne* (org.). In: *La légitimité implicite*. Publications de la Sorbonne, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/psorbonne.6573>, p.2-7. Igualmente, mostra-se importante destacar que um esforço em propor um raciocínio quanto a essa noção, foi fruto direto de diálogos com a pesquisa de MACEDO, Jaqueline. *O conflito de Filipe IV e a Igreja (1296-1314) entre a lógica e a sátira: a Disputatio inter clericum et militem e o Roman de Fauvel*. Dissertação de Mestrado. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

O segundo capítulo, intitulado “Os monges, seus lugares sociais e o contexto de produção das narrativas” versa sobre a elaboração e desenvolvimento da relação dos duques – e, depois, reis – normandos com os lugares sociais de produção dos discursos legitimatórios destes últimos. Além de avançarmos sobre uma reconstituição possível do processo histórico de formação de certas instituições monásticas, quando for o caso, procuraremos demonstrar a existência de uma interconexão entre práticas patronais, os lugares sociais – ou os próprios autores – e a existência das narrativas. Com base na historiografia, essas associações entre o poder ducal, ou real, e aqueles que produziam histórias, podem ser, em alguns casos, identificadas por evidências em cartulários e em indícios contidos nas epístolas das crônicas. Interessa-nos, ainda, propor alguns apontamentos sobre a possível circulação e recepção desses textos, sendo esses elementos de importância para a legitimação dos reis.

No último capítulo, intitulado “As crônicas e suas estratégias”, propomos uma análise interna das narrativas sobre a Batalha de Hastings, identificando a presença de temáticas específicas e recorrentes a certos autores e/ou grupos de autores. Essas temáticas, por sua vez, denunciariam o emprego de elementos ligados ao mito normando, assim como de uma racionalização teológica enquanto estratégia de legitimação dos reis normandos. Ao evidenciar, por intermédio das narrativas sobre Hastings, a memória coletiva de normandos e anglo-saxões, seus autores evidenciaram aquilo que se esperava – e era condenado – sobre esses reis. Demonstraremos como a proximidade entre os autores das narrativas e os reis normandos teria sido determinante para adoção de estratégias legitimatórias, onde as mesmas poderiam conectar-se a conjunturas mais amplas durante a confecção dos textos.

Capítulo I

Alguns elementos sobre a tradição retórica na Inglaterra Anglo-Saxônica e no Ducado da Normandia

A presença de um campo propício para a produção historiográfica que se sucedeu à Conquista Normanda da Inglaterra, deve ser tomada a partir da relação guardada entre os duques normandos e os reis da Inglaterra para com certas instituições eclesiais.

É a partir dessa relação que procuraremos aqui, destacar alguns elementos ligados a constituição e caracterização das tradições retóricas na Inglaterra anglo-saxônica e no Ducado da Normandia. Para isso, mostra-se necessário retomar alguns processos históricos em ambas as regiões. Com isso, acreditamos que seja possível detectar e compreender melhor, como tais processos históricos aparecem no interior das narrativas sobre Hastings.

No caso do futuro reino da Inglaterra, de processo histórico mais recuado e acentuado regionalismo, a construção de um panorama geral mostra-se problemático. Por conta disso, iremos nos deter em algumas regiões que foram importantes para a constituição de uma cultura escrita, como Canterbury e a Northumbria. Isso, no entanto, não eliminaria a importância na produção escrita de outras regiões, como Kent e Cornwall.

No caso da abordagem do contexto normando nesse capítulo, o recorte temporal proposto é o dos séculos X ao XI, o que diz respeito ao início da ocupação do território normando por populações advindas da Escandinávia, assim como ao assentamento do poder dos sucessivos duques normandos, o que teria acompanhado, a nosso ver, o desenvolvimento de uma cultura escrita na região.

Ao final deste capítulo, acreditamos conseguir, em um esforço coerente, demonstrar como tais culturas literárias³⁰ foram possíveis, subsistiram e viabilizaram,

³⁰ No caso da Inglaterra Anglo-Saxônica (séculos V-XI), uma cultura literária mostra-se bastante desenvolvida para a historiografia. Em primeiro lugar, isso pode ser percebido pelo fato de que, a despeito da pequena quantidade de indivíduos que dominava as letras, há forte presença da oralidade que, por sua vez, formava uma sociedade em posse de uma literatura oral que pode ou não ter no texto escrito outro tipo de suporte. Procuraremos, ao longo do trabalho, igualmente apontar alguns elementos da complexa relação entre oralidade e o texto escrito, em especial como possibilitantes da produção do chamado texto oral. Outro elemento do que entendemos como uma tradição literária anglo-saxônica é a variedade da produção, não apenas de textos literários e de poesias, mas também de outros tipos de escritos, como tratados de gramática, medicina, geografia, ou a história, que ainda assim pode guardar para si certos recursos retóricos em termos do medievo. As conexões existentes entre os saxões e uma cultura germânica do continente, assim como em relação à Escandinávia e, finalmente, à cultura latina após o

por sua vez, a formação de um campo propício para o surgimento das crônicas sobre a Conquista Normanda da Inglaterra.

No caso da Inglaterra anglo-saxônica, procuraremos, ainda, explorar brevemente as problemáticas da relação entre tradição oral (que guarda conexões com as regiões germânicas continentais de origem e da própria Bretanha após a ocupação romana) e a reintrodução de um aparato escrito proveniente das missões de conversão levadas a cabo por Agostinho de Canterbury (c. 595) e pelos bispos Teodoro de Tarso e Adriano (c. 669)³¹.

Debruçaremos sobre o principal produto das missões de conversão no campo da produção escrita, a chamada Escola de Canterbury, com a formação de um corpo de monges e a cópia de uma série de manuscritos de tipologia diversa. Todo um aporte para a produção de textos escritos pôde ser transferido para diferentes regiões da Inglaterra (tais como Kent e Northumbria) a partir de Canterbury. O interesse na construção de uma história passava, como veremos, pela busca da construção de uma memória étnica sobre os anglo-saxões que tem em Beda, o Venerável³², uma das figuras de maior destaque no chamado Renascimento Northumbriano³³.

processo de conversão, possibilitaram um alargamento nas temáticas tratadas na poesia anglo-saxônica, assim como seu registro. O corpus poético em *Old English* é vasto. Além da poesia lírica, pode-se falar numa forte presença da poesia heroica, cujo maior exemplo seria a obra *Beowulf*, bastante associada ao mundo escandinavo. A poesia elegíaca é bastante comum e refere-se a um sentimento de perda em relação ao passado, como a perda de alguém importante. Em todos esses casos, a tradição oral, diretamente presente na concepção de tais poesias, garantiu a presença de uma série de recursos retóricos, diferentes ritmos, aliterações, composições e o uso de um recurso chamado *kenning*, uma composição de duas palavras metafóricas para dar sentido a uma terceira. A presença de tais elementos na poesia germânica continental e na poesia escandinava aponta para a existência de certas fórmulas mnemônicas. Com base nessa cultura literária, tomaremos aqui principalmente três obras de vulto: as Crônicas Anglo-Saxônicas, o Poema da Batalha de Maldon e o poema *Beowulf*, GODDEN, Malcolm; LAPIDGE, Michael, *The Cambridge Companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p.xi; 51-52. No caso normando, podemos falar de uma sólida cultura literária apenas a partir de fins do século X, em comparação ao processo anglo-saxônico que se desenvolveu a partir do contato com esta última sociedade. A partir de um bem-sucedido processo de reconstrução e retomada das estruturas monásticas na região, houve campo propício para a construção da crônica de Dudon de Saint-Quentin, responsável por organizar no novo suporte escrito uma vasta tradição oral proveniente da aristocracia normanda. Acreditamos que, diferentemente do caso anglo-saxônico, essa tradição oral ganha novos contornos durante a criação da narrativa histórica, em que estão presentes recursos retóricos advindos de uma forte tradição literária clássica. Finalmente, a Conquista Normanda da Inglaterra foi responsável por uma grande guinada na produção histórica normanda, despertada sobretudo a partir de um interesse normando pela história da Inglaterra. Sobre isso, haja vista o posterior surgimento na Normandia da chamada Matéria da Bretanha, o que, acreditamos, representou uma verdadeira fusão de identidades literárias (MATTHEW, D. J. A. *The English Cultivation of the Norman History*. In: BATES, David; CURRY, Anne. *England and Normandy in the Middle Ages*. London: The Hambledon Press, 1994, p.1-19; VAN HOUTS, Elisabeth. *Historical Writing*. In: _____. HARPER-HILL, Christopher. *A Companion to the Anglo-Norman World*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2003, p. 103-111.)

³¹ Tais biografias serão resumidamente tratadas a partir da página 28.

³² Beda, o Venerável, foi um monge inglês possivelmente nascido em Monkton, no Reino da Northumbria. Tendo passado a maior parte da vida nos mosteiros de Saint Peter e Saint Paul,

O uso de Beda, o Venerável, cuja circulação foi bastante sensível na Ilha, será novamente observado sob o governo de Alfred, o Grande, rei de Wessex (871-899) e considerado o primeiro rei de todos os anglo-saxões. Deter-nos-emos na análise desse governo com especial foco nas Reformas Alfredianas, que foram muito influenciadas pelas reformas culturais carolíngias. Para além desse monge northumbriano, cujas referências veterotestamentárias serão problematizadas por nós, as Reformas Alfredianas teriam garantido a circulação de uma série de textos de filosofia e literatura clássica, além de textos patrísticos.

O caso normando, geograficamente mais circunscrito ao norte da França não é por nós encarado como menos problemático e desafiador. As íntimas relações com o reino franco, assim como as permanências culturais com a Escandinávia, resultaram em um constructo cultural híbrido.

A invenção de uma tradição retórica³⁴ na Normandia, igualmente nosso objeto aqui, é por nós analisada a partir da ação dos duques normandos. Assim, procuraremos demonstrar como foi possível o surgimento de uma estrutura que se relacionaria com tais tradições, que por sua vez, garantiram a nosso ver, a existência do corpus cronístico

respectivamente em Wearmouth e Jarrow, foi um dos mais atuantes historiadores do século VIII e da Alta Idade Média. A figura de Beda, notório linguista e tradutor, e sua principal obra, a *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, foram difundidos pelo chamado Renascimento Northumbriano, mesmo movimento ao qual se associa Alcuíno de York. Apesar de nunca ter deixado o Reino da Northúmbria, seu texto principal gozou de boa circulação pela Inglaterra, alcançando inclusive o Reino Franco (LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon; SCRAGG, Donald. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. Hoboken: Blackwell Publishing, 2014, p.60-61).

³³ O chamado Renascimento Northumbriano diz respeito a um processo de vasta produção cultural que se relaciona ao Reino da Northumbria, entre a segunda metade do século VII e a segunda metade do século VIII. Além de extensa produção escrita, possibilitada por um bem-sucedido processo de reestruturação da vida monástica na região, há produção sensível em vários campos das artes. Exemplo bastante caro em relação a esse processo é a produção advinda do mosteiro de Lindisfarne, sobretudo os chamados “Lindisfarne Gospels”.

³⁴ Ao falarmos sobre tradição retórica, nos filiamos aqui aos pressupostos de João Adolfo Hansen. Em primeiro lugar, mostra-se importante entender a retórica, que refere-se a um conjunto de técnicas discursivas, enquanto um adjetivo. Com isso, evitaríamos uma percepção positiva de que as instituições retóricas antigas eram corpos unitários fechados, evidenciando, por outro lado, sua materialidade. Nesse mesmo sentido, compreendemos as técnicas retóricas não enquanto mero ornamento do texto, mas como portadoras de intencionalidades, onde a busca de uma associação entre o texto e uma autoridade, mostra-se importante. Devemos, pois, compreender essa autoridade, que ao adjetivar o texto, poderia fazê-lo melhor compreendido, transmitido e aceito, a uma tradição. Ao entendermos essa noção como historicamente construída na longa duração, procuramos aqui evidenciar seu valor de uso simbólico. Ao associarmos nossos autores a certas tradições retóricas, acreditamos privilegiar essa perspectiva, onde interessa-nos a detecção e análise dos usos particulares, e logo, contingentes e intencionados de tais técnicas. Seria no interior de tais usos, que poderíamos observar um movimento de tentativa de associação com tais tradições por parte dos autores (*auctoritas*) autor, assim como das deformações que o uso temporal implica nessas mesmas técnicas. HANSEN, João Adolfo. *Instituição Retórica, Técnica, Retórica Discurso*. In: *Matraga*, v.20, nº33, jul/dez. Rio de Janeiro, 2013, p.11-46.

³⁴ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Komesu. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018, p.296-297.

analisado nesta pesquisa. Esse esforço alinha-se a uma abordagem da história cultural que acreditamos ter se fortalecido nos últimos anos nos estudos anglo-normandos em interface com a história política inglesa.

Neste sentido, é necessário que iniciemos nossa análise pelo Mundo anglo-saxônico, mais recuado em relação ao processo histórico normando e com uma tradição retórica mais complexa e regionalizada.

1.1 Igreja, escrita e cultura entre os anglo-saxões

O princípio do período anglo-saxônico na Inglaterra mostra-se ainda nos dias atuais como de difícil compreensão pela historiografia, sobretudo pela relativamente escassa oferta de narrativas escritas. Assim, boa parte das abordagens recorre à arqueologia e a fontes narrativas elaboradas em um período posterior. Tais fontes compreendem leis, sermões, homilias, hagiografias e mesmo histórias, como a de Beda, o Venerável, de quem ainda trataremos aqui³⁵.

De modo geral, a historiografia toma como base a data de 449 para explicar o início de uma série de migrações, para a Bretanha, de povos advindos do noroeste da atual Alemanha e da península da Jutlândia, atual Dinamarca.

Durante o século V, a província romana da *Britannia* encontrava-se na conjuntura de desagregação política do Império Romano no Ocidente³⁶. O território da província, que abarcava uma população romana e bretã nativa, era constantemente atacado por povos vizinhos, sobretudo os pictos e os irlandeses.

Diante da escassez de narrativas sobre esse processo, a historiografia baseia-se sobretudo nas chamadas Crônicas Anglo-Saxônicas, documento de suma importância para os estudos da Inglaterra medieval, que serão por nós aqui ainda aprofundados³⁷. Tal documento contempla uma narrativa de mito de origem: durante a dissolução da autoridade romana na Bretanha, um líder bretão de existência não comprovada, de nome Vortigern, precisou continuar a luta contra as invasões dos pictos³⁸. Vortigern teria

³⁵ MEDEIROS, Elton Oliveira Souza de. O poder das letras: cristianismo e magia no Pater Noster anglo-saxão. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano VI, n°16, Maio 2013, p.4.

³⁶ REZENDE FILHO, Cyro de Barros. *Mudança de Conceito Estratégico e Manutenção do Padrão Tático: a desagregação militar do Ocidente Romano sob a pressão bárbara*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1994.

³⁷ Procuraremos trabalhar, ainda neste tópico, a emergência desse conjunto de fontes, como elemento importante da tradição narrativa anglo-saxônica.

³⁸ WHITELOCK, Dorothy. *Anglo-Saxon Chronicles*. London: Eyre and Spottiswood, 1961, p. 9.

chamado dois irmãos guerreiros saxões, Hengest e Horsa, para, junto com seu grupo, saírem da atual região de Holstein, na Alemanha, e direcionarem-se para a Bretanha para ajudar os bretões em sua luta contra os pictos. Em troca da vitória contra os pictos, os irmãos e seu grupo de guerreiros teriam recebido territórios ao sul do território bretão. Pouco tempo depois, novas ondas de grupos saxões igualmente teriam ido para a Bretanha, motivados por chamados dos irmãos, que comentavam com os recém-chegados sobre o despreparo bélico dos bretões³⁹. Os crescentes contingentes teriam sido suficientes para ocupar uma porção significativa do território⁴⁰. Ainda assim, é importante frisar que houve certa integração cultural entre bretões e pictos quanto às novas instituições anglo-saxões que iam sendo formadas. Para Yorke, haveria certo papel cumprido nesse sentido por missionários bretões vindos de Iona em direção ao Reino de Dalriada, com a função também de propiciar a integração das comunidades cristãs de cultura celta ainda existentes na região⁴¹.

Com a limitada oferta de fontes contemporâneas, os estudos da Inglaterra anglo-saxônica, ao analisarem período e processos tão recuados, acabam por recorrer à arqueologia. No entanto, esse tipo de pesquisa tende a gerar seus próprios problemas, e acabam por não responder àqueles primeiramente suscitados pelos historiadores. Por sua vez, as fontes narrativas posteriores, como Beda, o Venerável, hagiografias e mesmo cartas do período, contêm informações geralmente conflitantes, o que dificulta seu cruzamento com os resultados produzidos pela arqueologia⁴².

De qualquer forma, é importante apontar que a arqueologia tem demonstrado, por intermédio de estudos recentes, uma modificação nas práticas de enterros. Segundo Patrick Sims-Williams, as covas, muitas vezes coletivas, e sua orientação no sentido do Sol, podiam indicar a presença de práticas cristãs associadas ao morto. Isso poderia ser fortalecido por certos objetos encontrados no interior das tumbas⁴³. De qualquer maneira, e de acordo com o mesmo autor, a ausência desse tipo de orientação em algumas regiões, assim como a escassez de um espólio no interior de tumbas, não deveria ser tomado como indício da subsistência de práticas pagãs, o que se associa à

³⁹ Ibidem, p. 9.

⁴⁰ YORKE, Barbara. *Kings and Kingship*. In: STAFFORD, Pauline. *A Companion to the Early Middle Ages – Britain and Ireland – c.500-1100*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009, p. 51.

⁴¹ Ibidem, p.86.

⁴² STAFFORD, Pauline. *A Companion to the Early Middle Ages – Britain and Ireland*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013, p.34-35.

⁴³ SIMS-WILLIAMS, Patrick. *Religion and Literature in Western England – 600 – 800*. In: KEYNES, Simon; LAPIDGE, Michael. *Cambridge Studies in Anglo-Saxon England*. Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.59-62.

natural dificuldade de datação de tumbas daquele período⁴⁴. Em todo caso, a historiografia tende a optar, assim, pelo aporte de fontes constituído entre os séculos VIII e X. Trataremos sobre tais fontes ao longo deste tópico.

Segundo a chamada Crônica de 449, na entrada do ano de 449:

[...] Aqueles homens vieram de três tribos dos germânicos; dos antigos saxões, dos anglos e dos jutos. Dos jutos veio o povo de Kent e da Ilha de Wight [...] Dos antigos saxões, os saxões do leste, os saxões do sul e os saxões do oeste. Dos anglos [...] vieram os anglos do leste, os anglos médios, os mércios e todos da Northúmbria⁴⁵.

No mesmo sentido, Beda, o Venerável (c.672-c.735), em sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, evidencia as diversas ocupações da Bretanha por esses três povos de origem germânica. O cronista enfatiza o paganismo desses povos e seu desprezo pelas estruturas eclesiásticas e pelos monges romanos ainda presentes no território, o que resultou em grande morticínio⁴⁶.

Os primeiros momentos após a conquista por parte dessas populações germânicas são marcados por sensível diminuição na produção escrita, motivada pelo quase desaparecimento de uma estrutura eclesiástica na região e pelo fato de tais culturas germânicas serem majoritariamente ligadas a tradições orais⁴⁷. Como sintoma disso, James Campbell⁴⁸ lembra que uma das poucas fontes nativas produzidas antes do ano 600 advém do monge celta Gildas (c.500-c.570), a *De Excidio et Conquestu Britanniae*⁴⁹. Como procuraremos demonstrar ainda, essa tradição oral terá sensível importância quanto à constituição de uma cultura literária bastante distinta das observadas no continente.

Henrique de Huntingdon, um dos historiadores que nos embasam, ao narrar esse período de conquista e assentamento na Inglaterra, identifica ao menos sete grandes reinos, o que chamou de heptarquia⁵⁰: Wessex, Essex, Sussex, Kent, Mercia,

⁴⁴ *Ibidem*, p. 62-64.

⁴⁵ WHITELOCK, Dorothy. *The Anglo-Saxon Chronicle. Op. cit.*, p. 10.

⁴⁶ SELLAR, A. M. *Bede's Ecclesiastical History of England*. London: George Bell and Sons, 1907, p. 30-31.

⁴⁷ STENTON, Frank M. *The Anglo Saxon England*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 192.

⁴⁸ CAMPBELL, James. *The Anglo Saxons*. Londres: Penguin, 1991, p. 23.

⁴⁹ Em sua obra, o historiador Gildas, o único autor de uma narrativa considerada bastante próxima do processo de conquista da Bretanha, portanto das migrações germânicas, aponta, segundo Sims Williams, interessantes referências a nomes de lugares. De acordo com esse autor, a presença de nomes de deuses e elementos da cultura pagã germânica poderiam ser observada em localidades de cultura anterior originalmente romano-bretã (SIMS-WILLIAMS, Patrick. *Religion and Literature in Western England – 600 – 800*. Op cit., p. 75-76).

⁵⁰ Apesar de ter sido bastante empregado na historiografia, atualmente o termo tem entrado em desuso, pelo fato de que recentes estudos arqueológicos têm fortalecido a premissa de existência de outros reinos menores. Um exemplo disso seria a existência de reinos clientes do Reino da Northumbria, como os

Northumbria e Anglia Oriental. Segundo Rodwell⁵¹, as estruturas da Igreja, assim como seu clero, em áreas centrais de dominação anglo-saxônica dificilmente sobreviveram. No entanto, algumas regiões, como Widford, Oxfordshire e Flawford, apresentaram, com base em estudos arqueológicos, indícios da existência de templos cristãos construídos junto a ou sob antigos templos romanos. Estes, por sua vez, parecem ter mantido algum tipo de conexão com Roma. Apesar dessa continuidade, passou a interessar a Igreja o envio, à Ilha, de uma missão de conversão.

A missão de cristianização da Inglaterra, arquitetada pelo papa Gregório Magno (c.540-c.604), liderada por Agostinho de Canterbury (? – 604), apontado como novo arcebispo dessa localidade, e direcionada ao Reino de Kent, tinha como igual motivação a necessidade de aproximar desse reino, politicamente, a Sé de Roma, uma vez que havia iniciado relações com os francos por intermédio do casamento do rei Æthelberth com a princesa Berta, filha de Cariberto I, rei dos francos⁵², casamento este realizado em algum momento antes da subida desse rei ao trono, ou seja, antes de 589.

No entanto, é preciso atentar para o fato de que o processo de cristianização da Inglaterra anglo-saxônica, iniciado no século VI, apresenta diferenças significativas, se comparado com as experiências observadas no continente⁵³. Segundo orientações do próprio Gregório Magno, em carta enviada no ano de 601 e relatada na *Historia* de Beda, os antigos templos pagãos não deveriam ser destruídos, e sim substituídos em seu uso como novos espaços de adoração cristã⁵⁴.

reinos de Deira e Bernícia, ou o sub-reino de Magonset, ligado ao reino da Mercia (SAWYER, P. H. *From Roman Britain to Norman England*. 2.ºed. London: Routledge, 1998, p. 21).

⁵¹ RODWELL, W. J. *Historic Church – A wasting asset*, Council for British Archaeology, Research Report 19. London, 1977. *Apud* SAWYER, P. H. *Op. cit.*, p. 91.

⁵² STENTON. *Op. cit.*, p. 105-106.

⁵³ É importante lembrar o processo de conversão dos saxões do continente, levado a cabo por Carlos Magno, em expedições punitivas e caracterizadas por extensos massacres, como o realizado em Verden, em 782.

⁵⁴ “[...] chegamos à conclusão de que os templos dos ídolos pagãos entre aquele povo não devem ser destruídos em hipótese alguma. Os ídolos deverão ser destruídos, mas os templos deverão ser aspergidos com água benta, os altares montados dentro deles e as relíquias depositadas lá. Pois se estes templos são bem construídos, eles devem ser purificados da adoração dos demônios e dedicados ao serviço do verdadeiro Deus. Desta forma, nós esperamos que o povo, vendo que seus templos não estão destruídos, possam abandonar seu erro e, se reunindo mais rapidamente em seu local familiar, possam vir a conhecer e adorar o verdadeiro Deus. E uma vez que eles tenham o costume de sacrificar muitos bois para os demônios, deixe que outra solenidade a substitua, como o dia [...] dos Santos Mártires cujas relíquias estão abrigadas lá [...]. Eles não mais irão sacrificar animais ao demônio, mas eles podem matá-los como alimento para venerar Deus, e dar graças ao Doador de Todas as Dádivas pela abundância que eles desfrutam”. “BEDE. *Op. Cit.* I, p.103.

Esse movimento de tradução cultural⁵⁵ – a partir do viés de Stuart Hall – na intenção de Gregório Magno⁵⁶ pauta-se na aproximação de figuras e práticas cristãs com as existentes na Inglaterra anglo-saxônica. Pode ser igualmente abordado a partir de Jacques Le Goff, como uma “desnaturação”⁵⁷. Segundo essa ideia, há esvaziamento e ressignificação de práticas culturais, geralmente mágicas e folclóricas, que acabam por serem inseridas no novo paradigma religioso, ainda que parte original da prática coexista com o novo escopo cristão⁵⁸.

Apenas recentemente as práticas mágicas anglo-saxônicas e sua ressignificação frente ao cristianismo durante o período de conversão tem sido alvo do interesse dos historiadores. Segundo Elton Medeiros, a compreensão do funcionamento da religião saxã em período recuado é bastante complexa, em parte devido aos motivos materiais já citados⁵⁹. Essa ressignificação de práticas de fundo pagão, no interior do processo de cristianização e de retorno da língua latina, pode ser associada a processos paralelos, mas, a nosso ver, de importância sensível para a compreensão da formação de uma cultura escrita. Essa reinvenção de uma tradição germânica seria igualmente possibilitada pelo cenário de conflitos constantes, entre os séculos IV e VI. Como procuramos apontar, esse período marca, em um primeiro momento, uma série de lutas de uma série de chefes locais de origem romano-bretã e de origem saxônica pelo

⁵⁵ Tomamos Stuart Hall como referência para uma ideia de hibridismo cultural. Nesse caso, partimos da premissa de que o hibridismo cultural, sendo uma prática multiculturalista apenas possível em sociedades multiculturais, como a Inglaterra Anglo-Saxônica da Alta Idade Média, ou o Ducado da Normandia, caracteriza-se como um processo marcado por ambivalências e antagonismos, sempre resultado de negociações culturais. Por sua vez, essas negociações pressupõem a existência de um conjunto de relações de poder desiguais, em que os agentes envolvidos estão em posições distintas em relação à legitimidade. Em ambas as vias de interação cultural existiria o movimento de tradução cultural. Seria um processo pelo qual matrizes culturais podem negociar e se interpretar, o que permitiria certa assimilação sem, no entanto, o desaparecimento das identidades originárias (HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu de Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 88-89; HALL, Stuart. *A Questão Multicultural*. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003, p.51-80).

⁵⁶ FLETCHER, Richard. *The Barbarian Conversion*. California: Henry Holt, 1999, p. 253-255.

⁵⁷ LE GOFF, Jacques. *Time, Work and Culture in the Middle Ages*. Trad. Arthur Goldhammer. Chicago: University of Chicago Press, 1980, p. 157.

⁵⁸ *Idem*, p. 158.

⁵⁹ Em raros casos, o aparato de conversão cristã importava-se em registrar em sua originalidade as práticas pagãs dos anglo-saxões, ainda que haja exceções. Já no século VIII, o chamado *Book of Royal Prayer* é um exemplo claro de persistência das práticas mágicas da tradição oral germânica no interior da nova estrutura cristã nos reinos anglo-saxônicos. Tendo sido proibido pelo Concílio de Clofesho de 747, realizado no reino da Mércia, há na obra a ressignificação de antigos encantamentos anglo-saxônicos, assim como a orientação para a criação de amuletos. Chama a atenção igualmente uma prece feita “[...] a proteção de todos os membros do corpo contra as investidas de satanás, o diabo e dos elfos, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (SIMS-WILLIAMS, Patrick. *Religion and Literature in Western England 600-800*. In: *Cambridge Studies in Anglo-Saxon England*. N°3. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 54-55; 279).

controle de regiões⁶⁰. Tais lutas seriam igualmente motivadas pela ruptura das elites locais com a administração central romana no início do século V⁶¹.

Com a sistematização da ocupação anglo-saxônica, há sensível fragmentação da autoridade política entre os reinos saxônicos. As estruturas romanas existentes teriam sido enfraquecidas quanto a sua influência cultural. Em todo caso, como mostra Ian Woods, pesquisas arqueológicas têm mostrado que, já no século V, antigas construções eclesiásticas romanas teriam sido aproveitadas por anglo-saxões, assim como certa lógica de ocupação das cidades. Incluem-se ocupações de certos locais para culto aos mortos⁶². Isso teria permitido a presença, por um período de tempo considerável, de uma cultura germânica com poucas influências continentais⁶³. Igualmente, o cenário previsto seria de intensa negociação e tradução cultural entre os agentes envolvidos nesses processos.

A conversão não poderia representar uma ruptura total com uma cultura germânica estabelecida na Ilha, devendo as missões de conversão buscar uma ressignificação dessas mesmas estruturas, das quais os reis saxões eram os principais canalizadores.

Agostinho de Canterbury teria, com a ajuda de Æthelberth, reconstruído ou reconsagrado uma antiga igreja romana em Canterbury, possivelmente a Igreja de Saint Martin. Movimento semelhante foi adotado por outros eclesiásticos, conjuntamente advindos com a missão de Agostinho. Esses eclesiásticos agora ocupavam os bispados de Londres e Rochester. Com o advento de uma cultura eclesiástica letrada e erudita, teve início uma conexão com práticas de tradição germânica, como a tradição oral, que por sua vez era composta por elementos ritualísticos de encantamento mágico e memorialísticos⁶⁴. Esse hibridismo cultural acabou criando um centro de irradiação de uma produção escrita, tendo o Arcebispado de Canterbury como epicentro. Igualmente e

⁶⁰ STAFFORD, Pauline. *A Companion to the Early Middle Ages – Britain and Ireland c.500-1100*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, pp.4-51;

⁶¹ CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michael (orgs). *The Cambridge Ancient History*, vol. XIV: *Late Antiquity: Empires and Successors*, a.d. 425-600. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.8-15.

⁶² De acordo com o mesmo autor, achados arqueológicos na região de Wroterex resultaram numa verdadeira revolução nos estudos arqueológicos ingleses. Nesta pesquisa específica, foram encontrados fortes indícios de reutilização da estrutura romana pelos anglo-saxões recém-chegados. Basílias e abadias eram reconstruídas com funcionalidades voltadas à cultura germânica (WOODS, Ian. *The Final Phase*. In: TODD, Malcolm. *A Companion to Roman Britain*. Malden: Blackwell Publishing, 2004, p. 430-431).

⁶³ WORMALD, Patrick. Anglo-saxon Society and his literature. In: GOLDEN, Malcolm; LAPIDGE, Michael. *The Cambridge Companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 3-4.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 255-258.

em conjunto com a cristianização, haveria a possibilidade da recriação de uma história do povo anglo-saxônico com base também em uma cultura escrita, pautada em grande parte em uma orientação veterotestamentária⁶⁵.

A identificação dos anglo-saxões com o Velho Testamento é comparável ao que ocorre com sociedades vizinhas, como a dos francos. No caso destes, com maior manutenção da cultura administrativa romana, após o processo de expansão do reino franco, houve maior identificação com a própria História romana. A reelaboração da identidade franca cristã foi construída com base numa genealogia romana, ou seja, igualmente deveria transcender uma origem troiana⁶⁶. A identificação dos ilhotas anglo-saxões com o Velho Testamento seria igualmente explicada pelo fato de essa obra narrar as epopeias de uma tribo ligada a um Deus belicoso. Isso permitia a mudança para uma concepção religiosa e genealógica – ou seja, identitária - sem, no entanto, representar profundas mudanças em sua estrutura social⁶⁷.

A produção escrita anglo-saxônica recebeu nova guinada com um novo arcebispo de Canterbury de nome Teodoro, no início do século VII. Segundo Joseph McGowan, Teodoro seria um bizantino de origem grega e teria vivido por alguns anos no interior daquele império, tendo estudado em Edessa e Antioquia, onde teve contato com a língua siríaca e a grega. Por volta de 667, Teodoro de Tarso estaria em Roma, quando soube da morte do então arcebispo de Canterbury, Wigheard. O então Papa Vitaliano nomeia Teodoro para o posto de Arcebispo de Canterbury⁶⁸.

Em sua ida para a Inglaterra Teodoro é acompanhado por outras duas figuras de importância: Adriano, monge que posteriormente ira suceder Teodoro como arcebispo de Canterbury, e Benedito Biscop, que, diferentemente de Teodoro e Adriano,

⁶⁵É possível falar em uma identificação ou mesmo predileção pelo Velho Testamento pela sociedade anglo-saxônica, diretamente justificada por elementos culturais preexistentes. Essa identificação se daria em primeiro lugar pelas descrições belicosas do Deus cristão deste Testamento, que vence seus inimigos e guia seu povo escolhido à vitória. Essa aproximação teria sido feita com base numa construção de Deus durante o processo de conversão dos reinos anglo-saxões. Neste sentido, não teriam sido raras as menções a Deus como senhor da glória (*wuldres waldend*), líder das vitórias (*sigora waldend*) e rei das vitórias (*sigora soðcnyng*). Além disso, elementos típicos da cultura cristã, como a própria oração do Pai Nosso, sofreriam uma adaptação voltada aos elementos guerreiros, possuindo em seus versos, então, uma superestimação do ideal do combate contra forças malignas (CHANEY, William A. *The Cult of Kingship in Anglo-Saxon England*. Manchester: Manchester University Press, 1999, 46-52. MAYR-HARTING, Henry. *The coming of Christianity to Anglo-Saxon England*. Avon: Penn State Press, 1994, p. 220. MEDEIROS. *O Poder das Letras*. Op. cit., p. 236. MEDEIROS. *Uma introdução ao Estudo da Conversão e das Práticas Mágicas na Inglaterra Anglo-Saxônica*. In: *Revista Brathair*. Nº10 (1), 2010, p. 58).

⁶⁶ MEDEIROS. *O Poder das Letras*, Op. cit., p.236.

⁶⁷ WORMALD, Op cit., p. 6-7.

⁶⁸ McGOWAN, Joseph. In: PULSINANO; THEHARNE. Op. cit., p. 18.

advinha de uma família anglo-saxã que residia até então em Roma⁶⁹. Biscop, segundo Beda, havia fundado os mosteiros de Monmouth (c.674) e Jarrow (c.682), no Reino da Northumbria, levando consigo uma série de livros para aquela região. Além disso, Benedito Biscop teria desempenhado papel crucial nos primeiros anos da formação monástica de Beda⁷⁰.

O arcebispado de Teodoro, assim como passagens de sua vida anteriores a esse cargo, é conhecido, em primeiro lugar, pelas narrativas de Beda e dos monges Adhelm (c.639-709) e Stephen de Ripon. A partir de uma base administrativa da Igreja da Inglaterra, criada por Agostinho na região de Canterbury, Teodoro deveria solucionar alguns problemas encontrados. Segundo Michael Lapidge, Teodoro havia encontrado uma série de bispados vagos, o que acabava por ocasionar a adoção de práticas eclesiásticas diversas, que se distanciavam das práticas romanas seguidas por Teodoro. Assim, a partir da nomeação dos novos bispos, o arcebispo levou a cabo, por intermédio do Sínodo de Hertford, em 673, a aplicação de uma regra canônica por toda a Inglaterra, baseada diretamente na *liber canonum*⁷¹.

Teodoro e Adriano tinham grande interesse nas regras eclesiásticas e em sua estrita observação. Essas inclinações levaram, a partir da base deixada por Agostinho, à criação da chamada Escola de Canterbury. O conhecimento da língua grega por Teodoro favoreceu a tradução de regras monásticas gregas para o latim e sua aplicação em diversas igrejas e abadias inglesas. Uma dessas obras seria a chamada *Laterculus Malalianus*, um pequeno tratado cronográfico, em parte exegético e em parte construído sobre fontes patrísticas gregas, principalmente a *Chronographia* de John Malalas⁷², mesmo movimento observado sobre o esforço de tornar presentes na Escola cópias de ao menos partes dos trabalhos de Homero.

Com base em extenso conhecimento da língua grega, Teodoro ainda teria trazido à Inglaterra o modelo octossilábico, ao utilizar-se desse recurso em um poema endereçado ao bispo Hæddi de Wessex (676-705)⁷³. Assim, a métrica grega aparece como sintoma da sólida formação de Teodoro nos clássicos e das influências agora

⁶⁹ *Ibidem*, p. 19-20.

⁷⁰ BEDE. *Ecclesiastical History*. *Op. Cit.*, p.XXXIV.

⁷¹ LAPIDGE, Michael. *The Career of Archbishop Theodore*. In: _____. *Cambridge Studies in Anglo-Saxon England*. Vol. 11. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 26.

⁷² *Idem*. *The Career of Archbishop Theodore*. *Op. cit.*, p. 29.

⁷³ LAPIDGE, Michael. *Theodore and the Anglo-Latin Octosyllabic Verse*. In: _____. *Anglo-Latin Literature*. Vol. I – 600-899. London: Hambledon Press, 1996, p. 225-235.

recebidas pela Igreja da Inglaterra⁷⁴. No entanto, apesar de Beda relatar esse período de Teodoro como “o mais feliz e próspero das igrejas inglesas”⁷⁵, nenhum dos textos em latim e em grego sobreviveram até nosso tempo.

A Escola de Canterbury, a partir dos auspícios das figuras de Teodoro e Adriano, passaram a atrair uma série de estudantes. Dessa maneira, foi possível a produção documental, sobretudo glosas, comentários sobre textos clássicos da tradição retórica cristã, daqueles tidos como os Pais Gregos da Igreja, como João Crisóstomo, Clemente de Alexandria, Basílio de Cesaréia, entre outros. Como método básico de ensino, Teodoro e Adriano parecem ter procedido a uma construção, junto aos alunos, de uma série de comentários comparativos, palavra por palavra, entre a Vulgata e a Septuaginta (versão hebraica da Bíblia em sua tradução para o grego), e o Novo Testamento⁷⁶. O já citado Adhelm, abade da Abadia de Malmesbury, será um dos estudantes notáveis da Escola de Canterbury.

As influências da Escola de Canterbury no Norte representaram forte desenvolvimento de uma produção artística, religiosa e literária que se fundia com a cultura anglo-saxã local, além da tradição celta já existente na região, por intermédio das primeiras missões. Um dos exemplos mais acabados disso encontra-se nos Evangelhos de Lindisfarne (Cotton Ms. Nero D.IV), que teriam sido confeccionados em honra ao Bispo Cuthbert (c.634-687). De acordo com Michelle Brown, os Evangelhos de Lindisfarne contariam com um programa artístico que conjugaria, além das influências já citadas, elementos de mundos cristãos distantes, como o ítalo-bizantino, bizantino, copta, armênio e sírio, funcionando assim como uma verdadeira “enciclopédia do mundo pós-romano”⁷⁷.

Além de colocar novas zonas da Inglaterra anglo-saxônica em contato com a cultura greco-romana trazida pela missão de Teodoro e Adriano, Michele Brown aponta para o fato de que a produção dos Evangelhos pode ter sido feita de maneira conjunta com outros dois mosteiros: Jarrow e Monmouth, igualmente fundados por iniciativa daquela missão. Isso demonstraria a presença de *scriptoriums* equipados, no interior de

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ BEDE. *Historia Ecclesiastica*. Op. cit., p.315.

⁷⁶ LAPIDGE, Michael. *Theodore*. In: BLAIR, John; KEYNES, Simon; SCRAGG, Donald. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. 2.ºed. Hoboken: Blackwell Publishing, 2014, p. 449.

⁷⁷ BROWN, Michelle P. *The Lindisfarne Gospels: Society, Spirituality and the Scribe*. Vol. I. Toronto: University of Toronto, 2003, p. 272.

tais abadias⁷⁸, conectados a estruturas econômicas que lhes possibilitariam o acesso a materiais como lápis-lazúli e, em certos casos, com o próprio ouro⁷⁹.

O sucesso da estruturação do cristianismo na Inglaterra e sua cultura escrita ainda podem ser exemplificados por meio de mais dois elementos de importância. O primeiro é a figura do monge agostiniano Beda, o Venerável (c.673-735), uma de nossas principais fontes para compreender a Inglaterra da Alta Idade Média.

Tendo vivido nos mosteiros de Jarrow e Monmouth, já citados, devido a sua proeminência na produção textual Beda teve acesso, por meio de seus tutores, a uma vasta biblioteca, na qual haviam textos bíblicos e patrísticos. Apesar da presença constante dos tutores, dentre os quais se destaca Benedito Biscop, Beda é considerado pela historiografia como um autodidata, pois desenvolveu estilo próprio e acurado sobre a narrativa histórica e os estudos da poesia e da prosa⁸⁰.

Ainda assim, é importante frisar que Jarrow e Monmouth gozavam de privilégios eclesiásticos e políticos. Como procuraremos demonstrar, a concessão de privilégios será essencial para o desenvolvimento de uma cultura letrada e, consequentemente, dos cronistas e crônicas aqui analisados. De acordo com Patrick Wormald:

[...] the Monkwearmouth-Jarrow sources tell us that the abbey's privilege and its confirmations' guaranteed the freedom of abbatial elections from outside interference. Hadrian's charter contains a similar provision. From Eddius, we learn that Wilfrid's charter protected the properties and revenues of his *regnum ecclesiarum*, excluded alien interference, and obstructed the conversion of Ripon into a Episcopal see⁸¹.

Apesar de não percebermos nesse momento a interferência direta do poder (ou dos poderes régios) existente na Inglaterra nas questões eclesiásticas em termos tão locais, observamos como a administração geral dos assuntos leigos e eclesiais é diretamente afetada pelo sucesso das gerações posteriores à Escola de Canterbury. O aparato próprio para a escrita permitiu a existência de documentos pertencentes ao âmbito político e burocrático. Cabe, nesse sentido, observar a presença de códices legais e regras de organização e convívio eclesiástico, frutos de cópias de documentos preexistentes e levados à Inglaterra pelas missões de Agostinho ou Teodoro e Adriano.

⁷⁸ *Ibidem*, p.53.

⁷⁹ BACKHOUSE, Janet. *The Lindisfarne Gospels*. New York: Cornell University Press, 1981, p. 32.

⁸⁰ BROWN, George Hardin. *A Companion to Bede*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2009, p. 1-2.

⁸¹ WORMALD, Patrick. *The Times of Bede*. In: BAXTER, Stephen (ed). *Studies in Early English and Christian Society and its Historian*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 8.

Apesar da vida isolada geograficamente, residindo nesses mosteiros northumbrianos Beda apresentou, por meio de sua principal obra, a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*⁸², um senso histórico preciso e motivado por um constante temor da simultânea falha dos estratos seculares e religiosos em levar a cabo reformas que ele considerava essenciais para a Igreja da Inglaterra⁸³. Com igual escopo, a História da Igreja da Inglaterra estaria então intimamente conectada com a do próprio povo inglês, propondo uma identidade comum e colaborando para a criação posterior da ideia de um destino cristão comum desse povo.

A *Historia*, ao referir-se aos ingleses como *angli*⁸⁴, preocupava-se com a escrita de uma história de um único povo, mesmo que ainda dividido em reinos distintos. Esse conceito está igualmente presente em escopos como o de Gregório de Tours e sua *Decem Libri Historiarum*, conhecida vulgarmente como *Historia Francorum*. Ao destacar a escolha do povo anglo-saxônico em sua narrativa, Beda estaria guiando sua obra através da tradição de Eusébio de Cesaréia e sua *Historia Ecclesiastica*, que nesse sentido diferencia-se da História Pagã e seu recorrente uso de fábulas e mitos explicativos a respeito de determinada realidade histórica. Em igual sentido, os northumbrianos, assim como os *angli*, seriam um povo escolhido por Deus. O mesmo pode ser observado por outros escritos de Beda, como uma série de comentários sobre textos do Velho Testamento, em especial os que assinalam o exílio do povo hebreu,

⁸² Como é nossa intenção demonstrar ao longo deste trabalho, a *Historia Ecclesiastica* de Beda será diretamente o modelo narrativo empregado por um de nossos cronistas analisados, Henry de Huntingdon. Isso, não apenas na adoção de título semelhante, mas na própria noção de um povo residente na Bretanha, fruto de diferentes conquistas e ocupações e ciente de sua escolha pelo divino e das mazelas sofridas em decorrência de seus pecados.

⁸³ *Ibidem*, p. 3-4.

⁸⁴ Como pontuamos, os anglos são apenas um dos povos que povoaram a Inglaterra a partir do século V. No entanto, a opção de Beda pelo termo “angli” em suas referências, em vez de “saxones”, bastante utilizado no continente, pode ter sua origem no histórico de leituras de Beda. Segundo Michael Richter, Beda, em sua obra, justifica a conversão dos anglos com base numa passagem pouco provável e relacionada ao Papa Gregório Magno. Nela, o papa, ao notar a presença de escravos anglos em Roma, havia se encantado com seus traços angelicais, pronunciando assim um trocadilho com os termos: He therefore again asked, what was the name of that nation? and was answered, that they were called Angles. “Right,” said he, “for they have an angelic face, and it is meet that such should be co-heirs with the Angels in heaven”. Essa passagem estaria na anônima Vida de São Gregório, com a qual, segundo este autor, Beda poderia ter tido contato. Não menos importante seria a *Liber Pontificalium*, um pequeno texto biográfico sobre Gregório Magno e também existente na Northumbria no período de Beda e igualmente notório no uso do termo *angli* para referir-se aos habitantes anglo-saxões da Bretanha. Dessa forma, a relação dos anglos no medievo com a Bretanha tornara-se então uma tradição narrativa, adotada, explorada e transmitida por Beda por meio da História (RICHTER, Michael. *Bede's Angli: Angles or English? In: Peritia*. Vol. 3, 1984, p. 99-114).

tema este que em seus comentários seria aproximado a poesias de teor elegíaco do Inglês Antigo⁸⁵.

A vasta produção de Beda (homílias, hagiografias, martirólogos, poemas e mesmo guias para referências da Bíblia) colocou-o entre um dos autores mais expressivos do medievo, sendo importante fonte para a historiografia, ao narrar o processo de transformação política da Inglaterra anglo-saxônica entre seus primeiros momentos até os anos 700. Nesse período, as muitas unidades políticas existentes foram desaparecendo, por conta de conquistas internas⁸⁶. Ainda sim, seu uso será notado em períodos posteriores da Inglaterra, como o Período Alfrediano (sécs IX-XI) e mesmo durante a Dinastia Normanda dos reis ingleses (1066-1135), na tradição anglo-normanda de escrita histórica.

Paralelamente ao advento de Beda como notório historiador nos séculos VII e VIII, outro elemento que demonstraria a presença de um campo propício para a produção de narrativas, por intermédio das instituições eclesiásticas, seria o sucessivo envio de monges anglo-saxônicos em direção ao continente. Dois casos de interesse seriam os de Bonifácio (Wynfreth, ou Wilfrid, em Old English) que, ao tornar-se Bispo de Mainz, colaborou para a circulação de uma série de obras produzidas em casas monásticas anglo-saxônicas⁸⁷. Das obras produzidas especificamente por Wilfrid, estaria a *Ars Grammatica* ou *Ars Bonifatii*, um tratado de gramática produzido a partir de modelos já existentes, como os de Isidoro de Sevilha, Aldhelm, a tradição hiberno-latina e mesmo referências mais antigas, como o gramático latino Prisciano e o teólogo e bispo Donatus⁸⁸.

Outra figura proeminente seria Alcuíno de York (735-804), que desempenhou função de conselheiro na corte de Carlos Magno e de diretor de seu colégio em Aachen. Segundo Einhard, o biógrafo oficial de Carlos Magno, com sua *Vita Karoli*, teria sido assim que Alcuino, com a ajuda de Pedro de Pisa, desenvolveu o conhecimento da língua latina do imperador franco⁸⁹. Além disso, ao lado de figuras

⁸⁵ BROWN, George Hardin. *Op. cit.*, p. 43-44.

⁸⁶ WORMALD, Patrick. *The Anglo Saxon Society. Op. cit.*, p. 2.

⁸⁷ MCGOWAN, Joseph. *An Introduction to the Corpus of Anglo-Latin Literature*. In: PULSIANO, Phillip; TREHARNE, Elaine (ed.). *Blackwell Companions to Literature and Culture: A Companion to Anglo-Saxon Literature*. 2001, p. 28-29.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 29.

⁸⁹ BULLOUGH, Donald A. *Alcuin: Achievement and Reputation*. In: *Education and Society in the Middle Ages and Renaissance*. Vol. 16. Leiden: Brill, 2004, p. 21.

como a do abade Fulrad, de Paulinus de Cesaréia e do próprio Pedro de Pisa, colaborou para o desenvolvimento do chamado “Renascimento Carolíngio”⁹⁰.

Observamos, no entanto, do início do século IX até aproximadamente a década de 880, uma estagnação ou mesmo diminuição da produção escrita na Inglaterra. Acreditamos, em primeiro lugar, que essa sensível retração na produção literária, e mesmo burocrática, como apontamos, deu-se em boa medida em decorrência das invasões escandinavas na Bretanha. Os sistemáticos ataques a abadias, cidades e regiões inteiras tinham como principal objetivo a obtenção de ouro e prata em quantidades consideráveis, além de fama e, em alguns casos, a própria conquista e posse do território⁹¹.

O caso inicial, amplamente explorado pela historiografia, e sintomático sobre esse tipo de motivação, seria o saque ao mosteiro de Lindisfarne, em 793⁹², o que igualmente marcaria o início da chamada Era Viking⁹³. Ainda assim, apontamos ser cauteloso notar que as invasões vikings ao território anglo-saxônico, como em outros reinos cristãos, não poderiam ser, por si só, a razão da criação de um ambiente árido à produção escrita⁹⁴.

⁹⁰*Idem*. Assim como procuramos apresentar, no caso northumbriano a chamada “Renascença Carolíngia” surge a partir do interesse do imperador Carlos Magno junto à educação. Tal movimento, por intermédio da ação de uma série de clérigos convidados ao redor da Europa e a serviço do imperador resultou num surto de produção de conhecimento em várias áreas do então Império Carolíngio. Temos como exemplos importantes desse momento o uso da chamada minúscula carolíngia, um tipo de grafia mais compacta que a utilizada normalmente, mas que dava homogeneidade à escrita, tornando-a mais legível e garantindo que as cópias fossem autênticas. Igualmente, observou-se uma recuperação sensível, durante o governo do imperador, da astronomia – cuja reinserção na *quadrivium* deve-se muito a Alcuino –, que deveria simbolizar, a partir da observação dos astros celestes magníficos, o poder imperial e, ao mesmo tempo, antevisões astrológicas de um governo sábio (FRIAÇA, Amâncio César Santos. A Corte e as Estrelas: A astronomia durante o Renascimento Carolíngio. In: *Revista Signum*. N° 2 (2000). São Paulo: ABREM, 2000, p. 149-166; EASTWOOD, Bruce S. *Ordering the Heavens: Roman Astronomy and Cosmology in the Carolingian Renaissance*. In: THIJSEN, J.M.M.H; LUTHY, C. H. (eds). *Medieval and Early Modern Science*. Vol. 4. London: Brill, 2008, p. 1-18).

⁹¹ D’HAEGENS, Albert. *As invasões normandas, uma catástrofe?* Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. Paris: Flammarion, 1970, p. 34.

⁹² Segundo a entrada do ano 793 da Crônica Anglo-Saxônica: 793. This year dire forwarnings came over the land of the North-humbrians, and miserably terrified the people; these were excessive whirlwinds, and lightnings; and fiery dragons were seen flying in the air. A great famine soon followed these tokens; and a little after that, in the same year, on the 6th before the Ides of January, the ravaging of heathen men lamentably destroyed God's church at Lindisfarne through rapine and slaughter. And Siga died on the 8th before the Kalends of March. (Domínio Público. The Anglo-Saxon Chronicle. London: Everyman Press, 1912. Disponível em: <http://omacl.org/Anglo/part2.html>).

⁹³ De acordo com Stefan Brink e Neil Price, a chamada Era Viking estende-se de 793, com o ataque a Lindisfarne, no Reino da Northumbria, até 1066. A Era Viking teria seu fim marcado pela derrota do exército norueguês liderado por seu rei Harald Hardradda, na batalha de Stamford Bridge, anterior em aproximadamente uma semana à batalha de Hastings. Apesar de tal sensível derrota, há menções da tentativa de invasões nórdicas à Inglaterra nos anos de 1070, pelo rei Sven Estridsson, e de 1075, com Cnut, filho de Sven (BRINK, Stefan; PRICE, Neil. *The Viking World*. London: Routledge, 2008, p. 1-11).

⁹⁴ STENTON, Frank M. *The Anglo-Saxon England*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 190-191.

Ao longo do século IX, o cenário agravou-se. Em termos gerais, as invasões vikings resultaram numa significativa redução do território ocupado pelos reinos anglo-saxões, limitando-se da região de Wessex até a Cornuália. A vasta região ocupada pelos nórdicos estendia-se de York, tomada do Reino da Northumbria, até Londres, anteriormente posse do Reino de Wessex. No entanto, essa vasta região ocupada pelos escandinavos, denominada *Danelaw*, não pode ser entendida com uma região homogênea, principalmente quanto a seus impactos em relação a uma tradição retórica local. De modo geral, como apontamos, há sensível escassez de material escrito, destacando-se, a nosso ver, alguns exemplos de glosas bíblicas e um poema ligado a São Swithun (c. 862)⁹⁵. Para além do pouco espólio da cultura literária sobrevivente, estariam fontes posteriores, como passagens das Crônicas Anglo-saxônicas posteriormente transcritas dos Anais de York⁹⁶.

Tal cenário bastante dramático para os anglo-saxões passou a reverter-se apenas com a ascensão de Alfred, filho de Æthelwulf, ao trono do Reino de Wessex, em 871. A partir de uma série de campanhas militares, Alfred pôde infringir derrotas aos escandinavos, como na Batalha de Edington, em 878, e a posterior conquista de Londres, em 886. O produto das crescentes e decisivas vitórias conquistadas por Alfred levou a maior estabilização das relações entre anglo-saxões e escandinavos, o que permitiu ao rei de Wessex negociar um acordo com o principal líder viking, Guthrum, o Velho, que demarcaria os limites da ocupação nórdica na Inglaterra. O poder exercido por Alfred, segundo a Crônica Anglo-Saxônica, fez com que ele fosse chamado de rei dos anglo-saxões, o primeiro caso desse tipo na Ilha.

No entanto, o governo de Alfred não se destacou apenas pelos aspectos militares. Interessa-nos aqui, sobretudo, seus esforços em prol de reformas nos âmbitos da cultura e da religião. Em termos eclesiásticos, a condição da Igreja na Inglaterra é sumarizada numa carta utilizada como prefácio de uma tradução da *Pastoral* (MS Bodley Hatton 20) de Gregório Magno. Nessa carta é dito, em nome do rei:

Learning had declined so thoroughly in England that there were very few men on this side of Humber who could understand their divine services into

⁹⁵ MEDEIROS, Elton. *O Poder das Letras: cristianismo e magia no Pater Noster* anglo-saxônico. Op. cit., p. 239.

⁹⁶ HADLEY, D. M. The Northern Danelaw – Its Social Struture c.800-1100. In: BROOKS, Nicholas (ed). *Studies in the Early History of Britain*. London: Leicester University Press, 2000, p. 5-6.

English [...]. There were so few of them that I cannot recollect even a single one south of the Thames when I succeed to the kingdom⁹⁷.

De acordo com Barbara York, tal afirmação, um tanto exagerada, diria mais sobre a condição do monasticismo na Inglaterra do que propriamente sobre a impossibilidade de encontrar gente letrada na Ilha. Em diferentes regiões, como em Winchester, documentos relativos a arrendamentos eram produzidos e utilizados por leigos em inglês antigo. Por outro lado, documentos cuja intencionalidade seria menos volátil, como transações de maiores porções de terra, continuaram a ser feitos em latim⁹⁸. Dessa maneira, seria dificultoso atestar os impactos da presença escandinava na Inglaterra como agente de diminuição do emprego de tais línguas na produção escrita, devido à curta duração material de uma parcela desses documentos.

Mesmo diante dessa produção escrita, acreditamos ser preciso pensar que nem todos os segmentos do clero, mesmo os que viviam em clausura, eram íntimos das letras. Isso seria potencializado pelo fato de que em fins do século VIII e início do século IX, por intermédio dos Sínodos de Clofesho, ocorridos na Mércia, a relação entre os bispos e os monastérios tornar-se-ia mais rigorosa, e o poder dos bispos, aumentado. Isso levou os reis e mesmo os diversos bispos a aumentarem seus domínios em relação às terras ligadas às abadias, onde, em muitos casos, a comunidade era substituída por grupos de monges, que deveriam viver em possessões diminutas⁹⁹. Proporcionalmente, a possibilidade de acúmulo de riquezas por intermédio da terra de bispos e reis acabou por diminuir o espólio das grandes igrejas ligadas aos monastérios próximos.

Como apontado por esse autor, as influências carolíngias no reinado de Alfred serão diversas. De qualquer maneira, acreditamos ser interessante retomar parte desse processo, assim como observar a rede de relações estabelecidas entre a Casa de Wessex e os francos, como motor para o movimento de reforma levado a cabo por Alfred e seus descendentes.

Com o advento de maior estabilidade territorial conquistada, campo propício se estabeleceu para que Alfred pudesse trazer para a região de Wessex uma série de estudiosos, sobretudo da Mércia e do continente. Na década de 880, Alfred contava em sua corte com figuras como as do bispo Wærferth de Worcester e de Asser, um monge galês de Saint David, que se aproximou de Alfred graças a sua relação com os reis

⁹⁷ YORK, Barbara. *Wessex in the Middle Ages*. London: Leicester University Press, 1995. *Apud* KEYNES, S.; LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great*, 1983.

⁹⁸ YORK, Barbara. *Wessex in the Middle Ages*. *Op. cit.*, p. 192.

⁹⁹ YORK, Barbara. *Wessex in the Middle Ages*. *Op. cit.*, p. 196.

galeses, além da possibilidade de patronato. Durante o período sob a corte de Alfred, foi concedido a Asser o controle dos mosteiros de Banwell e Congresbury, em Somerset. Pouco tempo depois um mosteiro maior, em Exeter, foi entregue a sua pessoa. O auge de sua carreira na Inglaterra deu-se em algum momento entre 892 e 900, quando sucedeu Wulfsige como bispo de Sherborne até a data de sua morte, em 908 ou 909¹⁰⁰.

Outras duas figuras de importância para a compreensão do reavivamento na produção escrita são os monges Grimbald de Saint Bertins, monge de abadia homônima localizada em Saint-Omer, na França, e João da Saxônia, estudioso e futuro monge da abadia de Athelney, fundada pelo rei Alfred em 888. Ambos os monges seguiram para a Inglaterra via território franco, o que demonstraria uma rede de conexões político-religiosas ainda existente com este reino no tempo de Alfred¹⁰¹.

O *corpus* de obras escolhidas por Alfred para circularem no reino, assim como as que deveriam cumprir papel semelhante a partir de tradução para o inglês antigo e o latim, estavam alinhadas com o interesse literário no século IX. Além disso, certo grupo de obras especialmente cumpriam papéis específicos para a sociedade anglo-saxônica. Medeiros faz um balanço importante sobre esse fato, o qual citamos aqui:

Enquanto a *Regula Pastoralis* mostrava o caminho a ser seguido por aqueles que comandavam, a obra de Boécio servia como um alento e uma apologia ao alicerce do ideário alfrediano: a sabedoria. A *Consolatio Philosophiae* é uma obra mais famosa de Boécio, que viveu entre fins do século V e meados do século VI. Nascido numa antiga família de aristocratas romanos foi executado a mando de Teodorico, o Grande, sob a suspeita de traição. Escrita em seu tempo na prisão, enquanto aguardava por sua condenação, a *Consolatio Philosophiae* trata-se de uma reflexão na forma de diálogo entre o autor e a Senhora Filosofia a respeito de vários temas, como a transitoriedade da fama e das riquezas e o benefício da sabedoria. Entretanto, para um rei saxão sofrendo com os ataques de invasores escandinavos, a imagem daquele filósofo romano em sua cela prestes a ser executado poderia não ser agradável. Boécio não possuía a “autoridade” que Gregório Magno possuía, e dessa forma Alfred se sentiu livre para “traduzir/adaptar” a obra de uma forma mais adequada ao inglês antigo. Ao invés da figura do filósofo e da *Philosophiae*, na tradução de Alfred o diálogo se dá entre a “mente”, o “espírito” (mod, em inglês antigo) e a Sabedoria¹⁰².

Assim, a Pastoral de Gregório Magno, bem como a obra de Boécio, tinham a principal função de fornecer um caminho por intermédio da sabedoria a todos aqueles

¹⁰⁰ ABELS, Richard P. *Alfred the Great – War, Culture and Kingship in Anglo-Saxon England*. London: Routledge, 2013, p. 10-11.

¹⁰¹ YORK, Barbara. *Wessex in the Early Middle Ages*. *Op. cit.*, p. 200.

¹⁰² MEDEIROS, Elton O. *Dominus Exercituum: política, poesia heróica e narrativa bíblica durante o período alfrediano*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo, 2011, p. 153-154.

que estavam em posição administrativa, fosse ela laica ou religiosa¹⁰³. No entanto, outras obras ganharam uma nova guinada sob o governo de Alfred e, mesmo, foram re-elaboradas de maneira inventiva, tanto em latim como em inglês antigo. Um dos casos mais significativos encontra-se na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, de Beda, o Venerável.

Em primeiro lugar, é importante pontuar que essa obra foi traduzida do latim para o inglês antigo durante o reinado de Alfred e que foi amplamente utilizada e comentada por cronistas, hagiógrafos e missionários na Inglaterra e no continente¹⁰⁴. Aferimos, assim, que mesmo em ambientes hostis, como demonstrado com as invasões escandinavas, de alguma forma a produção escrita na Inglaterra anglo-saxônica desenvolveu-se.

No entanto, interessa-nos retomar o escopo da obra de Beda e sua alocação no interior da proposta de reforma cultural do rei Alfred. Já pontuamos aqui o esforço de Beda em interpretar a realidade da Bretanha em termos de dotar os seus habitantes de uma identidade comum por intermédio do cristianismo. Porém, as fontes advindas da tradição cristã e utilizadas por Beda podem nos indicar mais do que isso. Beda, ao fazer a exegese dos textos bíblicos, fez uma aproximação da realidade dos habitantes da Bretanha, sobretudo dos anglo-saxões, com a ideia de *populos israhel*¹⁰⁵.

De acordo com esse mito, os ingleses sob Alfred estariam, devido às invasões escandinavas, sofrendo os mesmos infortúnios que os bretões e que os hebreus, quando estes se afastaram de Deus, no Velho Testamento. As sucessivas vitórias sobre os invasores, assim como o sucesso das reformas de Alfred, reforçavam a ideia de que os anglo-saxões seriam o povo escolhido por Deus, assim como a Inglaterra representaria a Nova Israel. Essa ideia era reforçada sobretudo por uma genealogia sagrada, que os conectava a um quarto apócrifo filho de Noé¹⁰⁶. Dessa forma, a criação de uma unidade eclesiástica e secular estava no horizonte da Casa de Wessex, sendo transmitida para os herdeiros dessa casa, Edward, o Velho (899-824), e seu neto, Æthelstan (rei de 924 a 927), considerado o primeiro rei de toda a Inglaterra, governando anglo-saxões e escandinavos, recebendo assim o título de *bretwalda*. Seguindo assim uma trilha cultural e política alicerçada por Alfred.

¹⁰³ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England – c.550 – c.1307*. London: Routledge, 1996, p. 48.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 17.

¹⁰⁵ MEDEIROS, Elton. *Dominus Exercituum*. *Op. cit.*, p. 143.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 143-144.

Os temas da guerra, da sabedoria cristã e da unidade eclesiástica e leiga aparecerão em outras traduções feitas por Alfred, como dos primeiros cinquenta salmos. Em um dos casos, o do Salmo 45 a partir da Vulgata, lê-se:

O senhor dos Exércitos está conosco, nossa fortaleza é o Deus de Jacó! Vinde ver os atos do Senhor, é ele quem na terra faz assombros: acaba com as guerras até o extremo da terra, que os arcos, despedaça as lanças, e atira os escudos no fogo. Tranquilizai-vos e reconhecei: Eu sou Deus, mais alto que os povos, mais alto que a terra! Senhor dos Exércitos está conosco, nossa fortaleza é o Deus Jacó!¹⁰⁷

Acompanhamos e nos alinhamos com o argumento proposto por Medeiros em sua tradução a partir do inglês antigo para esse salmo. Segundo a tradução desse autor:

O Senhor, Deus dos Exércitos, está conosco, e nosso defensor é o Deus de Jacó. Venha e veja a obra de Deus, e as maravilhas que Ele faz aqui na terra. Ele afasta de nós cada ataque, para bem longe além de nossas fronteiras; e Ele despedaça os arcos de nossos inimigos e arrebenta suas armas e queima seus escudos. Então Deus respondeu ao espírito do profeta, e disse novamente através do profeta, “Tranquilizem-se agora, e veja que Eu sozinho sou Deus, e ergam-me acima dos povos estrangeiros: e mesmo entre estes povos Eu sou exaltado”. O Senhor, Deus dos Exércitos, está conosco, e nosso defensor é o Deus de Jacó¹⁰⁸.

Como procuramos mostrar como tradição retórica da Inglaterra anglo-saxônica, aqui é possível observar como as tradições cristãs e germânicas se fundem no âmbito da adequação instrumental do Deus do Velho Testamento para a realidade anglo-saxônica. O Deus cristão, que põe fim aos inimigos dos povos arrebanhados, é o mesmo Deus que aqui aparece como senhor dos exércitos, fortalecendo os anglo-saxões a resistirem e destruírem seus inimigos escandinavos. A supremacia dos anglo-saxônicos como *populus israhel* aparece novamente, e haveria certa aproximação do Deus cristão com as deidades guerreiras, ligados a um passado de matriz continental dos anglo-saxões, cuja apropriação dar-se-á nessa etnogênese.

Além da citada *Vita Ælfredide* Asser, que nos mostra um bem desenvolvido aparato para a escrita da história na Inglaterra do período, outro projeto de Alfred denota a capacidade desse tipo de produção em várias instituições eclesiais: a Crônica Anglo-Saxônica, fonte essa que igualmente será utilizada pelos autores analisados em nossa pesquisa e ligados a uma tradição retórica anglo-normanda.

A Crônica seria uma compilação de uma série de anais já existentes, contendo a história dos anglo-saxões em Wessex. Cópias seriam feitas e então deveriam chegar a

¹⁰⁷MEDEIROS, Elton. *Dominus Exercituum. Op. cit.*, p. 203.

¹⁰⁸ SALMOS XLV: 6-10 *apud*. MEDEIROS, Elton. *Dominus Exercituum. Op. cit.*, p. 203.

monastérios em diversas regiões da Inglaterra. De maneira geral, tem-se mostrado um consenso de que a Crônica foi construída em primeiro lugar como um instrumento legitimatório do poder da Casa de Wessex. Nela os feitos de Alfred seriam narrados e alcançariam regiões distantes do crescente reino¹⁰⁹.

Apesar de o manuscrito original ter-se perdido, nove cópias (não necessariamente a partir do original) são conhecidas e representadas pelas letras A até I. No caso do exemplar mais antigo, a Crônica de Winchester (A), elementos importantes podem ser notados a respeito da tradição retórica na Inglaterra. Em primeiro lugar, um cronista, após descrever a genealogia de Alfred, copia a Crônica até o ano de 891 – indicado na margem –, para em seguida interromper a escrita. Em intervalos curtos, outros cronistas assumem o trabalho, que segue até 924. Há uma descrição contemporânea das invasões escandinavas nos reinados de Alfred e Edward¹¹⁰. Juntamente com a narrativa dos anais, documentos de interesse surgem, como as Leis de Alfred¹¹¹, bem como poemas, tal como a narrativa da Batalha de Brunanburh, em 937, e a coroação do rei Edgar (959-975) e sua morte¹¹².

No entanto, é importante relembrar que o discurso literário histórico e o cronístico, que na antiguidade se diferenciavam, tendo como base a crônica de Eusébio e a Guerras Gálicas de César, no medievo não encontram tão firme distinção¹¹³. Isso se mostra bastante claro quando se analisa o discurso contido na Crônica Anglo-Saxônica. O auxílio de recursos retóricos¹¹⁴ é visível na entrada do ano 901¹¹⁵, na Crônica de Winchester, onde se lê:

¹⁰⁹ ABELS, Richard P. Alfred the Great. *Op. cit.*, p. 16.

¹¹⁰ SWANTON, Michael. *The Anglo-Saxon Chronicle*. London: Routledge, 1996, p.xxi.

¹¹¹ De acordo com Mary Richards, Alfred foi responsável por organizar o maior código de leis até então existente na Inglaterra, e parte sensível de tal esforço teria sido preservado durante o período normando. O esforço de Alfred significava organizar três códigos legais anteriores, sendo eles dos reis: Æthelberht de Kent (589-616), Ine de Wessex (688-726) e Offa da Mércia (757-796), cujos códigos datam de 602, 694 e 786, respectivamente. O código versa basicamente sobre um ordenamento societal, o que contemplaria uma regularização de normas para o casamento, respeito ao rei e às propriedades reais, além de uma vasta legislação sobre homicídio. Haveria a possibilidade de o acusado apresentar-se diante de uma figura responsável pelo julgamento com base na leitura do Código Alfrediano, com igual direito de apresentação de testemunhas de ambas as partes. As punições variavam de banimento, mutilação e até a morte (RICHARD, Mary P. The Laws of Alfred and Ine. In: DISCENZA, Nicole Guenther; SZARMACH, Paul E. A Companion to Alfred the Great. London: Brill, 2014, p. 282-283).

¹¹² *Ibidem*, p.xxii.

¹¹³ Isso estaria embasado numa categorização feita por Jerônimo de Estridão (347-420), da crônica de Eusébio de Cesaréia, que compreende a do bispo de Cesaréia, uma crônica portanto em fórmula não literária, e presença de forte apelo cronológico. Por outro lado, o autor identifica *De Bello Gallico*, de César, como uma história literária. Acreditamos que, apesar dessa distinção ser tomada pelos medievais, ela apresenta limites práticos. Ver a nota seguinte: GRANSDEN, Antonia. *Op. cit.*, p. 29.

¹¹⁴ Ainda que seja nossa intenção nos aprofundarmos na problemática da verdade em conexão com recursos retóricos para os cronistas ao longo deste trabalho, é importante definir algumas premissas que

This year died Alfred, the son of Ethelwulf, six nights before the mass of All Saints. He was king over all the English nation, except that part that was under the power of the Danes. He held the government one year and a half less than thirty winters; and then Edward his son took to the government. Then Prince Ethelwald, the son of his paternal uncle, rode against the towns of Winburn and of Twineham, without leave of the king and his council. Then rode the king with his army; so that he encamped the same night at Badbury near Winburn; and Ethelwald remained within the town with the men that were under him, and had all the gates shut upon him, saying, that he would either there live or there die. But in the meantime he stole away in the night, and sought the army in Northumberland. The king gave orders to ride after him; but they were not able to overtake him. The Danes, however, received him as their king. They then rode after the wife that Ethelwald had taken without the king's leave, and against the command of the bishops; for she was formerly consecrated a nun. In this year also died Ethered, who was alderman of Devonshire, four weeks before King Alfred¹¹⁶.

Segundo Dorothy Whitelock, a partir do tópico cronológico do ano de 891, ao menos oito escribas teriam feito entradas na Crônica de Winchester, até o ano de 955¹¹⁷. Assim como outras cópias, a mudança recorrente de escribas acompanharia uma mudança nos interesses temáticos escolhidos. Isso levaria à presença de entradas eloquentes em contraste com outras de menor fôlego. De modo geral, sendo narrativas ligadas a determinados mosteiros e mesmo a uma região, haveria predominância de

nos orientam. De acordo com Chris Given-Wilson, os cronistas medievais, assim como os propensos historiadores, seriam, ainda que por meios distintos, movidos em suas narrativas a partir da busca pela verdade dos fatos. Assim, premissas como precisão e honradez norteariam essas formas narrativas, além da reafirmação por seus autores da exatidão dos dados apresentados e dos fins didáticos das narrativas, ou seja, da capacidade de transmitirem valores, onde a questão da plausibilidade seria central. No caso desta última, a seleção de determinados exemplos, ou mesmo de palavras, em detrimento de outros, em certos casos explicitados pelo autor, denotaria a tomada deles, pelo autor, como um fato verdadeiro. A plausibilidade dos eventos narrados também teria igual conexão a partir de comparações com outros já trabalhados em obras consagradas, como clássicos da antiguidade clássica ou mesmo a Bíblia. Finalmente, e por direta associação com as influências advindas da percepção do autor quanto a certas leituras clássicas, haveria a abertura para o que entendemos como imaginação do autor. Acreditamos, assim, que a imaginação do autor, tanto de crônicas como de histórias, teria conexões – por vias diversas – com modelos clássicos de retórica, como os de Suetônio e Salústio, formando assim verdadeiras convenções literárias na narrativa medieval. Ainda que Bernard Guenée, com base no próprio raciocínio modular de Isidoro de Sevilha, procure demarcar para os medievais certa diferenciação entre história e fábula, por intermédio da presença do argumento (*argumentum*) e da verdade na narrativa histórica, o recorrente emprego e aproximação de tais recursos levariam a uma abordagem menos fechada em nosso trabalho a respeito desta temática. Novamente nos debruçaremos sobre esta temática, para análise especificamente das estratégias das legitimatórias nas crônicas (GIVEN-WILSON, Chris. *Chronicles – The Writing of Medieval History in England*. London: The Hambledon and London, 2004, p. 1-6; SMALLAEY, Beryl. *Historians in the Middle Ages*. London: Thames and Hudson, 1974, p. 15-20; GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture Historique dans L'Occident Médiéval*. Paris: Aubier, 1970, p. 19.

¹¹⁵ Pequenas imprecisões nas datas das diferentes cópias da Crônica são comuns. As edições por nós utilizadas acompanham a necessária crítica a esse respeito. No caso da morte do rei Alfred, tem-se que ela ocorreu no ano de 899.

¹¹⁶ SWANTON, Michael. *Op. cit.*, p. 901.

¹¹⁷ WHITELOCK, Dorothy. *English Historical Documents – c.500 – 1042*. 2.ªed. London: Routledge, 1979, p. 102.

temas regionais, mesmo em termos de registro de acontecimentos naturais e políticos¹¹⁸. Com base em Antonia Gransden e em Wanz-Werner Goetz, isso estaria relacionado diretamente às diferentes variáveis de percepção do monge cronista encarregado de construir a narrativa, o que resultaria, finalmente, em um texto em boa parte orientado segundo os interesses da instituição eclesial em que ele estava filiado¹¹⁹.

Apesar de versões da Crônica, que por sua vez deram origem aos manuscritos sobreviventes, terem se perdido, é observável a circulação das cópias pela Inglaterra anglo-saxônica, uma vez que entradas iguais ou ao menos semelhantes se mostram presentes em pelo menos três versões da Crônica. Por exemplo, a Crônica “F”, também chamada de Epitome Bilíngue de Canterbury, utilizou-se de uma cópia ou ao menos do mesmo material utilizado para a criação da Crônica “E”, a chamada Crônica de Peterborough¹²⁰. O projeto do rei Alfred, continuado por Edward e Æthelstan conectava lugares sociais e de produção de discursos históricos distantes entre si. Dessa forma, crônicas foram elaboradas em centros de irradiação cultural, como Winchester, Canterbury, Worcester, Peterborough e Abingdon.

Além da relação guardada entre as versões da Crônica, fontes históricas anteriormente elaboradas e agora novamente em voga, como a *Historia Ecclesiastica* de Beda, tiveram partes substanciais incorporadas na Crônica, especialmente na versão de Worcester¹²¹. Por outro lado, a *Vita Ælfredi* tem sua construção relacionada à Crônica Anglo-Saxônica, no sentido de que Asser utilizou-se, a partir de uma tradução para o latim, de histórias e anedotas presentes nessa narrativa. Com seu uso, Asser poderia inserir então o rei Alfred num contexto maior, evidenciando suas vitórias sobre os reinos vizinhos, sobre os escandinavos, suas reformas e seu crescente poder como modelo de rei cristão de todos os anglo-saxões¹²².

Finalmente, Asser teria aproveitado a já citada próxima relação cultural com os francos, para utilizar-se de modelos continentais que combinavam a narrativa biográfica

¹¹⁸ E.g., a Batalha de Holme, ocorrida em 902. A partir da subida ao trono de Edward, o Velho, Æthelwold, sobrinho do irmão mais velho de Alfred, Æthelred, reclamou para si o trono. Æthelwold, então, aliou-se aos escandinavos, que a Crônica chama de “dinamarqueses”, efetuando uma série de ataques à região de Essex. Durante uma retirada das tropas de Edward, uma força de Kent permaneceu na região para enfrentar os escandinavos nessa batalha, que resultou numa vitória viking e na morte de Æthelwold (STENTON, Frank. *Op. cit.*, p. 321-322). Na entrada do ano 902, na Crônica de Winchester lê-se apenas: “This year was the great fight at the Holme between the men of Kent and the Danes”. Como esse evento ocorreu em outra região que não Wessex, onde a Crônica de Winchester foi criada, pouca informação sobre ela teria alcançado essa região.

¹¹⁹ GRANSDEN, Antonia. *Op. cit.*, p. 31.

¹²⁰ SWANTON, Michael. *Op. cit.*, p. xxi-xxviii.

¹²¹ Idem, p. xxviii.

¹²² ABELS, Richard P. *Op. cit.*, p. 14.

e analítica, como a utilizada por Thegan de Trier na construção da *Vita Hludovici Imperatoris*, uma biografia da vida do imperador Luis, o Pio (778-840)¹²³.

Apesar de o Período Alfrediano ser marcado por projetos de construção do que poderíamos entender como uma identidade eclesiástica e leiga para a Inglaterra anglo-saxônica, seu sucesso foi parcial. Em termos de produção cultural, sobretudo da tradição retórica, seu sucesso estaria relacionado a aspectos regionais, apesar da crescente autoridade da Casa de Wessex sobre todos os ingleses e, posteriormente, sobre os escandinavos. Apesar dos ataques escandinavos, uma parte significativa da produção escrita anglo-saxônica sobreviveu no âmbito dos mosteiros. Inclusive em períodos mais tardios.

Boa parte do *corpus* narrativo produzido na Inglaterra até então teria sobrevivido a um processo de conquista e ocupação do território, levado a cabo por uma nova onda de ataques escandinavos. Referimo-nos às investidas militares lideradas por Sweyn Folkebeard e seu filho, Cnut. Interessamos aqui brevemente tratar sobre a relação desse último líder viking, que irá tornar-se rei de Inglaterra de 1016 até a data de sua morte, em 1035, com as já existentes estruturas eclesiásticas.

Desde Freeman, a historiografia moderna tendeu a observar a relação entre esse rei viking e a Igreja da Inglaterra, assim como todas as práticas de patronato como costumes da época. Mais recentemente, como práticas orientadas pela tutela do arcebispo Wulfstan II de York e do bispo de Worcester, importante figura político-religiosa da Inglaterra Anglo-Saxônica do período.

Recentemente, estudos como os levados a cabo por Timothy Bolton¹²⁴ e M. K. Lawson convergem ao afirmarem que Cnut tinha um direto interesse seletivo e político em relação à Igreja da Inglaterra. Isso significa dizer que certas casas estiveram diretamente sob a tutela do rei, assim como houve sensível aproximação a certos arcebispos.

Essa aproximação e o patronato instrumental podem ser evidenciados pelo fato de que Cnut possui o maior número de fontes documentais disponíveis em comparação com todos os reis que o precederam no período anglo-saxão. Exemplos disso seriam as diversas cartas de confirmação de privilégios e também de doações, outorgados pelo rei

¹²³ *Ibidem*, p. 14-15.

¹²⁴ Ver, respectivamente, o capítulo quarto de BOLTON, Timothy. *The Empire of Cnut the Great – Conquest and the Consolidation of Power in Northern Europe in the Early Eleventh Century*. Leiden: Brill, 2009, p. 77-106, e o quarto capítulo de LAWSON, M. K. *Cnut – England's Viking King*. Gloucestershire: The History Press, 2011, p. 111-149.

em nome do arcebispado de Canterbury, especialmente à Christ Church. Para além disso, visitas teriam sido feitas, especialmente ao arcebispo Aethelnoth, que teria assumido a função em 1020, após a morte de seu antecessor, Lyfing. Em uma carta autêntica daquele ano, Cnut concede uma série de novas liberdades ao arcebispado, em especial os direitos de fiscalizar as transgressões de *griðbryce*, *hamsocn*, *forstal* e *flymenafyrmðe*¹²⁵.

Assim como no caso do arcebispado de Canterbury, Cnut esforçou-se para construir uma boa relação com a estrutura homônima em Wessex, assim como em York. Neste último caso, a figura do arcebispo Wulfstan¹²⁶ é central, uma vez que sua vasta produção escrita demonstra a capacidade material, de seu arcebispado e da corte do rei, de produzir escritos, principalmente legislações¹²⁷. Dessa maneira, é importante compreender a figura desse arcebispo bastante letrado, capaz de dotar o governo de Cnut da legitimidade necessária, considerando-se os naturais atritos de um governo em parte estrangeiro. Nesse sentido, segundo Lawson, Wulfstan procura conectar, por meio de seus escritos, a figura de Cnut como respeitadora dos chamados *Canons do Rei Edgar*. Desse modo, Cnut seria alinhado a uma concepção de rei justo, piedoso e mantenedor da paz, aproximando-se da representação do rei Edgar¹²⁸.

¹²⁵ Nossa pesquisa acerca do código normativo introduzido por Cnut na Inglaterra demonstrou, em primeiro lugar, a complexidade do tema e a profundidade necessária para uma abordagem a fundo. Um dos primeiros problemas encontrados foi que a introdução de um léxico normativo escandinavo na Inglaterra acabava por trazer variantes de termos já existentes na região, o que poderia indicar variantes tipológicas do mesmo crime ou simplesmente outro tipo de transgressão, em especial em vista do código do Rei Edmund. Finalmente, há enorme dificuldade de tradução dos termos, uma vez que seu significado histórico pressupõe mudanças ao longo do tempo. Em termos viáveis, *Hamsocn* refere-se ao assalto a alguém em sua própria casa. *Forstall* é uma multa cobrada pela tentativa de assalto. *Flymenafyrmðe* diz respeito ao ato de dar abrigo a um fugitivo da justiça. Finalmente, *Griðbryce* diz respeito a violação de um período de paz ou trégua impostos (COLMAN, Rebecca V. “*Hamsocn*: Its Meaning and Significance in Early English Law”. In: *The American Journal of Legal History*, vol. 25, N° 2 (Apr., 1981), p. 95-110. HALL, John R. Clark. *A Concise Anglo-Saxon Dictionary*. New York: The Macmillan Company, 1916.

¹²⁶ O arcebispo de York foi responsável por construir e organizar uma série de cartas, poemas, reflexões de cunho filosófico e homilias, tanto em inglês antigo como em latim. De toda a sua vasta produção, destacamos a homília intitulada *Sermo Lupi ad Anglos*. Nessa homília, construída entre 1010 e 1016, auge das incursões nórdicas ao território da Inglaterra, Wulfstan exorta os anglo-saxões contra os invasores como um povo unido, além de reafirmar o bom funcionamento das instituições e acusar os nórdicos quanto aos seus hábitos não cristãos. Mesmo que esse escopo de *Historia Magistra Vitae* o aproxime daquele feito por Beda, o Venerável, durante o século VIII – e aparentemente perpetuado – é importante localizar Wulfstan com seu singular estilo retórico, advindo possivelmente de seu conhecimento da literatura poética anglo-saxônica. Na obra é possível observar uma série de sentenças rítmicas fortes, além da recorrência à construção de imagens emotivas e exageradas, elementos voltados a comover o que se entendia como uma audiência, na época (BRITO FILHO, Gesner Las Casas. *Tradução* – ‘*Sermo Lupi Ad Anglos*’ – O sermão do Lobo aos ingleses de Wulfstan, o homilista. In: *Revista Brathair*, n°13 [1], 2013, p. 105-107).

¹²⁷ BOLTON, Timothy. *The Empire of Cnut. Op. Cit.*, p. 83.

¹²⁸ LAWSON, M. K. *Cnut – England’s Viking King*. Gloucestershire: The History Press, 2014, p. 87-88.

Uma importante forma de produção escrita para nossa pesquisa, e realizada por Wulfstan, seriam seus sermões proféticos, que acompanhando a retórica das conquistas sofridas pela Inglaterra, vislumbrava a vinda invasões estrangeiras porquanto dos pecados de seus habitantes. As profecias de Wulfstan estariam contidas na *Vita Wulfstani*, uma biografia desse bispo, e cuja tradução fora feita por Guilherme de Malmesbury, uma de nossas fontes, no interior de sua *Gesta Pontificum*. Analisaremos melhor como o monge de Malmesbury, pode ter sido influenciado por estas leituras proféticas na última parte de nosso trabalho, especificamente no tópico 3.3.

É importante também frisar que, apesar de Wulfstan, por meio de suas narrativas, procurar construir uma visão pejorativa dos invasores, suas necessidades materiais o levaram a aproximar-se desse novo rei, assim como utilizar-se do mesmo aporte instrumental despendido nos tempos do reinado de Aethelred II, para legitimá-lo.

Não obstante a íntima relação de Cnut com as igrejas anglo-saxônicas (que garantiu a sobrevivência das narrativas existentes, assim como a produção de novas), a prática do patronato de instituições eclesiásticas ia além do Mundo Anglo-Saxônico. De acordo com a *Historiarum*, de Raul Glaber, cujo valor historiográfico foi ressaltado recentemente¹²⁹, havia uma próxima relação entre Cnut e os normandos, representados então por Ricardo II (996-1027) e Roberto I, o Magnífico (1027-1035). Essa relação teria ido além de mera assistência militar de Cnut aos normandos, tendo se estendido ao patronato de ao menos uma casa monástica normanda, no caso, Fécamp, centro de irradiação do poder eclesiástico e ducal¹³⁰.

A partir do casamento selado entre Cnut e Emma da Normandia¹³¹, que anteriormente havia estado casada com o rei Aethelred II, cartas ducais apresentam indícios da presença de Cnut na corte de Roberto I. Tais cartas mencionam o interesse

¹²⁹ ALMEIDA, Neri de Barros. Raul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047). In: *Revista Signum*, 2010, vol.11, n°2, p. 76-79.

¹³⁰ LAWSON, M. K. Cnut – *England's Viking King 1016 – 1035*. *Op. cit.*, p. 90-91. Trataremos sobre a importância desta casa monástica no próximo capítulo.

¹³¹ Após a morte de Aethelred II, comumente referido pela historiografia como the Unready (mal aconselhado), o destino de Emma da Normandia é pouco conhecido. Sabe-se, no entanto, que permaneceu na Inglaterra, enquanto seus filhos, Alfred e Edward, fugiram para a corte de seu tio Roberto I, recebendo exílio por parte do duque. Segundo Simon Keynes e David Douglas, seria do interesse Normando o uso dos herdeiros do trono inglês (denominados *aethelings*), como objeto político contra o governo de Cnut, especialmente a partir de uma visão geopolítica da Europa do Norte (KEYNES, Simon. *The Aethelings in Normandy*. In: CHIBNALL, Marjorie (ed). *Proceedings of the Battle Conference*, v.XIII. London: The Boydell Press, 1990, p.173-178; DOUGLAS, David. *William the Conqueror – The Norman impact upon England*. London: Eyre Methuen, 1977, p. 163-164).

mútuo do duque e do rei no sucesso no campo da justiça das abadias de Fécamp e Saint-Wandrille. Das cartas também constam suas assinaturas¹³².

A partir das considerações gerais apresentadas, procuraremos, com base na historiografia, demonstrar como a Inglaterra Anglo-Saxônica, no período entre os séculos VIII e XI, constitui-se um território de pujante produção escrita. Tal cenário estaria diretamente relacionado a processos históricos, como a conversão dos reinos pagãos anglo-saxônicos e a direta atuação de certos reis.

Apesar do escasso corpus disponível para a historiografia sobre a conversão dos reinos, é inegável a contribuição desse processo para a constituição de uma cultura escrita, podendo esta dotar de um novo suporte, uma rica tradição germânica e pagã pré-existente, principalmente na poesia. Essa desnaturação acabou por fundir práticas mágicas orais a uma tradição cristã escrita, colaborando assim para a criação das bases de uma identidade associada ao Velho Testamento por parte da sociedade anglo-saxônica. Dessa maneira, todo um aporte trazido do continente foi responsável pela retomada das estruturas eclesiásticas de orientação romana da Ilha, em boa parte responsáveis pela produção escrita.

A seguir trataremos do outro polo de nossas preocupações: o ducado da normandia e o fortalecimento de uma cultura escrita.

1.2 - Igreja, escrita e cultura entre os Normandos

Traçar uma narrativa histórica sobre a tradição retórica no Ducado da Normandia leva-nos obrigatoriamente a retomar temáticas obscuras e problemáticas na historiografia. Por exemplo, a posse do território por Rollo (ou Hrolfr) e as conexões entre as tradições retóricas da Normandia e da Inglaterra anglo-saxônica, assim como da Normandia e da Escandinávia. No entanto, compreendemos que esse exercício se faz necessário.

De antemão, acreditamos que tal tradição se conecta obrigatoriamente a determinados lugares sociais de produção de discurso, o que no contexto normando, entre os séculos X e XI, diz respeito a um bem-sucedido processo de reavivamento de instituições monásticas. Diz respeito também a uma reorganização da Igreja Normanda por intermédio de um sólido grupo de bispos que passou a atuar em cooperação com os

¹³² FAUROUX, Marie. *Recueil des actes des ducs de Normandie de 911 a 1066*. Cart. N. 70; No caso da menção de Cnut para a abadia de Saint-Wandrille, a documentação está presente em ROUND, J. H. *Calendar of Documents Preserved in France*. London: Eyre Spottiswoode, p. 1422.

duques daquele território¹³³. Ainda assim, os primórdios desse processo são conhecidos pela historiografia com base num escasso aporte documental e com o auxílio da narrativa de Dudon de Saint-Quentin (c. 965 – c. 1043), figura essencial para compreensão da época aqui analisada.

Dessa maneira, entendemos ser imperativo o tratamento do corpus ligado a Dudon, ou seja, sua vida e obra. A partir disso, procuraremos, com o auxílio da historiografia, demonstrar como se deu uma possível ocupação e desenvolvimento do ducado da Normandia, caracterizando-o como centro de autoridade de seus duques, além de território de vida monástica e produção narrativa importante. Dito isso, alinhamo-nos, sobretudo, com autores como E. Searle¹³⁴, E. Shopkow¹³⁵, Pierre Bouet¹³⁶, em termos mais recentes, com pressupostos de Van Houts¹³⁷.

Tais autores colaboraram para a criação de uma historiografia que procurava revalidar a obra de Dudon de Saint-Quentin, a *De moribus et actis primorum Normannieae ducum*¹³⁸, como fonte histórica para a compreensão, não apenas de importantes aspectos do início da ocupação normanda, mas também de modos de pensar daquele povo¹³⁹. Vamos além: acreditamos que a análise desse autor é base para a compreensão dessa tradição, cujo texto, a nosso ver, serviu de modelo para pelo menos mais dois textos por nós analisados, os de Guilherme de Jumièges e o de Guilherme de Poitiers. Essa preocupação com os escritos medievais, assim como com o de Dudon,

¹³³ DOUGLAS, David. *William de Conqueror – The Norman Impact upon England*. London: Eyre Methune, 1977, p. 105.

¹³⁴ SEARLE, Eleanor. “Fact and Pattern in Heroic History: Dudo of Saint-Quentin”. In: *Viator*, n° 15. Brussels: Brepols, 1984, p. 119-137.

¹³⁵ SHOPKOW, E. “The Carolingian World of Dudo of St. Quentin”. In: *Journal of Medieval History*, n°15. London: Routledge, 1989, p. 19-37.

¹³⁶ BOUET, Pierre. “Dudon de Saint-Quentin et Virgile: “L’Enéide au service de la cause normande”. In: *Cahiers des Annales de Normandie*, n°23. Caen: Centre de Recherche d’histoire quantitative, 1990, p. 215-236.

¹³⁷ VAN HOUTS, Elisabeth. *Historical Writing*. Op. cit, p. 103-121.

¹³⁸ A obra de Dudon, que versa sobre os três primeiros governantes de origem nórdica da Normandia, Rollo (c.911-927), Guilherme I, Espada Longa (927-942), e Ricardo I (942-996), foi primeiramente editada por Andre Duchesne em 1619, em Paris, compilada no interior da obra *Historia Normannorum scriptores antiqui* e, posteriormente, por Jacques Paul Migne, no interior da Patrologia Latina, tomo CXLI, de 1844. No entanto, a obra ganhou notoriedade na historiografia com a edição de Jules Lair, de 1865. Apenas em 1998 a obra ganhou uma tradução para a língua inglesa, pelas mãos de Eric Christianssen Versão esta que aqui utilizaremos (CHRISTIANSSEN, Eric (ed. E trad). *Dudo of St. Quentin’s History of the Normans*. London: The Boydell Press, 1998).

¹³⁹ Dentre os autores de destaque na historiografia dos normandos e críticos do valor histórico da obra de Dudon para certas temáticas, destacamos em primeiro lugar David Bates. Segundo este autor, o fato de Dudon alternar repetidamente entre verso e prosa, utilizar-se de dezenas de fábulas e construir sua narrativa em torno de um sensível escopo panegírico aos duques normandos retiraria a objetividade histórica de sua obra. Essa objetividade, segundo o autor, seria necessária para dotá-la do valor necessário como fonte. Ver: BATES, David. *Normandy Before 1066*. London: Longman Group, 1982.

não é recente, pois já era presente na obra clássica de Marc Bloch¹⁴⁰. Logo, procuraremos abordar essa narrativa de Dudon de maneira mais aprofundada.

A região por nós denominada como Normandia, ou seja, entre os rios Sena e Loire, pertencia ao território da Nêustria, que por sua vez pertencia ao território do Reino Franco. Tal região encontrava-se, no século IX, como uma zona de conflitos internos e externos. Externamente, uma série de incursões vikings adentravam o território franco por meio de alguns rios, sobretudo o Sena¹⁴¹, e assolavam a região com saques e destruição. O fato de que a zona norte da França, que compreende a Normandia e a Bretanha, é formada por rios cujas correntezas são definidas pela direção dos ventos que sopram do norte em direção ao interior do território, o que colaborou para o aprofundamento das incursões no território franco¹⁴². Os descendentes de Carlos Magno tomam como obrigação a manutenção da organização administrativa e a garantia da segurança na região norte do reino.

Internamente, segundo David Crouch¹⁴³, os monarcas carolíngios precisavam lidar com a então nascente rivalidade com o ramo denominado “robertiano”, que rapidamente acumulava terras na região de Paris, Normandia e em zonas próximas à Bretanha. Em 888, Odo, um robertiano, foi eleito Rei dos Francos e passou a rivalizar com um carolíngio, Carlos, o Simples. Esse carolíngio, após a morte de Odo, em 893, passou a reinar sozinho e deveria, então, ser o responsável por lidar com a ameaça de um proeminente líder viking: Hrólfr, ou Rollo. No entanto, o estado deplorável da infraestrutura de defesa franca na região, sintetizada por Albert D’Haegens, demonstra a incapacidade daquele reino para lidar com tais ataques:

O Estado franco não dispunha, aliás, de uma organização militar tecnicamente apta a se medir com os vikings com alguma chance de sucesso. Feito para a agressão premeditada, lento para se mover, seu exército só era bom para exportar a guerra e a agressão, no início de cada primavera, por vias de comunicação familiares aos camponeses; para se opor com eficácia e reagir facilmente aos perigos vindos de fora e, ainda por cima, pela vias fluviais, faltava-lhe mobilidade, pois a cavalaria só era disponível nas estações em que havia abundância de forragens e, mesmo assim, após uma mobilização lenta e laboriosa. Sua defesa territorial era praticamente inexistente; a responsabilidade cabia a

¹⁴⁰ BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1982, p. 45-46.

¹⁴¹ RENAUD, Jean. *The Duchy of Normandy*. In: PRICE, Neil; BRINK, Stephen. *The Viking World*. Op. cit., p. 453-456.

¹⁴² THOMPSON, Jordan Richard. *War on the Waterways: Maritime Conflict in the Viking Age in the North Sea Region*. Dissertação de Mestrado. University of Oslo, 2014, p. 17.

¹⁴³ CROUCH, David. *The Normans*. The History of a Dynasty. London: Hambledon Continuum, 2007, p. 3-4.

“terratenentes” que eram incapazes de imaginar que o perigo podia vir do além-mar e que tinham perdido até mesmo o reflexo de se servir de muralhas fortificadas, uma vez que, no auge das incursões, toleraram que se mutilassem sistematicamente as velhas fortificações romanas para reutilizar seus materiais¹⁴⁴.

Podemos observar então que a capacidade bélica, sobretudo no que diz respeito às estruturas defensivas das costas da Nêustria, estavam sensivelmente fragilizadas, ou eram inexistentes. O mesmo acontecia com a defesa interiorana, possivelmente em decorrência das sucessivas disputas internas.

Apesar dos extensos danos causados à região, estão disponíveis para a historiografia duas cartas originais de Carlos III, o Simples, direcionadas à região. Uma dessas cartas chama nossa atenção por atestar diretamente a preocupação do rei franco com os ataques vikings e com a manutenção das estruturas monásticas¹⁴⁵. Tal carta, que data de 906, é uma autorização do rei para a transferência do corpo de São Marcouf, assim como dos monges do monastério homônimo para fisco de Corbény, em Aisne, próximo a Craonne. Isso, diretamente motivado pelo temor aos homens do norte:

Charles, by the clemency of God, king...Let the faithful people know that on account of the excessive and prolonged attacks of the pagans [i.e. Vikings]... because of our sins in the whole of the church, the very holy and happy Marcouf with his fleeing clerks has been driven away from his own place by this pestilence. For the love of God, we have as the circumstances commanded us received him in our fisc at Corbény. As it remains uncertain whether divine providence wishes that such treasure stays with us or whether he will have it brought [back] to his monastery, we have received from our faithful people, bishops as well as lay people, the advice that the precious body cannot be kept [at Corbény] without the permission of the bishop under whose authority he falls. Following wise counsel, we have asked Bishop Erleboldus permission to keep him with us because his return remains difficult. We have received a letter written by the bishop and witnessed by Archbishop Guy and by other bishops of the province concerning this case. That is why, inspired by the love of God and full of desire to imitate our predecessors in human and spiritual affairs for the salvation of our soul, we have founded a monastery in our aforementioned fisc of Corbény in honour of St Peter prince of the apostles, because it is in the church that is

¹⁴⁴ D’HAENENS, Albert. *As Invasões Normandas: Uma catástrofe?* Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 59.

¹⁴⁵ Medir a destruição das invasões nórdicas na França é um problema latente para a historiografia sobre o tema. Segundo Albert D’Haegens, uma forma possível de trabalho seria a averiguação do aspecto material das instituições eclesiais, que acompanharia a análise de transferências de relíquias, riquezas diversas e o desaparecimento de menções a elas no documento. Além disso, a crítica historiográfica poderia fornecer ao historiador um caminho meritório sobre os impactos mentais das invasões, assim como as reações dos quadros francos (D’HAEGENS, Albert. *Les Invasions Normandes Dans L’Empire Franc au IX^e Siècle: Pour une renouveau de la problématique*. In: *Settimane di Studio Del Centro Italiano di Studi Sull’Alto Medioevo – I Normanni e la Loro Espansione in Europa Nell’Alto Medioevo*, n°XVI. Spoleto: Presso la Sede Centro, 1969, p. 257-298).

dedicated to him that the precious body [of St Marcouf] has been placed¹⁴⁶.

Tomando este documento como indício e recorrendo à historiografia, podemos afirmar que, apesar dos ataques vikings, poderia ser identificado certo grau de autoridade do rei franco na região, que seria acompanhada, em outra carta, com a cobrança de impostos. Ainda assim, dos aproximadamente quarenta mosteiros existentes na região antes das incursões nórdicas, vinte desapareceram da documentação, além de terem ocorrido saques de relíquias e riquezas, sobretudo da abadia de Jumièges¹⁴⁷.

Segundo Marjorie Chibnall, os dinamarqueses liderados por Rollo teriam sofrido um forte revés após uma tentativa de sitiarem a cidade de Chartres. Isso teria levado Carlos, o Simples, a forçar os nórdicos a um acordo. Com base na data tradicional de 911, mas provavelmente em 918, ou depois disso, Rollo teria encontrado Carlos em Saint-Clair-sur-Epte e selado com esse rei um tratado homônimo¹⁴⁸. Segundo Dudon, Rollo e seus guerreiros receberiam as regiões em torno do Baixo Sena e a responsabilidade de não mais atacar o território franco e defender as terras recebidas contra novas incursões nórdicas. Além disso, Rollo aceitaria o batismo na fé cristã e juraria fidelidade ao rei¹⁴⁹.

Para Searle, é importante ter constantemente em vista que o texto de Dudon foi produzido sob o patronato direto do conde de Rouen e neto de Rollo, Ricardo I, tendo sido completado por volta de 1015. Desse modo, sua visão retrospectiva sobre o passado, pautada majoritariamente na tradição oral local, acabou por elaborar uma narrativa em grande medida anacrônica, sobretudo no que se refere a um suposto rito de vassalagem e à condição das instituições eclesásticas de forma geral¹⁵⁰. Ainda assim, Dudon mostra-se uma importante fonte sobre o monasticismo normando, além de, como procuraremos demonstrar, expoente de uma versão própria da história normanda, que os reis francos possuíam pouca ou nenhuma força para alterar¹⁵¹.

¹⁴⁶ LAUER, Philippe. *Recueil des actes de Charles III le Simple roi de France 893-923*. Paris: Impr. Nationale, 1944, p. 112-113. *Apud* VAN HOUTS, Elisabeth (ed). *The Normans in Europe*. In: HORROX, Rosemary; NELSON, Janet L. *Manchester Medieval Sources Series*. Manchester: Manchester University Press, 2000, p. 23-24.

¹⁴⁷ POTTS, Cassandra. Monastic Revival and Regional Identity in Early Normandy. In: *Normandy Studies in the History of Medieval Religion*, v. 11. London: Boydell & Brewer: 1997, p. 20.

¹⁴⁸ CHIBNALL, Marjorie. *The Normans*. In: CAMPBELL, James; CUNLIFF, Barry. *The Peoples of Europe*. Victoria: Blackwell Publishing, 2006, p. 11.

¹⁴⁹ CHRISTIANSEN, Eric. Dudo of Saint-Quentin. History of the Normans. *Op. cit.*, p. 29.

¹⁵⁰ SEARLE, Eleanor. *Fact and Pattern in Heroic History: Dudo of Saint-Quentin*. *Op. cit.*, p. 120.

¹⁵¹ VAN HOUTS, Elisabeth. *Historical Writing*. *Op. cit.*, p. 104.

Mesmo que Dudon tentasse traçar no interior de sua narrativa uma política simpática às instituições monásticas, sobretudo em relação às abadias, pelo recém-chegado Rollo, tais instituições começaram a receber atenção apenas com o governo de seu filho, William¹⁵². Igualmente, a narrada generosidade de Rollo, segundo Cassandra Potts, encontraria como obstáculo o fato de que boa parte das instituições religiosas, marcadamente normandas no período em que Dudon escreve sua obra, não se encontravam sob a autoridade de Rollo¹⁵³. Isso se explicaria pelo fato de que nem Rollo nem seu filho tinham total autoridade sobre o território herdado, além de precisarem administrar a convivência entre os nórdicos e os francos locais. Apenas por intermédio do casamento entre Ricardo I e Gunnor (c. 950 – c. 1031), possivelmente filha de outro líder viking local, foi que a autoridade de Ricardo começou a expandir-se para o Oeste, englobando assim a Península de Contentin¹⁵⁴.

Os primeiros movimentos de reconstrução e retomada da atividade eclesiástica em maior escala na região está ligado a um novo acordo selado entre Ricardo I, neto de Rollo e o rei Lothário da França, que reconhecia então a autoridade de Ricardo sobre o território normando como duque (reinado de 954 a 986). É importante, assim, salientar que apenas por volta da década de 990 são observados bispos para todas as sete sés da Normandia de maneira estruturada¹⁵⁵.

A nova política ducal ocasionou a primeira grande obra de reforma da instituição monacal de Ricardo: a abadia do Monte Saint Michel. Tal empreitada contava ainda com apoio papal, do arcebispo de Rouen, Hugo, além de um grupo de monges de vindos de Ghent, Flandres, sob a liderança de Mainard. Esse mesmo movimento seria ainda observado para o reavivamento de outras três abadias de importância para o monasticismo normando, as abadias de Jumièges, Saint-Ouen e Saint-Wandrille¹⁵⁶.

O esforço desses monges flamengos tem uma abrupta interrupção com uma tentativa malfadada de restauro da abadia de Fécamp. Com o início do governo do duque Ricardo II (996-1026), um novo esforço de reforma das instituições monásticas foi iniciado. Essa iniciativa contava com auxílio de um experiente reformador de nome Guilherme de Volpiano (ou de Dijon). Guilherme de Volpiano era um monge

¹⁵² DOUGLAS, David. William the Conqueror. *Op. cit.*, p. 106.

¹⁵³ POTTS, Cassandra. Monastic Revival and Regional Identity in Early Normandy. In: *Normandy Studios in the History of Medieval Religion*, v. 11. London: Boydell & Brewer: 1997, p. 13.

¹⁵⁴ SEALER, Eleanor. *Fact and Pattern in Heroic History: Dudo of Saint-Quentin*. *Op. cit.*, p. 129.

¹⁵⁵ POTTS, Eleanor. Monastic Revival and Regional Identity in Early Normandy. *Op. cit.*, p. 37.

¹⁵⁶ DOUGLAS, David. William the Conqueror. *Op. cit.*, p. 107.

beneditino que fora educado na abadia de Locadio. Posteriormente, atuou como monge na abadia de Cluny, e nesse local sofreu diretas influências de Saint Majolus, cujas tendências inclinavam-se para a necessidade da reforma de abadias.

Apesar das aproximadamente quarenta abadias restauradas por Volpiano, foi após seu trabalho com a Abadia de Saint-Benigne de Dijon que sua fama chegou até o duque normando, que o convidou para retomar o trabalho iniciado pelos monges flamengos em Fécamp. Com tal missão, Volpiano teria chegado à Normandia por volta de 1001¹⁵⁷. Essa informação é confirmada por provavelmente uma das mais antigas cartas normandas em original, publicada pela primeira vez na obra *The Norman Institutions* de C. H. Haskins, em 1915¹⁵⁸. Essa carta complementaria uma anterior, que data de 1001 e que indicava Volpiano ao posto de abade. De acordo com esse novo documento, Fécamp receberia novas terras, além do direito de realizar a escolha do próprio abade internamente e ao modo de Cluny. Dessa maneira, apesar de intimamente conectada ao poder ducal, a abadia gozava de certa autonomia em relação ao duque¹⁵⁹.

O sucesso da reforma de Volpiano, cuja influência em poucos anos se espalhou para o restante da província, a nosso ver criou um ambiente propício aos primeiros esforços de uma produção escrita nas abadias. Entendemos assim que esse primeiro movimento de incentivo beneficiou a produção de Dudon de Saint-Quentin. Nesse momento, acreditamos ser necessário retomar a narrativa do capelão Dudon e analisar seus impactos na produção histórica daquele ducado, uma vez que parte de sua obra diz respeito diretamente à história da abadia de Fécamp¹⁶⁰. Mas que fique claro: seus escritos surgem justamente no contexto da reforma monacal.

Como para boa parte dos cronistas do período há escassez de informações pessoais disponíveis sobre o autor, logo é a própria narrativa do cronista que permite obter maiores informações. Além disso, pouca informação se tem sobre a família de Dudon, o que leva os historiadores a traçarem quadros conjecturais sobre sua formação. Por conta de sua instrução, acreditamos que Dudon tenha sua origem na baixa aristocracia da região de Vermandois. A partir disso, seria possível afirmar que teria tido sua formação em Rheims, localizada no mesmo território, estando, assim, sob a tutela de Gerbert de Aurillac (c. 950 – 1003), o futuro Papa Silvestre II (999-1003)¹⁶¹.

¹⁵⁷ POTTS, Cassandra. *Op. cit.*, p. 27.

¹⁵⁸ HASKINS, C. H. *The Norman Institutions*. London: Oxford University Press, 1918.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 250-251.

¹⁶⁰ VAN HOUTS. *Op. cit.*, p. 104.

¹⁶¹ SHOPKOW, E. “*The Carolingian World of Dudo of St. Quentin*”. *Op. cit.*, p. 21 Et Al.

Uma observação sobre a proposta de formação dada por Gelbert pode nos indicar um caminho interessante sobre os elementos que colaboraram para formar Dudon letrado e narrador. Segundo Shopkow:

Gelbert was the founder of the tradition called “new studies”, which rejected the Carolingian educational curriculum. In the older tradition, students were taught using a few basic texts: the grammar of Donatus; Martianus *Capella's Marriage of Mercury and Philosophy* (the preferred textbook of the seven liberal arts); Boethius' *Consolation of Philosophy*; the Bible, biblical commentaries, hagiographies and the work of the Fathers (*lectio divina*); Merovingian and Carolingian poetry; and glosses and commentaries on works whose contents were considered important¹⁶².

O antigo *curriculum* apresentava, então, apesar da presença de textos básicos da cultura clássica, um significativo viés cristão de formação, pois os estudos e obras clássicas ocupavam um lugar sensivelmente menor nesse modelo carolíngio. Dentre as poucas obras analisadas, encontram-se a Eneida, de Virgílio, a qual será um modelo básico para a obra de Dudon. Na educação de Dudon haveria então uma negação por parte de Gelbert do uso excessivo das *florilegia* – compilações de excertos dos Pais da Igreja a partir de autores cristãos da antiguidade, filósofos considerados pagãos e, em alguns casos, como os da presença da Eneida, alguns excertos de obras clássicas¹⁶³.

Apesar de certos mosteiros se interessarem por alguns textos clássicos, como é o caso de Saint-Hilaire e seu manuscrito de Tito Lívio, o antigo curriculum carolíngio não parecia incentivar o contato aprofundado com esses textos. Assim, o contato com eles era bastante indireto, muitas vezes advindo de comentários sobre obras clássicas ou ao menos da Antiguidade Tardia. Sobre esse tipo de conhecimento a partir de tal contato não seria então possível afirmar que garantiria a leitura do texto original, na medida em que era considerado aceitável a leitura por meio de comentaristas dos textos antigos¹⁶⁴.

Acreditamos, assim, ser mandatório trabalhar, para esse cronista e todas as demais produções históricas a serem apresentadas aqui, em uma perspectiva da História da Percepção, proposta por Hans-Werner Goetz. Segundo esse autor, que se debruça sobre as crônicas produzidas no século XI, a construção de uma narrativa a partir de um fato, seja ele a percepção sensorial de um evento extraordinário, seja o acesso a uma fonte passada, estaria diretamente conectada, não somente ao “viés” optado pelo autor – e que durante muito tempo foi o único objeto de atenção dos historiadores –, mas

¹⁶² *Idem*.

¹⁶³ *Ibidem*, p.22.

¹⁶⁴ *Idem*.

igualmente às concepções trazidas pelo autor. O referido autor faz um balanço de seu raciocínio:

However, this sensual perception (which indeed we cannot grasp), is immediately directed, conceived, and interpreted according to the resources of the whole intellectual background, knowledge, experience and imagination of the perceiving person, that is, by his concept (or/and conception), and thus turned into a 'conscious perception'; this, in its further development, its influenced by other factors, as 'memory and oblivion', that is, what will be remembered and will be forgotten, but also the manner in which it will be remembered. It is further influenced by the author's intentions before it finally finds its expression in the written record, or representation, which, for its part, is determined by linguistic and literary traditions¹⁶⁵.

Essa perspectiva teórica e metodológica nos orienta para a análise da posição ocupada por Dudon no interior das cortes de Ricardo I e Ricardo II, e seu movimento de criação, como procuramos defender, de uma tradição historiográfica normanda. Tendo ocupado o cargo de chanceler de Ricardo I, foi requisitado que Dudon escrevesse uma narrativa que versasse sobre os primeiros anos do ducado, sua formação e principalmente sua genealogia. Mesmo estando no centro do poder normando, Dudon parece ter-se utilizado apenas de fontes orais, tendo como principais informantes o conde Rodulf, filho ilegítimo de Ricardo I, e a já citada Gunnor, esposa de Ricardo I, cuja extensa memória sobre o passado da família foi de grande utilidade para ele. Dudon, então, foi o primeiro autor de uma história concisa sobre os normandos e seus duques, cuja circulação, como procuraremos demonstrar, foi recorrente nos séculos seguintes.

Desde já, gostaríamos de deixar claro que a obra de Dudon teve circulação significativa entre os séculos XI e XII. Ao todo, atualmente existem quinze cópias do texto¹⁶⁶, mas acredita-se, segundo Benjamin Pohl, que a obra tenha sido copiada em bom número na Normandia e na Inglaterra após a Conquista Normanda. Manuscritos podiam ser encontrados na abadia de Jumièges, em Fécamp e no Monte Saint-Michel,

¹⁶⁵ GOETZ, Hans-Werner. Construction of the Past - Religious Dimensions and Historical Consciousness in Adam of Bremen's *Gesta Hammarburgensis ecclesiae Pontificum*. In: MORTENSEN, Lars Boje (ed). *The Making of Christian Myths in the Periphery of Latin Christendom (c.1000-1300)*. Museum Tusculanum Press: Copenhagen, 2006, p. 19-20.

¹⁶⁶ Atualmente, os manuscritos sobreviventes são divididos em três grupos. O primeiro, com os manuscritos A, B, Be, Lr e L, dizem respeito a reproduções da obra de Dudon que sobreviveram em um único volume. Por sua vez, o grupo de manuscritos R, C, Cc, D, P, Lc, Ln, Lh e O são os que sobreviveram em volumes. Finalmente, o manuscrito Al+ é o único exemplar sobrevivente do texto que se acredita ter feito parte de uma compilação maior (POHL, Benjamin. *Dudo of Saint Quentin' Historia Normannorum: Tradition, Innovation and Memory*, York: York University Press, 2015, p. 50; BACHRACH, Bernard S. "Writing *Latin History for a Lay Audience c.1000*: Dudo of Saint-Quentin at the Norman Court. In: *Journal of Haskins Society*, n°20, p. 60.

no extremo oeste do ducado¹⁶⁷. A sobrevivência desse texto está diretamente relacionada com a *Gesta Normannorum* de Guilherme de Jumièges e com o cronista da abadia de Saint-Evroul, Orderico Vitalis. No caso da obra do monge de Jumièges, Dudon teria sido utilizado como base para a obra de Guilherme, enquanto Orderico elaborou uma continuação do texto de Dudon, atualizando-a até idos do século XII. Retomaremos, em momento apropriado, as formas de apropriação do texto de Dudon, questão esta bastante importante para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Existiram, no entanto, tentativas igualmente datadas de fins do século X e durante o século XI, de transformar a memória oral dos normandos em memória escrita. Tal iniciativa, levada a cabo pelos mosteiros reformados, teve como produto narrativas curtas, tendo servido apenas como inspiração para a elaboração de anais próprios dessas instituições. Citamos como exemplo os anais de Jumièges¹⁶⁸, La Trinité¹⁶⁹ e Saint Wandrille¹⁷⁰.

O grande projeto levado a cabo por Dudon em sua obra seria uma compilação seletiva da tradição oral normanda, especialmente no que se refere a seu mito de origem. Apenas depois da segunda metade do século XX os estudos normandos foram alvo de uma abordagem de cunho mais próximo do que entendemos hoje por história cultural, principalmente a partir do trabalho fundamental do historiador britânico Ralph Henry Carless Davis (1918-1991) intitulado “The norman myth”. Nessa obra, Davis propunha regredir a um período pré-expansão normanda, procurando entender a criação e manutenção da identidade normanda a partir de um mito¹⁷¹.

A junção da tradição oral como fonte para a obra de Dudon e sua formação em Rheims colaboraram para a criação de uma percepção específica do mito normando, que

¹⁶⁷ POHL, Benjamin. *Dudon of Saint Quentin Historia Normannorum*. Op. cit., p. 60.

¹⁶⁸ LAPORTE, Jean. *Annales de l'Abbaye St. Pierre de Jumièges - Chronique universelle des origines au XIIIe siècle*. Rouen: Lacerf, 1954.

¹⁶⁹ DEVILLE, A. (ed). *Cartulaire de l'abbaye de la Sainte-Trinité du Mont de Rouen*. In: GUÉRARD, B. *Cartulaire de Saint Bertin*. Paris, 1841.

¹⁷⁰ LOT, Ferdinand (ed). *Etudes critiques sur l'abbaye de Saint-Wandrille*. Paris, 1913.

¹⁷¹ CHIBNAL, Marjorie. *The Debate on the Norman Conquest*. Manchester: Manchester University Press, 1999, p. 126. Com base na discussão feita por Chibnall sobre o conceito de Davis e a partir da leitura do próprio autor, uma conceituação de mito para esse autor pode ser feita. Para o autor, o mito se aproximaria de uma forma de aceitação de determinadas crenças sobre o passado, que destarte seu valor enquanto verdade ou não, poderiam orientar uma sociedade no tempo. Como hipótese central do livro, o mito normando seria um construto historiográfico que visava, por intermédio da eleição de certas características, a elaboração ou reafirmação de uma unidade identitária desse povo. Porquanto disso, destacaria-se a contínua reapropriação desse mito identitário por diversos autores, sobretudo durante os séculos XI e XII e em diversas regiões. Acreditamos que a manutenção da identidade normanda pode ser tomada como um dos aspectos de importância para a legitimação de seu poder, sobretudo a partir de processos de conquista, como os observados na Inglaterra e na Sicília. Tais noções podem ser tomadas, a nosso ver, em complemento as propostas por Hilário Franco Júnior, como sugerido na nota 185.

dava grande atenção a um modelo clássico e a valores próprios da sociedade normanda. Em outras palavras, a uma espécie de comunidade imaginária dos normandos¹⁷². Acreditamos, com base em Davis, que isso fora igualmente possibilitado pelo fato de que se observou, entre fins do século X e início do XI, a presença de elementos que colaborariam para a formação de uma identidade normanda.

Dessa maneira, acreditamos ser possível tomar algumas propostas de Benedict Anderson como ponto de partida para uma discussão maior sobre os normandos entendidos como uma comunidade imaginada. Ainda que este autor esteja o processo de construção dos Estados-nação, no século XIX, é importante pensar nas unidades políticas enquanto comunidades imaginadas, que simbolicamente, seriam capazes de elaborar a imagem de um coletivo identitário (“nós”), destarte as desigualdades entre seus pares¹⁷³. Com base na observação das características presentes no interior do processo de elaboração do mito normando, acreditamos ser possível observar uma imagem dos normandos.

Essas imaginações, no entanto, não devem ser consideradas como fabricações ou invenções, o que poderia levá-las a serem entendidas como genuínas ou falsas. Interessa-nos aqui, com base nesse autor, identificar quais instrumentos culturais são mobilizados para que essa comunidade imaginada normanda seja elaborada ou reafirmada, bem como as estratégias narrativas pertinentes a tal fenômeno.

A despeito de um sentido de unidade que vinha sendo construído pela cristandade Ocidental no século XI, poderíamos pensar que nenhuma comunidade imaginaria a si mesma como continuidade de toda a humanidade, mas constantemente limítrofe a outras. Isso significa dizer que a imagem que se cria de si pressupõe uma identidade que é ao mesmo tempo alteridade em relação às culturas limítrofes¹⁷⁴. Acreditamos, assim, que esses pontos podem ser identificados na narrativa de Dudon e de muitos outros cronistas do medievo.

A partir desse movimento, Dudon direcionaria sua narrativa para o entretenimento da corte normanda – diversa em termos culturais. Ao tempo do término do texto, por volta de 1015, poderíamos afirmar que a corte normanda seria formada por uma aristocracia guerreira de origem escandinava, cujos muitos valores ainda se

¹⁷² Além de Davies, nortearíamos nossa noção de comunidade imaginada com base em Benedict Anderson, cuja concepção será logo abordada.

¹⁷³ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the Origen and Spread of Nationalism*. London: Verse, 2006, p. 6.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p.7.

ligavam a sua região de origem¹⁷⁵, além de uma minoria franca. Dudon, no limite, escreveria para uma elite de guerreiros, sobre sua origem e feitos heroicos. De acordo então com sua formação e campo em que se encontrava, o modelo tomado por Dudon na elaboração do texto, o que é salientado pela historiografia, seria o da Eneida de Virgílio.

A Eneida foi utilizada no caso normando de forma bem própria. Nesse sentido, Dudon construiria uma história genealógica¹⁷⁶, conectando a descendência de Ricardo I e de seu avô, Rollo, com a figura de Antenor, notório ancião da cidade de Troia. Além disso, o heroísmo de Rollo seria aproximado à figura de Enéias, não como um fundador, mas como um reconstrutor¹⁷⁷.

Assim, a metodologia básica utilizada por Dudon foi a menção indireta à obra de Virgílio por meio de excertos de sua obra, excertos que eram alterados de forma tal que o mito da origem dos romanos era substituído pelo dos normandos.

Antes de analisar algumas passagens, faz-se importante fazer aqui algumas considerações sobre a questão da autoria na Idade Média. A cópia substancial de partes de uma obra entendida como clássica e o emprego de seu modelo como base não eram vistos como uma prática pautada no plágio. No limite, esse ato de copiar não era

¹⁷⁵ Tanto Dudon de Saint-Quentin como Guilherme de Jumièges, que deu continuidade a *De Moribus*, comentam a presença de elementos de uma cultura nórdica na Normandia durante os primeiros governos normandos. Jean Yver comenta a obrigação dos camponeses de deixar os instrumentos de arar a terra no próprio campo, sendo assim segurados contra qualquer tentativa de roubo. Igualmente, as duas narrativas históricas, sintetizadas por Yver, comentam a prática do casamento *more danico* entre os Condes de Rouen e a aristocracia normanda, em detrimento, nos primeiros anos, do rito *more christiano*. Finalmente, há presença de uma jurisprudência relacionada à Escandinávia e ao crime chamado *murdrum*, sendo este o homicídio de um desconhecido. YVER, Jean. *Premières Institutions du Duché de Normandie*. *Op. cit.*, p. 320-321. Ainda, para Jean Renaud, um indício valioso para a presença cultural escandinava na Normandia seria a presença de elementos dessa linguagem na nomenclatura de lugares, objetos e ações, sobretudo aqueles ligados ao mar. E.g. *sigla* (velejar), *dúnn* (baixo), *vágr* (onda), *kjölr* (quilha). Outra prática comum dos nórdicos seria nomear parte da propriedade com o próprio nome. Gonneville (< Gunni), Éculleville (< Skúli), Trouville (< Þorólf), Barneville (< Barni), Hatainville (< Hásteinn), Colleville (< Koli). RENAULD, Jean. *The Duchy of Normandy*. In: *The Viking World*. *Op. cit.*, p. 455.456.

¹⁷⁶ CROSS, Katherine C. *Enemy and Ancestor: Viking Identities and Ethnic Boundaries in England and Normand, c.950 – c.1015*. Tese de Doutorado. London: London's Global University, 2014, p. 69-76.

¹⁷⁷ Em passagem do primeiro livro da *De Moribus* de Dudon: "However when duke Robert heard that king Charles had given his daughter to Rollo and they had been reconciled with each another and peace made for the whole world, with peace-making words he sent a messenger to say the following words to Rollo. And when he had arrived, he said to Rollo with these entreating words: "Robert, duke of the Franks, sends you faithful service. He has heard of the concord between you and the king, and he is greatly delighted by it. He says that it is appropriate for you and your followers to rest and rebuild the land given to you. Restore towns and walls, and live in perpetual peace. Enough have you busied yourself in battles". CHRISTIANSEN, Eric (ed. e trad). *Dudo of St. Quentin's History of the Normans*. *Op. cit.*, p. 48. SEARLE, Eleonor. *Op. cit.*, p. 125.

considerado um vício, e sim uma virtude, uma vez que para a práxis da escrita na Idade Média “one should never put in one’s weak words what had been said better already”¹⁷⁸.

Partindo dessa premissa, as narrativas já existentes no medievo e em circulação, e principalmente as ligadas à antiguidade, eram entendidas como objetos de autoridade. Exemplo disso seria a própria palavra autor (auctor) e a ideia de que o passado representaria o tempo de conjunção com o divino. Ainda assim, a própria ideia do passado em termos medievais tem conotação própria, não havendo a ideia de ruptura total com a temporalidade do passado em relação ao presente, concepção esta diretamente ligada a Santo Agostinho, um dos poucos autores medievais a refletir sobre a questão do tempo¹⁷⁹. Exemplo disso seria a inexistência de termo correspondente a um “passado”. O uso do *praeteritum*, por outro lado, era empregado para referir-se a algo que havia acabado de ocorrer, ou em tempos próximos, sendo então presente e passado ao mesmo tempo¹⁸⁰.

Com base em Hans-Werner Goetz¹⁸¹, é possível falar em intemporalidade no interior dos escritos medievais, e a *De Moribus* de Dudon de Saint Quentin não será diferente, como veremos. De acordo com esse autor, os cronistas no medievo seriam caracterizados com base na intemporalidade, ou seja, em uma falta de compreensão de alteridades estruturais e da individualização histórica das épocas, em que haveria uma evidenciação das continuidades históricas, comparações individuais e estruturais baseadas em aparentes similitudes comportamentais¹⁸².

O uso de Virgílio por Dudon acompanharia então essa forma de percepção do tempo, utilizada como base para a criação de um novo modelo. A cultura literária que permitiu a Dudon utilizar-se da Eneida, assim como de outros autores, faria com que dispusesse de uma série de técnicas literárias, com o intuito de melhor descrever a epopéia de Rollo e seus descendentes, duques da Normandia.

No entanto, a ideia do uso de tal obra nos leva a tomar algumas precauções, nesta abordagem. Mesmo diante do inegável emprego do poeta romano, que contaria com 58 referências no interior do texto de Dudon – divididas entre o prefácio e os dois primeiros capítulos –, é preciso observar que muitas expressões utilizadas pelo autor não advêm necessariamente de Virgílio, e sim de outros autores, como no caso da

¹⁷⁸ SMALLEY, Bearly. *Historians in the Middle Ages*. London: Thames and Hudson, 1974, p. 10.

¹⁷⁹ VERHEIJEN, Lucas. *Augustinus Confessiones*. 11, 20 (27). Turnhout: Brepols, 1981, p. 207.

¹⁸⁰ GOETZ, Hans-Werner. “*Historical Writing, Historical Thinking and Historical Consciousness in the Middle Ages*”. In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*. N°2 – maio/2012, p. 118.

¹⁸¹ *Idem*, p.121.

¹⁸² *Ibidem*, 122.

fórmula *intempesta nox*, presente igualmente em Lucrécio, Salústio e Tito Lívio. Por sua vez, há outras fórmulas recorrentemente presentes nas obras de autores como César, Tácito, Marcelino, Horácio e Ovídio, questão esta que foi notada por Pierre Bouet¹⁸³.

Além de autores tardo-antigos, como Marciano Capela, é possível que Dudon tenha tido acesso a Virgílio por meio de poetas ligados ao mundo franco, que igualmente se utilizaram de sua obra, como Venâncio Fortunato, bispo de Poitiers no século VI, além de Ermold, o negro, Abbon de Saint-Germain-des-Prés e Adalberon de Laon, bispo de Laon e figura para a qual Dudon dedica a obra, no prefácio. Apesar da historiografia ainda debruçar-se sobre a questão, Pierre Bouet viu semelhanças claras entre as obras de Virgílio, Dudon e Ermold, o que demonstraria um caminho possível tomado por Dudon, utilizando-os como intermediários para Virgílio e a Eneida¹⁸⁴.

Atemo-nos por um momento para analisar algumas fórmulas, em que Bouet procede com uma comparação buscando um possível empréstimo recorrente entre Dudon e Ermold sobre Virgílio:

Dudon

Fluctuat aut illuc aut huc
Inclyta fama aures irrupit
Caelo terraque marique
Gemmis auroque (politas)
Amplexati et oscula libati
Glacialis hiems¹⁸⁵.

Ermold, o Negro

Nunc huc nunc illuc fluctuat
Fama peruenit ad aures
Polo terraque marique
Gemmis auroque (coronam)
Amplexans libauit oscula
Glacialis hiems¹⁸⁶.

Virgílio

¹⁸³ BOUET, Pierre. *Dudon de Saint-Quentin et Virgile: L'Eneide au service de la cause normande*. In: *Cahier des Annales de Normandie*, n°23. Caen: Centre de recherche d'histoire quantitative, 1990, p. 217.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 218.

¹⁸⁵ Flutua ora aqui ora lá. A inclita fama irrompeu nos ouvidos. No céu e na terra e no mar. Em gemas e ouro (polidas). Abraçados e libados de beijos. Inverno glacial (Tradução nossa). (LAIR, Jules (ed). *De Moribus et Actis Primorum Normanniae Ducum*. Caen: Le Blanc-Hardel, 1865. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=pSnUI2sVQzoC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=snippet&q=oscula&f=false)

¹⁸⁶ Ora aqui ora lá flutua. A fama chega aos ouvidos. No firmamento e na terra e no mar. Em gemas e em ouro (coroa). Abraçando libou beijos. Inverno glacial. Tradução nossa. Ver: FARAL, Edmond (Ed e trad) *Elegiacum Carmen in honorem Hludowici christiannissimi Caesaris Augusti*. 2ªEd, Vol. 2. Paris: Les Belles lettres, 1964, p.55; PUTNAM, Michael C. J; ZIOLKOWSKI, Jan M. (ed.). *The Virgilian Tradition – The First Fifteen Hundreds Years*. London: Yale University Press, 2008, p.100.

Nunc huc nunc fluctuat illuc
 Peruenit ad aures [...] incluta fama
 Terraque marique
 Gemmis auroque (coronam)
 Oscula libauit
 Glacialis hiems¹⁸⁷.

Além de proceder com pequenas modificações nas fórmulas advindas de Ermold ou do próprio Virgílio, Dudon imita a métrica de sextilha por eles utilizada. Algo que apontaria para a ideia de que Dudon poderia não ter tido acesso direto a um manuscrito de Virgílio seria o fato de que algumas fórmulas utilizadas por Dudon não guardam correspondência com Virgílio, mas apenas com Ermold, por meio do qual possivelmente pensou estar tendo acesso a Virgílio. A expressão *amplexans libauit*, feita por Ermold, não se encontra na obra de Virgílio, assim como a expressão *terraque marique*, de Virgílio sofre pequena alteração na versão de Dudon, com o resultado de *caelo terraque marique*¹⁸⁸.

Outra questão que nortearia a obra de Dudon seria seu escopo panegírico, bastante presente nas obras carolíngias e possivelmente também emprestado de Virgílio, cuja função primeira seria louvar Augusto¹⁸⁹. Por outro lado, o cuidado de Dudon em metodologicamente proceder com seus empréstimos seria demonstrado igualmente por suas modificações em busca de rimas, mostrando uma alternância sensível entre prosa e rima no interior da narrativa.

No prefácio do terceiro livro da obra, redige uma série de poemas destinados ao novo duque Ricardo I. Nestes, o cronista faz as vezes das nove musas, e as convida para tecerem elogios ao duque. Das nove musas citadas, a primeira é Clio, a musa da História na mitologia grega, e as outras filhas de Zeus, e Mnemósine, deusa da memória. No entanto, a enumeração das musas não acompanha a ordem dos poemas feitos pelo autor. Apenas Clio é anunciada como a primeira musa, e seu poema igualmente é o primeiro a ser narrado:

Ni nostra en stolda sensa silentium
 Torpescens premeret et taciturnitas,
 Interpresque foret historiae sacrae
 Plano digereret qui ordine mystica;
 Ricardus comes et marchio strenuus,
 Dux et patricius emeritus, probus,
 Quae gessit canere collibitum foret,

¹⁸⁷ Ora aqui ora ali flutua. Chega aos ouvidos [...] a incluta fama. Na terra e no mar. Em gemas e ouro (coroa). Beijos libou. Inverno glacial. Tradução nossa. MARO, Publius Vergilius. Aeneidos. Livros IX e X. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/227/227-h/227-h.htm>.

¹⁸⁸ BOUET, Pierre. *Dudon de Saint-Quentin et Virgile*. *Op. cit.*, p. 218.

¹⁸⁹ SEALER, Eleonor. *Op. cit.*, p. 127.

Mortales operas disserui quia.
 Juris namque mei, credibili ordini,
 Rerum historias reddere posteris;
 Factum nunc typicum carmine dissono
 Dedam doctiloquis quippe sororibus¹⁹⁰.

Acreditamos que a menção de Clio como a primeira musa, assim como a alocação do poema sobre ela como o primeiro, cumpre um importante papel na cultura literária de Dudon. Assim, entendemos a escrita da história no medievo como herdeira, em maior ou menor escala, de uma tradição clássica, como se mostra claro nesse autor, uma vez que ele se apropria, por meios diversos, de autores diretamente ligados a esse regime de historicidade. Nesse sentido, podemos notar em outros autores por nós analisados, sobretudo Guilherme de Poitiers, sensível inclinação ao método clássico no que tange a narrativa histórica. Podemos interpretar algumas premissas demonstradas pelo autor à luz de Bernard Guenée¹⁹¹ e Hannah Arendt¹⁹²; entretanto, não apenas compreendendo essa continuidade com base na insistência de alguns tópicos comuns no discurso histórico, mas em uma interpretação mais cultural. É nossa premissa, novamente, que certos elementos da cultura literária clássica foram desnaturados, em vista de cumprirem nova função cultural em relação ao paradigma cristão e ao de legitimação existentes.

Dessa maneira, o poema de Clio vai ao encontro de estruturas ligadas a modos de pensar relativos à Antiguidade. Essa proximidade tem ligação com a própria experiência de vida do autor, sobretudo com sua formação. Acreditamos, mais do que isso, que a enunciação de temas como a mortalidade e a imortalidade no discurso histórico, constitui preocupação direta na obra de Dudon, podendo essa ser melhor elucidada com base em Jörn Rüsen. Segundo esse autor, podemos compreender o esforço de dotar uma determinada realidade de inteligibilidade como a tentativa de orientação no tempo e de transmissão de uma determinada experiência¹⁹³ político-social e da memória, como no caso do esforço de Dudon em relação aos duques normandos

¹⁹⁰ Não deixe a taciturnidade e que o silêncio indiferente, sufoquem nossos pensamentos, e deixe que o expositor desta história sagrada, seja alguém que relacione as coisas místicas em ordem inteligível. Seria agradável cantar o que Ricardo fez, conde e marques vigoroso, digno duque e patrício, o qual eu declarei atos mortais. De fato, é meu direito prestar a posterioridade, as histórias de assuntos credível. Agora, de fato, eu vou entregar questões simbólicas para minhas irmãs, falando com uma música diferente. Tradução nossa. CHRISTIANSEN, Eric (ed. E trad). *Dudo of St. Quentin's History of the Normans*. Op. cit., p. 86.

¹⁹¹ GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval*. Paris: Flammarion, 2011, p. 300.

¹⁹² ARENDT, Hannah. "O Conceito de História Antigo e Moderno". In: *Entre o Passado e o Futuro*. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 5. ed., 2005, p. 69-80.

¹⁹³ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 63-65.

quanto à posterioridade¹⁹⁴. Novamente essa preocupação é bastante cara aos antigos e à própria concepção de história de certa maneira herdada por Dudon.

Essa práxis historiográfica antiga seria pautada na construção de uma narrativa após um determinado fato, o que pode ser notado na narrativa de Isidoro de Sevilha, “*Historia est narratio rei gestae*”. Assim, a produção histórica na antiguidade seria motivada pela percepção de eventos extraordinários, geralmente em momentos de crise e ruptura¹⁹⁵, que ao se desprenderem do ciclo natural da mortalidade eram transformados por meio de um suporte narrativo, podendo garantir, assim, a transmissão de uma estabilidade moral e comum às demais gerações. Igualmente, a apreensão dos eventos em narrativas, por meio do exercício da memória (Mnemósine), poderia dotar os elementos narrados de um grau de imortalidade – na concepção antiga – e, em certa medida, fazendo-os encontrar seu lugar no plano divino¹⁹⁶.

Interligado ao emprego de tais referências clássicas estaria o fator da memória como elemento gerador de uma determinada percepção sobre os objetos a serem narrados. Três possibilidades estariam ligadas ao amplo uso de Virgílio como base para a *De Moribus*: em primeiro lugar, Dudon poderia ter, de fato, uma memória excelente, recordando passagens da obra do poeta romano e adaptando-as ao mito de origem normanda e os feitos desse povo. Tomando Gunnor como principal informante sobre a tradição oral dos normandos, seria possível igualmente observá-la como possuidora de uma boa memória, tendo assim fornecido boa parte das histórias as quais Dudon aplicou no modelo virgiliano. Finalmente, por conta dos jogos da memória, como salientou Goetz, Dudon pode ter-se utilizado de longas passagens de Virgílio, fazendo as devidas modificações devido a certos lapsos de sua memória, além de provavelmente ter recebido involuntárias influências de comentadores que, por sua vez, alteraram a obra

¹⁹⁴ Ao descrever a união entre o duque Ricardo II e Judith da Bretanha, Dudon preocupa-se com a transmissão dos normandos como povo, demonstrando, novamente por meio de versos, antipatia pela união do duque com uma estrangeira, além da possível hostilidade entre ramos familiares da aristocracia normanda: Oh, Norman prelates and warriors, Inflamed by the fire of lively minds, Always desirous and needful Of the hoped-for posterity of a descendant, No descendent or heir to rule the populace Will be Born to this maiden Who is now being conveyed but, by command of the divine Will, At a future time there will appear a celestial maiden Of the Dacian race, noble, nourishing, Beautiful, celebrated and reverend, Worthy, forechosen and worshipful, Cautious in deliberation, prudent, discreet, She alone will the equitable marquis, duke Richard, Select for himself from among many, Uniting with her in marriage and, after the alliance has been covenanted, As time passes to her will be born The nourishing offshoot of worthy heir CHRISTIANSEN, Eric. *Dudo of St. Quentin's History of the Normans*. Op. cit., p. 199.

¹⁹⁵ ARTOG, François. *Regimes of Historicity – Presentism and experiences of time*. New York: Columbia University Press, 2015, p. 32.

¹⁹⁶ ARENDT, Hannah. “O Conceito de História Antigo e Moderno”. Op. cit., p. 73.

de Virgílio para seus respectivos fins¹⁹⁷. Logo, também nos apoiamos na perspectiva de Bouet, que afirma que:

Ces analogies et les modifications, souvent judicieuses, apportées au texte de Virgile par Dudon atteste une “presence” du texte de Virgile. “Presence” qui ne s’explique pas nécessairement par l’existence d’un manuscrit à proximité de l’auteur, mais bien plutôt par une parfaite mémorisation de nombreux extraits de *l’Enéide*, et par une connaissance exhaustive de l’œuvre étudiée préalablement. La désinvolture de Dudon à l’égard de son modèle révèle davantage une certaine conception de l’imitation qu’une connaissance superficielle et approximative du poète¹⁹⁸.

Assim, os problemas que surgem na análise do cronista são muitas vezes referentes ao campo das conjecturas, ainda que necessárias. Estabelecer se certo autor teve de fato acesso a um manuscrito de um autor clássico é algo bastante complexo no contexto medieval. No caso aqui analisado, o acesso a obras clássicas estaria relacionado à formação e ao acesso a cópia de tópicos comuns (resumos ou não de autores da antiguidade) e à capacidade de memorização por parte do autor.

Por outro lado, a historiografia teria percebido conexões entre a obra de Dudon e elementos da cultura nórdica do período, expandindo assim o horizonte de possibilidades desse autor e demonstrando direta influência da audiência da corte, o que direcionaria sua narrativa a partir de alguns temas caros aos governantes normandos. Acreditamos ser válido, igualmente, pensar que a escrita de Dudon é contemporânea à fixação de uma das versões sobreviventes do poema épico *Beowulf*, demonstrando que o gênero heroico encontrava algum tipo de popularidade¹⁹⁹.

A influência nórdica numa cultura literária normanda foi alvo de intenso debate historiográfico. Tal debate, tendo como principais agentes Wood Bresse²⁰⁰, Elisabeth Van Houts²⁰¹ e Benjamin Pohl, é valioso em termos de nos fornecer elementos para a ideia de uma literatura normanda com elementos escandinavos. Em primeiro lugar, como sugere Bresse, os conflitos militares entre normandos e francos no final do século X, além do processo de conquista e formação do reino anglo-nórdico, em 1013, não

¹⁹⁷ SEARLE, Eleonor. *Fact and Pattern in Heroic History*. Op. cit., p. 126-127.

¹⁹⁸ BOUET, Pierre. *Dudon de Saint-Quentin et Virgile*. Op. cit., p. 228.

¹⁹⁹ POHL, Benjamin. *Dudo of Saint-Quentin’ Historia Normannorum*: Tradition, Innovation and Memory. York: University of York Press, 2015, p. 206

²⁰⁰ BREESE, L. Wood. “The Persistence of Scandinavian Influences Connections in Normandy in the Tenth and Eleventh Centuries”. In: *Viator*, n°8, 1988, p. 47-62.

²⁰¹ VAN HOUTS, Elisabeth. “Scandinavian Influences in Norman Literature of the Eleventh Century”. In: *Anglo-Norman Studies*, VI, 1984, p. 107-121.

somente garantiram o reconhecimento mútuo entre duque e rei, como também marcaram uma série de rupturas entre a Escandinávia e o ducado normando²⁰².

Ainda assim, forte presença cultural nórdica podia ser identificada, segundo Pohl, na região de Bayeux, onde ao menos parte da língua falada pelas primeiras gerações de nórdicos na região continuava a ser utilizada, além da quantidade de menções a locais cuja nomenclatura claramente advinha de uma cultura escandinava. Esse mesmo autor procura discutir a possibilidade, a partir de Dudon, de que o duque Ricardo I tenha sido enviado por seu pai, Guilherme Espada-Longa, para a região, a fim de aprender a linguagem dos ancestrais e ter contato com a memória sobre os normandos²⁰³.

A presença de elementos culturais escandinavos na Normandia da primeira metade do século XI, tomada por nós em uma perspectiva histórica de reapropriação, a despeito das demais rupturas, pode ser percebida a partir dos argumentos empíricos apresentados por Elisabeth Van Houts, os quais aqui acompanhamos diretamente. Em primeiro lugar, a autora identifica e analisa Garnier de Rouen, um poeta satírico normando localizado na capital do ducado. Garnier, em um poema específico, teria narrado as desventuras de um camponês irlandês chamado Moriuth que, separado de sua mulher após um saque viking, teria percorrido boa parte do norte da Europa em companhia dos escandinavos. Posteriormente seria vendido como escravo, para depois conseguir reencontrar sua esposa com a ajuda de Gunnor, esposa de Ricardo I²⁰⁴.

O poema não nos daria apenas indícios sobre a convivência dos irlandeses com populações nórdicas, mas a insistência de elementos da cultura nórdica nas narrativas literárias normandas. Para isso, Garnier narra que Mourith teria pedido ao menos quatro vezes aos deuses nórdicos que o ajudassem durante sua busca pela esposa, o que incluiu o sacrifício de uma virgem na Saxônia e a consulta a um corvo, já próximo a Rouen.

²⁰² Para a historiografia, o exílio de Ethelred no Ducado da Normandia, ao tempo de Ricardo I teria despertado o interesse dos normandos na Inglaterra. Relativamente comuns no período anterior a Conquista Viking da Inglaterra, observava-se o atracamento de navios nórdicos em portos normandos, sobretudo após realizarem saques na Inglaterra, prática que tendeu a cessar no período. BREESE, L. Wood. *Op. cit.*, p. 60-61.

²⁰³ POHL, Benjamin. Dudon of Saint Quentin' *Historia Normannorum*. *Op. cit.*, p.117.

²⁰⁴ VAN HOUTS, Elisabeth. "Scandinavian Influences in Norman Literature of the Eleventh Century". *Op. cit.*, p.108.

Corroborando um argumento presente em um texto de Lapidge²⁰⁵, Van Houts argumenta ainda que esse tipo de poema satírico, denominado *flyting*, que contém um diálogo interno, seria comum na Normandia, nas Ilhas Britânicas e, finalmente, na Escandinávia, o que demonstra uma possível conexão cultural entre tais territórios.

Com base na mesma obra, a história de Moutith seria conhecida por boa parte da aristocracia normanda em Rouen, assim como pelo arcebispo daquela cidade, Robert, e, finalmente, por Gunnor, uma das principais fontes de tradição oral de Dudon, ao lado de Radulf de Ivry, meio irmão de Ricardo I²⁰⁶. Apesar da própria condição e formação de Dudon, mostra-se complexo tomar essa narrativa como um argumento sólido – e solitário –, no que se refere à análise de uma série de permanências culturais e mesmo de um hibridismo cultural entre normandos, que demonstravam já certo aparato cultural franco. Ainda assim, acreditamos que esse autor possa nos dar indícios importantes para nosso argumento.

Além de procurar diminuir a carga pejorativa de saques por parte dos ancestrais de Ricardo I, Dudon narra a presença de elementos ritualísticos de fidelidade nórdica em uma passagem sobre Guilherme Espada-Longa. Durante a narrativa, Guilherme fazia parte de um juramento de fidelidade, juntamente a outros treze guerreiros em fúria, quando armas eram golpeadas e gritos de guerra eram proferidos. Tanto Jean Yver²⁰⁷ como Van Houts²⁰⁸ acreditam que esse ritual, que poderia se referir ao *commendatio* franco, estaria envolvendo berserkers²⁰⁹. De qualquer maneira, acreditamos que as fontes consultadas por Dudon, sobretudo de tradição oral, denunciem a insistência de elementos de uma cultura nórdica na memória dos normandos da primeira metade do século XI. Tal fato, por sua vez, será elemento presente na tradição retórica da região onde se localizam Dudon e Garnier.

²⁰⁵ LAPIDGE, Michael. “Three poems of Æthelwold's school at Winchester”. In: *AngloSaxonEngland*, n°43, Jan. 1972, p. 85-137.

²⁰⁶ VAN HOUTS, Elisabeth. “Scandinavian Influences in Norman Literature of the Eleventh Century”.... Op. cit., p. 109.

²⁰⁷ YVER, Jean. *Les Première Institutions du Duché de Normandie*. In: *I Normanni e la Loro Espansione in Europa Nell'Alto Medioevo*. Spoleto: Presso La Sede Del Centro, 1969, p. 313.

²⁰⁸ VAN HOUTS, Elisabeth. “Scandinavian Influences in Norman Literature of the Eleventh Century”. Op. cit., p. 110.

²⁰⁹ *Berserkr*, na grafia nórdica, literalmente, “camisa de urso\vestido como um urso”, é um guerreiro de elite ligado ao mundo nórdico e germânico. Geralmente combatiam a pé, descalços e sem proteção corpórea. Depois de ingerirem substâncias alucinógenas, responsáveis igualmente por funcionarem enquanto analgésicos, assumiriam um estado de fúria guerreira. Os berserkers são descritos nas Sagas Islandesas, sobretudo nas sagas de Egil e Njáls. Tais guerreiros são igualmente descritos pelo cronista islandês do século XIII, Snorri Sturlunson (SPEIDEL, Michael P. *Ancient Germanic Warriors – Warrior Style from Trajan's Column to Icelandic Sagas*. New York: Routledge, 2004, p. 51-52.

Dessa maneira, a Normandia caracterizar-se-ia como um território de tradição escrita em conexão com outros espaços de produção. É importante retomar que parte dos lugares sociais de formação e organização do discurso de Dudon, advém do mundo franco. Em todo caso, esse conjunto de referências, principalmente etnogênicas e marciais, possuía, a nosso ver, respaldo cultural em permanências mentais do Mundo Escandinavo, em relação a uma elite guerreira normanda.

O mito fundador normando, em que Rollo ocupa lugar central, teria sido organizado a partir da já citada tradição oral normanda. Ainda assim, haveria certos tópicos comuns e elementos norteadores bastante recorrentes. Isso fica bem claro quando nos atemos ao dito mito, que difere, segundo Chibnall, de outras narrativas de igual escopo. Segundo Dudon, Rollo seria advindo da Dácia (possivelmente um erro ao tentar se referir aos danes), e seria um descendente dos troianos. A partir de uma experiência mística, Rollo teria se visto a si mesmo em um sonho, e no alto de uma grande montanha na terra dos francos teria sido curado de sua lepra graças à maravilhosa primavera daquelas terras. Após esse milagre, pássaros de diferentes regiões viriam à Normandia para fazer seus ninhos na grande montanha, e para viver em harmonia e amizade sob o julgo de Rollo²¹⁰.

Em um de seus ataques à região da Normandia, Rollo teria ouvido a interpretação de sua visão de um prisioneiro cristão, que se mostrava apto a interpretar o milagre ocorrido. Por meio de uma passagem extensa, mas de grande importância, são apontados na narrativa de Dudon os principais elementos que, de certa forma, nortearão o horizonte simbólico dos duques normandos:

Mons Franciae quo stare videbaris, Ecclesia illius designatur. Fons, qui in summitate montis erat, baptismus regenerationis interpretatur. Per lepram et pruriginem, qua infectus eras, commissionis tuae scelera et peccata animadvertas in eo ablui et ab eo leprae pruriginisque morbo expurgari, te lavacro sacri baptismatis regenerari, et ab omnibus peccatis emundari. Per volucres diversorum generum, laevas alas habentes puniceas, quarum infinitissam extremitatem exhaurire visu non poteras, homines diversarum provinciarum scutulata bracchia habentes, tuique effecti fideles, quorum innumeram multitudinem coadunatan videbis, animo deprehendas; per alites fonte infusas, et in eo alternatim ablutas, communique comestione edentes, populum antique fraudis contagio pollutum, typico baptismo ablundum, sacrosancti corporis et sanguinis Christi allmonia saginandum; per nidos, quos circum montes faciebant, vastatarum urblum moenia reaedicanda

²¹⁰ CHRISTIANSEN, Eric (ed. E trad). *Dudo of St. Quentin's History of the Normans*. London: The Boydell Press, 1998, p. 29.

intelligas. Tibi aves diversarum specierum obtemperabunt; tibi hominis diversorum regnorum serviendo accubitati obedient²¹¹.

A ideia dos normandos, cristãos por excelência, construtores e restauradores das instituições eclesiais, era um dos elementos básicos do mito normando, presente em continuidade nas obras de Guilherme de Jumièges e Orderico Vitalis²¹². Esses elementos aproximariam os duques normandos do cristianismo e das instituições eclesiásticas, que deveriam então ser reconstruídas, assim como as cidades. Como procuramos demonstrar, parte do motor da autoridade dos duques normandos estava nesse processo de reedificação da vida monásticas e cidadina, o que está presente também no que denominamos mito de origem normanda.

Dessa maneira, entendemos que existiria uma conexão temática que formaria esse mito de origem, estando no centro da etnogênese normanda certos elementos, como a origem diversa do povo normando, a valorização dos valores cristãos e das instituições eclesiásticas, a marcialidade natural normanda e, finalmente, o exercício da autoridade justa. Acompanhamos assim o raciocínio de Potts, que afirma que mitos de

²¹¹ A montanha em Francia, onde você parecia estar de pé, representa a igreja daquela terra. A primavera que estava no cume da montanha, significa o renascimento do batismo. Pela lepra e coceira com a qual você foi infectado, você pode entender os crimes e pecados que você cometeu, que foram lavados nele; e por você ser expurgado daquela doença de lepra e coceira, você nasceu de novo na frente do santo batismo e purificado de todos os pecados. Pelos diferentes tipos de pássaros com suas asas vermelhas carmesim, cuja extremidade mais distante você não conseguiu alcançar com seu olhar, você pode entender homens de diferentes províncias com escudos e suas armas, o quais fizeram fidelidade a você e a quem você vê numa multidão incontável. Pelas aves banhadas na primavera e nelas lavadas alternadamente, e se alimentando em comum: as pessoas infectadas pela mancha do Velho Enganador, a serem lavadas pelo sinal do batismo e banqueteadas com o sustento do corpo sagrado e do sangue de Cristo. Pelos ninhos que eles faziam ao redor das montanhas, você pode entender as muralhas das cidades devastadas que serão reconstruídas. Os pássaros de diferentes tipos lhe obedecerão: homens de diferentes reinos se ajoelharão para servir você. Tradução nossa. *Ibidem*, p. 30.

²¹² Orderico Vitalis teria tido acesso ao texto de Dudon de Saint-Quentin por intermédio da continuação feita por Guilherme de Jumièges, a *Gesta Normannorum Ducum*. Apesar de Vitalis referir-se a Dudon como autor de uma obra panegírica e poética, com pouco valor histórico, recorre igualmente à inventividade retórica. Ao tratar sobre os primeiros duques normandos, o tema favorito de Orderico parece ser o da conversão dos normandos e a restauração e construção de abadias e outros edifícios eclesiásticos. Nesse sentido, o escopo e forma são semelhantes aos apresentados por Dudon. E.g. [...] Rollo was baptized by the lord Francon, Archbishop of Rouen, in the year of our Lord 912, and casting away the idols which he before whorshipped, with all his army devoutly embraced Christianity. He died five years after the baptism. William, his son who succeeded him in the Duchy of Normandy and held it twenty-five years, restored to its former condition the monastery of Jumièges, which Philibert had founded, but which had been laid down by Hasting; Sobre Ricardo I: Among his other goods deeds, he founded three monasteries, one at Fécamp, dedicated to the Holy Trinity, another at Mont St. Michel in honour of St. Michel the archangel, and the third at Rouen in honour St. Peter the apostle, and St. Ouen the archbishop. Sobre Ricardo II: In the year of our Lord 996, on the death of Richard the elder, he was succeeded by Richard Gonorrides his son, who piously governed the duchy of Normandy thirty years. He rebuild the abbey of Fontenelles which St. Wandrille had founded and Hasting had ruined; and Judith his wife, sister of Geoffrey earl of Britanny, founded a monastery at Bernai in honour of St. Mary, mother of God. A narrative segue o mesmo padrão para os governos de Ricardo II e William II (FORESTER, Thomas. *The ecclesiastical history of England and Normandy*. Vol. I. London: Henry G. Bohn 1853, p. 375-376; p. 381-383).

origem são bastante comuns à realidade do medievo, sendo sua principal função a viabilidade de um passado para reforçar a identidade comum e valores escolhidos. Para que haja então certa efetividade, deveria ser observado nessas narrativas um certo grau de fidedignidade à realidade concreta do vivido, para então ser superado por uma mitificação²¹³.

É nesse sentido que Dudon distancia-se do modelo adotado como mito fundador pelos francos²¹⁴. Isso, apesar das influências destes serem diversas, e Rollo, assim como os demais duques, serem narrados a partir de um modelo cristocêntrico que vinha se solidificando em diversas culturas na Europa, sobretudo entre os francos. Acreditamos, dessa forma, que o mito normando, que se manifesta a partir dessa tradição retórica, ao evidenciar um hibridismo cultural como motor etnogênico, guardaria especificidade no caso normando.

Por outro lado, é importante afirmar que parte do mito aqui demonstrado com base em Dudon aproxima a figura de Rollo e dos duques normandos das estruturas eclesiásticas, de sua manutenção e restauro, além da independência do território²¹⁵. Dessa forma, há uma aproximação natural ao aporte cultural franco, que ajuda a localizar o autor em sua formação e relação com o mundo franco, além de identificar laços culturais da região que tiveram sua manutenção garantida, apesar da ruptura em relação à autoridade dos reis francos, segundo Davis²¹⁶.

Em várias passagens, os três primeiros duques narrados por Dudon são recorrentemente associados à moral e às instituições eclesiásticas. No caso de Rollo, é importante salientar, novamente, que essa associação se tratou de um anacronismo,

²¹³ POTTS, Cassandra. *Monastic Revival in Early Normandy*. *Op. cit.*, p. 20.

²¹⁴ As principais fontes a respeito do que podemos chamar de uma origem mítica do povo franco advêm da chamada Crônica de Fredegar, constituída no século VII, assim como da anônima *Liber Historiae Francorum*, datada do século VIII. Mais precisamente na Crônica de Fredegar, seu autor narra uma descendência troiana para os francos, utilizando-se possivelmente de um modelo pré-existente em Virgílio e São Jerônimo. Diferentemente do mito de origem dos normandos, os francos teriam se estabelecido na Macedônia após a destruição de Troia, tendo se dividido em dois grupos. Enquanto um deles migrou para a Europa, sob a liderança do rei Francio, o segundo grupo, liderado por Turchot, teria dado origem ao povo turco (POTTS, Cassandra. *Monastic Revival in Early Normandy*. *Op. cit.*, p. 20-22). Dessa maneira, a ideia de mito e mitificação seriam centrais para a compreensão de tais processos no contexto do medievo. Um dos poucos autores a se debruçar sobre a temática da mitologia medieval é Hilário Franco Júnior. Para ele, a mitificação seria o processo pelo qual determinados grupos, por intermédio de metáforas, símbolos ou mesmo feitos – sensivelmente distorcidos por todas as variáveis apresentadas por Goetz, sobretudo a memória –, garantiriam a eleição de figuras. Esse movimento denotaria a busca por conhecimentos intuitivos e emotivos, tendo como principal objetivo a constituição de um determinado caráter social (FRANCO JR., Hilário. “O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu: reflexões sobre mentalidade e o imaginário”. *Signum* 5, 2003 b, p. 73-116).

²¹⁵ POTTS, Cassandra. *Monastic Revival in Early Normandy*. *Op. cit.*, p. 20-22.

²¹⁶ DAVIS, R. H. C. *The Norman Myth*. *Op. cit.*, p. 54.

tendo em vista que o restabelecimento da vida monacal na Normandia deu-se apenas por intermédio do governo de seu filho, Guilherme, Espada Longa (927-942). Com o projeto de retomada das atividades monásticas, e não necessariamente de construção de abadias levado a cabo por Ricardo I, Dudon tece elogios importantes:

Prudens, magnanimus, bonus et modestus, angebat populus statutis legibus. Praecellens pater exsullis et egentis, incomparabilisque solator orphanis et pupillis, largum pauperibus cibum ministrabat, ecclesiarumque assiduus reparator renitebat. Sacros ordines graduum Ecclesiarum mirifice prae omnibus honorabat, atque monastica quaeque adornabat. Attentus, benevolus et docilis in omni opere existebat, accusantiumque et accusatorum aequali lance querelas discutens trutinabat. Non personas pauperum vel potentium in iudicio ullo cultu reverentiae rescipiebat; verum expugnantium querimonias, dempta serupulosae rei ambiguitate, recensens, dijudicabat. Meritis et factis praecebat in omni negotio cunctis, eratque omnibus mirabilis respectu bonitatis et honoris. Floccipendebat arrogantes et improbos; puniebat contumaces et reos; exaltabat humiles et benevolos; conculcabat raptos et injustos. Tirones suae domus praemiis et muneribus ad serviendum incitabat; majores natu beneficiis affluentes ditabat. Vix nemo audebat in regno suo praejudicium facere, nullusque cuique quicquam subripere. Degebant omnes in ejus ditione securi malorum et laborabant festinanter accelerata exhibione omnium operum²¹⁷.

De acordo com David Crouch, parte da estratégia de Dudon consiste em narrar Ricardo nesses termos laudatórios, pois isso colaboraria para a reafirmação dos duques como protetores das casas religiosas, cristãos exemplares. Ao mesmo tempo, a narrativa atribui aos duques o papel principal no processo de conversão e consolidação do cristianismo na Normandia. Isso pode ser evidenciado ao analisarmos os históricos de vida bastante distintos de Guilherme I e Ricardo I à luz de Chartier. Há uma construção da representação de Guilherme I feita por diversos cronistas por nós analisados, e inicialmente por Dudon, como um duque de índole e comportamento bastante

²¹⁷ Judicioso, magnânimo, bom e modesto, ele atrairia as pessoas através de leis estabelecidas. Distinto pai de exílio e defensor necessitado do órfão e dos menores. Ele fornecia alimento abundante para os pobres e ele brilharia, um incansável reparador de igrejas. Ele honraria maravilhosamente, antes de todos os outros, as ordens sagradas das fileiras das igrejas e as forneceria de todas as coisas religiosas. Ele seria atencioso, benevolente e dócil em todos os atos e, dissipando as queixas, equilibraria o queixoso e o queixoso numa escala equitativa. Ele não olharia com reverência adoradora para pobres ou ricos em seus julgamentos, mas, revendo as queixas de assaltantes e assaltantes, ele decidiria depois de ter removido qualquer incerteza de um caso complexo. Em todos os assuntos ele seria distinguido, além de todos os outros, por seus méritos e ações, e seria um maravilhoso refúgio de bondade e estima para todos. Ele consideraria as presunções e a vontade própria de pequeno valor, puniria os insolentes e os culpados. Ele elevaria alto o humilde e o benevolente, ele pisotearia o arrebatador e o injusto. Ele estimularia os jovens recrutas de sua casa para servirem de recompensas e presentes, ele copiosamente daria os mais velhos com presentes. Dificilmente alguém em seu reino ousaria causar qualquer dano e ninguém ousaria roubar nada de ninguém. Todos viveriam, despreocupados pelos males, sob sua autoridade e se apressariam em acelerar todo o seu trabalho produtivo. Tradução nossa. CHRISTIANSEN, Eric. *Dudo of St. Quentin's History of the Normans. Op. cit.*, p. 143.

semelhantes aos de uma vida monacal²¹⁸, inclusive teria se mostrado preocupado com o cotidiano dos monges e com a paz²¹⁹. Por conta de conflitos contra o conde de Flandres, Arnulf I, Guilherme I sofreu uma emboscada e foi assassinado, sendo descrito por Dudon como um mártir dos normandos²²⁰.

Finalmente, em termos de proteção das instituições monásticas, observamos que o processo de sua reconstituição e/ou reestruturação se organiza em torno da abadia de Fécamp, local de estadia e atuação de Dudon. Em Fécamp, Dudon teria exercido função de auxiliar de ofícios junto aos monges beneditinos, em especial em colaboração ao reformador Guilherme de Volpiano, em algum momento próximo ao ano de 1001²²¹. De acordo com pesquisa arqueológica levada a cabo por Annie Renoux, em fins da década de oitenta do século XX, observaram-se indícios da existência de uma residência ducal na cidade de Fécamp, junto a essa abadia, o que, não apenas fortaleceria a ideia de Fécamp como uma abadia sob os auspícios ducais, como também indicaria o zelo dos duques para com esse espaço de irradiação do movimento de reforma e do próprio poder ducal²²².

A conexão entre Dudon e a abadia de Fécamp está referenciada esparsamente por boa parte do texto do referido cronista. Na narrativa é mencionado o local como centro de retomada da vida monacal pelo esforço de duques Guilherme I, Espada Longa e Ricardo I. Contudo, no final do texto, Dudon faz uma longa narrativa da passagem do poder ao seu filho, Ricardo II, além do funeral do duque, que foi enterrado na Igreja de

²¹⁸ Em um apóstrofo poético construído por Dudon ao final do livro dedicado a Rollo, o autor constrói uma narrativa que santifica o jovem Guilherme I, futuro duque dos normandos, com base nas quatro virtudes cristãs. O sanctified William, may you thrive in the health of the youthful, Boy who smells sweet of the earliest flowering youth, Why hasten the vow you have taken with impetuous utterance? Why do you long to obtain the refuge of Christ by an oath in haste? Why 'does a watchful confinement stand guard now, over the green years'? Why let 'the Rule now guide and control' your bodily 'habits'? Why does 'the rubric of law' restrain 'those close to the chaste one'? Cease keeping the vows. For you and for us there is need for Your seed; for to you is a brilliant duke to be born, Who with celestial endowments drawn from above will be graced. Under his wonderful sway, Francia will lift up her Countenance, act, move, and prevail, and rouse herself joyfully, After you migrate to Olympus, borne upward by martyrdom. As ruler he will control kingdom with outstanding governance, He will balance and estimate grievances on a fair of scales, And by his fair judgement will bring torments on those who are guilty, And by his generous largesse give rewards to the just. Everywhere having increased his stock of the quadruple virtues, Wearing as he deserves a conspicuous diadem gleaming with beryl-Stones bright on the crown of his sanctified head, he, the worthy, Will climb to Elysian Field, and Christ will be leading the way (CHRISTIANSSEN, Eric. *Dudo of St. Quentin's History of the Normans*. Op. cit., p. 58.

²¹⁹ CROUCH, David. *Normans – History of a Dynasty*. Op. cit., p. 39.

²²⁰ *Idem*.

²²¹ BROUT, Pierre. *Dudon de Saint-Quentin et Fécamp*. In: Tabularia. Caen: Presses universitaires de Caen, 2002, p.59.

²²² RENOUX, Anne. *Fécamp: du palais ducal au palais de Dieu*. Paris: Editions du CNRS, 1991, p. 314-317, apud BROUT, Pierre. *Dudon de Saint-Quentin et Fécamp*. Op. cit., p. 61.

Fécamp, retornando então a sua cidade de nascimento²²³. É mencionado por Dudon um suposto fato que indicaria a santidade do Duque, pois o corpo de Ricardo I teria, após sua morte e inumação, exalado um forte odor de bálsamo por ocasião da abertura da tumba²²⁴.

A tradição retórica normanda e anglo-normanda, colaborada em grande parte por Dudon e outros cronistas²²⁵, forjou paulatinamente uma tradição que negava de forma mais ou menos sutil a autoridade exercida pelo poder régio franco. Essa negação é evidenciada nas narrativas, em primeiro lugar, pela menção recorrente nos textos de tentativas dos reis francos de retomar o território da Normandia e de obrigar seus duques a honrar os ditos votos de vassalagem pelos quais receberam o território. Identificamos, inclusive, que se tratava de uma estratégia legitimatória do poder régio normando em um cenário pós-conquista. Exploraremos essa estratégia mais a fundo no terceiro capítulo de nossa pesquisa.

Segundo Dudon, enquanto os francos, na presença de seu rei, elogiavam Rollo por seus feitos militares no território franco, houve uma convocação por parte do bispo de Paris, Robert, para que Rollo selasse a relação de vassalagem com o rei, pela qual receberia a posse do território em volta do rio Epte, sobretudo a cidade de Rouen. O rito deveria ser selado com um beijo no pé de Carlos III, o Simples, mas Rollo prontamente teria se recusado, afirmando não se prostrar aos joelhos a ninguém. Rollo então teria convocado um de seus principais guerreiros para representá-lo nesse ato, logo o

²²³ CHRISTIANSEN, Eric. *Dudo of St. Quentin's History of the Normans*. Op. cit., p. 173.

²²⁴ *Ibidem*, p.227.

²²⁵ Com base na historiografia, sobretudo construída pelo esforço direto de Elisabeth Von Houts, sabemos que a *De Moribus de Dudon de Saint-Quentin* foi diretamente continuada pelo esforço de Guilherme de Jumièges, que pretendida estender a narrativa ao governo de Guilherme II e à narrativa da Conquista Normanda. Escrevendo a partir da abadia de Jumièges e a mando do agora rei e duque, esse monge teria fácil acesso a um manuscrito de Dudon. Ainda assim, segundo Antonia Gransden e Diana Greenway, Guilherme de Poitiers, outro historiógrafo de William I da Inglaterra, uma vez sendo capelão deste, teria ampla circulação por certas bibliotecas e mosteiros, podendo assim já ter acesso ao menos ao texto de Guilherme de Jumièges, finalizado em 1070. Doravante a possível efêmera circulação do texto de Guilherme de Jumièges, Gransden sustenta que manuscritos de Jumièges alcançaram Guilherme de Malmesbury e Henry de Huntingdon, e influências podem ser notadas, nesses autores, de uma tradição anglo-normanda. Finalmente, outra interpolação notável no texto de Guilherme de Jumièges é feita por Orderico Vitalis, importante monge anglo-normando. VAN HOUTS, Elisabeth. *Gesta Normannorum Ducum: Een studie over handschriften, de tekst, het geschiedwerk en het genre*. Tese de Doutorado. Universidade de Groningen, 1982; GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England – c.550 – c.1307*. London: Routledge, 1998, p.97-98; DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, M (ed e trad). In: HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (eds) *Gesta Willelm Ducis Normannorum et Regis Anglorum*. In: Oxford Medieval Texts. New York: Oxford University Press, 1998, p. XIX-XX.

guerreiro teria levantado o rei franco pelo pé, de forma que ele ficasse de cabeça para baixo, para então beijar seu pé²²⁶.

Diretamente relacionada a passagens como esta, que visam colaborar para a elaboração de uma identidade para os normandos, estaria a questão da existência de uma memória enquadrada²²⁷, a qual será mais atentamente explorada durante a análise das crônicas. No entanto, desde já é importante observar como a identidade normanda é então formada a partir da negação do outro franco diretamente, ou a partir da superestimação de certos valores ditos normandos. Essa temática, direta ou

²²⁶ CHRISTIANSEN, Eric. *Dudo of St. Quentin's History of the Normans*. Op. cit., p. 49. Ao retomarmos Timothy Reuter na introdução do volume II da New Cambridge Medieval History, veremos que o autor identifica um crescente empirismo e recuperação da credibilidade de fontes como a *De Moribus*, exaustivamente criticadas pela historiografia quanto a ser possuidora de valor histórico. Com base na historiografia que subsidia este trabalho, acompanhamos Marjorie Chibnall e seu contra-argumento à proposta bastante solidificada de Haskins, a respeito de modelo feudal bem estruturado e existente no ducado. Haskins argumenta que a possível presença de cotas de recrutamento militar exercidas por certas abadias poderia significar a presença de estruturas feudais. Chibnall, por sua vez, discorda, ao afirmar que, além de não haverem cotas fixas para tal recrutamento, a heterogeneidade dos dados apresentados por Haskins não seria suficiente para observar estruturas feudais mais complexas no ducado. Finalmente, e a partir do raciocínio de Chibnall, retomamos Dudon. Com base na natural crítica documental que se espera de um texto como o de Dudon, é preciso distanciar o elemento ritualístico feudal do beijo no pé da realidade material, narrada no contexto das cortas de Ricardo I e Ricardo II, com uma representação de um episódio ocorrido no limiar do século X. A narrativa de Dudon, a nosso ver, diz mais respeito a um elemento feudal encontrado na Normandia do século XI e sobre a necessidade desse autor de dotar de intelegibilidade a matéria do passado para uma corte que contava com homens de forte ligação com a cultura nórdica e francos, em direto processo de assimilação cultural e adoção de práticas feudais. Ainda assim, acreditamos ser bastante problemática, por conta da escassez de evidências materiais e historiográficas, afirmar a presença de estruturas feudais no ducado, a contento. Finalmente, Marjorie Chibnall, ao retomar a historiografia, diz que é mais sensato pensar em um feudalismo normando após a Conquista Normanda, uma vez que novo impulso na divisão de terras levou à adoção de novas práticas ligadas à divisão de terras e às consequentes homenagens, o que ia ao encontro de práticas, que possivelmente vinham sendo introduzidas no ducado na segunda metade do século XI (HASKINS, C. H. *The Norman Institutions*. Op. cit., p. 8-10; CHIBNALL, Marjorie. *Feudalism and Lordship*. In: HARPER-BILL, Christopher; VAN HOUTS, Elisabeth. *A Companion to the Anglo-Norman World*. Woodbridge: The Boydell Press, 2003, p. 127; CHIBNALL, Marjorie. "Military Service in Normandy Before 1066". In: *Anglo-Norman Studies*, V, 1983, p. 65-78).

²²⁷ Apoiamo-nos nas noções de memória coletiva de Jacques Le Goff e Michel Pollak. Para o primeiro, haveria certa diferenciação entre uma memória coletiva, ligada a sociedades ágrafas, e sociedade em posse da tecnologia da escrita, ainda que houvesse zonas de intersecção entre ambas as esferas. Para Le Goff, as memórias coletivas para as sociedades mnemônicas, ou seja, sem a escrita, estariam diretamente ligadas a necessidades etnogênicas, ou seja, de dar conta de uma determinado mito de origem. A passagem para as letras significaria, dentre muitas possibilidades, a reorganização da memória coletiva, que tem como igual função garantir a coesão de grupos que buscam constantemente a manutenção de genealogias para fins de poder (LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990, p. 428-432). Acreditamos que Michel Pollak possa contribuir em complemento a certas premissas de Le Goff, uma vez que entendemos, assim como Pollak, que uma memória coletiva é igualmente um instrumento de coesão social e de negação de outros grupos. Em outras palavras, tem sempre caráter de alteridade e caracteriza-se como campo de disputa política. Para fins dessa construção identitária e logo, política, poderíamos tomar a construção do mito normando como uma espécie de memória enquadrada, pois ao associar-se à aristocracia e aos duques normandos, possuiria, assim, mecanismos de negação de outras identidades e de coesão interna. (POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Trad. Dora Rocha Flaksman. In: *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, nº3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15).

indiretamente, é explorada em quase todas as crônicas por nós analisadas²²⁸, o que inclui a manifestada negação do outro anglo-saxônico durante o processo de Conquista.

Com base na sugestão de que Dudon estaria escrevendo diretamente para uma corte de guerreiros normandos em processo de adoção de valores ligados ao universo franco, a escolha de determinados valores feudais no interior da narrativa pode apresentar-se como um indício dessa influência. Pode também denunciar todo o histórico de formação de Dudon, diretamente ligado aos francos. Dessa maneira, passagens que envolvem ou fazem referência a guerreiros perfazem oitenta e duas menções, questão mais recorrentemente mencionada no texto. O segundo maior número de referências (32) seria quanto à preocupação com a autoridade. Como um dos elementos básicos do mito normando, a temática da descendência aparece com vinte menções. A dualidade entre coragem e covardia é tema bastante caro aos normandos e recorrentes em outros autores. Neste caso, a coragem é tratada em dezesseis oportunidades, enquanto a covardia aparece menos, treze vezes. Finalmente, dividido nos três livros, o tema da vingança aparece dez vezes na obra de Dudon²²⁹.

Dessa forma, tratamos com cautela qualquer forma de ruptura de influências escandinavas ou francas²³⁰ na historiografia normanda a partir de certa altura do século XI²³¹. No caso da influência escandinava, é importante retomar que normandos e nórdicos romperiam relações apenas a partir de um interesse comum em relação à

²²⁸ Além da negação do outro franco trabalhada na narrativa sobre o beijo no pé do rei, boa parte das narrativas da Batalha de Hastings trabalhadas (o que inclui Guilherme de Jumièges, Guilherme de Poitiers e principalmente o anglo-normando Henry de Huntingdon, que durante sua narrativa da Conquista constrói um longo discurso etnogênico normando que visa à negação ao povo franco e anglo-saxônico) entendemos que são fortes estratégias legitimatórias dos reis normandos no interior dessas crônicas. Esse aspecto será mais aprofundado no capítulo correspondente.

²²⁹ Para Ewan Johnson e Bernard Bachrach, a direta conexão entre a narrativa de Dudon e uma tradição escrita advinda da Escandinávia poderia ser exemplificada por intermédio da detecção, por parte deste autor, de uma estratégia militar de longa duração por parte de Rollo. Essa estratégia, que tinha como base as ideias de conquista territorial e manutenção da autoridade do território, teria chegado a Dudon por meio da tradição oral dos membros da audiência das cortes de Ricardo I e Ricardo II, e, além da estratégia, os valores marciais seriam insistidos na construção da narrativa etnogênica de Dudon (BACHRACH, Bernard. *Dudo of St. Quentin and Norman Military Strategy*. In: GILLINGHAM, John (ed). *Anglo-Norman Studies XXVI: Proceedings of the Battle Conference*. Woodbridge: The Boydell Press, 2003, p.28-30; JOHNSON, Ewan. *Normandy and Norman Identity in Southern Italian Chronicles*. In: *Anglo-Norman Studies XXVII*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004, p. 96).

²³⁰ É importante pontuar que tais lugares comuns na narrativa de Dudon não seriam exclusividade da cultura normanda, uma vez que todos os temas citados aparecerem, por exemplo, na vultosa obra de Gregório de Tours. Assim como procedemos com Dudon, verificamos que na obra de Gregório a recorrência à temática de guerreiros aparece dez vezes. A coragem é tema por cinco vezes, a vergonha aparece sete vezes. Desperta atenção a preocupação com a autoridade, referida quatorze vezes, e, finalmente, a questão da vingança, citada trinta e seis vezes no decorrer da obra.

²³¹ SEARLE, Eleonor. *Fact and Pattern in Heroic History*. Op. cit., p. 126.

Inglaterra²³². Elisabeth Van Houts argumenta que o *Danelaw* inglês teria funcionado, durante o período de sua existência, como espaço de mediação do contato cultural entre normandos e escandinavos²³³. Com base então na permanência de elementos escandinavos na cultura anglo-saxônica, Benjamin Pohl sugere que isso teria criado ambiente propício, já num universo pós-conquista e anglo-normando, para a cópia e circulação de manuscritos da obra de Dudon por abadias localizadas na Inglaterra²³⁴.

Assim, a narrativa de Dudon perfaz um elo interessante entre a criação do que entendemos como uma tradição retórica e a afirmação da autoridade dos duques normandos e das instituições eclesiásticas reformadas por eles.

A continuidade do desenvolvimento das abadias²³⁵ como comunidades mnemônicas na Normandia liga-se, então, à figura do duque Roberto I, o Magnífico (1027-1035). De acordo com David Crouch, Roberto e Ricardo III (1027), ambos os filhos de Ricardo II (996-1026) já eram adultos quando o duque pai faleceu, ocasionando uma guerra civil de um ano entre os irmãos, guerra esta que terminou com a morte de Ricardo III e o fim de seu governo. Apesar de terem ocorrido sítios a abadias ligadas a Ricardo, como a de Jumièges, o governo de Roberto representará continuidade das políticas reformistas²³⁶. Durante os anos de seu governo, esse duque esforçou-se

²³² Procuraremos tratar essa temática com mais profundidade no terceiro tópico deste capítulo.

²³³ VAN HOUTS, Elisabeth (trad). *The Gesta Normannorum Ducum of William of Jumièges, Orderico Vitalis, and Robert of Torigni*. V.1. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 60 *apud* ARAÚJO, Vinícius C. Dreger de. Memórias da Escandinávia no Processo de Construção Identitária dos Normandos da Itália Meridional. In: *Revista Signum*, 2015, vol. 16, nº3, p. 32.

²³⁴ POHL, Benjamin. *Dudo of Saint-Quentin's Historia Normannorum: Tradition, Innovation and Memory*. *Op. cit.*, p. 71.

²³⁵ Não obstante a construção de uma tradição narrativa normanda em torno do que chamamos de mito normando, é possível observar certa continuidade desse escopo nas narrativas ligadas às experiências de ocupação normanda no sul da Península Itálica, sobretudo no chamado Reino Normando da Sicília. Essa experiência, bastante semelhante ao caso da Normandia, devido à diversidade étnica em sua formação, utilizou-se, por intermédio dos cronistas Amatus de Montecassino, Geoffrey Malaterra e William da Apúlia, de certa conexão entre memórias ligadas à Normandia e à Escandinávia. *E.g.*: em Amatus, a mesma preocupação com uma narrativa etnogênica em torno de um mito pode ser percebida, sendo idêntica à construída por Dudon de Saint-Quentin. Ainda assim, há superestimação de valores marciais e comportamentais, ambos acompanhados da ideia de *virtus*. No caso da construção dos normandos como um povo escolhido por Deus como elemento do mesmo mito, Amatus salienta que os normandos que foram ao Sul da Península Itálica representariam a providência divina como um *iuventus*, ou seja, um novo povo, que vinha para livrar tais terras de velhas etnias pecaminosas, como os lombardos, bizantinos e árabes (DREGER, Vinícius C. A. Memórias da Escandinávia no Processo de Construção Identitária dos Normandos na Itália Meridional. In: *Revista Signum*, 2015, vol. 16, nº3, p. 37-40; D'ANGELO, Edoardo. *Storiografi e Cronologi Latini del Mezzogiorno Normanno-Svevo*. Nápoles: Liguori Editori, 2003, p. 21-25; DUNBAR, Prescott (trad.) *The History of the Normans*. Woodbridge: Boydell, 2004, p. 45).

²³⁶ CROUCH, David. *The Normans*. *Op. cit.*, p. 40.

para devolver e reestruturar as propriedades das abadias que foram tomadas ou danificadas durante os conflitos com seu irmão e seus apoiadores²³⁷.

No entanto, devemos focar de maneira mais atenta o governo de Guilherme II da Normandia, filho bastardo de Roberto I e Herleva²³⁸, e a relação guardada por ele e seu governo com as instituições eclesiásticas, assim como a *De Moribus et Actis Primorum Normanniae Ducum*.

O período entre 1020 e 1040, marcado pela morte de Roberto I e a subida de Guilherme II ao ducado (1035-1087), foi permeado por intensa luta pela manutenção da autoridade ducal frente uma aristocracia bem estruturada com a posse de terras. Esse cenário, que se assemelha àquele vivido por Rollo e Guilherme I, irá se diluir com a afirmação de Guilherme II (duque entre 1035 e 1087), que se tornou duque apenas após a vitória contra uma série de barões normandos revoltosos na Batalha de Val-ès-Dunes. Nessa batalha, contou com o apoio de Henrique I da França (reinado 1038-1060)²³⁹.

Durante esse período e ao menos até o advento da narrativa de Guilherme de Jumièges, o texto de Dudon parece ter sido hegemônico na corte normanda e abadias na Normandia. Isso se liga ao fato de que boa parte dos manuscritos que circularam na Normandia, apontados indiretamente em cartulários de Jumièges, Fécamp, Monte Saint-Michel e Saint-Evroul, caracterizavam-se como cópias individuais de trechos da obra ou como a obra completa. Isso enfatizava a importância do texto como instrumento de coesão mnemônica, identitária e da autoridade normanda, e também demonstrava a adoção de uma prática consciente dos indivíduos responsáveis pela circulação do texto.

Por outro lado, a possibilidade do resguardo da obra no interior de compilações poderia servir, não apenas ao interesse das abadias e igrejas, como instrumento histórico-jurídico, mas também à garantia de mais eficácia a sua sobrevivência em termos materiais e simbólicos. Segundo Pohl:

Universal chronicles aside, therefore, historical narratives transmitted in the shape of independents were generally running a somewhat higher risk of losing their relevance as time progressed, with their precious parchment being erased and reused for the production of a new volumes. In this regard,

²³⁷ *Idem*, p. 41-42.

²³⁸ Herleva é uma figura bastante obscura na historiografia contemporânea. Em termos das crônicas, Guilherme de Poitiers, Guilherme de Jumièges e Guilherme de Malmesbury narram informações conflitantes e lacunares, ainda que de certa forma convergindo para a figura citada. Apenas Orderico Vitalis fornece substancial informação adicional. Segundo esse cronista, Herleve seria filha de um curtidor de peles chamado Fulbert, e a narrativa teria sido usada como instrumento de sátira contra o duque. Para uma condensação interessante sobre essa discussão, ver o Apêndice A de DOUGLAS, David. *William the Conqueror*. *Op. cit.*, p. 379-382.

²³⁹ BATES, David. *William the Conqueror*. 3ª ed. New Haven: Yale University Press, 2016, p. 172.

compilations naturally possessed a higher level of ‘immunity’ to change, mainly because they maintained their general currency even if individuals contents went ‘out of date’. From a collector’s point-of-view (including monastic book collections), compilations might even have offered a more attractive format than independents, allowing them to preserve Dudo’s work alongside other related texts such as, for example, the *Gesta Normannorum Ducum* (de **Guilherme de Jumièges**)²⁴⁰.

O sucesso da narrativa de Dudon estaria ligado então a aspectos materiais, que envolveriam a diversidade de formas de manutenção da materialidade do texto, e a aspectos simbólicos da obra, tendo seu projeto de criação de uma história dos normandos como principal ligação e justificativa frente às instituições eclesiásticas. Segundo esse autor, que toma em comparação a obra de Dudon e a de Widukind de Corvey, um cronista saxão do século X, como histórias étnicas a obra de Dudon não cumpriria apenas o papel de legitimação de uma aristocracia guerreira.

Mais do que isso, funcionaria como veículo, cuja igual função seria a aceitação do clero normando e franco do poder ducal normando, dissolvendo as associações deste com visões barbarescas²⁴¹. Mais do que isso, acreditamos que a tradução cultural que pontua o hibridismo cultural pressupõe que haja uma revisão dos sistemas de referência existentes, o que diz respeito igualmente a valores e normas²⁴². Assim, é por intermédio de certo distanciamento das regras culturais de francos e escandinavos que seria possível pensarmos em tal hibridismo. Essa consciência de si mesmo seria refletida na produção histórica e literária, nas quais a emergência da orientação e manutenção da identidade se mostraram muito importantes²⁴³.

Como intentamos delinear, o território compreendido pelo Ducado da Normandia fora ocupado a partir de idos do século X por contingentes populacionais advindos da Escandinávia. Assim, ao observar o mapa 1.1, notamos que as regiões circundantes a Rouen e majoritariamente costeiras apresentam mais denso contato com a cultura nórdica do que a região interiorana, onde aspectos da cultura franca parecem ter sofrido menos influência cultural da nova aristocracia vinda do Norte europeu²⁴⁴, em um primeiro momento. Podemos observar desde já que boa parte das principais abadias

²⁴⁰ POHL, Benjamin. *Dudo of Saint Quentin Historia Normannorum*. *Op. cit.*, p. 59. Intervenção nossa.

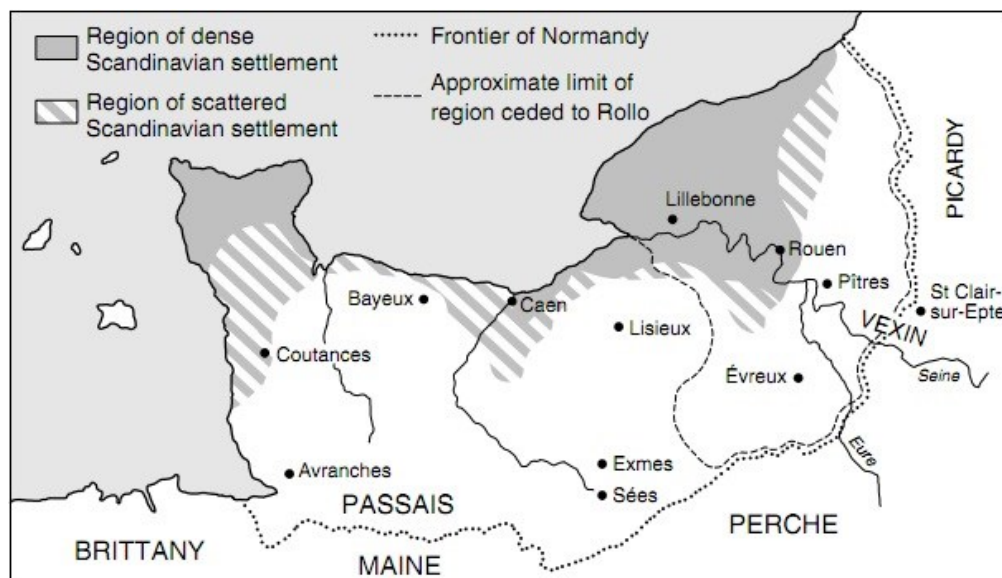
²⁴¹ MORTENSEN, Lars Boje. Stylistic Choice in Reborn Genre. The National Histories of Widukind of Corvey and Dudo of St. Quentin. In: DEGL’Innocenti, A.; GATTI, A. (org). *Dudone di San Quintino*. Trento: Dipartimento di scienze filologiche e storiche, 1995, p. 77-102.

²⁴² HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. *Op. cit.*, p. 83.

²⁴³ DAVIS, R. H. C. *The Norman Myth*. London: Thames and Hudson, p. 27.

²⁴⁴ CHIBNALL, Marjorie. *The Normans*. *Op. cit.*, p. 14-15.

ativas durante o governo de William II (mapa 1.2) se encontravam ou foram fundadas em zonas de denso povoamento nórdico²⁴⁵.



Mapa 1.1. Nível da presença cultural nórdica na Normandia durante o século XI.
Fonte: CHIBNALL, Marjorie. *The Normans*, p. 14.

No entanto, no que tange ao século XI, é preciso notar um novo tipo de relação que se estabelece entre as abadias e o poder leigo. Como vimos, as instituições eclesiásticas caracterizaram-se ao longo do processo histórico normando como instrumentos de conversão da população nórdica e propagadores do poder ducal normando, em especial por intermédio da *De Moribus* de Dudon e a consequente criação do mito normando. Por outro lado, interesses econômicos podem ser identificados na construção e na dotação das abadias com novas terras cedidas pelos duques e pela aristocracia normanda.

Tal movimento se liga à prática de utilização de monastérios na Europa ocidental como depósitos de crédito para os senhores seculares. Dessa maneira, abadias normandas, cuja representatividade já foi citada, aparecem novamente com primazia ao desempenharem essa função. Essa prática econômica fora o caso de Fécamp, Jumièges e o Mont Saint Michel, que, ao menos na primeira metade do século XI, colaboraram para a criação de uma economia monetária no ducado por conta de tais transações²⁴⁶. Ainda assim, a relação entre as abadias e a aristocracia, firmada por laços estreitos e muitas

²⁴⁵ Consultar mapa 1.1

²⁴⁶ GÉNESTAL, Robert. *Du Rôle des monastères comme établissements de crédit*. Paris: Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1902 apud DOUGLAS, David. *William the Conqueror. Op. cit.*, p. 114.

vezes familiares, colaborava para a própria ocupação do território. Tais interesses e vantagens são bem demonstrados por Douglas:

Even before 1066, many of the new Norman nobility were beginning to use the monasteries of the duchy as agents whereby they could make available some of their recently acquired landed wealth as expendable cash, and the endowment of a monastery with estates in return for an annual payment to be made to the 'donor' was one of the means by which this could be effected. Nor should it be forgotten that the establishment of a monastery might provide means for increasing the wealth of a great estate, and it is not without significance that many of the Norman foundations were situated in proximity to land ready for new colonization or exploitation²⁴⁷.

Paralelamente a tais laços econômicos entre as abadias e os duques, a relação entre esses grupos sociais passaram a ser significativamente mais bem documentadas durante o governo de Guilherme II (1035-1087). Assim como no caso anglo-saxônico em período próximo, as abadias passaram a emitir um grande volume de cartas de diferentes naturezas, demonstrando *scriptorii* bem desenvolvidos e com sensíveis conexões com seus patronos diversos²⁴⁸. Apesar de apenas uma pequena parcela dessas cartas ter sido editada e estar disponível para pesquisa, o corpus de diversas abadias revela conexões entre elas, apontando a possibilidade de estudos prosopográficos. Por motivos de interesse de pesquisa, parte majoritária das edições de tais cartas ainda gravita em torno daquelas relacionadas aos duques normandos, em detrimento das abadias ligadas às grandes famílias aristocráticas²⁴⁹.

Ainda que em muitos casos a “posse” de uma abadia pelo duque ou família aristocrática, assim como as respectivas práticas patronais, pudesse criar certa rivalidade, não devemos tomar as relações entre o poder leigo normando e as abadias como sólidas ou estanques.

Dois casos específicos são registrados em cartas ducais que atestam a relação de patronato entre Guilherme II e abadias não-ducais. No primeiro caso, que data de 1041, Guilherme II responde a uma requisição de posse de terras da abadia de Le-Bec Helluin, localizada na sé de Évreux, no interior da “zona nórdica”. As várias doações contemplam o abade Herluin e sua família, além do conde Gilbert de Brionne²⁵⁰. No segundo caso, há a presença de uma prática também relativamente comum: o patronato de abadias fora do território ducal. O alvo dessa carta é então a abadia de São Martinho

²⁴⁷ DOUGLAS, David. *William the Conqueror*. *Op. cit.*, p. 115.

²⁴⁸ POTTS, Cassandra. *The Monastic Revival in Early Normandy*. *Op. cit.*, p. 29.

²⁴⁹ *Ibidem*, p.30.

²⁵⁰ FAUROUX, Marie. Recueil des actes des ducs de Normandie de 911 à 1066. In: *Mémoires de la Société des antiquaires de Normandie*, tomo XXXVI. Caen: Publications de la faculté des Lettres et Sciences Humaines de Caen, 1961, p. 98.

de Marmoutier, datando esse escrito de 1050. Segundo Marie Fauroux, apesar da simplicidade na elaboração, essa carta cria uma relação de patronato bastante estreita entre o duque e a abadia, o que possibilita o posterior envio de monges à abadia de Battle, que seria fundada no local da Batalha de Hastings.²⁵¹

Na bibliografia a que tivemos acesso há escassez de pesquisas a respeito da relação entre os duques normandos e essas abadias não-normandas, no entanto uma rápida observação sobre a vida de São Martinho pode nos apontar elementos interessantes para posteriores questionamentos. Yossi Maurey, uma recente historiógrafa desse santo, diz que uma relíquia de São Martinho é bastante ligada a Marmoutier, no caso, sua capa²⁵². Segundo a tradição hagiográfica iniciada por Sulpicius Severus, Martinho, então legionário romano, no século IV, em passagem por Amiens teria dado parte de sua capa a um mendigo que sentia frio, sendo este na verdade Jesus, a testar a bondade do legionário. Durante a noite, Martin ouviu em um sonho tal confirmação, tendo acordado e visto sua capa completamente restaurada²⁵³.

A relíquia teria chegado às mãos dos reis merovíngios, que a guardaram nessa abadia, e ocasionalmente a usavam como amuleto no campo de batalha. A propensa postura pacifista e generosa do legionário romano teria tido, ao longo do medievo, uma apropriação mais belicosa, especialmente após o esforço de Odo de Cluny em identificar esse santo com a prática guerreira. Seria possível então traçar certo paralelo entre o culto de São Martinho e zonas conflituosas no reino franco, como a Aquitânia, Touraine e a Normandia, onde ele era invocado como santo guerreiro protetor²⁵⁴. O que sabemos, no entanto, é que esse culto não significou nenhum tipo de aliança duradoura entre normandos e francos²⁵⁵.

²⁵¹ *Idem*, p. 116.

²⁵² MAUREY, Yossi. *Medieval Music, Legend and the Cult of St. Martin – The Local Foundations of a Universal Saint*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 6-7.

²⁵³ *Ibidem*, p. 2-3.

²⁵⁴ *Ibidem*, p.206.

²⁵⁵ Segundo Marc Morris *et al.*, Guilherme II da Normandia havia ajudado Henry I da França em certas campanhas contra Geoffrey de Anjou, conde bastante hostil aos normandos, e suas pretensões sobre Anjou. No entanto, em 1051 Guilherme II teria cruzado o Canal da Mancha e visitado a corte de seu primo, Edward o Confessor, na Inglaterra, e, segundo a Crônica Anglo-Saxônica, feito votos de vassalagem em relação ao rei. Não há indícios narrativos ou materiais que justifiquem a mudança de postura do rei para com o duque dos normandos, que passou, a partir de 1051, para uma postura beligerante em relação ao duque. Segundo Morris, tal visita e juramentos teriam desagradado ao rei, o que resultou em duas tentativas de invasão e deposição do duque (MORRIS, Marc. *William I: England's Conqueror*. London: Penguin Books, 2016, p. 30; WHITELOCK, Dorothy. *Anglo-Saxon Chronicles*. London, 1961, p. 127.

A afirmação de que a abadia de Battle foi fundada sob os auspícios desse santo pelo cronista da Crônica da Abadia de Battle²⁵⁶, assim como as reiteradas menções em nossos cronistas, é ainda muito frágil.

Devemos nos ater, no entanto, precisamente à relação de incentivo do Duque Guilherme II em relação às abadias ducais normandas. A criação de uma estrutura em termos eclesiásticos podia representar, como vimos, parte de um campo propício para a criação de narrativas sobre o poder leigo, o que poderia garantir sua legitimação. Dessa forma, a análise de um grande *corpus* de cartas ducais é para nós uma base, neste momento, para apontarmos o crescimento da posse de terras pelas abadias ducais durante o governo do duque Guilherme.

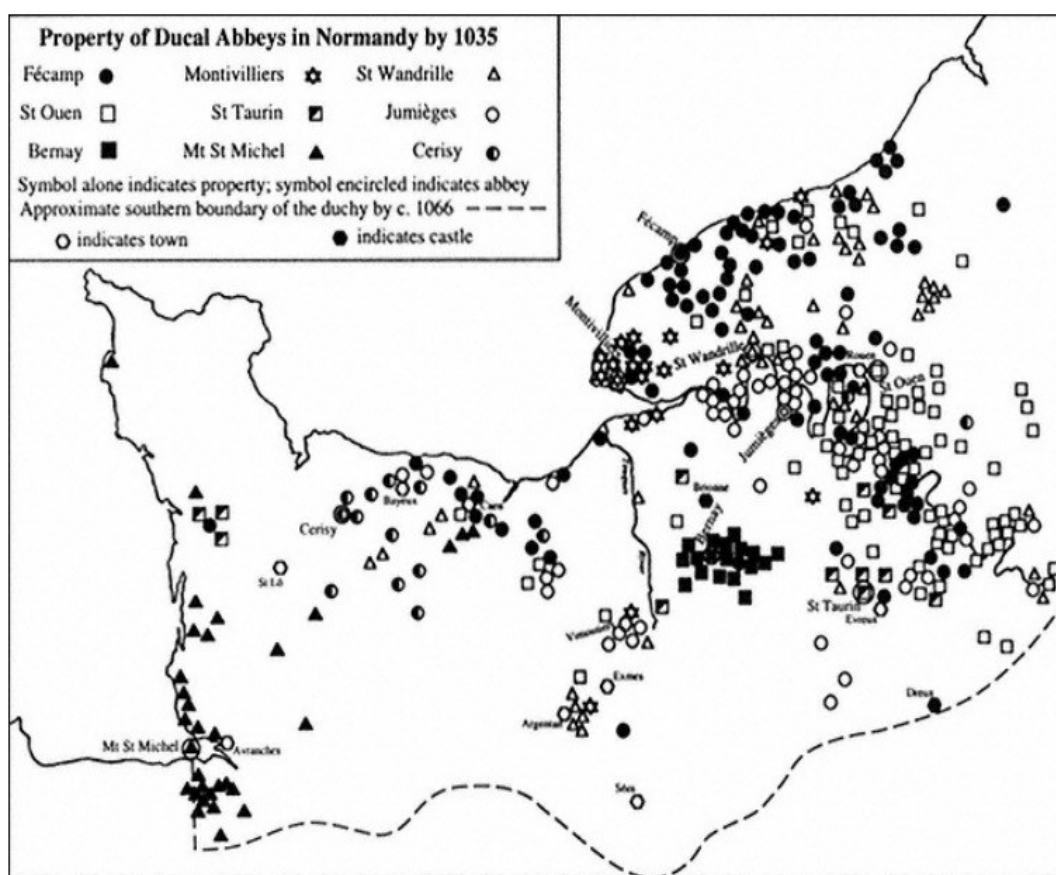
A observação do mapa 1.2 nos permite indicar a distribuição das abadias pela Normandia no ano de ascensão de Guilherme II ao ducado. Como já sugerimos, as terras das abadias ducais concentram-se mais densamente ao redor de Rouen²⁵⁷ e seguindo o contorno do Rio Sena. Notamos igualmente a proeminência econômica da abadia de Fécamp, núcleo duro do movimento de reforma monástica dos duques normandos. Com exceção da região do bispado de Avranches, onde a abadia do Mont Saint Michel parece ser soberana, a abadia de Fécamp possui terras em todos os outros bispados, incluindo zonas de pouca influência normanda. Em números semelhantes surgem os territórios em posse da abadia de Jumièges, que procuraremos observar mais detidamente no segundo capítulo.

Se compararmos os mapas 1.2 e 1.3, que dizem respeito às aquisições feitas pelas abadias ducais no intervalo entre 1035 e 1066, podemos proceder a alguns apontamentos de interesse. A abadia de Fécamp, em conjunto com Jumièges, Saint Wandrille e Saint Ouen, teria demonstrado interesse em exploração e consequente povoamento da região de Bessin, no bispado de Bayeux, movimento este que teria sido

²⁵⁶ The king was not ungrateful for the favor shown him; he was mindful of God and delighted in a worthy plan. So it was that acting to carry out his vow, he commanded that a monastery worthy of such a victory be build on the battlefield. And because he had ordained that it be consecrated to the honor of the Holy Trinity and to be blessed Mary and also to be blessed Martin, confessor of Christ, he brought some of St. Martin monks from Marmoutier to oversee the work and to lay the foundation of the religious life, so that a monastic rule might progress there side with material fabric of the church (SEARLE, Eleonor (ed, trad). *The Chronicle of Battle Abbey*. In: BROOK, C. N. L.; GREENWAY, D. E.; WINTERBOTOM, M. *Oxford Medieval Texts*. Oxford: Claredon Press, 202, p. 68-69).

²⁵⁷ Rouen é naturalmente a capital do Ducado da Normandia no tempo dos duques normandos. Assim como no caso das abadias, há toda uma construção literária em torno da necessidade de reconstrução dessa cidade. Essa narrativa igualmente é iniciada por Dudon na *De Moribus*, e Rollo teria se lembrado de sua visão de concórdia dos povos sob a autoridade normanda ao avistar a cidade. Enquanto tece louvores ao poderio econômico da cidade em posse dos duques normandos, Dudon aponta que sua reconstrução igualmente simbolizava o renascimento de Rollo, que teria recebido as novas leis da cidade das mãos de Cristo (CHRISTIANSEN, Eric. *Dudo's Historia*. *Op. cit.*, p. 151-153).

iniciado novamente por intermédio da influência dos duques. Em 1032, o duque Roberto, a partir do restauro da antiga abadia de Cerisy, passou a restaurar, por sua vez, uma série de casas monásticas carolíngias, tornando-as priorados e iniciando sua própria rede de casas, como Deux Jumeaux, Saint Fromond, Saint Marcouf e Saint Martin. Essa rede garantia a expansão da autoridade ducal a Oeste do ducado a partir de um conjunto cada vez maior de casas monásticas²⁵⁸. Finalmente, esse movimento de ocupação monástica e leiga do Oeste normando fora motivado pela própria construção de abadias ducais na região. O duque Guilherme II e sua esposa, a duquesa e depois rainha, Matilde, foram responsáveis pela fundação das abadias de La Trinité e St. Etienne, ambas bastante privilegiadas com os espólios da Conquista da Inglaterra²⁵⁹.

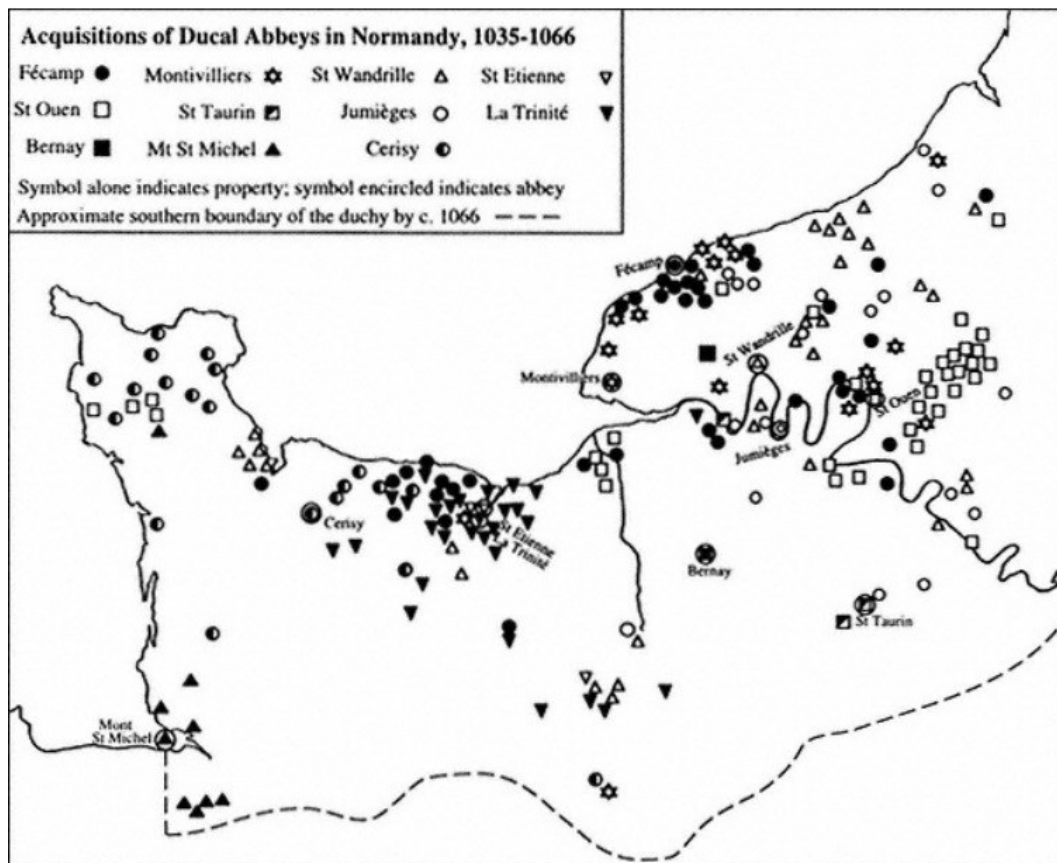


Mapa 1.2 - Propriedades das abadias ducais no ano de 1035

Fonte: POTTS, Cassandra. *Monastic Revival in Early Normandy*, p.xiii.

²⁵⁸ POTTS, Cassandra. *Monastic Revival in Early Normandy*. Op. cit., p. 96.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 97.



Mapa 1.3 - Aquisições das abadias ducais na Normandia entre 1035 e 1066

Fonte: POTTS, Cassandra. *Monastic Revival in Early Normandy*, p.xiv.

Mostra-se importante localizar, igualmente, o desenvolvimento das abadias na Normandia durante o governo de Guilherme II, a partir dos movimentos da Paz e Tréguas de Deus²⁶⁰. A notícia da Paz já seria divulgada pelos bispos normandos no início do século XI e ao longo deste, bastante motivada pela reestruturação administrativa dos bispados normandos, em especial nos territórios a Oeste de Rouen²⁶¹. No entanto, o movimento da Trégua de Deus estava intimamente ligado ao ducado, segundo Bates:

Bishops would also have been centrally involved in the proclamations of peace in Normandy. Although these have often been seen in terms of a single

²⁶⁰ Em um cenário de aumento endêmico da violência marcado pela dissolução da autoridade do Estado Carolíngio, a Igreja tomou a frente na criação de movimentos com fins de abrandar o quadro existente. Por meio do Concílio de Charroux em 989, divulga-se a premissa da Paz de Deus, e o clero não poderia ser atingido ou ameaçado durante as operações militares – incluindo-se posteriormente crianças, camponeses, mercadores e peregrinos. No século XI a Igreja esforça-se para aplicar a chamada Trégua de Deus, que consistia na proibição dos combates durante alguns dias da semana, além dos períodos festivos cristãos, a observar a Quaresma, o Natal e a Semana Santa (DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. 2. ed. Lisboa: Estampa, p. 158-160). Barthélemy tece algumas palavras sobre o impacto da Paz e Trégua de Deus na forma de mobilizantes de reações sociais antif feudais e milenaristas, o que em parte colaborariam para a formação posterior de um ideário legitimatório de uma guerra justa e santa, além da sacralização da cavalaria. Ver BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria – da Germânia Antiga à França do século XII*. Trad. Néri de Barros de Almeida e Carolina Gual da Silva. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 190-196.

²⁶¹ Sete bispados estariam ativos durante o governo de Guilherme II: Rouen, Bayeux, Avranches, Évreux, Sées, Lisieux e Coutances. DOUGLAS, David. *William the Conqueror*. *Op. cit.*, p. 454.

proclamation of the Truce of God after the Battle of Val-ès-Dunes, it is certain that peace councils were held before that date and that the fully fledged Truce was a later creation. There are three independent references to a council held at Caen at which peace was proclaimed, of which one, from the cartulary of the abbey of Saint-Pierre of Préaux, must date to before 6 March 1047, and therefore to well before the Battle of Val-ès-Dunes. The events as described in the three accounts have all the characteristics of similar councils elsewhere, with, in particular, saints' relics being brought from various parts of the duchy, oaths being sworn to keep the peace, and the reported occurrence of miracles²⁶².

Ainda que pequenas disputas tenham sido observadas entre 1047 e 1054, é possível afirmar que, tanto a Paz, como a Trégua, funcionaram como instrumentos de estabilização das relações intra-aristocráticas, de pacificação e desenvolvimento da região de Caen e, finalmente, de proteção às igrejas. É importante, pois, frisar e relativizar alguns pontos tradicionalmente tratados sobre os Movimentos de Paz, a partir dos argumentos propostos por Jean Flori. De acordo com o autor, é necessário criticar os paradigmas cristalizados a respeito desses movimentos e colocar o interesse das instituições eclesiais no centro da discussão²⁶³.

Para Flori, a violência desenfreada dos senhores e cavaleiros, no século X, colocavam em risco, em primeiro lugar, as terras em posse de instituições eclesiais²⁶⁴. Logo, as políticas de Paz, vistas originalmente pela historiografia como um instrumento de abrandamento, ou mesmo de civilização²⁶⁵ da violência em benefício de camponeses, clérigos, mulheres e crianças, são vistas por nós mais como instrumentos de defesa dos direitos das instituições eclesiais. Em um segundo momento, como instrumentos de legitimação do poder leigo na parte norte do reino da França, tal como no ducado da Normandia. A defesa da paz transforma-se em uma das principais justificativas para a ingerência do poder ducal em conflitos nos territórios por ele governados. Em nome da manutenção da paz consolidava-se o papel da dinastia como mediadora dos conflitos.

Dessa forma, com a proposição de uma normatização de base eclesial sobre as lutas particulares e a violência, Guilherme II poderia aplicar uma política de paz doméstica vantajosa, em curto e em longo prazo. Em curto prazo porque inibiria o surgimento de outras rebeliões contra sua autoridade; o que ocorresse de forma mais generalizada entravaria o seu crescente poder. Em longo prazo porque a política de Paz, impulsionada pela autoridade do duque, melhoraria sua relação com as principais

²⁶² BATES, David. *William the Conqueror. Op. cit.*, p.113.

²⁶³ FLORI, Jean. *La Guerra Santa – La formación de la Idea de Cruzada en el Occidente Cristiano*. Trad. Rafael G. Peinado Santaella. Madrid: Editorial Trotta, 2003, p. 59-61.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 71.

²⁶⁵ DEMUGER, Alain. *Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 21.

instituições propagadoras de tais movimentos, assim como o papado, o mais caro dos aliados no contexto do século XI²⁶⁶.

Entendemos, dessa maneira, que a tradição retórica no Ducado da Normandia foi possibilitada por um campo propício para a própria produção escrita, criada por intermédio de políticas de seus duques. Dito isso, mostra-se particularmente importante tomar a obra de Dudon de Saint Quentin, considerando-a como um documento que, apesar das necessárias críticas, colaborava para a compreensão dos primórdios da ocupação escandinava da região, o que significa imediatamente alguns apontamentos sobre o obscuro governo de Rollo. Ainda assim, apesar dos cartulários ducais e monásticos sobreviventes, o autor é igualmente uma fonte cara para o estudo do estado simbólico e material das abadias durante o século IX e no início do século XI. Dessa maneira, Dudon é elemento fundante da historiografia normanda.

Com uma aristocracia cada vez mais atuante e ciosa de seus direitos e poderes, o poder ducal, em direta aliança com um bem estruturado corpo de bispos, garantiu a divulgação da Paz de Deus e da criação de um movimento próprio de Trégua de Deus no ducado. Entendemos essa prática novamente como uma forma de patronato, uma vez que visava à proteção das instituições eclesiásticas e garantia a autoridade ducal sobre a violência da nobreza normanda, constituindo uma síntese interessante, que se centrava na figura do duque. Obviamente, com a proteção das instituições eclesiásticas, a circulação da *De Moribus* estava garantida, assim como a manutenção da tradição retórica normanda.

Dito isso, e a partir dos cenários apresentados, devemos nos debruçar sobre os processos de confecção das crônicas por nós analisadas.

²⁶⁶CROUCH, David. *The Normans: The History of a Dynasty*. London: Hambledon Continuum, 2007, p. 66.

Capítulo II

Os monges, seus lugares sociais e o contexto de produção das narrativas

Com a Conquista Normanda da Inglaterra, em 1066, processo inaugurado após a Batalha de Hastings, uma sensível retomada da produção historiográfica pôde ser observada no Ducado da Normandia, principalmente no intervalo entre 1067 e 1077. No caso da Inglaterra, recém-conquistada e em processo de assentamento político-cultural pelos normandos, observa-se um silêncio historiográfico motivado sobretudo por um trauma cujo conceito é importante para nossa pesquisa.²⁶⁷ A produção historiográfica de fôlego na Ilha será retomada apenas nas primeiras décadas do século XII. Esta geração de narrativas anglo-normandas, a nosso ver, demonstrará diretas relações com as tradições retóricas anglo-saxônica e normanda, o que será melhor explorado neste capítulo.

Antes de avançarmos na direção de uma análise interna das narrativas sobre a Batalha de Hastings, o que será feito em nosso terceiro capítulo, mostra-se importante proceder uma identificação deste *corpus* de quatro narrativas, principalmente a partir de seus lugares sociais de produção enquanto discursos.²⁶⁸ Desejamos, na medida do

²⁶⁷ Tomamos aqui uma noção de trauma a partir dos argumentos complementares entre si de Donna Trembinski e Elizabeth Van Houts. Para a primeira autora, apesar de apenas recentemente os historiadores terem se debruçado sobre os sintomas das desordens resultantes de estresses pós-traumáticos para as sociedades medievais, ainda que haja pouca evidência quantitativa de experiências traumáticas individuais nas fontes, seria possível identificar alguns indícios da presença dos mesmos para coletividades. Após processo violentos amplos, como guerras, saques, conquistas e mesmo a presença de doenças amplamente transmissíveis e de alta mortalidade, a ausência de certos comportamentos políticos ou culturais entre grupos poderia ser observado. A letargia psicológica ou mesmo física resultante desses processos poderia igualmente criar desordem mental, o que por sua vez poderia acarretar um silêncio na produção historiográfica. No caso da Conquista Normanda da Inglaterra, a evidência presente no Domesday Book, elaborado na década de 1080, aponta para profundas destruições físicas e na organização social da Inglaterra. Como exemplo disso, segundo Van Houts e com base nessa mesma fonte, possivelmente dois terços das mulheres anglo-saxãs fugiram para conventos, evitando assim casamentos compulsórios com os invasores. Diante disso, a produção histórica de orientação eclesiástica na Inglaterra nas primeiras décadas pós-Conquista demonstrou forte recuo ou mesmo ausência, assim como, deu lugar a uma escrita mais breve, simples e condenatória aos normandos quando essa representou continuidade. Esse seria o caso de algumas entradas nas Crônicas Anglo-Saxônicas nos anos que se seguiram ao advento dos normandos na Inglaterra e da Gesta Herewardi, essa última de orientação mais romântica. TREBIMSKI, Donna. Trauma as a Category of Analysis. In: TURNER, Wendy J.; LEE, Christopher. *Trauma in the Medieval Society*. Boston: Brill, 2018, p.14-32; VAN HOUTS, Elizabeth. “The Trauma of 1066 – The Norman Conquest of Anglo-Saxon England”. In: *History Today*, vol. 46, n°10, 1996, p.7-9.

²⁶⁸ Boa parte das noções por nós aqui apresentadas neste capítulo advêm do que entendemos como um diálogo promissor entre Mikhail Bakhtin e outros teóricos aqui evidenciados, como Hans-Werner Goetz. Nos baseamos, sobretudo, na noção de lugar social, de onde se organiza e partem os discursos. Compreendemos, ainda assim, que apesar de Bakhtin não ter formulado exaustivamente uma teoria textual *a priori*, sua análise sobre a linguagem enquanto sistema dialógico e diretamente relacionado a uma determinada realidade material socio-histórica, pode ser então tomada na qualidade de ponto de partida para análise dos discursos. Dessa forma, compreendemos as narrativas sobre a Batalha de

possível, responder a três questionamentos relativos a essas narrativas e seus lugares de produção. Assim, em primeiro lugar, interessa-nos identificar qual a relação entre o poder régio normando e os diferentes lugares de produção das narrativas, tendo em vista que tais lugares variaram sensivelmente entre abadias de origem normandas e anglo-saxônicas, além de variarem também conforme o lugar social ocupado pelos compiladores e autores.

Acreditamos que tal relação entre o poder régio e as abadias estava intimamente relacionada a produção de narrativas sobre a Batalha de Hastings e, conseqüentemente, sobre a Conquista Normanda da Inglaterra. Mais do que isso, poderiam denunciar a existência de práticas de patronato que vinham sendo desenvolvidas desde tempos pré-Conquista. Essa práticas patronais poderiam representar vantagens diversas, sobretudo econômicas, como a posse de territórios inteiros ou de direitos comerciais diversos. Igualmente, entedemos que o patronato poderia, ainda, depender do grau de proximidade entre aqueles que produziam as narrativas sobre Hastings e a corte normanda.

Para isso, analisaremos um conjunto de cartas ducais e régias em mescla com as historiografias sobre esses autores e seus textos.

É importante, no entanto, evidenciar desde já que a natureza dessas cartas tende a variar sensivelmente a partir do propósito central contido nas mesmas, que se relacionam em maior ou menor grau com os lugares sociais de produção das crônicas analisadas. Diante disso, é problemático observar a existência de um modelo homogêneo nessas fontes, mesmo ao nos referirmos a abadias ducais com a mesma condição jurídica em relação a autoridade ducal. Há de se ponderar também a presença de variáveis da memória nas cartas, o que inclui omissões e superestimações. Em todo caso, com base em nossas filiações teóricas, acreditamos que essas mesmas variações podem ser tomadas na condição de indícios de intencionalidade na criação de uma relação entre o poder normando e as abadias.

Em segundo lugar, é nosso igual intuito elucidar quais relações os diferentes autores das narrativas mantinham em relação ao poder régio normando. Neste sentido, a

Hastings como produto de um determinado lugar social, cujo texto denuncia. Para além disso, ao trabalharmos lugares e textos dialogicamente, entendemos que os mesmos, a partir das condições materiais, possibilitam determinadas situações de fala, ou seja, a adoção por parte do locutor de um determinado sistema de signos que visam valorizar este discurso a partir do que se espera enquanto valoração e consequência, ou seja, do presumido. BAKHTIN, Mikhail. *Problems of Dostoevsky's Poetics*. In: EMERSON, Carl. *Theory and History of Literature*. Vol. 8. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

ocupação de uma determinada posição no interior de uma instituição eclesiástica, ligada a produção histórica e junto à corte normanda, poderia garantir, em parte, a existência da narrativa e justificá-la. Assim, veremos que como no caso de Guilherme de Poitiers, nas décadas de 1060 e 1070, estava, ao ocupar o cargo de capelão de Guilherme I, diretamente relacionado com a produção histórica pós-Conquista e, consequentemente, com um esforço de legitimação deste mesmo processo de Conquista. Escopo semelhante se aplicará a Henrique de Huntingdon, que, sendo arqui-diácono de Huntingdon, ocupou durante certo tempo o posto de poeta da corte de Henry I, o último rei normando da Inglaterra. Tal posição garantiu a produção de uma narrativa histórica, cujas diferentes versões acompanharam as vicissitudes das relações entre autor e rei. Por sua vez, tal relação precisa ser compreendida a partir da existência de diferentes contextos político-sociais em relação a corte, sobretudo aqueles relacionados a alterações nas redes de relacionamento que proporcionaram a inserção desse autor na corte.

Finalmente, nosso terceiro questionamento diz respeito a relação entre as narrativas e o poder régio. Tal questão pressupõe a existência de outras problemáticas. A primeira delas se refere a circulação destes textos por instituições eclesiásticas de natureza diversa, no interior do universo anglo-normando. Por sua vez, a circulação de certos textos relacionou-se, como procuraremos demonstrar, com a proximidade dos autores em relação ao poder régio e o sucesso de suas instituições eclesiásticas, quando foi o caso no campo político e econômico, principalmente em um cenário pós-Conquista.

Com igual desdobramento, procuraremos nos basear em um esforço de análise das fontes para demonstrar como as crônicas circulariam de maneira apropriada tanto nas instituições eclesiásticas como na própria corte dos reis normandos.

A partir do cenário descrito, temos como hipótese, a ideia de que a existência das narrativas sobre Hastings, e consequentemente sobre a Conquista, desempenhariam função de elo, ainda que em diferentes níveis, entre o poder ducal e régio, exercido pelos normandos, e os lugares sociais aonde tais textos eram elaborados, organizados e divulgados. Por sua vez, tal relação poderia ser melhor evidenciada pela observância de práticas patronais que vinham sendo exercidas pelos senhores normandos, que ao fortalecerem a relação entre essas instituições, colaboraria para a existência das próprias narrativas.

Tomamos nossos questionamentos a partir de algumas premissas. Ainda que não seja nossa intenção fazer um exaustivo trabalho teórico aqui, acreditamos que alguns dos pressupostos feitos por Adolfo Hansen e Roger Chartier - esse último a partir da revisão do raciocínio feito por Michel Foucault - podem ser tomados em complemento a Mikhail Bahktin. Em primeiro lugar, autor e obra devem ser tomados enquanto um *corpus* indissociável, não atemporal e tão pouco universal. Dessa forma, para além da natural observação do histórico de vida, da formação do autor e da ordem do discurso contido nos textos, a *função autor*, deve ser tomada em associação aos elementos materiais e culturais que determinam como o texto é produzido.²⁶⁹

Dessa forma, é necessário localizar os textos selecionados e excluídos pelo autor para a composição da obra, criando assim chaves de leitura próprias do autor. Igualmente, é de suma importância a compreensão de como tais obras circulam e são valoradas, ou não, em ambientes culturais. Seria apenas em vista de um mesmo tratamento para autor e texto enquanto um *unicum* que seria possível caracterizar e melhor analisar os autores, uma vez que essa é uma:

[...] função de classificação dos discursos, que permite as exclusões ou as inclusões em um corpus, atribuível a uma identidade única. Ela é, nesse sentido, fundadora da própria noção de obra e caracteriza certo modo de existência comum a alguns discursos que são atribuídos a um único lugar de expressão.²⁷⁰

Como sugerimos em nossa introdução, o *corpus* cronístico por nós aqui selecionado destaca-se por possuir características que colaborariam para nossa análise. Vale retomar o fato de as mesmas serem as narrativas de maior fôlego sobre Hastings. Observamos que uma intercirculação de parte desses textos permitiu a manutenção de certas temáticas no interior do escopo de legitimação dos reis normandos. Ao optarmos por autores de filiações institucionais diversas, assim como de diferentes posições de proximidade em relação ao poder régio, podemos entender parcialmente a circulação de temas, de textos e dos lugares de retórica presentes nos mesmos.

Na última parte de nossa pesquisa, entendemos ser necessário abordar o significado dos valores presentes no interior das narrativas de Hastings para aqueles que as produziram. Entendendo, com base na própria idéia de *função autor*, que os *corpi*

²⁶⁹ HANSEN, João Adolfo. *Autor*. In: JOBIM, José Luís. *Palavras da Crítica – Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, p.34-37.

²⁷⁰ CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. Trad. Luzmara Curcino; Carlos Edward de Oliveira Bezerra. São Carlos: EdUFSCar, 2012, p.29.

devem ser compreendidos na forma de objetos residuais de diversos níveis de influência do contexto.

Com isso, procuraremos evitar as problemáticas relacionadas a uma abordagem dos textos mais associada a uma visão do século XIX, que por sua vez pensa de maneira isolada a existência dos textos a partir de um gênio criador exercido pelos autores. Nessa chave explicativa mais fechada, o valor do texto estaria na observância de “marcas”, entendidas na forma de características individuais do sujeito autor, que demonstrariam o valor singular do texto enquanto obra socialmente valorada.

Ainda no presente capítulo, nos interessa apontar como os discursos denunciam intencionalidades, ou seja, como esperava-se que os mesmos cumprissem um papel; no caso, o legitimatório de um grupo que se associa ao campo do poder.

2.1 Guilherme de Jumièges - cronista e abadia a serviço de Guilherme I

De todo o *corpus* relativo a Conquista Normanda da Inglaterra e especialmente no que pese a Batalha de Hastings, a narrativa de Guilherme de Jumièges, a *Gesta Normannorum Ducum* (c. 1070), ocupa lugar de importância para a historiografia por certos motivos. Em primeiro lugar, é a primeira narrativa em prosa sobre Hastings e a Conquista. Além disso, pôde ser identificada pela historiografia²⁷¹ como a narrativa oficial dos normandos sobre os acontecimentos de 1066, sobretudo a partir de um viés legitimatório da Conquista, cujo valor histórico tem sido reafirmado pela historiografia.²⁷² A *Gesta Normannorum Ducum* caracterizou-se como uma continuação da *De Moribus* de Dudon²⁷³, o que incluiu também uma narrativa sobre a Conquista Normanda da Inglaterra.

²⁷¹ Apesar da *GND* ser um documento básico na reconstrução do processo de Conquista e de discussão do mesmo pela historiografia, há de se ater a alguns nomes de referência para seu uso como documento histórico. Uma das principais figuras ligadas ao estudo dos normandos e Guilherme de Jumièges é Elisabeth Van Houts, cuja edição crítica mais recente (1992) e de peso na historiografia foi fruto de seu trabalho de doutoramento. Além dessa crítica, muito importante a nossa pesquisa, Emily Albu, já no ano de 2001, ao lançar seu “The Normans in their histories: propaganda, myth and subversion”, reservou um capítulo relativo a Guilherme de Jumièges, sua *GND* e a Conquista Normanda da Inglaterra. Acreditamos que a junção de tais autoras com trabalhos sobre a estrutura para a produção literária normanda, já aqui trabalhada, podem nos ajudar a melhor trabalhar este autor e obra. VAN HOUTS, Elisabeth (ed. e trad.). *The Gesta Normannorum Ducum of William of Jumièges, Robert Torigni and Orderic Vitalis*. Vol. 1. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. *The Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1992. ALBU, Emily. *The Normans and their Histories: propaganda, myth and subversion*. Woodbridge: The Boydell Press, 2001.

²⁷² VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. *Op. Cit.*, p.l-li.

²⁷³ É importante lembrar que para Mark Hagger, no entanto, a aproximação entre a primeira versão da *GND* e a comissão dessa obra pelo duque Guilherme II é problemática. Para o autor, a obra funcionaria enquanto instrumento de reconciliação entre a nobreza ducal, considerada revoltosa até recentemente em

É importante apontar desde já, e antes de procurarmos construir as respostas possíveis para nossos indagamentos neste capítulo, que tanto a abadia de Jumièges, quanto a figura de Guilherme de Jumièges e sua *GND* gozaram de boa proximidade em relação ao poder régio normando, uma vez que possivelmente foi confeccionada a mando de Guilherme I da Inglaterra. Acreditamos que desde os primeiros movimentos de restauro da vida monástica na abadia de Jumièges, durante o governo de Guilherme Espada-Longa, firmou-se uma estreita relação entre o poder ducal e, posteriormente, régio e essa abadia, relação que deve ser tomada como ponto de partida para nossas respostas.²⁷⁴

A historiografia não conta, atualmente, com uma narrativa histórica²⁷⁵ coesa sobre Jumièges, datando os esforços esparsos entre fins do século XIX e início do XX. Destacamos os esforços de Julien Loth e sua *Histoire de l'Abbaye royale de Saint Pierre de Jumièges*, em três volumes (1883-5). Para além disso, uma série de artigos discutindo aspectos arquitetônicos sobre Jumièges foram publicados no ano de 1955, comemorando o décimo quarto centenário de fundação da abadia²⁷⁶.

Outra importante questão diz respeito ao fato de que todas as cartas relacionadas a essa abadia antes de sua reforma, ocorrida por volta de 940, e o consequente reestabelecimento da vida monástica foram perdidas. Mesmo em termos pós-reforma, já em um período menos turbulento no ducado, há apenas duas cartas originais sobre a abadia. Desta forma, é válido utilizarmo-nos da própria *GND*, em companhia da devida crítica historiográfica, para a observação não apenas do processo histórico desta abadia, mas de sua relação com os poderes ducais e régio.

Em linhas gerais, a relação dos invasores nórdicos com a abadia de Jumièges deve ser tomada a partir dos ataques vikings a região durante o século X. Tais ataques

relação a escrita da *GND*, e o poder ducal. Isso seria, segundo o autor, fortalecido por uma versão prévia da epístola do trabalho. HAGGER, Mark. *Norman rule in Normandy – 911 – 1144*. Woodbridge: The Boydell Press, 2017, p.10.

²⁷⁴ O que será apresentando adiante.

²⁷⁵ Em linhas gerais, o monastério de Jumièges foi fundado em c. 654, por um certo Phillibert, filho de um nobre franco da Aquitania. Phillibert teria recebido essa possessão, anteriormente régia, diretamente da rainha Baltilda, que assim como o sucessor de Phillibert como abade, Aichardus, tornaram-se santos e ocuparam lugar de veneração importante para os monges de Jumièges. Antes das sucessivas fulgas por conta dos ataques vikings, na altura de 862, Jumièges poderia ser identificada como um importante centro de aprendizagem e cultura, ao lado das abadias de Saint-Wandrille e Fontenelle. Além disso, alguns abades gozavam de direta relação com carolíngios de proeminência, como no caso do abade Hugh, que tornou-se arcebispo de Rouen e era neto de Carlos Martel. Outro caso seria o do Ruodulfus, conhecido apenas por uma carta de 849, tendo sido tio de Carlos, o Calvo. VAN HOUTS, Elisabeth. *Gesta Normannorum Ducum*. Op. Cit., p.xxii.

²⁷⁶ VALLERY-RABOT, Jean (org). *Le deuxième colloque international de la Société française d'archéologie*. In: Bulletin Monumental, Rouen, 1969, p.125-147.

foram responsáveis pelo esvaziamento da vida monástica na região, o que incluiu a retirada – ou destruição – de praticamente todas as propriedades, além da fuga de relíquias. Cassandra Potts, embasada sobre os anais da abadia de Fontenelle, levanta alguns dados importantes sobre a impossibilidade da vida monástica na região durante as incursões nórdicas:

The ninth-century annals of Fontenelle, for example, record that the monastery of Jumièges, along with the town of Rouen, was burned in 841 by Vikings who returned in 851 and 855. Yet, in 849 and in 862 the king confirmed the possessions of this community in charters which make no reference to the Vikings. The monks apparently recovered from the fire and continued to manage their landed interests despite these recurring attacks. At some point after 862, a group of monks from Jumièges fled east to Haspres, but it is uncertain whether the entire community abandoned the site²⁷⁷.

Por outro lado, Dudon de Saint-Quentin, em sua *De Moribus*, e Guilherme de Jumièges, na *GND*, terão versões próprias sobre a reconstituição da vida monástica na região, cujo paralelo entre as obras se dá por conta da relação de ambas as versões com a direta ação dos duques normandos. Na versão de Dudon, já trabalhada no primeiro capítulo, Jumièges é uma abadia cuja vida monástica já se encontrava ativa novamente durante o governo do conde Rollo (c. 911 - 932). Como procuramos apresentar, essa versão é anacrônica, pois a vida monástica na região foi sido apenas retomada durante o governo seu filho, Guilherme Espada-Longa (932 - 942). Além disso, o principal propósito de Dudon com esta narrativa seria a de construir uma genealogia de príncipes cristãos normandos, centrada a partir dos governos de Ricardo I (942 – 996) e Ricardo II (996 - 1026).

Já no caso de Guilherme de Jumièges, há a construção de uma narrativa sobre a retomada da vida monástica com base em duas tradições. A primeira delas, contida no terceiro livro da *Gesta*, diz que Gerloc, condessa de Poitou, teria a partir da requisição de seu irmão, o duque Guilherme Espada-Longa, enviado o abade Martin de Saint-Cyprien juntamente com doze monges para que a abadia de Jumièges fosse refundada. Outra narrativa seria a de que dois monges vindos de Haspres, que haviam retornado para a região da abadia de Jumièges, haviam pedido para Guilherme Espada-Longa para que restaurasse e refundasse a antiga abadia merovíngia²⁷⁸.

²⁷⁷ POTTS, Cassandra. *Monastic revival in early Normandy*. Op. Cit., p.21.

²⁷⁸[...] the monks Baldwin and Gonduin, returned from Haspres in the Cambrésis to Jumièges. When they came upon the vast wilderness of that site, they started with mighty toil to clear the ground of bushes, leveling it as far as possible until they were covered in sweat from the labour of their hands. Duke William passed that way on a hunting expedition, met them there, and asked where the two monks had come from and what such imposing buildings might be. The servants of God revealed the whole story to

Em todo caso, essa evidência da ação de Guilherme Espada-Longa sobre Jumièges é acompanhada de um importante documento, o poema denominado “Lamento pela morte de Guilherme Espada-Longa” (Clermont-Ferrand, BM 240). Confeccionado em c. 942, o poema é o documento mais antigo que se tem ciência sobre os normandos, ainda que o original tenha se perdido, tendo sobrevivido apenas em duas cópias não normandas. Seus três eixos de interesse gravitam em torno da chegada de Martin, o qual seria abade de Jumièges (930-940), o intenso desejo de Guilherme Espada-Longa de tornar-se um monge de Jumièges e finalmente, um relato sobre a crueldade de seu assassinato²⁷⁹. Essa apropriação de tradições por parte de Guilherme de Jumièges, assim como o poema, demonstrariam uma conexão entre o duque e Jumièges, e igualmente a retomada do monasticismo no ducado.

Essa conexão com os duques normandos em um primeiro movimento de retomada das atividades da abadia, garantiria o restabelecimento das antigas possessões da abadia, que datavam de tempos merovíngios, segundo Potts²⁸⁰. Para além também de relíquias e outros artefatos de interesse para a comunidade que teriam igualmente retornado para Jumièges, é de suma importância atentarmos para a aquisição de propriedades de Jumièges sob os duques normandos. Finalmente, a presença, como já apresentado, de reformadores do monasticismo, como Guilherme de Volpiano, conectaria a figura dos duques com movimentos de reforma mais amplos.²⁸¹

Como procuraremos demonstrar, os duques normandos agiram de forma direta ou indireta em transações que envolviam a concessão de terras, além da isenção de impostos ou o direito sobre a cobrança do mesmo. Tais associações não eram incomuns

him and offered him a meal of barley-bread and water. He spurned to accept the coarse bread and water, however, and went into the wood. There se saw an immense boar, which he instantly began to pursue; so did the hounds sent after it. But suddenly the boar turned in its tracks, broke the shaft of the hunting spear, swiftly attacked the duke, and having thrown him to the ground, trampled him viciously. A little while later, having recovered from the shock and regained consciousness, he returned to the monks, accepted the meal which at first he had unwisely spurned, and promised to restore the place. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum: A History Without and End*. In: BROW, Robert Allen. *Anglo-Norman Studies III*. London: The Boydell & Brewer Press, 1980, p.106; VAN HOUTS. *The Gesta Normannorum Ducum*. Op. Cit., p.85-86.

²⁷⁹ WEBBER, Nick. *The Evolution of the Norman identity – 911 – 1154*. Woodbridge: The Boydell Press, p.15. Nos versos 5 e 6, o autor anônimo constrói uma interessante conexão entre abadia e duque: He, taught the unity of the Trinity by Martin, the trinity of the Unity, three are one and one is three, he founded a monastery. No verso 6: [...] which was named in honour of Saint Peter. After which, we should admit, he would have brought himself there, where he would have seemed to be devoted to the life of the monks in his fashion. All weep for innocent, slain William. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Normans in Europe*. Op. Cit., p.41.

²⁸⁰ POTTS, Cassandra. *The monastic revival in early Normandy*. Op. Cit., p.15-16.

²⁸¹ *Ibidem*, p.35. Como demonstrado no Capítulo I, p.80-82.

no Ocidente Medieval e vinham se intensificando ao menos desde o século IX.²⁸² Para além observação desta ação no interior do Ducado, os duques podiam projetar sua influência para fora do mesmo, agindo como mediadores dos interesses de Jumièges em outros territórios no reino. Nos utilizaremos da edição *Recueil des actes des ducs de Normandie*, editada por Marie Faroux, caracterizando essa obra enquanto um importante compêndio de cartas relacionadas aos duques normandos, entre 911 e 1066. O mesmo conta com duas formas de transcrição das cartas: um resumo instrumental das mesmas e uma reprodução integral.

Com base em nossa pesquisa junto a *Recueil*, identificamos 15 cartas entre o período de 1027 e 1066 que relacionam os duques normandos e a abadia de Jumièges. 5 das cartas localizam-se no governo de Ricardo II, 1 no governo de Ricardo III, 3 para Roberto, o Magnífico e, finalmente, 6 para Guilherme II (duque de 1035 - 1087). Em nossa pesquisa, evitaremos a reprodução integral e exaustiva deste *corpus* aqui, optando pelos resumos instrumentais das cartas que possam subsidiar nossa premissa de uma relação entre os duques normandos e essas abadias. Uma vez que Jumièges era uma abadia ducal, ou seja, tinha seu processo de restauro e proteção relacionado aos duques, seus assuntos de interesse deveriam obrigatoriamente passar pela ciência do duque, cujas cartas são confirmadas e subscrevidas pelos mesmos.²⁸³ Os *signa* ducais eram postos no final das cartas e, como sugere Véronique Gazeou, preferencialmente durante solenidades religiosas, que poderiam contar com a presença dos respectivos abades interessados²⁸⁴.

Dito isso, identificamos em primeiro lugar neste *corpus*, interesses econômicos dessa abadia, que incidiam sobre propriedades dentro e fora do território do Ducado da Normandia. Em duas das cartas relacionadas ao governo do duque Ricardo II (996-1026), o mesmo age na forma de mediador desses interesses no ano de 1012:

Nº14 - Richard II et Guillaume duc d'Aquitaine approuvent l'échange convenu entre Berno abbé de Bourgueil et Robert abbé de Jumièges pour leurs abbayes respectives: le domaine de Longueville appartenant à Bourgueil sis en Normandie passant à Jumièges, celui de Tourtenay, appartenant à Jumièges, et proche de Bourgueil passant à cette dernière abbaye. La congrégation de Bourgueil, et les chanoines de Jumièges donnent leur approbation²⁸⁵.

²⁸² *Ibidem*, p.34.

²⁸³ DOUGLAS, David. *William de Conqueror. Op. Cit.*, p.113.

²⁸⁴ GAZEOU, Véronique. *Normannia Monastic – Princes normands et abbés bénédictins (X-XI siècle)*. Vol. 1. Caen: CRAHM, 2007.

²⁸⁵ FAROUX, Marie. *Recueil des actis des ducs de Normandie. Op. Cit.*, p.89. Cópia do século XVII. Cartulaire de Bourgueil. In: Bibliothèque Nationale, vol.38, f.191v.

Nº14bis - Richard II atteste la concession par l'abbaye de Bourgueil de la terre de Longueville à l'abbaye de Jumièges. Cette terre, jadis comprise dans le douaire de Leyarda femme de Guillaume-Longue-Épée, avait été transmise par celle-ci sa fille Emma qui en fit don à Bourgueil²⁸⁶.

De acordo com Lucien Musset, Jumièges demonstrou interesse na posse de terras para a produção e comércio de vinho, onde os domínios de Bourgueil ocupavam lugar de destaque nesse sentido²⁸⁷. Em outra carta, ainda no governo de Ricardo II, entre concessões de propriedades, o duque confirma a concessão para Jumièges do direito da compra de vinho em Brosville, na Normandia, pelo conde Raul de Ivry²⁸⁸. Além disso, chama a atenção as transações entre abadias, o que ocupa igualmente certo espaço nas cartas, em especial em territórios fora da Normandia, como o Vale do Sena e a região do condado de Vermandois, atual Hautes-de-France.

Após as duas primeiras cartas projetarem posses da abadia fora da Normandia, a análise da extensa quarta carta (c. 1025) sobre Ricardo II e Jumièges, aponta diversas concessões ducais e da nobreza ducal. O início da carta lembra o restauro da abadia por seu pai, Guilherme Espada-Longa, e retoma a prática das concessões:

Nº36 - Un moulin sur l'Ambition-Saint-Gertrude, Norville sur la Seine, Vieux-Port sur la Seine; le bourg de Quillebeuf-sur-seine, Saint-Aubin-sur-Quillebeuf avec les églises, le droit de passage, le tonlieu²⁸⁹ et tout ce qui revient au domaine ducal. Il restitue aussi Gouy et Gauciel avec l'église et ses dépendances²⁹⁰.

Na mesma carta, o duque cede seus costumes sobre os lucros da pesca entre Port-de-l'Arche e a Stindrap, além da posse de quatro salinas em Honfleur²⁹¹. Como observaremos atestado em cartas pós-Conquista, membros ligados a Jumièges parecem ter se interessado mais na posse de ofícios do que numa vasta posse de terras na Inglaterra²⁹².

²⁸⁶ *Ibidem*, p.91. Original de c. de 1012.

²⁸⁷ MUSSET, Lucien. "Que peut-on savoir de la vie économique de la Normandie à l'époque ducal?". In: *Art de Basse Normandie*, nº97, p.69-70.

²⁸⁸ FAROUX, Marie. *Recueil des actis des ducs de Normandie. Op. Cit.*, p.135. Cópia do ano de 1499. Arquivos de Seine-Maritime, 9 H 26.

²⁸⁹ O tonlieu refere-se a um imposto feudal franco, sendo esse o direito a uma cobrança sobre o tráfego de mercadorias por certas estradas.

²⁹⁰ FAROUX, Marie. *Recueil des actis des ducs de Normandie. Op. Cit.*, p.136.

²⁹¹ *Idem*.

²⁹² Sobre a extensão das terras das abadias normandas em território inglês antes e após a Conquista, recomendamos a leitura de MATTHEW, Donald. *The Norman Monasteries and their English Possessions*. Oxford: Oxford University Press, 1962; COWNIE, Emma. *The Normans as Patrons of English Religious Houses*. In: HARPER-HILL, Christopher. *Anglo-Norman Studies – Proceedings of the Battle Conference*. Vol. XVIII. Woodbridge: The Boydell Press, 1996, p.47-63.

As três cartas relativas a Jumièges durante o governo de Roberto, o Magnífico (1027-1035), se referem a parte final de seu governo, onde mostrou-se bastante generoso para com a Igreja. No caso de Jumièges, chama a atenção, em uma das cartas (c. 1027-1035), a manutenção do interesse da abadia no comércio:

Nº74 - Robert le magnifique confirme l'autorisation donné par l'abbaye de Jumièges á Roger de Montgommery de restaurer un marché á Montgommery. Ce dernier, séduit par l'exemple pernicieux du duc avait en effet détruit le marché de Vimoutiers appartenant á Jumièges pour le transférer dans sons proper domaine. Robert le Magnifique saisi par le repentir, ayant á son tour ruiné ce nouveau marché et restauré celui des moines, Roger de Montgommery obtiente l'autorisation de refaire le sien: pendant trois années il devra augmenter d'une livre par an le cens des religieux²⁹³.

Segundo Cassandra Potts, Roger de Montgomery aproveitou-se do início turbulento do governo do duque Roberto para apoderar-se, muitas vezes a força, de propriedades ligadas as abadias como a de Jumièges. Este caso não é isolado e demonstraria não apenas a política de proteção das abadias por parte do duque, mas igualmente a ciência destes monges quanto aos seus interesses e a presença do patronato ducal.²⁹⁴

Já no governo de Guilherme II (1035-1087) , o futuro Guilherme I da Inglaterra, observamos, como já apontado no mapa 1.3²⁹⁵, que a abadia de Jumièges demonstrou sensível salto na posse de propriedades dentro do Ducado da Normandia. Das 6 cartas relativas ao governo de Guilherme II, identificamos uma mudança no comportamento de aquisição de propriedades em ao menos duas cartas. Preservadas em sua versão original e datando do intervalo entre 1043 e 1066, as cartas mostram um duque que mediava e confirmava um novo tipo de relação de jurisdição entre nobreza e a abadia de Jumièges, o que incluía a posse de terras:

Nº188 - Guillaume le Bâtard confirme et souscrit la charte par laquelle Roger de Montgommery, á la demande d'un de ses fidèles nommé Goisfredus, fils de Goselinus Stantuin, devenu moine á Jumièges, donne á cette abbaye l'alleu que ledit Goisfredus tenait ae lui á Fontaine et pour lequel il lui devait le service. Roger, en retour, reçoit de l'abbé Godefreds et de Goisfredus Stantuin un chavel du prix de 30 livres et un hubert du prix 4 livres²⁹⁶.

²⁹³ FAROUX, Marie. *Recueil des actis des ducs de Normandie. Op. Cit.*, p.214. Original de c. de 1027-1035. No caso das outras duas cartas, a primeira, que data de 1027, diz respeito a doação do domínio de Veauville, localizada em Pays de Caux, para a abadia de Jumièges. A segunda, se refere a uma doação feita em c. de 1030 por Drogo, conde de Amiens, sobre o domínio de Genainville. Nesta última carta, além da confirmação e subscrição do duque, há a presença dos *Signum* do rei Henry I e seu pai Roberto.

²⁹⁴ POTTS, Cassandra. *Monastic revival in early Normandy. Op. Cit.*, p.121.

²⁹⁵ Ver página 85.

²⁹⁶ FAROUX, Marie. *Recueil des Actis des ducs de Normandie. Op. Cit.*, p.370.

Nº213 - Guillaume le Bâtard souscrit la charte, par laquelle Gilbert Crespin donne à Jumièges le fief d'Hauville, qu'il tient de lui. Gilbert reçoit en retour des religieux, deux cents livres de deniers, un cheval de vingt livres et deux onces d'or²⁹⁷.

Diferente de qualquer outra carta por nós analisada sobre a abadia de Jumièges em relação aos duques, observa-se aqui uma postura mais economicamente ativa durante o governo de Guilherme II. As somas despendidas na aquisição de terras e em compensações junto a nobreza normanda seriam o fruto de riquezas acumuladas com a doação de terras, dízimos e impostos durante os governos de Ricardo II e Roberto I. Vale ainda retomar o raciocínio de Robert Genéstal, que sustenta que durante o século XI passou-se a observar o uso das abadias normandas igualmente como casas de crédito para a nobreza²⁹⁸, potencializando uma interconexão entre abadia, nobreza e duque.

Para além da posição de destaque no campo econômico alcançada durante o governo de Guilherme II, identificamos uma projeção de figuras relacionadas a abadia de Jumièges no que se refere ao campo político. Tal projeção está, em primeiro lugar, relacionada ao governo de Edward, o Confessor, primo de Guilherme II da Normandia. Com a restauração da Casa de Wessex, com Edward, no ano de 1042, um corpo administrativo e eclesiástico teria acompanhado sua viagem para a Inglaterra após longo exílio na Normandia.²⁹⁹ Essa normanização da Inglaterra, como sugeriu David Douglas³⁰⁰ e John Le Patourel³⁰¹, que teria sido iniciada por Emma da Normandia à época de seu casamento de Æthelred II, gerou desconfianças e mesmo oposição a Edward em meio a nobreza anglo-saxônica, personificada sobretudo na figura do ramo dos Godwins, *Earls* de Sussex.

Segundo David Crouch, a posse de terras e cargos pela abadia de Jumièges na Inglaterra, durante o governo de Edward, indicaria uma conexão durante o exílio entre o rei saxão e essa abadia. Como não há menção da posse de terras na Normandia durante o exílio por Edward e Alfred, é possível pensar que ambos tiveram acesso apenas a um auxílio financeiro do duque e o uso sazonal de propriedades do mesmo. Isso teria os

²⁹⁷ *Ibidem*, p.401.

²⁹⁸ GÉNESTAL, Robert. *Du Rôle des monastères comme établissements de crédit*. Paris: Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1902 *Ibid* DOUGLAS, David. *William the Conqueror*. *Op. cit.*, p.114; LATOUCHE, Robert. *The Birth of the Western Economy: Economic aspects of the Middle Ages*. London: Routledge, 2006, p.87.

²⁹⁹ No âmbito de uma série de invasões nórdicas, sobretudo a liderada por Sweyn Forkbeard e seu filho, Cnut, Edward e seus irmão Alfred, fugiram em 1013 para o exílio na Normandia, então governada por Roberto, o Magnífico. O exílio se justificava por uma relação de sangue, já que o duque era neto de Emma da Normandia, irmã de Ricardo II e mãe de Edward.

³⁰⁰ DOUGLAS, David. *William the Conqueror*. *Op. Cit.*, p.166.

³⁰¹ LE PATOUREL, John. *The Norman Empire*. *Op. Cit.*, p.22.

levado a uma locomoção constante por propriedades ligadas ao duque, como as relativas a Jumièges³⁰² e outras abadias.

Uma figura chave desta conexão seria o ex-abade de Jumièges, Roberto II Champart. Acompanhando Edward em sua comitiva de retorno a Inglaterra, Roberto ocupou sucessivamente os postos de bispo de Londres (1044) e Canterbury (1051), retornando para a abadia durante a revolta de forte cunho anti-normando do *Earl* Harold³⁰³. Enquanto ocupou os cargos, sobretudo em Canterbury, centro de produção cultural, Roberto poderia ter desempenhado função de elo entre o duque normando e o rei anglo-saxão.³⁰⁴

Segundo Frank Barlow, Roberto foi responsável por diversas construções em Jumièges durante seu abaciado, mantendo uma relação com sua abadia de origem. Ao tempo do bispado de Londres, Roberto enviou como presente um missal³⁰⁵, produzido em Winchester entre c. 1008-1025 e possivelmente uma benedictional³⁰⁶. A partir disso, seria possível inferir que Roberto detinha algum capital intelectual, possivelmente resultado da educação recebida em Jumièges³⁰⁷. A partir disso, devemos nos ater, mesmo que brevemente, em um cenário pós-Conquista, à relação entre o agora duque-rei Guilherme I e essa abadia.

Assim como observado durante o período ducal, a relação entre abadia e rei pode ser identificada com base em determinadas cartas. Para isso, nos utilizaremos dos resumos de cartulários contidos na *Regesta Regum Anglo Normannorum*³⁰⁸, editada por Henry Carless Davis (1874-1928), que por sua vez baseia-se na *Historical Documents Preserved in France*, editada por John Horace Round (1854-1928)³⁰⁹. Apesar de nossa

³⁰² CROUCH, David. *The Normans – A History of a Dynasty*. London: Hambledon Continuum, 2002, p.78.

³⁰³ LE PATOUREL, John. *The Norman Empire. Op. Cit.*, p.23-24.

³⁰⁴ Segundo uma passagem de Guilherme de Jumièges, Robert Champart, enquanto arcebispo de Canterbury foi, durante sua estadia, enviado para Normandia para informar Guilherme II que havia sido designado por Edward, o Confessor, como herdeiro do trono da Inglaterra. Segundo T. Oleson, Robert teria, no caminho para Roma e no contexto da insatisfação de Harold, passado pela Normandia e feito o aviso. No entanto, o mesmo autor salienta que esta passagem aparece apenas na GND de Guilherme de Jumièges, devendo ser entendida assim como inserida na problemática de legitimação da Conquista Normanda. OLESON, T. J. “Edward the Confessor’s Promise to the Throne to Duke William of Normandy. In: *The English Historical Review*. Vol. 72, Nº 283, Apr., 1957, p.223-226.

³⁰⁵ O chamado Missal de Roberto de Jumièges foi editado primeiramente por Henry Austin Wilson, tendo sido publicado pela Henry Bradshaw Society no ano de 1896. WILSON, H. A. *The Missal of Robert of Jumièges*. London: Henry Bradshaw Society, 1896.

³⁰⁶ Uma benedictional é uma coleção de invocação curtas de proteção e ajuda divina.

³⁰⁷ BARLOW, Frank. *The English Church – A Constitutional History*. London: Longmans, 1966, p.86.

³⁰⁸ DAVIES, H. W. C. *The Regesta Regum Anglo-Normannorum*. Vol. 1 – 1066 – 1154. Oxford: The Clarendon Press, 1913.

³⁰⁹ ROUND, J. H. *The Calendar of Documents Preserved in France*. Vol. 1 – 918 – 1206. London: Eyre and Spottiswoode, 1899.

pesquisa ter identificado a existência de apenas 5 cartas relacionadas ao governo de Guilherme I, acreditamos que elas demonstram certa continuidade das práticas patronais em relação a Jumièges³¹⁰. Na primeira, denominada Ms. Lat. 5224, f. 179, possivelmente datada de 1067, observamos a primeira interação entre Guilherme I e a abadia de Jumièges no pós-Conquista:

Nº 1423 – Charter of William I as lord of Normandy and King of England by hereditary right (*jure hereditario Anglorum patrie effectus sum Basileus*). Havind undertaken (*suscept*) the government of the kingdom, he has conquered (*evici*) all his adversaries. Now, for the profit of his soul and at de urgent advice of his councilors (*consiliariis meis*), he bestows on St. Peter of Jumièges an island called Hayling (*Hetlingece*). May he who infringes this gift be removed from the communion (*collegio*) of Saints.³¹¹

Essa doação, concretizada durante a divisão do espólio da Conquista Normanda, deve ser compreendida, com base em outra menção no cartulário, que faz referência a uma visita de Guilherme I à Jumièges no ano de 1067. De acordo com o documento, o rei estaria presente para consagrar a nova igreja dessa abadia ducal. Para a historiografia, a presença poderia ser entendida como um importante ponto de virada na construção da *Gesta Normannorum Ducum*, em um cenário agora de necessidade de legitimação da dinastia normanda enquanto reis da Inglaterra.

Dito isso, entendemos que a abadia ducal de Jumièges gozou da direta proteção dos duques e reis normandos da Inglaterra. Desde o processo de reconstrução, possibilitado pela ação do duque Guilherme Espada-Longa, passando pelo movimento de reforma das atividades monásticas, liderado por Guilherme de Volpiano, foram antes garantidas pela ação de Ricardo II. Igualmente a partir da ação direta ou como mediadores, Jumièges pôde adquirir diversas propriedades, direitos e isenções econômicas, o que a tornou a uma abadia ativa no campo econômico e político durante o governo de Guilherme II.

Acreditamos, nesse sentido, que a proximidade dos duques normandos com esta abadia, cuja manutenção em um cenário pós-Conquista, justificaria a abordagem de nossa segunda questão. Essa diz respeito a relação entre Guilherme de Jumièges e

³¹⁰ Para John Le Patourel, em um artigo publicado para o Congresso de Spoleto, base para sua *The Norman Empire*, não apenas Jumièges, mas outras abadias foram sensivelmente beneficiadas com terras e cargos no pós-Conquista. Tais abadias foram Le Bec, Mont Saint-Michel, Fécamp e Jumièges, todas abadias ducais. LE PATOUREL, John. “The norman colonization of Britain”. In: *XVI Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo: I Normanni e la loro espansione in Europa nell’Alto Medioevo*. Spoleto: Presso la Sede Del Centro, 1969, p.421-422.

³¹¹ DAVIS, H. W. C. *Regesta Regum Anglo-Normannorum*. Op. Cit., p.30; ROUND, J. H. *The Calendar of Documents Preserved in France*. Op. Cit., p.526.

Guilherme I, onde a adição de um livro relativo a Conquista Normanda da Inglaterra no final de sua *GND* mostraria-se um importante indício.

Os dois monges normandos aqui analisados, Guilherme de Jumièges e Guilherme de Poitiers, apresentam-se como figuras cuja história vivida é bastante obscura para a historiografia. As poucas informações sobre Guilherme de Jumièges disponíveis advêm de sua própria obra - especialmente a epístola da *GND*, dedicada a Guilherme I – e de alguns comentários feitos por Orderico Vitalis, monge anglo-normando, que diz ter visitado Guilherme de Jumièges e sua abadia, encontrando-o já idoso.

Ao comentar que foi testemunha de alguns atos do governo de Ricardo III, seria possível afirmar que Guilherme nasceu por volta do ano 1000, adentrando na abadia de Jumièges³¹² ainda no primeiro quarto desse século, tendo sido aluno do abade Thierry de Mathonville (abaciado de 1014 a 1028). Thierry seria um reconhecido calígrafo e teria desempenhado uma função importante na instrução de Guilherme, sobretudo no que se refere a cópia, leitura e produção de textos³¹³, costumes trazidos pelos reformadores vindos de Saint-Bénigne de Dijon³¹⁴.

Guilherme iniciou, por volta de 1050, uma continuação da *De Moribus et Actis Primorum Normanniae Ducum*, de Dudon de Saint-Quentin, estendendo a obra que até então contava com sete livros, adicionando narrativas sobre os governos dos duques Ricardo II, Ricardo III, Roberto I e Guilherme II³¹⁵. A partir do manuscrito da obra de Dudon existente na biblioteca da abadia, Guilherme realizou seu trabalho abreviando, corrigindo, interpolando e suprimindo partes inteiras do texto por achá-las fantasiosas ou de linguagem excessivamente complexa³¹⁶.

³¹² Guilherme de Jumièges, este é um raros momentos em que se coloca em sua própria obra. A própria menção de seu lugar social ocorre apenas no primeiro parágrafo da epístola. To William, the holy, victorius, and orthodox king of the English by grace of the highest King's authority, William, monk of Jumièges, unworthiest of all monks, wishes the strength of Samson to crush his enemies and the profundity of Solomon to establish justice. VAN HOUTS. *The Gesta Normannorum Ducum. Op. Cit.*, p.5

³¹³ VAN HOUTS. Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum. Op. Cit.*, p.XXX-XXXI.;

³¹⁴ GAZEOU, Véronique. *Normmania Monastica. Op. Cit.*, p.214-215.

³¹⁵ A *Gesta Normannorum* não foi continuada apenas por Guilherme de Jumièges, cuja redação a historiografia denominou de C. Três autores anônimos ingleses são considerados enquanto autores das redações α, A, B e D. Orderico Vitalis (1075 – c. 1142), antes de produzir sua *Historia Ecclesiastica*, trabalhou numa continuação da *Gesta*, igualmente interpolando Guilherme. Sua redação é denominada E. Finalmente, o monge Robert Torigni (c. 1100 - 1186), abade do Mont Saint-Michel, é reconhecido como o autor da redação F da *Gesta*.

³¹⁶ O primeiro livro da *De Moribus*, que se refere a uma descrição de como Rollo teria deixado uma região a qual Dudon chama erroneamente de Dácia – possivelmente confundindo-a com a terra dos daneses –, é suprimido e substituído por Guilherme de Jumièges. No novo relato, centrado no reino franco, o autor dá muito mais importância ao estado de deterioração deste reino e como as incursões

Algumas linhas são gastas por Orderico Vitalis sobre Guilherme de Jumièges, descrevendo o autor, o texto e, consequentemente, seu lugar social em conexão a Guilherme I:

Quem Guillelmus cognomento Calculus³¹⁷, Gemmeticensis coenobita, secutus eleganter abbreviavit, et de quatuor ducibus, qui successerunt, brevitir et diserte res propalavit³¹⁸.

Qui singulos conflictus et dampna quae sibi uicissim intulerunt diligenter uoluerit perscrutati legat libros Willelmi Gemmeticensis coenobitae cognomento Calculi, et Willelmi Pictauini Lexouiensis aeclessiae archidiaconi qui de gestis Normannorum studiose scripserunt, et Willelmo iam regi Anglorum fauere cupientes praesentauerunt³¹⁹.

De adventu Normannorum, et crudeli barbarie illodum Dudo Veromandensis decanus studiosi scripsit, et Ricardo II, Gunnoridis filio, duci Normannorum destinavit. Guillelmus quoque cognomento Calculus, Gemmeticensis monachus, Dudonis materiam subtiliter replicavit, facete abbreviavit, et successorum actus usque ad subjectionem Anglorum adjecit post certamen Senlacium narrationem suam consummavit, Guillelmoque regi sublimissimo suae gentis obtulit³²⁰.

A partir disso, nos interessa propor, mesmo que conjecturalmente, como pode ter se dado algum tipo de conexão entre Guilherme de Jumièges e Guilherme I da Inglaterra. Com as informações providas por Orderico Vitalis, acreditamos poder fazer duas proposições aqui.

A primeira delas diz respeito a ideia de que Guilherme de Poitiers, biógrafo Guilherme I, arqui-diácono de Lisieux e capelão deste rei normando, ao proceder com a escrita de sua *Gesta Willelm*, teria se utilizado da *GND* de Guilherme de Jumièges. Tal

nórdicas ocorreram. Para além disso, não há menção da visões de Rollo ou outras passagens míticas. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum. Op. Cit.*, p.XXXVI.

³¹⁷ Orderico Vitalis é a única fonte para este apelido atribuído a Guilherme de Jumièges. Para Van Houts, o mesmo pode relacionar a Guilherme certas na atribuições na abadia de Jumièges, como o computo do tempo e a construção de anais, além de outras atividades que podiam ou não envolver números. Por outro lado, pode identificar Guilherme enquanto possuidor de cálculo renal. VAN HOUTS. *The Gesta Normannorum Ducum. Op. Cit.*, p.XXX-XXXI.

³¹⁸ Este trabalho foi em seguida abreviado por Guilherme, chamado de Calculus, um monge de Jumièges, que publicou uma sucinta e lúcida narrativa sobre os quatro duques que foram os próximos sucessores. Tradução nossa. CHIBNALL, Marjorie. *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis*. Book II. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. *The Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1991, p.78. Intervenção nossa.

³¹⁹ Mas aqueles que desejam conhecer os detalhes dos conflitos e lesões que cada lado infligiu ao outro, podem ler sobre eles nos livros de Guilherme, chamado Cálculo de Jumièges, e Guilherme de Poitiers arqui-diácono de Lisieux, que cuidadosamente registrou os feitos dos normandos e depois que Guilherme se converteu em rei da Inglaterra, dedicou-lhes seus trabalhos para ganhar seu favor. Tradução nossa. *Ibidem*, livro III, p.222.

³²⁰ Dudo deão de Saint-Quentin escreveu um relato cuidadoso da vinda dos normandos e sua barbárie cruel e dirigiu-se a Ricardo II, filho de Gunnor, duque da Normandia. Além disso Guilherme chamou Calculus, um monge de Jumièges, que habilmente trabalhou sobre o material de Dudo, apropriadamente o abreviando e adicionando os atos dos sucessivos duques até a conquista da Inglaterra, completando sua narrativa após a batalha de Senlac, e a dedicou a Guilherme, o supremo rei do seu povo. *Ibidem*, livro III, p.304.

conexão, bastante nebulosa na historiografia, seria possível ao pensarmos que Guilherme de Poitiers, ao ter acesso a obra de Guilherme de Jumièges, conseguiu informações complementares sobre o início do governo de Guilherme I e sobre a Conquista, em especial a Batalha de Hastings, como propõe David Bates³²¹. Para Antonia Gransden³²², por outro lado, Guilherme de Poitiers, por estar sensivelmente mais próximo ao rei, poderia ser melhor informado sobre ele, não precisando necessariamente do empréstimo de tais informações.

Acreditamos ser importante salientar que a narrativa de Guilherme sobre a Batalha de Hastings é sensivelmente maior em comparação a outros cronistas, sendo utilizada como base pela historiografia atual para a construção de uma narrativa coerente sobre este episódio. Assim, é provável que ambos os autores possam ter tido acesso, ainda, as mesmas fontes orais sobre os eventos da Conquista³²³. Finalmente, a posse do ofício de arqui-diácono de Lisieux e a ocupação de capelão do rei, poderiam dar a Guilherme a possibilidade de acesso a bibliotecas diversas, inclusive de abadias, como Jumièges, Fécamp e Saint-Wandrille³²⁴, podendo assim ter acesso a textos como a *GND*.

Aceitamos, dessa maneira, que poderia existir, apesar da ausência de informações explícitas, uma conexão entre a presença de Guilherme I na abadia de Jumièges, no ano de 1067, e a adição de uma narrativa sobre a Conquista Normanda ao final da *GND* por Guilherme de Jumièges³²⁵. Entendemos, com base nas práticas patronais que vinham sendo tomadas por parte do poder régio, que a *GND* poderia ser utilizada enquanto elemento de elo entre poder régio e eclesiástico, garantindo assim a manutenção da realidade material experienciada pela abadia. A partir deste último apontamento, acreditamos que podemos fortalecer a hipótese da *GND* na qualidade de um importante elo entre Guilherme de Jumièges, seu lugar social de produção do discurso e a figura de Guilherme I.

Dessa forma, nosso terceiro questionamento, gravita em torno da problemática da relação entre a *GND* e Guilherme poder ser, em parte, elucidado com a ajuda da

³²¹ BATES, David. "The earliest historians of the conqueror and the writing of his biography". In: BATES, David; CRICK, Julia; HAMILTON, Sarah. *Writing Medieval Biography – 750 – 1250: Essays in Honour of Frank Barlow*. London: Boydell & Brewer, 2006, p.131-134.

³²² GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.99-100.

³²³ *Ibidem*, p.100-101.

³²⁴ DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Guillelm of William of Poitiers*. In: GREENWAY, Diana.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. *The Oxford Medieval Texts*. Oxford: Oxford Medieval Texts, p.XIX.

³²⁵ ALBU, Emily. *The Normans and their Histories. Op. Cit.*, p.51.

chave de pensamento bakhtiana. Assim, antes de procurarmos apontar como este texto e sua circulação poderiam garantir a legítima autoridade para este governo e dinastia, cremos ser válido retomarmos algumas de nossas noções.

Ao tomarmos a *Gesta Normannorum Ducum* na forma de um enunciado, devemos primeiro analisar as condições materiais disponíveis para o sujeito que produz o texto, que em certa medida podem guiar suas referências de mundo³²⁶. Dessa forma, todo discurso é formado por outros discursos, conscientes ou não, que são denunciados a partir da análise dos signos presentes nele³²⁷ – tipo de análise que pretendemos fazer no terceiro capítulo desta pesquisa. Mais do que entender o enunciado como instrumento de inteligibilidade do real, é preciso tomá-lo como resultado de uma intenção e de como o mesmo se realizada no campo material e simbólico³²⁸.

Para além do uso como instrumento de instrução dos eclesiásticos, o que procuramos amplamente explorar no primeiro capítulo, a *GND* cumpre um importante duplo papel. Primeiro, sua leitura divulga uma narrativa que constrói Guilherme I na forma de legítimo rei da Inglaterra, ao passo que apresenta a figura de Harold Godwinson, o último rei anglo-saxão, como um rei em perjúrio³²⁹, apóstata³³⁰ e assassino³³¹. Essa negação do outro anglo-saxônico a partir da figura do último rei deste povo será melhor explorada em tópico específico na terceira parte do trabalho. Por outro lado, a *GND*, assim como outras narrativas legitimatórias da Conquista, cumpre um papel importante na construção identitária dos normandos. Para Cassandra Potts, a

³²⁶ Como trabalhamos no primeiro capítulo, acreditamos com base em Hans-Werner Goetz, que estas produções textuais seriam produtos de uma determinada percepção sensorial do autor, o que leva em conta diversas variáveis, sendo as distorções da memória uma delas. Dessa forma, a premissa da História da Percepção é tomada por nós em associação a abordagem bakhtiana.

³²⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Speech Genres and other Late Essays*. Trad. W. McGee Austis: University of Texas Press, 1986, p.62

³²⁸ *Ibidem*, p.104

³²⁹ Guilherme de Jumièges descreve em sua narrativa que Harold Godwinson teria ido a Normandia confirmar, a mando de Edward, o Confessor, a transmissão do reino para Guilherme. Harold então teria jurado diante de relíquias de que cumpriria sua palavra e reconheceria Guilherme. Após a morte de Edward, Harold é eleito pelo Witnagemot como rei, sendo assim descrito como em perjúrio por Guilherme de Poitiers. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol. II.Op. Cit., p.31.

³³⁰ Ao passo que estava já no exílio, Robert Champart foi substituído enquanto arcebispo de Canterbury por Stigand, cuja nomeação se deve a fortes pressões de Harold Godwinson sobre o rei, o que igualmente acabou por não ser reconhecido pelo papa Leão IX. Com a subida ao trono de Harold, o mesmo é coroado por Stigand (c. 1020 - 1072). Guilherme de Jumièges atribui a isso uma das justificativas para a Conquista, uma vez que a Igreja inglesa deveria ser posta novamente no caminho da Sé de Roma.

³³¹ Em 1035, com a morte de Cnut, Alfred, irmão de Edward, o Confessor, tenta retornar da Normandia para a Inglaterra com um corpo de guerreiros normandos, procurando assim restabelecer a Casa de Wessex. A comitiva de Alfred é atacada pela do conde Godwin, pai de Harold, resultando na morte de Alfred em decorrência de ter sido cego pelo inimigo. Além desse relato de Guilherme de Jumièges, a mesma construção é feita por Guilherme de Poitiers e o mesmo fato é narrado nas Crônicas Anglo-Saxônicas. Ver VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol II. Op. Cit., p.107;

circulação de textos legitimatórios do poder régio normando por instituições eclesiásticas e leigas, garantiria a construção de uma imagem atual dos normandos na condição de senhores cristãos conversos, ante a ideia de conquistadores pagãos vindos do mar – como originalmente fora construído, por exemplo, por Dudon de Saint Quentin³³².

Dessa forma, devemos apontar alguns indícios sobre as condições de apropriação da *GND* no universo anglo-normando. Como procuramos mostrar na primeira parte deste trabalho, uma tradição retórica no Ducado da Normandia foi apenas possível graças a um movimento de restabelecimento da vida monástica na região, assim como a presença de estabilidade política, construída pela sucessão dos descendentes de Rollo. Além de já termos indicado o fato de Rouen caracterizar-se enquanto um centro de produção cultural, assim como toda a chamada “zona nórdica”³³³, algumas informações importantes advêm igualmente da *epístola* de Guilherme de Jumièges:

Opus hoc, prudentissime rex et serenissime, in Normannorum ducum gestis de diuresis excerptum codicibus iuxta mee exiguitatem industrie contexui, uestreque idem dicans celsitudini, ob reolenda priscorum partum inter precipuas laicarum dignatum administrationes piissimorum actuum exempla cronicorum bibliotheca delegandum decreui. Quod non rethorum uenusta exornatum grauitate, non politi sermonis uenali lepore seu nitore, sed inelimato stilo, tenui oratione per plana deluctum cuilibet lectori ad liquidum elaborauit. Vestre quidem maiestatis latera ambiunt preclari uiri litterarum pericia admodum eruditi, qui strictis gladiis ciuitatem circumeuntes, eliminatis prauorum insidiis lectulum Salemonis diuine legis peruigili munimine satagunt tueri³³⁴.

A partir da *epístola* de Guilherme, o mesmo teria conhecimento sobre ao menos parte dos indivíduos que compunham a corte do rei cujas habilidades nas letras se destacavam. Além do já citado Guilherme de Poitiers, o monge de Jumièges poderia ter ciência da presença do bispo Lanfranc na corte do rei normando. Lanfranc, após ser abade de Le Bec, acompanhou Guilherme II nos eventos da Conquista, tornando-se

³³² POTTS, Cassandra. *Monastic revival in Early Normandy*. *Op. Cit.*, p.34-35.

³³³ Como indicado no Primeiro Capítulo, especificamente no tópico relacionado a discutir alguns elementos da tradição literária no Ducado da Normandia.

³³⁴ Mais prudente e sereno rei, eu juntei esse trabalho sobre os feitos dos duques dos normandos a partir de trechos de vários volumes, tanto quanto a pobreza da minha capacidade permitiu, e dedicando-o à vossa alteza. Eu decidi designá-lo para a biblioteca de crônicas para a lembrança dos atos exemplares de seus predecessores mais piedosos neste mais exaltados dos ofícios seculares. Procurei fazê-lo, não no estilo elegante e de peso usado pelos retóricos, nem com a sagacidade venal e o brilho da elocução polida, mas em um estilo sem enfeites e uma linguagem clara, que fosse simples para todo leitor. Vossa majestade é cercada por ilustres, excelentemente versados e aprendidos em letras, que com espadas desembainhadas patrulham a cidade, eliminando as ciladas dos ímpios, e assim tentam proteger com vigilância incessante o leito de Salomão à lei divina. Tradução nossa. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. *Op. Cit.*, p.4-5.

posteriormente arcebispo de Canterbury³³⁵. Sua presença na corte é facilmente atestada pela quantidade de cartas régias assinadas pelo mesmo na posição de testemunha³³⁶.

Podemos inferir, que de acordo com a mesma epístola da *GND*, Guilherme desejaria que seu texto pudesse alcançar o interior da corte normanda, servindo como instrumento de orientação desses reis. Ao constituir-se como uma escrita da história de orientação monástica, igual presença se esperaria em bibliotecas abaciais. Em todo caso, a historiografia identificou a sobrevivência de 45 manuscritos da *GND*, divididos entre todos os seus autores, o que compreendeu a presença dessa narrativa nas principais abadias normanda, com Le Bec, Mont Saint-Michel, Fécamp, Jumièges e Saint Wandrille. No caso da Inglaterra, manuscritos da *GND* puderam ser observados em Durham e Reading. Para a historiografia consultada, a construção de uma narrativa a partir de outra previamente valorada, como a de Dudon de Saint-Quentin, por Guilherme de Jumièges, estaria diretamente relacionado ao sucesso da obra³³⁷. Tal construção de uma representação virtuosa do poder régio normando, assim como a popularização do gênero de gesta, teria seu sucesso, então, não apenas na corte, mas no interior de certas abadias.

Durante a epístola e com base nos diversos resumos feitos por Guilherme sobre a escrita de Dudon, é possível identificar a intenção do autor em relação a construção de uma narrativa simples, assim como a presença críticas veladas sob uma verborragia. Dessa forma, não seria possível dizer que Guilherme adota o modelo de Dudon, preferindo assim o modelo construído por Adrevald de Freury e sua *Miracula Santic Benedicti*³³⁸.

Ainda que não seja possível indicar com precisão quais obras estavam disponíveis na realidade material da biblioteca de abadia de Jumièges, a própria *GND*, de acordo com a historiografia, apontaria alguns indícios importantes. Além das óbvias referências à Bíblia, Guilherme teria se baseado em três outras obras históricas, além da *Micra* de Freury, sendo elas a *Getica* de Jordanes, a *De Moribus* de Dudon de Saint-

³³⁵ BARLOW, Frank. *The English Church. Op. Cit.*, p.38-42.

³³⁶ *Ibidem*, p.43.

³³⁷ VAN HOUTS, Elisabeth et al. *The Gesta Normannorum Ducum: A History without an End. Op. Cit.*, p.106.

³³⁸ Como destacado na nota 43, Guilherme de Jumièges suprime todas as menções relativas as visões de Rollo, assim sua cura milagrosa da lepra, optando na mesma parte por narrar a condição do reino franco nos séculos IX e X. Para retomar as visões de Rollo a partir de Dudon, ver o Primeiro Capítulo, p.78-79; E CHRSTANSEN, Eric. *Dudon of St. Quentin – History of the Normans. Op. Cit.*, p.30-32; LAIR, Jules. *De Moribus et Actis Primorum Normanniae Ducum*. Caen: Le Blanc-Hardel, 1865; VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum. Op. Cit.*, p.19-27.

Quentin e, finalmente, a anônima *Historia Francorum Senonensis*. O uso de anais de Jumièges, já perdidos, também teria sido possível, além de certas hagiografias ligadas a abadia. A Etimologia de Isidoro de Sevilha estaria igualmente entre as obras consultadas por Guilherme de Jumièges, uma vez que se trata de um dos textos mais comuns entre as abadias do período.³³⁹

Ao pensarmos em como a *GND* interage com uma audiência ligada aos reis normandos da Inglaterra, algumas questões sobre a capacidade de leitura e sobre os usos da obra podem ser suscitadas. Segundo Clanchy³⁴⁰, seria necessário evitar uma divisão estanque entre *illetterati* e *litterati*, fruto de sucessivas abordagens anacrônicas da historiografia, que acabaram por tomar tais axiomas da escolástica enquanto regras gerais:

Discussions of the medieval literacy have been bedevilled by the difficulty of distinguish between the modern ‘literate’ and the medieval *litteratus*. When a knight is described as *litteratus* in a medieval source, his excepcional erudition is usually being referred to, not his capacity to read and write. Such knights were rare; good Latin scholars have in fact always been rare among country gentry and government officials in England. A few existed even in the period. Thus shortly after the Conquest a Norman called Robert, *miles ille litteratus*, endowed St. Albans abbey with an income to provide books for the church. He probably had a greater interest in books than most of the monks³⁴¹.

Ao observarmos a *GND* em sua epístola e mesmo o conteúdo interno, com principal foco na narrativa da Batalha de Hastings, Guilherme de Jumièges não nos dá indicativas diretas de como sua obra deveria ser lida. No entanto, ao observarmos outras narrativas construídas com base na língua latina e em modelo semelhante, podemos apontar indícios do que se esperava a respeito da apropriação de um texto como a *GND*.³⁴²

A partir da ideia de que os textos medievais, mesmo os escritos na língua latina, eram predominantemente lidos em voz alta (*clare legere*), Michael Clancy aponta que a presença de elementos retóricos no textos, como discursos e diálogos dramáticos, colaborariam para este tipo de leitura. Ainda assim, a leitura em voz alta

³³⁹ VAN HOUTS. *The Gesta Normannorum Ducum. Op. Cit.*, p.xxvii-xxviii.

³⁴⁰ CLANCHY, Michael T. *From Memory to the Writing Record: England – 1066 – 1307*. Chichester: Willey Blackwell, 2013, p.237-238. Como veremos, a relação entre outras narrativas, como a de Henry de Huntingdon e o rei normando Henry I, se dá de forma bastante distinta, uma vez que este rei normando atestadamente dominava a capacidade da leitura e e da escrita. Ver.

³⁴¹ CLANCHY, Michal T. *From Memory to the Writing Records. Op. Cit.*, p.233.

³⁴² Acreditamos que um destes casos é a *Vita Anselmi* (c. 1126), de Eadmer de Canterbury (c. 1060 – c. 1126). Eadmer, ao finalizar o primeiro livro, faz um breve comentário que nos é entendido enquanto indício de que esta obra vinha sendo lida em voz alta: But here, lest our unpolished speech (*oratio*) weary our readers or hearers by being too long drawnout, we shall make our first halt in the work. SOUTHERN, R. W. *The Life of St. Anselm by Eadmer*. Oxford: Oxford University Press, 1986, p.62.

não deve ser entendida como uma prática ligada aos *illiterati*, uma vez que era igualmente utilizada por aqueles considerados *litterati*. Essa atitude diante do texto colaboraria para a concentração e a consequente criação de imagens de memória³⁴³. Dessa forma, a *clare legere* poderia incluir, num mesmo ato de leitura coletiva, os *litterati* e os *illiterati*, denunciando além da importância da memória na forma de uma característica moral superior a uma atividade ainda bastante ligada a oralidade³⁴⁴.

Ainda que Guilherme de Jumièges não recorra ao emprego dos elementos retóricos característicos da obra de Dudon ou de outros autores por nós analisados e centrais em nossa pesquisa, como Guilherme de Poitiers e Henry of Huntingdon, acreditamos que a própria narrativa da Batalha de Hastings, enquanto evento recente e de impacto, colaboraria para o interesse da obra e na criação de uma audiência. Isso porque apesar da inexistência de discursos e diálogos, ainda haveria a presença do recurso da *fictio personae* para a descrição do duque durante a Batalha³⁴⁵.

Guilherme de Jumièges ainda em sua epístola reserva-se a comentar que esperaria que sua obra pudesse ser alocada em uma biblioteca de crônicas. A sobrevivência dos manuscritos, como se espera de um texto do período, é ligada as instituições monásticas do universo anglo-normando já tratado, indicando o igual uso da *GND* nas mesmas. Mais uma vez, não devemos compreender o hábito da leitura, mesmo que silenciosa e no interior de bibliotecas, a partir de um visão mais moderna sobre esse aspecto da leitura.. Além da presença das leituras coletivas como instrumento de formação dos monges, a mesma era praticada em baixa entonação, o que incluía murmúrios e comentários compartilhados (*voce modica et magis murmure*). Esse hábito igualmente poderia ser encarado, assim, na forma de uma técnica de memorização que passava por uma determinada percepção sensorial do texto³⁴⁶.

³⁴³ *Ibidem*, p.270.

³⁴⁴ CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory – A Study of Memory in Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.14.

³⁴⁵ Ao descrever uma passagem da Batalha, Guilherme de Jumièges escreve: Prince William was thus compelled to watch the strength of Harold increasing daily at a time when it was the duke who should have been crowned with a royal diadem. He therefore hastily built a fleet of three thousand ships. At length he brought this fleet to anchor at St Valery in Ponthieu where he filled it with mighty horses and most valiant men, with hauberks and helmets. Then when a favourable wind began to blow, he set sail, and crossing the sea he landed at Pevensey where he immediately built a castle with a strong rampart. He left this in charge of some troops, and with others he hurried to Hastings where he erected another similar fortress. Harold, rejecting caution, advanced against this, and, after riding all night, he appeared on the field of battle early in the morning. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol II. *Op. Cit.*, p.165.

³⁴⁶ CARRUTHER, Mary. *The Book of Memory*. *Op. Cit.*, p.110.

Ao retormamos a corte normanda, seria possível pensar que ainda que se observasse algum conhecimento da língua latina entre aqueles considerados illiterati, teria sido apenas a partir do século XII, que poderia se detectar uma maior capacidade de apropriação dos textos pela leitura direta. Tal premissa vai ao encontro da capacidade de se apropriar do texto por parte de Guilherme I e Guilherme II, os quais podemos considerar como dois importantes consumidores da *GND*. Para David Bates³⁴⁷ e David Crouch³⁴⁸, a tutoria do jovem duque Guilherme II, durante sua infância e adolescência, teria o levado a despender tempo considerável em áreas que envolvessem sua sobrevivência em um mundo turbulento e violento. Dessa forma, segundo os autores, seria possível que os primeiros reis normandos, sobretudo Guilherme I, fossem capazes apenas de entender em parte a língua latina, ou seja, esses possuíam um conhecimento instrumental da leitura e escrita desta língua, geralmente voltado para fins administrativos.

Finalmente, o processo de diminuição das extensas narrativas de Dudon e a opção por uma forma mais simples da língua latina (ainda que a opção pela divisão em livros fosse mantida) para a redação da *GND* pode ter influenciado diretamente no sucesso da obra, o que incluiria sua sucessiva cópia na Normandia e Inglaterra. Segundo Van Houts, Guilherme de Jumièges ainda recorre ao emprego de um sistema corrente de abreviações e pontuações das palavras latina no manuscrito, o que poderia significar um uso mais racional do material disponível³⁴⁹. Por outro lado, para Clanchy, a abreviação e a pontuação das palavras no manuscrito beneficiava principalmente a leitura em voz alta, tornando-a mais simples e fluída³⁵⁰.

Em suma, acreditamos que a interrelação entre as questões nos permitem apontar, mesmo que conjecturalmente, como autor e obra gravitaram em relação ao poder régio normando. Em primeiro lugar, procuramos demonstrar como o governo de Guilherme II por intermédio do *corpus* de cartas analisado representou uma continuidade das práticas patronais dos duques normandos em relação a abadia de Jumièges. O possível enriquecimento desta abadia, demonstrado nas cartas em que tivemos acesso, teria acompanhado sua projeção política durante esse governo e o de Edward, o Confessor, que colaborou com a mesma durante o processo de normanização

³⁴⁷ BATES, David. *William the Conqueror*. London: Yale University Press, 2016, p.69.

³⁴⁸ CROUCH, David. *The Normans*. *Op. Cit.*, p.63-65.

³⁴⁹ VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol. I. *Op. Cit.*, p.XXIX-XXX.

³⁵⁰ CLANCHY, Michael T. *From Memory to Written Record*. *Op. Cit.*, p.271.

da Inglaterra. Dessa forma, o poder ducal teria funcionado como mediador dos interesses nos campos político e econômico desta abadia.

Em segundo lugar, ainda que a historiografia não tenha identificado a existência de qualquer documento que ligue diretamente a figura do então rei Guilherme I com a figura de Guilherme de Jumièges, monge desta abadia, podemos pensar que essa associação seria possível por conta da posição ocupada por Jumièges no processo histórico de acentuada aproximação para com os duques e agora reis normandos. Além disso, a alocação de Jumièges na chamada “zona nórdica”, ou seja, na região de boa parte das abadias ducais e ao redor da capital do ducado, Rouen, teria ajudado essa abadia a constituir-se igualmente como centro de produção cultural.

A parcial adoção presente na *De Moribus* de Dudon de Saint-Quentin por Guilherme de Jumièges aponta alguns indícios importantes quanto ao que entendemos enquanto uma tradição retórica normanda. Além da presença de ao menos um manuscrito inteiro na abadia de Jumièges, a confecção da *GND* com suas interpolações, resumos e latim simplificado demonstraria a presença de indivíduos letrados, fruto de um bem-sucedido processo de reavivamento monástico da região, levado a cabo igualmente por intermédio dos duques normandos. A Conquista Normanda foi acompanhada por um interesse na produção historiográfica sobre o evento, assim como a necessidade de legitimação política do mesmo. Nesse sentido, acreditamos que a *Gesta Normannorum Ducum*, assim como boa parte dos textos cronísticos que aqui serão igualmente analisados, possuem função de mediar a relação entre os reis normandos e os lugares sociais de produção desses enunciados, garantindo a manutenção, quando era o caso, de certas práticas patronais.

Dito isso, se mostra importante apontar os resultados dessa mesma abordagem para a figura de Guilherme de Poitiers e sua *Gesta Willelm*, cujo *corpus* guardou relação para com o poder régio normando.

2.2 Guilherme de Poitiers: capelão e biógrafo de Guilherme I

Ao abordarmos aqui o *corpus* relacionado ao clérigo secular normando Guilherme de Poitiers (c. 1020 – algum momento após 1087) enquanto *função autor*, devemos primeiramente localizá-lo e problematizá-lo a partir de um lugar social de produção de um enunciado diferente daquele observado sob Jumièges. Ao passo que

Guilherme de Jumièges teve, possivelmente por intermédio de sua abadia e crônica, um contato indireto com o primeiro rei normando dos ingleses, Guilherme de Poitiers, estará sensivelmente mais próximo do centro do poder. Isso se deve ao fato de o mesmo ter ocupado o cargo de capelão deste rei e, a partir desta posição, ter confeccionado a chamada *Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum* (c. 1077). Segundo a historiografia³⁵¹, essa narrativa seria a única biografia³⁵² atribuída a Guilherme I, além de ser a mais extensa e detalhada obra sobre a Batalha de Hastings. Sua importância para a historiografia vai além, segundo Dominique Barthélemy. Para este historiador, Guilherme é responsável pela construção de uma das mais antigas descrições da cavalaria enquanto instituição³⁵³.

³⁵¹ A *Gesta* foi primeiramente editada por André Duchesne no interior de sua *Historiae Normannorum Scriptores Antiqui*, em 1619. Posteriormente, o manuscrito utilizado por André, já danificado em seu início e fim, perdeu-se por conta de um incêndio na Cottonian Library. François Maseres foi responsável por publicar uma segunda edição da obra na *Historiae Angli circa tempus conquestus Angliae selecta monumenta*, em 1808. Maseres colaborou com correções pontuais em relação a edição de Duchesne. Ainda no século XIX, duas edições se seguiram da *Gesta*: as de John Allen Giles, em sua *Scriptores rerum gestarum Willelmi Conquestoris*, de 1845, e a versão de Jean Pierre Migne na obra *Patrologia Latina*, CXCLIX, de 1853. Em termos historiográficos, no entanto, a edição que representou maior impacto foi a de Raymond Foreville denominada *Guillaume de Poitiers, Histoire de Guillaume le Conquérant*, lançada na coleção *Les classiques de l'histoire de France au Moyen Age*, em 1952. Foi a primeira vez que a *Gesta Willelmi* foi traduzida para o francês, uma vez que todas as edições anteriores preservavam o texto latino. O esforço de Foreville garantiu cópias de excertos da tradução as obras de Robert Allen Brown (1984) e Stephen Morillo (1996), ambas já na língua inglesa. Finalmente, em fins do século XX, a historiadora Marjorie Chibnall, juntamente com R. H. C. Davis, lançaram pela coleção Oxford Medieval Texts, a edição mais atual da *Gesta Willelmi* (1998), que utilizamos largamente nesta pesquisa. A atual edição inglesa conta com uma larga crítica documental e apêndices de grande interesse.

³⁵² A adoção do modelo de *Gesta*, como demonstrado no Primeiro Capítulo e com base em Van Houts, demonstra a popularização no Ducado da Normandia de um gênero narrativo mais circunscrito a construção de uma vida. A partir de Dudon de Saint-Quentin e com forte influência nos modelos clássicos, as gestas no século XI se caracterizavam pela construção de uma dupla narrativa do indivíduo, que se uniam para formar uma unidade. Geralmente, assim, havia uma parcialização da narrativa entre a vida pública e particular do indivíduo. Diferente de nossa noção moderna de biografia, o que tomamos enquanto biografias no medievo tinham, geralmente, propósito laudatório do indivíduo ou genealogia narrada. Temos, assim, ciência da incorrência de problemáticas a partir do emprego de tal conceito. Em todo caso, ao proceder com uma reconstrução da vida de Guilherme de Poitiers, ou analisar sua narrativa, não iremos aqui discutir todas as incoerências e lacunas presentes na construção de uma vida ou exercidas pelo indivíduo biografado. Pierre Bourdieu, com importantes ecos em Giovanni Levi, explorou não apenas a incapacidade do tratamento da multiplicidade de uma vida por parte do autor, como procurou evidenciar o problema da excessiva racionalidade dos sujeitos biografados em uma série de exemplos. Nossa intenção aqui é apontar e organizar algumas informações úteis já previamente sintetizadas por historiadores contemporâneos, mas que procuram, por meio deste esforço, perceber como estas informações biográficas contidas em muito em sua própria obra, nos dão espaço para interpretações sobre o comportamento desta personagem. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. 8^{ed}. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.183-193; LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. 8^{ed}. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (ed.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.167-182.

³⁵³ BARTHÉLEMY, Dominique. "The Chivalric Transformation and the Origins of Tournament as Seen Through Norman Chroniclers". In: NORTH, William (ed). *Haskins Society Journal*, n°20, Oct 2008, p.141-169.

Assim como no caso de Guilherme de Jumièges, a escassa informação disponível sobre a vida de Guilherme de Poitiers advém de passagens da *Historia Ecclesiastica*, de Orderico Vitalis. Este monge anglo-normando, ao finalizar sua narrativa sobre a Conquista Normanda, precisamente com o enterro de Harold Godwinson, despende algumas linhas sobre os autores que poderiam ser consultados para melhor se conhecer o governo de Guilherme I. Ao citar esse autor, Orderico nos diz:

King William governed firmly and prudently, both in prosperity and adversity, the king he gained, reigning over it with great honor twenty years, eight months, and sixteen days. William of Poitiers, archdeacon of Lisieux, has given a full account of his merits, his excellent institutions, his great successes and brave and wonderful achievements, in a valuable work distinguished for the elegance of its style and its depth of thought. Having for a long period been chaplain to this king, he made it his business to retrace at length, with unquestionable truth and ample details all that he had himself witnessed or been party to; but unfortunately he was prevented by adverse events from continuing his narrative to the king's death.³⁵⁴

Com base nessa passagem de Orderico, procuraremos nos guiar a partir de nossos três questionamentos para este capítulo. O primeiro deles diz respeito a formação desse clérigo, sendo responsável pela criação de uma percepção singular entre os historiadores por nós pesquisados, além da identificação de seu lugar social de produção da *Gesta*.

Segundo David Bates ao apoiar-se ainda em Orderico Vitalis, Guilherme de Poitiers teria nascido em Préaux, em uma família provavelmente nobre, uma vez que a irmã de Guilherme se tornou abadessa de Saint-Léger-de-Préaux. Guilherme por sua vez teve acesso a uma iniciação e carreira na cavalaria, onde teria servido nas hostes do duque Guilherme II³⁵⁵. Como procuraremos mostrar posteriormente, a passagem pelas armas proporcionará elementos a esse autor ao narrar diversos conflitos em sua narrativa, sobretudo Hastings.

Após certo tempo na ocupação militar, Guilherme de Poitiers teria deixado a mesma, em busca de uma formação como clérigo, na região do Poitou³⁵⁶. Assim, o mesmo ingressou ao que tudo indica no colégio de Saint-Hilaire-le-Grand³⁵⁷, que ao

³⁵⁴ DAVIS, R. H. C. *William of Poitiers and his history of William the Conqueror*. In: DAVIS, R. H. C.; WALLACE-HADRILL, J. M. (eds.). *The Writing of History in the Middle Ages: essays presented to Richard Southern*. Oxford: The Clarendon Press, 1981, p.86-87; FORESTER, Thomas. *The Ecclesiastical History by Ordericus Vitalis*. London: Henry G. Bohn, 1853, p.492.

³⁵⁵ FORESTER, Thomas. *The Ecclesiastical History by Ordericus Vitalis*, Op. Cit., p.46.

³⁵⁶ *Idem*.

³⁵⁷ As escolas de Saint-Hilaire seguiriam o modelo de Chartres, de notória especialização humana. Mesmo que para Chibnall & Davis as capacidades de Hildegard enquanto professor pudessem ser

tempo deste ingresso, deveria ser liderada por Hildegard, discípulo de Fulbert de Chartres (c. 952/970 – 1028)³⁵⁸. Ainda segundo Vitalis, Guilherme teria ganho essa alcunha devido a este local de estudo, tendo se destacado dentre os demais por seu conhecimento na língua latina, além da retórica e da gramática, e tendo se interessado pelo modelo de Salústio.

Antonia Gransden³⁵⁹ coloca este período de formação entre 1045-50, o que é seguido de perto por Chibnall & Davis, que sugere, a partir de uma das raras notas de Guilherme, que esse estaria em Poitiers “em exílio” no tempo do sítio de Mouliherme³⁶⁰. Se a aproximação das autoras estiver correta, seria possível afirmar que Guilherme de Poitiers teria nascido em aproximadamente 1020.

Ao retornar para a Normandia, Guilherme teria exercido dois ofícios de proeminência político-religiosa, tendo sido capelão de Guilherme I e arqui-diácono de Lisieux. Segundo Chibn, Poitiers seria um clérigo secular, o que lhe traria a vantagem de uma maior circulação pelos meios leigos e de poder, tal como a corte de Guilherme I. Ao tempo de Guilherme de Poitiers, o cargo de arqui-diácono de Lisieux foi subordinado ao bispo Hugo d’Eu (administração de 1049-1077) e depois ao bispo Gilbert de Mimenot (administração de 1077-1101), cujas próximas ligações com Guilherme I eram importantes. Dentre essas, destacamos a posse de territórios na região de Dover e o fornecimento de cavaleiros para a guarda do castelo homônimo³⁶¹.

A pesquisa documental realizada por Chibnall, Davies e Antonia Gransden aponta para a presença de Guilherme de Poitiers como testemunha de acordos eclesiais e cartas ducais. Apesar de nossa análise da *Regesta Regum Anglo Normannorum* não ter indicado nenhuma referência a Guilherme de Poitiers, encontramos com base na historiografia outras menções importantes em documentos que podem fortalecer a ideia deste clérigo enquanto arqui-diácono de Lisieux e um dos capelães do rei Guilherme I. No primeiro indício, preservado na compilação *Neustria Pia*, do século XVII, há a

discutíveis, sua administração a frente da escola a transformou em um pólo de atração interessante. Há poucos trabalhos sobre as escolas de Saint-Hilaire, onde destacamos o trabalho de Robert Favreau. *Les écoles et la culture à Saint-Hilaire-le-Grand de Poitiers, des origines au début du XIIIe siècle*. In: *Cahiers de civilization médiévale*, 3e année (n°12), Octobre-décembre 1960. pp. 473-478; DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *Gesta Willelm Ducis Normannorum et Regis Anglorum*. In: GREENWAY, Diana; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, Michael. *Oxford Medieval Texts*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p.18.

³⁵⁸ *Ibidem*, p.19-20.

³⁵⁹ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing*. Op. Cit., p.99

³⁶⁰ DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelm*. Op. Cit., p.19.

³⁶¹ LYON, John. *The History of the Town and Port of Dover and the Dover Castle*. Vol. II. Dover: Ledger & Shaw, 1814, p.138.

observação de uma carta relativa a um acordo em 1075, entre Guilherme, filho de Anschetil, e convento de Saint-Léger. De acordo com a referência, Anschetil cedia terras em Étuquereye e Colletot em retorno a um pagamento feito pela abadessa Ansfrida, para que este pudesse viajar a Espanha. Nesse caso, há uma referência a Guilherme, arqui-diácono de Lisieux, nessa transação como uma testemunha. É possível que seja de fato Guilherme de Poitiers, pois o mesmo possuía ligação familiar com o convento de Saint-Léger³⁶².

Em outra rara referência há uma menção a um certo “*Willelmus Pict[avensis]*” em uma passagem do Domesday Book, segundo Davis³⁶³. A passagem diz que um número de jovens monges se mantinha na abadia de Saint-Martin, em Dover, tendo sido posteriormente divididos entre vários cônegos pela influência de Odo de Bayeux e Duque de Kent. Um desses cônegos é o citado “*Willelmus*”. A proximidade, segundo o autor, entre a abadia de Saint-Martin e as figuras eclesiais da corte anglo-normanda, apontaria para a figura de Guilherme de Poitiers. A citação igualmente fortalece a ideia de que após a Conquista, esse clérigo teria acompanhado durante algum tempo o rei Guilherme I em sua estadia na Inglaterra como capelão, possivelmente entre 1066 e 1077³⁶⁴.

Com base nessa ocupação de capelão, teria sido então que Guilherme de Poitiers procedeu com a escrita da sua *Gesta*. Como procuramos demonstrar na primeira parte de nossa pesquisa, certos postos eclesiásticos, em especial aqueles próximos ao poder régio, estavam diretamente relacionados a produção de narrativas históricas. No caso normando, este seria o segundo caso de um capelão historiador, sendo Dudon, no início do século XI, o primeiro deles. Paralelos e problemáticas podem ser apresentados para essas duas experiências. Assim, ainda que ocupando contextos diferentes, acreditamos ser possível pensar que em ambos os casos, a função de capelão representaria um lugar privilegiado para a produção de enunciados legitimatórios. Finalmente, o ofício de capelão poderia, como sugere Hagger, garantir melhor posição em conexão com a *Gesta*, para que esse autor almejasse o ofício de arcebispo no governo do novo rei.³⁶⁵

³⁶² MONSTRIER, Arthur Du. *Neustria Pia*. 1663, p.523.

³⁶³ DAVIS, R. H. C. *William of Poitiers and his history of William the Conqueror*. Op. Cit., p.90.

³⁶⁴ BATES, David. *The Conqueror's Earliest Historians and the Writing of his Biography*. In: BATES, David; CRICK, Julia; HAMILTON, Sarah. *Writing Medieval Biography – 750 – 1250 – Essays in Honour of Frank Barlow*. Woodbridge: Boydell Press, 2006, p.131.

³⁶⁵ HAGGER, Mark. *The Norman Rule in Normandy*. Op. Cit., p.19.

Assim como na *epístola* de Guilherme de Jumièges, não há menções diretas que apresentem Guilherme I na condição de comitente do texto de Guilherme de Poitiers. Por outro lado, seria problemático pensar que o novo rei não possuía ciência da construção do texto, uma vez que, como demonstramos, o capelão estaria sensivelmente próximo ao centro do poder. Para David Bates, a possibilidade da construção de mais uma narrativa legitimatória em um cenário pós-Conquista poderia fortalecer a temática da legitimação da Conquista inaugurada por Guilherme de Jumièges, ainda que tenha se observado limitada a circulação do texto da *Gesta*³⁶⁶.

Além da construção de uma imagem para si de Guilherme I, o capelão, por intermédio da *Gesta*, poderia esvaziar eventuais resistências a autoridade normanda e colaborar para a criação de um cenário de segurança geral, o que representaria uma estabilidade política assim como a que vinha sendo construída no Ducado da Normandia. Nesse sentido, para Emily Winkler:

The *Gesta* addressed a problem more immediate and practical: the fears of William's subjects, allies and critics. William was newly king, and kings were responsible for their subject's security, both physical and spiritual. The conquest persisted in recent memory: those who felt its effects, whether through trauma or opportunities, needed a guarantee that he would defend their interests. Safety and salvation were in jeopardy, and these twin threats prompted Poitiers to create a moral argument for William's leadership³⁶⁷.

Novamente, então, o ofício de capelão poderia ajudar Guilherme de Poitiers a construir uma narrativa que incluísse não apenas referências relacionadas a sua formação, mas igualmente referências advindas do acesso a bibliotecas leigas e eclesiásticas, fruto de sua circulação. A circulação deste clérigo por abadias ducais ou o mesmo o acesso a biblioteca de Lisieux poderia ter representado o acesso de Guilherme de Poitiers ao manuscrito da *GND*, além de outras obras ligadas a Antiguidade. Em todo caso, seria possível identificar o emprego de um modelo biográfico adotado também por autores clássicos no interior da *Gesta*, sobretudo Suetônio e Salústio, cuja admiração do autor por esse último já havia sido mencionada por Orderico.

A escrita sensivelmente panegírica da *Gesta* acompanharia, segundo Chibnall & Davies e Weiler, o modelo da Vida dos Doze Césares, de Suetônio, sendo esse um dos modelos básicos e correntes para uma biografia no medievo. A partir da biografia de determinados césares, Suetônio procede a sua narrativa a partir de uma divisão

³⁶⁶ BATES, David. *The Conqueror's Earliest Historians and the Writing of his Biography*. Op. Cit., p.130.

³⁶⁷ WINKLER, Emily A. *The Norman Conquest of the Classical Past: William of Poitiers, Language and History*. In: *Journal of Medieval History*, Vol. 42, May 2016, p.7.

retórica conhecida como *partitio* ou *divisio* entre bons e maus imperadores, baseando-se em uma hierarquização de certas virtudes e vícios característicos. Tal método é exposto pelo autor durante sua narrativa da vida do imperador Augusto (*vita augusti*): “Agora que demonstrei como ele (Augusto) se conduziu nos ofícios civis e militares e na administração do seu grande império [...] Eu agora darei, brevemente, um relato de sua vida privada e doméstica, descrevendo seu caráter e sua fortuna (parênteses nossos)”.³⁶⁸

Esse mesmo escopo aparece na *Gesta*, uma vez que a mesma é dividida sensivelmente em duas partes: uma contendo a infância e o governo ducal de Guilherme (c. 1028 – 1035) e o outro representando a Conquista Normanda e seu governo enquanto rei da Inglaterra (1066-1087).

Por sua vez, a *divisio* poderia ser igualmente notada a partir da posse da *humanitas*, segundo Suetônio. Os doze retratos feitos por este autor seriam divididos entre os bons césares, ou seja, aqueles dotados de *humanitas* – Júlio César, Augusto, Tibério, Cláudio, Vespasiano e Tito - e aqueles dotados de *inhumanitas*, os maus césares – como Calígula, Nero, Galba, Otão, Vitélio e Domiciano. Esses retratos são fortemente animados a partir de valores celebrados em Roma, como a *moderatio*, a *civilitas* e a *clementia*, sendo necessária a presença destas três virtudes para que o César seja um bom governante e seja imune a tirania³⁶⁹.

Afim de demonstrar essa divisão no interior da obra, citamos duas passagens narradas por Guilherme de Poitiers ao tratar sobre a Batalha de Hastings. Na mesma, o duque normando e o rei anglo-saxônico são narrados a partir de posições distintas a partir da *humanitas*:

His moderation and prudence lay in the fact that he paid most of the expenses of his soldiers and guests, and would not allow anyone to take anything whatsoever. The inhabitants of the countryside around grazed their herds of

³⁶⁸ TRANQUILLUS, Gaius Suetonius. *The Twelve Ceasars*. Tradução Robert Graves. In: *Penguin Classics*. 2ªEd. London: Penguin Books, p.109.

³⁶⁹ Na introdução de uma edição canônica da *Vida dos Doze Césares*, feita pela Penguin Books, John Rives discute a importância e formas de apropriação de tais valores em Roma. Em primeiro lugar, seria de importância apontar para o fato de que existiria uma seleção de valores a serem atribuídos aos césares pelo autor, que por sua vez, determinaram suas escolhas nas esferas pública e particular. Por exemplo, em Roma, os césares, ao serem dotados da *civilitas*, exerceriam a defesa da coisa pública com excelência, o que igualmente significa seus feitos militares. Servir a coisa pública é lutar por Roma. O texto de Suetônio, de dificuldade considerável, seria destinado possivelmente a seus pares em letras, assim como para aqueles que ocupavam funções públicas. Assim, a ideia da construção de passagens, curtas ou de maior fôlego que visavam a aplicação dos valores da *humanitas*, teriam igualmente caráter didático, ou seja, de fornecimento de exemplos. Esse escopo esse igualmente seguido por Tácito, contemporâneo de Suetônio e ocuparia na obra de Cícero, um importante lugar. TRANQUILLUS, Gaius Suetonius. *The Twelve Ceasars*. Tradução Robert Graves. In: *Penguin Classics*. 2ªEd. London: Penguin Books, p.14-29. DOSSE. *O Desafio Biográfico – Escrever uma vida*. 2ªed. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p.136.

cows or sheep in safety, both in the fields and on the open pasture. The corn awaited the reaper's scythe untouched, without being trampled by the soldiers or cut down by foragers. However weak or defenseless, any man could pass through countryside, singing as he rode, watching, but not fearing, the squadrons of soldiers³⁷⁰.

Harold. It was hardly astonishing that his brother, driven by wrongs done to him and wishing to recover his confiscated lands, should invoke foreign aid against him; Harold's sister, too, morally quite unlike him, used vows and advice to oppose him, because he was a man soiled by luxury, a cruel homicide, proud of his wealth and plunder, an enemy of justice and goodness. This woman, as wise as any man, who recognized goodness and cherished it in her way of life, intended that the man whom her husband Edward had chosen by adopting him as his son should rule over the English: William the wise, just and strong³⁷¹.

Dessa forma, acreditamos ser possível aproximar este modelo adotado por Guilherme de Poitiers daquele que François Dosse chamou de biografia heróica. Durante toda a narrativa, Guilherme I seria narrado como aquele que conquistou o espaço digno na narrativa por intermédio de um sacrifício, do esforço final em nome de seu povo, da Igreja e dos valores principescos, além de ter enfrentado intrigas e traições ao preço de inúmeros ferimentos físicos e psíquicos. Este modelo narrativo utilizado na construção biográfica possui forte apelo épico-literário na condição de recurso narrativo e estratégia de ganho ou construção de uma audiência específica.³⁷²

Ainda que Elisabeth Gaucher esteja referindo-se, a partir de sua ideia de hiperbiografia, a uma realidade material do século XIII, acreditamos que ao menos parte de seu raciocínio nos é útil como ponto de partida. Justificamos isso pelo fato de que devemos tomar essa *Gesta* na condição de um sintoma de uma determinada realidade material, na qual a *função autor* de Guilherme de Poitiers se insere - o que acaba por incluir sua audiência esperada além do que se consideraria valorado na forma de temáticas. Ou seja, ao salientarmos essa condição, entendemos igualmente que as realidades materiais devem ser compreendidas como temporais, condicionando assim a especificada *função autor*. Ao tomarmos esses pressupostos enquanto influência, chamamos a atenção, igualmente para uma conceituação de hiperbiografia, como a sugerida por Gaucher, que por sua vez se subdividiria a partir de dois enfoques:

[...] Pelo enfoque exclusivo no herói, que evolui num universo quase atemporal, feito sob medida para ele. De outro, o modelo histórico, que informa o enraizamento do herói no tempo e no espaço, bem como as

³⁷⁰ CHIBNALL, Marjorie; DAVIS, R. H. C (eds e trads). *The Gesta Guillelmi of William of Poitiers*. Oxford: Oxford University Press, 1998, p.59

³⁷¹ *Ibidem*, p.113.

³⁷² GAUCHER, Elisabeth. *La biographie chevaleresque – Typologie d'un genre (XIII-XV)*. Paris: Honoré Champion, p.537. *Apud* DOSSE, François. *O Desafio Biográfico. Op.Cit.*, p.153.

interações entre seu meio e seus atos, como é o caso da biografia de Guilherme, o Marechal, Bertrand du Guesclin ou Boucicaut. Nos dois casos, a relação com a realidade histórica em vista permanece marcada ao mesmo tempo por uma evocação daquilo que impressionou a memória coletiva e pela imaginação do autor. Sob estes aspectos a biografia cavaleiresca nos informa melhor sobre o biógrafo que sobre o biografado, e melhor também sobre a imagem que o grupo de cavaleiros veicula de si mesmo que sobre suas condições concretas de vida.³⁷³

Ao tratar-se de um regime de historicidade distinto e posterior, devemos avançar com cautela. Em todo caso, a insistência em certas virtudes atribuídas a Guilherme I por Guilherme de Poitiers indicariam, para além tentativa de legitimação por intermédio da construção do rei-herói, a igual função deste escrito na forma de instrumento de instrução³⁷⁴. Isso porque seria através da interconexão entre as *humanitas* descritas, a figura do rei normando e uma audiência que se poderia criar uma representação deste rei enquanto exemplo. Ainda que não nos aprofundemos nessa hipótese, seria válido pensar que, a partir dessa realidade material do autor, o rei normando seria narrado como um príncipe modal³⁷⁵.

Como temos procurado abordar a partir de nossas noções teóricas, uma das maneiras de identificar a relação entre o escrito e o sujeito valorado é verificar a possível circulação física do texto, assim como de certos lugares de retórica, como sugere a chave de Bahktin e Chartier. Neste último caso, o faremos de maneira mais detida na terceira parte de nossa pesquisa. Em todo caso, este enfoque sobre a *Gesta Willemi* de Guilherme de Poitiers guarda particularidades no processo histórico, as quais aqui iremos apontar.

Diferentemente das demais narrativas analisadas, a *Gesta Willelmi* sobreviveu em apenas uma cópia, sendo essa a partir de um manuscrito já perdido e incompleto. Além do já citado acesso a obra de Guilherme de Poitiers por Orderico Vitalis³⁷⁶, que estaria escrevendo sua *Historia Ecclesiastica* entre 1123 e 1131, a *Gesta* igualmente é mencionada por Guilherme de Malmesbury em sua *Gesta Regum Anglorum* (c. 1125)³⁷⁷ e pelo autor anônimo da *Liber Eliensis* (escrita em etapas entre 1131 e 1169).

Para Winkler e Hogger, seria problemático afirmar que o texto de Guilherme de Poitiers estaria apenas reservado a uma audiência normanda, como defendem Leah

³⁷³ DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. Op.Cit., p.153.

³⁷⁴ *Ibidem*, p.132.

³⁷⁵ LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. 8ªed. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.175.

³⁷⁶ FORESTER, Thomas. *The Ecclesiastical History by Ordericus Vitalis*. Op. Cit., p.492.

³⁷⁷ GILES, Henry J. A. *William of Malmesbury's History of the Kings of England*. Op. Cit., p.257.

Shopkow³⁷⁸ e Emily Albu³⁷⁹. Nesse sentido, Guilherme I deveria apresentar-se como um novo senhor, que respeitaria os costumes, propriedades e a estabilidade física e espiritual de seus novos súditos. Tal premissa se conectaria a sucessivas críticas a respeito de altas taxas de impostos feitas pela Crônica Anglo-Saxônica.³⁸⁰ Em diversos momentos o autor da *Gesta*, chama a atenção do novo súdito e leitor para a construção da figura de Guilherme I. Em um desses exemplo o mesmo diz:

Diligeres ac maximi haberes eum et tu, Anglica terra, totamque to eius pedibus laeta prosterneris, si abesset imprudentia atque iniquitas tua, quo meliore consilio diiudicare posses in qualis uiri potestatem deueneris.³⁸¹

Dessa forma, a circulação dessa obra, de acordo com a historiografia, estaria relacionada aos processos políticos de revoltas de Roberto Curthose (1051-1134), filho mais velho de Guilherme I, e seus apoiadores contra a autoridade do rei normando. Um dos principais apoiadores de Roberto seria Odo, bispo de Bayeux e duque de Kent. Por volta de 1076, Odo teria entrado em uma controvérsia pela posse de terras com Lanfranc (c.1010 – 1089), arcebispo de Canterbury. Além deste litígio que opunha dois aliados próximos de Guilherme I, Odo parecia inclinar-se em favor do filho de Guilherme, Roberto Curthose, e suas pretensões em herdar o reino, cuja primeira revolta contra Guilherme fora registrada em 1077. Este apoio ocasionou na prisão e no confisco das terras de Odo, mas não de seu ofício de bispo de Bayeux.³⁸²

Marjorie Chibnal e R. H. C Davies são uns dos poucos autores consultados que se inclinam a pensar a hipótese de que a relação entre Odo de Bayeux e Guilherme de Poitiers, pode ter prejudicado a este último e, em última instância, pode ter o afastado do poder régio e de seu patronato, por volta de 1077³⁸³. Em nossa observação do texto, Guilherme de Potiers finaliza com a Batalha de Hastings sem qualquer descrição sobre a coroação de Guilherme I e seu governo. Não é possível detectar nenhuma alteração na

³⁷⁸ SHOPKOW, Leah. *History and Community – Norman Historical writing in the Eleventh and Twelfth centuries*. Washington: Catholic University of America Press, 1998, p.195.

³⁷⁹ ALBU, Emily. *The Normans in their Histories*. Op. Cit., p.87.

³⁸⁰ Na versão D da Crônica, referente ao ano de 1067, o autor diz: [...] The king this year imposed a heavy tax on the unfortunate people; but, notwithstanding, he let his men plunder all the country which they passed through: after which he marched to Devonshire and besieged Exeter eighteen days. GILES, J. A. *The Anglo-Saxon Chronicle*. Op. Cit., p.142.

³⁸¹ E você também, sua terra anglica, o amarão e terão a ele em mais alto respeito; você ficaria feliz em se prostrar inteiramente a seus pés, se deixando de lado sua loucura e iniquidade, poderia julgar mais profundamente o tipo de homem em cujo poder tinha chegado. Tradução nossa. CHIBNALL, Marjorie; DAVIS, R. H. C (eds e trads). *The Gesta Guillelmi of William of Poitiers*. Op. Cit., p.156.

³⁸² GREENWAY, Diana. *Gesta Willelm*. Op. Cit., 19.

³⁸³ *Idem*, p.17.

escrita da história de Guilherme de Poitiers que denote alguma mudança de orientação política sobre o poder régio normando.

Ainda sobre a função política do texto, está o fato de que na altura da revolta de Roberto Curthose contra Guilherme I não haveriam mais bispos de origem anglo-saxônica na Inglaterra, assim como traços diretos de uma alta nobiliarquia, já que o último Earl, Edwin, fora preso e executado em 1076. Dessa forma, não haveria necessidade da continuação de um trabalho de justificativa ou reconciliação.³⁸⁴ Essa problemática ainda se conecta a duas informações dadas por Orderico Vitalis. A primeira delas é a menção de que Guilherme de Poitiers teria “por circunstâncias desfavoráveis” sido impedido de continuar sua obra até a morte de Guilherme I. Em segundo lugar, Guilherme de Poitiers, em seus últimos anos, teria se reservado ao estudo das Escrituras e da composição de poemas juntos a jovens monges, estando aberto a correções e sugestões dos mesmos.³⁸⁵ Em todos os casos, faltam bases empíricas na historiografia para sustentar tais premissas para além de proporções conjecturais advindas dos próprios textos.

Chama atenção o fato da *Gesta* de Guilherme de Poitiers estar inserida no mesmo contexto de legitimação de outra conquista normanda na Europa, no Sul da Península Itálica, conquista essa que resultaria na formação do Reino Normando da Sicília. Seria possível, então, traçar paralelos entre os textos de Godofredo Malaterra e Guilherme da Apúlia, ambas finalizadas em 1099. Cada autor não estaria apenas inclinado em demonstrar a virtude dos normandos em diversos campos, mas em demonstrar como essa mesma virtude passava pela representação de um conquistador³⁸⁶. Dessa forma, diante de processos históricos de conquista, seria esperado que ao menos uma audiência ligada as cortes normandas tivesse contato com tais discursos laudatórios, uma vez que a temática encontraria-se em voga.

Em termos do que poderia ser valorado por uma audiência da *Gesta Willelmi*, é importante retomar alguns aspectos de sua linguagem. Comparativamente em relação a

³⁸⁴ HAGGER, Mark. *The Norman rule in Normandy. Op. Cit.*, p.23.

³⁸⁵ As age came on he devoted himself to science and prayer, and was more capable of composing in prose or verse then of preaching. He frequently wrote clever and agreeable poems, adapted for recitation, submitting them without jealousy to the correction of his juniors. FORESTER, Thomas. *The Ecclesiastical History by Ordericus Vitalis. Op. Cit.*, p.46.

³⁸⁶ WINKLER, Emily. *The Norman Conquest of the Classical Past. Op. Cit.*, p.8-9. Com base em um modelo clássico hexamétrico, Guilherme de Apúlia constrói sua *Gesta Roberti Wiscardi*, enquanto Godofredo Malaterra escreve sua *De Rebus gestis Rogerii et Roberti*, obra essa comissionada por Roger I da Sicília e seu irmão, Roberto Guiscardo. Ver. DREGER, Vinicius C. *Memórias da Escandinávia no Processo de Construção Identitária dos Normandos na Itália Meridional. Op. Cit.*, p.38-43.

Guilherme de Jumièges, Guilherme de Poitiers apresenta um maior escopo de referências, sobretudo clássicas, ainda que não possua uma escrita da língua latina que o aproxime do modelo construído por Dudon. Por outro lado, essa aproximação poderia se dar por certas temáticas comuns e recursos retóricos clássicos.

A historiografia na qual nos embasamos converge a interpretar o texto de Guilherme de Poitiers como voltado, em primeiro lugar, para os altos círculos da corte normanda³⁸⁷, sendo essa formada por indivíduos letrados e que apreciariam os diversos paralelos traçados pelo autor entre Guilherme I e heróis da Antiguidade. Essas conexões, que serão ainda exploradas enquanto a principal estratégia de legitimação do poder dos reis normandos por esse autor, são por nós igualmente interpretadas a partir de uma conexão com a própria tradição retórica normanda - onde novamente localizamos Dudon de Saint-Quentin como principal expoente. Citamos um importante *exemplum* das aproximações feitas pelo autor:

Memorat antique Graecia Atridem Agamemnona fraternos thalamos ultum
iuisse mille nauibus:4 protestamur nos Guillelmum mum diadema regium
requisisse pluribus.s Xerxem fabulatur illa Seston et Abidon ponto disiunctas
urbes nauium ponte coniun- xisse.6 Guillelmum nos reuera propagamus, uno
clauo suae potestatis Normannici soli et Anglici amplitudinem copulauisse.
Guillelmum, qui a nullo unquam superatus patriam inclitis ornauit trophaeis,
clarissimis locupletauit triumphis, superiore hostis manu deuicto Xerxi et sine
classe aequandum, ac fortitudine dine anteponendum censemus³⁸⁸.

Essa conexão de Guilherme I com líderes da Antiguidade a partir de virtudes morais ou bélicas, demonstraria a necessidade de atribuir inteligibilidade a Conquista Normanda para uma audiência anglo-normanda, o que passaria igualmente pela sobreposição entre mito e história como recurso retórico. Mais do que isso, é preciso observar que o autor é cuidadoso ao escolher heróis e figuras de eloquência da antiguidade para realizar respectivas conexões com certos momentos da Conquista,

³⁸⁷ Argumento presente em GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing. Op. Cit.*, p.100-101; GREENWAY, Diana. *The Gesta Willemi. Op. Cit.*, p.XVIII-XIX; BATES, David. *The Conqueror's Earliest Historians and the Writing of his Biography. Op. Cit.*, p.133-135; WINKLER, Emily. *The Norman Conquest of the Classical Past. Op. Cit.*, p.10; RAY, Roger D. *Orderic Vitalis and William of Poitiers : a Monastic Reinterpretation of William the Conqueror. In: Revue belge de philologie et d'histoire*, vol.4, Bruxelles, 1972, p.1124.

³⁸⁸ A Grécia Antiga transmitiu a história da vingança de Agamenon da Casa de Atreu, que partiu para resgatar a honra conjugal de seu irmão com mil navios: testemunhamos que Guilherme foi reivindicar sua coroa real com um número maior. Os homens contam como Xerxes ligou as famosas cidades de Sestos e Abidos, separadas pelo mar, com uma ponte de navios. Nós de nossa parte, proclamamos como – e é verdade – que Guilherme reuniu sob o governo único de seu poder toda a extensão das terras normandas e inglesas. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie, Diana. *The Gesta Willemi. Op. Cit.*, p.109.

como observado nas experiências navais de Xerxes e Agamenon³⁸⁹. Dessa forma, o enunciado da *Gesta* se conectaria, com uma autoridade que transcenderia o tempo e o mesmo processo de Conquista³⁹⁰. Assim como Dudon, Guilherme de Poitiers procura conectar a figura do novo rei a Enéias e, dessa maneira, aos troianos, tendo como principal motivação a manutenção do lugar de um mito dos normandos, agora senhores da Inglaterra, entre os povos da Europa que reclamavam igual descendência dos troianos, como os francos.

Como apontamos no início da discussão, o autor ao ter sido um cavaleiro, possivelmente nas hostes do duque Guilherme II, poderia ter um importante repertório para a construção de narrativas que envolvessem a guerra, como é o caso da detalhada descrição de Hastings. Além de seu importante valor historiográfico sobre essa Batalha, a variedade de elementos presentes na mesma poderia chamar a atenção e agradar uma audiência normanda de *bellatores*. Nesse sentido, destaca-se a descrição de formações, armamentos, gritos de guerra e uma harença do próprio duque. Por sua vez, a marcialidade virtuosa do duque e dos normandos, segundo o autor, poderia ser igualada a mostrada por líderes militares da antiguidade: “Harold, who was such a man as poems liken Hector or Turnus, Guilherme would have dared to fight in single combat no less than Achilles against Hector, or Aeneas against Turnus”.³⁹¹

Sobre o discurso do duque narrado por Guilherme de Poitiers, que será tratado na terceira parte do trabalho, o mesmo sugere ter tido acesso a testemunhas oculares do evento: “We have been careful to record all this speech in the duke’s own words rather than our own”³⁹². Apesar de estar inserido no interior da corte normanda, é pouco provável que tal discurso tenha sido registrado em sua totalidade na memória coletiva da nobreza normanda consultada por Guilherme de Poitiers na qualidade de fonte. O mesmo deve então ser encarado enquanto recurso retórico, visando essa mesma nobreza como audiência.

³⁸⁹ Além das histórias de Xerxes e Agamenon, seria possível identificar que Guilherme de Poitiers teve algum tipo de contato com as obras de Cícero e Santo Agostinho que seriam utilizadas na condição de suporte para as dissertações morais, assim como as obras de César e Salústio para as descrições de batalhas. Igualmente, haveria conhecimento das Sátiras de Juvenal, a *Agricola* de Tácito, a *Tebaida* de Estácia, a *Pharsalia* de Lucano e as *Vidas* de Suetônio e Plutarco. Finalmente, obras de comum circulação em versões para estudo fariam igual parte do repertório de Poitiers, como a *Ilias Latina*, uma versão reduzida da *Iliada* de Homero, assim como a *Epitome* de Justino e a *De Re Militari*, de Flávio Vegécio. GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi*. *Op. Cit.*, p.XVIII-XIX.

³⁹⁰ WINKLER, Emily. *The Norman Conquest of the Classical Past*. *Op. Cit.*, p.23.

³⁹¹ DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie, Diana. *The Gesta Willelmi*. *Op. Cit.*, p.134.

³⁹² *Ibidem*, p.124-125.

Em todo caso, algum tipo de descrição das táticas e estratégias utilizadas, além dos armamentos e comportamentos, pode ter advindo de um manuscrito sobrevivente ou de um comentador da *De Re Militari* de Flávio Vegécio, segundo Chibnall & Davis³⁹³. No entanto, segundo Christopher Allmand, o manuscrito de Vegécio teria se tornado popular no norte da França e na Inglaterra a partir do século XII, tendo cópias sido encontradas datando desta época em Le Bec-Hellouin e Saint-Evroult³⁹⁴.

Diante do apresentado, apontar a relação entre Guilherme de Poitiers e o poder régio é problemático, uma vez que sobre tal temática, a historiografia carece de indícios. Assim como no caso Guilherme de Jumièges, Orderico Vitalis mostra-se uma das poucas referências para a história vivida desse monge. Por intermédio desse relato monástico, a pouca conexão possível se deu em primeiro lugar na prática militar, onde Guilherme de Poitiers teria sido um cavaleiro nas hostes do então duque Guilherme II. A partir disso, o autor teria tomado os votos monásticos e iniciado seus estudos em uma das escolas de Saint-Hilaire-le-Grand, no Poitou. Como sugerimos, essa área foi alvo do patronato dos duques normandos ao tempo de Ricardo II, indicando assim uma conexão possível.

Ainda que não existam indícios de que Guilherme de Poitiers tenha, assim como Guilherme de Jumièges, tido contato com a *De Moribus* de Dudon de Saint-Quentin, esse contato é provável, uma vez que a obra seria a principal história dos duques normandos, gozando assim de boa circulação no mundo anglo-normando. Mais importante do que isso seria a relação entre a produção de narrativas históricas sobre os duques e o ofício de capelão, indicando assim, que esse tipo de produção, a partir desse lugar social, ocupa espaço de importância para os duques-reis normandos.

Apontar um direto interesse material a partir da relação entre a produção da *Gesta Willemi* e a posse do ofício de arqui-diácono de Lisieux, por Guilherme de Poitiers, é problemático tendo em vista a escassez de indícios. Por outro lado, seria possível afirmar que a *Gesta* nos informa melhor sobre alguns aspectos de uma cultura literária que se encontrava em voga na Normandia do século XI. A influência de obras clássicas, bastante presentes na obra de Dudon, apresenta sensível continuidade na narrativa do autor da *Gesta Willelmi*. Por sua vez, o emprego desses referenciais em um biografia heroico-modal, poderia agradar a uma audiência em primeiro lugar ligada a

³⁹³ *Ibidem*, p.xxii.

³⁹⁴ ALLMAND, Christopher. *The De Re Militari of Vegetius – The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, p.65.

corte normanda, assim como européia em um sentido mais amplo. Com isso, seria igualmente problemático pensar em uma narrativa estritamente construída para uma audiência normanda, em vista da necessidade de legitimação do processo de Conquista igualmente na Inglaterra e entre outros povos.

Finalmente, a *Gesta Willelmi* deve ser entendida como um instrumento de mediação política entre o poder régio normando e a nobreza, agora anglo-normanda, que no período de constituição da obra encontrava-se revoltosa. Diferente de Jumièges, enquanto lugar social de produção de enunciado entendemos que o ofício de capelão régio mostrou-se sensivelmente mais exposto às vicissitudes políticas do reino. Vale lembrar que para a historiografia seria possível pensar que a obra pode ter sido abruptamente encerrada e mesmo tido sua circulação limitada por conta da relação de Guilherme de Poitiers com as figuras de Odo de Bayeux e Roberto Curthose, cujas ações atentavam contra o projeto de autoridade da dinastia normanda.

2.3 Guilherme de Malmesbury e sua *Gesta Regum Anglorum* (c.1125)

O trabalho com o monge anglo-normando Guilherme de Malmesbury, assim como seu lugar social, pressupõem a localização e a análise de uma nova tradição retórica surgida após a conquista, a tradição anglo-normanda. Tal tradição precisa ser compreendida enquanto um vultoso resurgimento da operação historiográfica na ilha – sobretudo a partir do governo de Henrique I (1100 – 1135), o último rei normando da Inglaterra.

O sensível declínio ou mesmo o silêncio na produção escrita na Inglaterra foi acompanhado de um extenso processo de intervenção nas abadias inglesas pelos invasores normandos. Tal intervenção operava sobretudo a partir da substituição de abades locais por abades normandos, bastante influenciados pelo reformismo beneditino continental³⁹⁵. No entanto, como procuraremos demonstrar, é preciso compreender que o que entendemos como uma tradição retórica anglo-saxônica não foi obliterada pela ocupação normanda. Isso significa dizer que fontes de suma importância para o estudo dessa sociedade – e tradição retórica – como Beda e as Crônicas anglo-saxônicas³⁹⁶

³⁹⁵ THOMSON, R. M. *William of Malmesbury*. 2ª ed. Woodbridge, The Boydell Press, 2003, p.3.

³⁹⁶ No caso das Crônicas Anglo-Saxônicas, segundo Antonia Gransden ao analisar em especial a chamada Crônica de Peterborough, seria possível identificar algumas mudanças. No caso das Crônicas, a partir da

continuaram a circular e serem empregues em novas obras ligadas a tradição anglo-normanda, como a *Gesta Regum Anglorum*³⁹⁷, de Guilherme de Malmesbury, aqui analisada.

A ocupação normanda não teria, no entanto, alterado estruturas e localidades de grandes centros de produção escrita na Inglaterra. Os mesmos, geralmente localizados ao sul e leste do reino, continuaram a desempenhar um papel cultural relevante durante o governo normando³⁹⁸ e precisam, segundo Thomson, ser compreendidos em termos de uma cultura eclesiástica e literária de longa duração:

That culture was ecclesiastical and Latin, focused on a group of ancient cathedral and monastic foundations, and emphasizing biblical studies, history and hagiography, classical reading and scientific research, primarily in the area of astronomy. The reasons for this peculiar fecundity can only be guessed at, but surely one explanation must be the long-term survival of Anglo-Saxon intellectual activity initiated by Alfred, developed by the monastic reformers of the late tenth century, represented by vernacular and Latin texts still held in the libraries of ancient foundations, supplemented and fertilized after 1066 by new books and new blood from the continent³⁹⁹.

Dessa forma, acreditamos haver permanências culturais anglo-saxônicas nos principais lugares sociais de produção de discurso na Inglaterra. A partir disso, procuraremos localizar a figura de Guilherme de Malmesbury a partir de sua função autor, assim como a própria abadia e sua obra a partir de suas relações com o poder régio normando. Desde já, é importante salientar que Guilherme de Malmesbury foi um dos mais fecundos autores do século XII, não limitando-se a escrita da história, mas igualmente empenhando-se na produção de hagiografias de casas monásticas diversas, além de comentários sobre textos patrísticos e clássicos, como os ligados a Cícero, César e Salústio⁴⁰⁰. Ainda em termos historiográficos, além da *Historia Regum*

década de 1130 é notável a adoção de descrições cada vez mais objetivas, ainda que uma tradicional crítica a monarquia permaneça. Isso igualmente significa certa permanência do emprego do Old English nas narrativas. GRANSDEN, Antonia. *Historical Written in England*. Op. Cit., p.142-143.

³⁹⁷ MYNORS, R. A. B. (ed. e trad.); THOMSON, R. M. (ed. e trad.); WINTERBOTTOM, M. (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum*. 2 vols. In: GREENWAY, Diana E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. *Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1998.

³⁹⁸ Outros notáveis centro de produção escrita sob governo normando podem ser identificados nas localidades de Sherborne, Glastonbury, Rochester, Winchester, Bath, Evesham, Worcester e Bury St. Edmunds, conhecida pelo seu grande número de cartas em vernáculo. CLANCHY, M. T. *From Memory to Written Record – England – 1066 – 1307*. Op. Cit., p.32.

³⁹⁹ THOMSON, R. M. *William of Malmesbury*. Op. Cit., p.4.

⁴⁰⁰ Mostra-se dificultoso aqui reproduzir uma lista exaustiva das obras produzidas ligadas a Antiguidade, um de seus principais interesses. A partir da GRA, é possível identificar o emprego da *De Bello Gallico* de César, a Eneida de Virgílio, além de ao menos 28 trabalhos de Cícero, assim como textos de Lucano e Estácio. Apesar de Thomson salientar um certo vanguardismo de Guilherme Malmesbury no emprego de Vegécio, cujo uso seria disseminado enquanto modelo para as narrativas ligadas a guerra a partir do século XII, acreditamos, com base em nossa reflexão sobre Guilherme de Poitiers, que seu uso no universo normando poderia ser mais recuadamente detectado.

Anglorum, completa em 1125, Guilherme foi o autor de uma continuação da mesma, a *Historia Novella*, onde essa estende-se até 1142, e da chamada *Gesta Pontificum*, uma história do cristianismo na Inglaterra⁴⁰¹.

Diferentemente de Guilherme de Jumièges e Guilherme de Poitiers, a figura de Guilherme de Malmesbury não é comentada por Orderico Vitalis em sua *Historia Ecclesiastica*, o que nos leva, em conjunto com a historiografia, a conjecturar elementos de sua história vivida a partir de seus próprios escritos. Assim, com base nessa mesma historiografia, é possível que tenha nascido próximo a Malmesbury, por volta de 1085-1090, sendo filho de pai normando e mãe anglo-saxã. Graças a algum tipo de iniciação prévia nas letras, pode adentrar ainda jovem na abadia de Malmesbury. Uma das principais questões ainda em aberto sobre Guilherme de Malmesbury diz respeito a sua formação. Para a historiografia a mesma poderia ter ocorrido em Glastonbury ou mais acertadamente em Canterbury, tendo como indício os recorrentes elogios de Guilherme a Anselm de Canterbury e as conexões entre a *Gesta Regum* e a *Historia Novorum in Anglia* de Eadmer⁴⁰².

Antes de retomarmos à figura de Guilherme de Malmesbury e sua obra, é preciso lançar luz sobre a relação entre a abadia de Malmesbury e o poder régio normando. Primeiramente, a história da abadia de Malmesbury em seus primeiros anos é bastante obscura, motivada pela escassa sobrevivência de fontes sobre o período. Reiteradamente comentada por Guilherme, a fundação da abadia teria se dado por Adhelm⁴⁰³ (c. 639 – 709), neto de Ine de Wessex (governo de 688 a 726). Guilherme procura, sobretudo na *Gesta Pontificum*, identificar uma relação próxima entre os reis anglo-saxões, o que é feita por intermédio de uma cópia direta de uma série de cartas no quinto livro da obra.⁴⁰⁴ Boa parte das cartas copiadas por Guilherme de Malmesbury seriam falsificações feitas na própria abadia, prática essa observada em diversas comunidades após a Conquista Normanda. Tais *corpus* de cartas (*pancartes*) teriam

⁴⁰¹ THOMSON, R. M (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Pontificum Anglorum*. In: GREENWAY, Diana E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. *Oxford Medieval Texts*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

⁴⁰² THOMSON, R. M. *William of Malmesbury. Op. Cit.*, p.5.; GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.169. Outro indício importante seria a forma como Guilherme de Malmesbury se posiciona pró Canterbury na controvérsia metropolitana em relação a York, bastante presente em outra obra de Guilherme, a *Gesta Pontificum*.

⁴⁰³ THOMSON, R. M. *William of Malmesbury. Op. Cit.*, p.6-7.

⁴⁰⁴ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.177. É possível consultar tais cartas em <http://www.esawyer.org.uk/about/index.html> a partir das entradas 149, 243, 256, 260, 305, 306, 320, 356, 363, 436, 841, 1169 e 1205.

como principal função, garantir a posse de certos territórios e direitos da abadia em relação a possíveis ameaçadas representadas pelos novos senhores normandos⁴⁰⁵.

Nossa pesquisa a respeito das cartas régias normandas destinadas a abadia de Malmesbury, identificou, por intermédio da *Regesta Regum Anglo-Normannorum*, apenas quatro cartas. Em todo caso, as mesmas nos dão alguns indícios para afirmações, ainda que conjecturais. Duas das cartas datam de 1081, período ainda de governo de Guilherme I. Reproduziremos as cartas aqui de maneira resumida em seu conteúdo:

Nº135 - Grant by Matilda '*Dei gratia regina et legalis coniux Willielmi Anglorum strenuissimi regis, ceterarumque gentium circumquaque persistencium preopotentis rectoris, ac Normannorum nobilissimi ducis,*' to the Virgin and St. Aldhelm of Malmesbury. Of her land of Garsdon, with the consent of the King, her husband, and at the prayer of Abbot Warin⁴⁰⁶.

Nº136 – Diploma by William I, '*Deo disponente rex Anglorum ceterarumque gentium circumquaque persistentium, rector et dux Normannorum,*' to Warin Abbot of Malmesbury and his successors. Confirming, at the prayer of Queen Matilda, all the grants which the King's predecessors made to Malmesbury, with the liberties which Edward the Confessor granted; viz. freedom from shires and hundreds, gelds and customs; sac and soc, toll and team and infangthief, mundbryce, hamsocn and forsteal⁴⁰⁷.

Em linhas gerais, é importante notar que as possessões de Malmesbury sofreram poucas alterações durante o período normando, o que é atestado pelo Domesday Book, apesar da abadia e diversos outros territórios do condado de Wiltshire, o que incluía a cidade de Malmesbury, estarem localizados dentro das possessões dos reis normandos⁴⁰⁸. Em ambas as passagens, a figura de Matilda, rainha consorte da Inglaterra, aparece com destaque. Como observado em outras cartas disponíveis na *Regesta*, há uma tentativa de conexão entre o patronato exercido pelo poder régio normando em relação as abadias e o governo de Edward, o Confessor. Tal conexão buscava a já mencionada necessidade de manutenção das propriedades abaciais.

No caso do governo de Guilherme II, uma carta solidária, datando possivelmente de 1094, pode ser identificada e ligada a uma querela local, mas que ainda demonstra a ação régia na defesa dos interesses da abadia:

Nº347 - Notification by William II to O[smund] Bp. [of Salisbury] and W[alter] Hosat and C[roc] the huntsman and A[red] the falconer. That he has

⁴⁰⁵ VAN HOUTS, *Historical Writing. Op. Cit.*, p.117.

⁴⁰⁶ DAVIES, H. W. C. *The Regesta Regum Anglo-Normannorum*. Vol. 1 – 1066 – 1154. *Op. Cit.*, p.35.

⁴⁰⁷ *Idem*.

⁴⁰⁸ KELLY, S. E. *Charters of Malmesbury Abbey. In: Anglo-Saxon Charters*. Vol. XI. Oxford: Oxford University Press, 2005, p.106.

given Abbot Godfrey of Malmesbury the custody of his own woods. None of the king foresters are to interfere with them. Croc the huntsman is to quit-claim the abbot and his men of the plea of 60 shilings which he had against them⁴⁰⁹.

A historiografia apresenta dificuldades para identificar a razão da ligação do patronato de Matilda com Malmesbury para além de um interesse próprio nas propriedades da região. Em todo caso, seria possível identificar uma continuidade na prática ao observarmos a ação de outra rainha de nome Matilda, sendo essa esposa de Henrique I. Nesse caso, chegamos a ciência de cartas régias no período de 1100 a 1135 a respeito de Malmesbury, mas entendemos, por outro lado, que é preciso tomar a própria *Gesta Regum Anglorum* como a principal evidência dessa relação.

No caso da *Gesta Regum*, especificamente no manuscrito *Troyes 294*, a mais antiga versão da *Gesta*, completa por volta de 1125, sua epístola traz importantes informações sobre essa relação. Além da epístola indicar que o trabalho foi requisitado pela esposa do rei, há ainda indícios que a abadia estaria “em sua posse”, o que significaria a escolha dos abades pela rainha, além de ocasionais possíveis visitas⁴¹⁰. É importante, no entanto, localizar a escrita da *Gesta Regum* a partir de um dos períodos mais turbulentos da abadia de Malmesbury; podemos tomar como exemplo o confisco da abadia pelo bispo Rogério de Salisbury, na mesma data da morte da rainha Matilda, em 1118. Na mesma epístola da primeira edição, Guilherme de Malmesbury comenta que seu trabalho foi atrasado, apesar de em parte já completo, pela morte da rainha. Suas edições posteriores são direcionadas, por conseguinte, para a filha da rainha consorte de Henrique I, Matilda (1102 – 1167), esposa de Henrique IV, Imperador Romano (c. 1081/86 - 1125), além de ter sido produzida uma versão para David da Escócia (c. 1084 – 1153).

Para Bjorn Weiler, haveria uma certa urgência na busca por um novo patronado régio após o confisco da abadia pelo bispo de Salisbury. O confisco, era igualmente resultado da crescente influência e riqueza acumuladas por esse bispo, que desempenhava função de regente da Inglaterra ao passo que o rei Henrique encontrava-se na Normandia. Dessa forma, uma segunda edição teria sido enviada em c. de 1126 para a imperatriz Matilda. Ambos os nobres citados desempenhariam um importante papel enquanto herdeiros do reino, ou ao menos importantes conselheiros na escolha de um sucessor. Isso porque com o naufrágio do Navio Branco, em 1120 - o que ocasionou

⁴⁰⁹ DAVIES, H. W. C. *The Regesta Regum Anglo-Normannorum*. Vol. 1 – 1066 – 1154. *Op. Cit.*, p.90.

⁴¹⁰ HUNEYCUTT, Lois L. *Matilda of Scotland: A Study in Medieval Queenship*. Woodbridge: The Boydell Press, 2003, p.64-65.

a morte de Guilherme Adelin (1103 - 1120) -, o reino encontrava-se sem um herdeiro imediato⁴¹¹. A cópia denominada T pela historiografia é considerada, pela sua carta dedicatória, como a cópia enviada para a imperatriz Matilda⁴¹². Assim como na cópia enviada para David I, ambos os prefácios pediam o envio de um abade para Malmesbury, o que acabou por não ser atendido⁴¹³.

Dessa forma, para nos centrarmos na primeira edição da *Gesta Regum*, assim como para dar subsídios para sua análise da Batalha de Hastings, é preciso atentar para as tradições retóricas que compõem a *Gesta*, assim como sua circulação e possível audiência. E preciso, pois, identificar o processo de criação do texto a partir do que a historiografia⁴¹⁴ chamou de um primeiro período das produções de Guilherme de Malmesbury. Tal período encerraria-se de alguma forma em 1125, data do término da primeira versão da *Gesta*. Acreditamos que um importante indício para os primeiros contatos entre a rainha consorte, Henrique I e a abadia de Malmesbury – e consequentemente Guilherme – estaria na escolha do abade Godfrey, um antigo monge de Jumièges, por Matilda, no ano de 1081. Segundo o próprio Guilherme, Godfrey fora responsável pela construção da biblioteca da abadia, além de trazer textos importantes para essa casa e reformá-la. Guilherme igualmente refere-se a Godfrey com admiração, tendo com ele adquirido conhecimentos sobre as letras clássicas⁴¹⁵.

O texto de Guilherme de Malmesbury, requisitado possivelmente por Matilda, teria surgido de uma questão genealógica da rainha, que pelo ramo escocês, descenderia de Edmund Ironside, da casa de Wessex. Ainda que não seja extensamente trabalhada por outros autores, essa possibilidade encontra prominiência na obra de Thomsom. Segundo o autor, a confecção de uma História da Inglaterra que conectasse uma linhagem anglo-saxônica, da qual Matilda descendia, com a Casa da Normandia, da qual agora se filiava por casamento, seria de importância para a construção da legitimidade dos novos reis. A partir disso, a *Gesta* é dividida em cinco livros, onde o

⁴¹¹ WEILER, BJORN. *William of Malmesbury, King Henry I, and the Gesta Regum Anglorum*. In: LEWIS, C. P. (org). *Anglo-Norman Studies – Proceedings of the Battle Conference*. N°XXXI. Woodbrige: The Boydell Press, 2009, p.174.

⁴¹² A *Gesta Regum Anglorum* é dividida em quatro versões, nomeadas como T (10 manuscritos), A (10 manuscritos), C (9 manuscritos) e B (1 manuscrito). THOMSON, R. M (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum*. Vol I, *Op. Cit.*, p.XIII-XVI.

⁴¹³ WEILER, BJORN. *William of Malmesbury, King Henry I, and the Gesta Regum Anglorum*. *Op. Cit.*, p.176.

⁴¹⁴ Thomsom, sendo o principal nome da historiografia de Guilherme de Malmesbury, dividiu o período de produção escrita do autor em certas fases. Tal método, além de organizar melhor as pesquisas posteriores, acabou por influenciá-las na adoção do mesmo recorte, haja vista que igual ou semelhante periodização foi encontrada nos textos de Antonia Gransden, Bjorn Weiler e Susan Kelly.

⁴¹⁵ THOMSON, R. M (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Pontificum Anglorum*. *Op. Cit.*, p.645.

primeiro cobre as invasões germânicas da Ilha até a unificação da Casa de Wessex. A ascensão de Ecbert de Wessex até a Batalha de Stamford Bridge; os reinados de Guilherme I, Guilherme II e Henrique I.

Para Norbert Kersken, ao construir uma audaciosa narrativa como a *Gesta Regum Anglorum*, Malmesbury se inseriria em um movimento ainda nascente no século XII, o qual chamou de uma historiografia “nacional”⁴¹⁶. Tal movimento pode igualmente ser exemplificado pelas obras de Eadmer de Canterbury e, mais recuadamente, pela obra de Æthelweard. Weiler, no mesmo sentido, sintetiza tal proposta:

These narratives shared several features: they sought to provide a history of a realm or principality rather than of a particular institution or region; they took regnal affairs to be their chief focus, seeking to offer a history of the realm's development, often from the mythical origins of a dominant family or at least a particularly decisive moment in a community's history; and they set out to provide moral guidance to their readers. They were moreover often conscientiously designed as the first complete narrative of the origin and history of a *gens* and regnal community, and were so at a time when the integrity and independence of that *gens* was either under threat, or had recently been under threat. Most of these features also apply to the *Gesta*⁴¹⁷.

Ao que tudo indica, durante o período que vai até 1125, Guilherme teria passado pouco tempo na abadia de Malmesbury, viajando por diversas outras casas, como Glastonbury e Canterbury. Tais visitas tinham como propósito a aquisição de cópias de textos patrísticos, clássicos, além de cartulários que pudessem colaborar para a construção de uma história régia da Inglaterra. Em todo caso, é dificultoso apontar em qual localidade Guilherme tenha tido contato com as obras de Beda, o Venerável e com as Crônicas Anglo-Saxônicas, documentos de importância enquanto elementos de uma tradição retórica anglo-saxônica. Guilherme parece ter tido acesso a versão E das Crônicas, a chamada Crônica de Peterborough, que por sua vez, teria dado origem a uma cópia subsequente e bilingue da Crônica, denominada F, ou epítome de Canterbury. No entanto, Guilherme não teria feito extenso uso dessa fonte, por considerá-la de pouco fôlego e de modelo arcaico⁴¹⁸.

Diferentemente do uso das Crônicas, a postura do autor em relação a Beda, o Venerável mostra-se bastante oposta. A relação entre Guilherme e Beda é identificada pela historiografia para além da admiração de Guilherme pela extensa produção e

⁴¹⁶ KERSKEN, Norbert. *High and Late Medieval National Historiography*. In: DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (ed.). *Historiography in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 2003, p.182-183.

⁴¹⁷ WEILER, BJORN. *William of Malmesbury, King Henry I, and the Gesta Regum Anglorum*. Op. Cit., p.159.

⁴¹⁸ THOMSON, R. M. *William of Malmesbury*. Op. Cit., p.16.

métodos empregados pelo monge da Northumbria. Mais do que isso, muitas práticas historiográficas apresentadas pelo autor da *Gesta* parecerem ter sido motivados por uma profunda influência de Beda. O primeiro dele diz respeito a postura do que Guilherme esperava de um historiador, uma vez que:

He was, like Bede, tireless in the search for evidence. He used the works of nearly all the historians, biographers and hagiographers of the Anglo-Saxon period, and many of those of his own generation written both in England and on the continent. And like Bede he searched for archive material⁴¹⁹.

Igualmente, assim como Beda, Guilherme de Malmesbury incorre em diversos momentos no que poderíamos chamar de uma crítica das fontes. Em muitos dos textos clássicos, patrísticos ou já ligados ao medievo, como Hildeberto de Le Mans e Godfrey de Winchester, são comuns observações sobre imprecisões apresentadas pela leitura, assim como a indicação para o leitor de outras fontes consideradas mais fidedignas. No caso da leitura da História Romana, de Paulo, o Diácono (c. 720 - 799), Guilherme de Malmesbury teria sido capaz de identificar, no interior da obra, quais trechos eram frutos de empréstimos de Paulo Orósio (c. 385 - 420), Eutrópio (século IV d.C) e Jordano (século VI) e ainda indicando quais trechos poderiam ser considerados originais⁴²⁰.

Guilherme tem clara preferência por textos clássicos, principalmente a partir de manuscritos antigos, acreditando que tais versões possuem uma maior *auctoritas*, além de considerá-las de importância intelectual a partir do latim apresentado. Dessa forma, a conexão desse autor com textos clássicos é igualmente sensível. Dos vinte e oito textos conhecidos de Cícero, vinte e seis podem ser identificados em manuscritos de primeira mão nas obras de Guilherme, sobretudo em sua *Polyhistor*, uma compilação de textos clássicos e patrísticos⁴²¹. É igualmente possível identificar um grande interesse na história romana, onde destacam-se os textos de Virgílio, Lucano e Estácio, e autores obscuros ligados a Antiguidade Tardia, como Paládio, autor da *Opus Agriculturae*⁴²².

Uma determinada concepção e compreensão do passado em Guilherme de Malmesbury parece acompanhar certos elementos da obra de Beda, bem como acompanha elementos de uma tradição retórica anglo-normanda. Nesse sentido, há de se atentar sobre os elementos culturais que residem nos diversos lugares sociais aos quais

⁴¹⁹ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.169.

⁴²⁰ THOMSON, R. M. *William of Malmesbury. Op. Cit.*, p.17-18.

⁴²¹ *Ibidem*.

⁴²² *Ibidem*, p.19.

esse autor teve contato, assim como questões políticas e sociais, que igualmente poderiam influenciar a escrita da história. Tais concepções são sumarizadas por Weiler:

More recently, a number of writers have argued that William should perhaps not be viewed as a disinterested recorder of the past in the Rankean mould, but as a twelfth-century writer steeped in the traditions of Benedictine monasticism, with an outlook formed by patristic and early medieval theology and the conventions and practices of late Anglo-Saxon and early Anglo-Norman evaluations of the past. Most importantly, this meant that greater weight should be given to his distinctly medieval understanding of classical political concepts, to the moral purpose and context of his writing, and to the role of religion and the supernatural in his understanding of the world⁴²³.

A partir dessas concepções, que se organizavam a partir de determinados lugares comuns, é possível que façamos alguns apontamentos para a compreensão desse autor. Ao debruçar-se demasiadamente sobre o estudo do passado, sobretudo na construção de uma grande genealogia régia na Inglaterra, ou da Igreja sobre o mesmo território, há igualmente alguns paralelos possíveis a se traçar em relação a obra Beda. Em suas narrativas sobre um passado mais remoto, como o romano, Guilherme de Malmesbury apresentaria uma postura crítica e de busca de uma verdade.

Acreditamos que a influência de Beda sobre Guilherme e, consequentemente, sobre a *Gesta Regum* se deu a partir de dois comportamentos historiográficos de importância, sendo um deles encarados por nós como um importante elemento da tradição retórica anglo-normanda. Na *Gesta Regum*, assim como na *Gesta Pontificum*, existiria uma forte tendência por parte do autor de dar grande importância as narrativas do passado do reino, sobretudo do período anglo-saxônico. Seria durante essas narrativas que o monge de Malmesbury se utilizaria de uma leitura crítica e de orientação cuidadosa na apropriação de Beda. Por outro lado, sua postura é bastante distinta de Beda ao narrar seu tempo presente, recorrendo durante várias passagens a inclusão de fábulas e outros elementos que pudessem mitificar os objetos narrados. Para Thomson, um dos principais nomes sobre os estudos de Guilherme de Malmesbury, haveria um natural descompasso nas narrativas do passado e presente, ocasionadas por um desconforto político⁴²⁴. Assim como observaremos em Henrique de Huntingdon, a proximidade dos autores ligados a uma tradição anglo-normanda com o poder régio, teria levado a seguidas modificações nos textos, que incluíam a exclusão de críticas aos reis. Por sua vez, tais modificações dependeram diretamente da relação

⁴²³ WEILER, BJORN. *William of Malmesbury, King Henry I, and the Gesta Regum Anglorum. Op. Cit.*, p.157-158.

⁴²⁴ THOMSON, R. M. *William of Malmesbury. Op. Cit.*, p.20.

guardada entre os cronistas e os reis, ou entre os reis e as instituições de onde tais discursos partiam.

Dessa forma, a *Gesta Regum* não parece ter representado, nesse sentido, forte influência de uma tradição retórica normanda, haja vista que é observável um comportamento historiográfico, assim como uma concepção consciente sobre o passado bastante inversa em Dudon de Saint-Quentin. Enquanto o capelão de Ricardo I e Ricardo II incorre numa mitificação do passado normando, Guilherme de Malmesbury prefere seguir uma postura igualmente observável na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, de Beda. Nesse sentido, sobre a narração do passado

Bede's concise account of Roman, Celtic and pagan Anglo-Saxon Britain is relatively free from myth or miracle. It is with the coming of the Augustinian mission that an era of signs and wonders begins. For Bede these supernatural happenings are pregnant with theological meaning: they are signs of God's favour, they are intimately related to the spirituality and moral virtue of the performer or recipient, and they are told in order to edify. They are expressions of the Gospel's ascendancy, of the victory of Christ and His followers over the forces of darkness, and of their power over the laws of nature. Little of this applies to William's miracles. They are not linked to any particular movement of spiritual revival (though he was aware of such movements in his time), they are not necessarily manifestations of the sanctity of any individual, and they have little or no theological or moral content⁴²⁵.

Indicamos, desde já, que o mesmo movimento de mitificação de processos mais temporalmente próximos a Guilherme de Malmesbury pode ser detectado em sua narrativa sobre a Batalha de Hastings. Ainda que analisemos mais posteriormente suas recorrências e/ou especificidades temáticas como estratégias legitimatórias, podemos ilustrar nossa ideia por meio de uma passagem sobre a Batalha. A mesma, apenas narrada por Guilherme de Malmesbury, dá valor simbólico e místico a um episódio com relação ao duque Guilherme II da Normandia:

Comes vultu serenus, et clara voce suae parti utpote justiore Deum affuturum pronuncians, arma poposcit; moxque ministrorum tumultu loricam inversam indutus, casum risu correxit, 'Vertetur', inquiens, 'fortitudo comitatus mei in regnum'. Tunc cantilena Rollandi inchoata, ut martium viri exemplum pugnatorios accenderet, inclamatoque Dei auxilio, praelium consertum, bellatumque acriter, neutris in multam diei horam cedentibus⁴²⁶.

⁴²⁵ *Ibidem*, p.21

⁴²⁶ O conde, com rosto sereno, declarando em voz alta, que Deus favoreceria o seu, como sendo o lado justo, pediu suas armas; e atualmente, quando, através da pressa de seus atendentes, ele havia colocado a parte de trás do seu hauberk antes, ele corrigiu o erro com uma risada; dizendo: "Meu ducado será transformado em um reino". Então, começando a canção de Roland, que o exemplo belicoso daquele homem poderia estimular os soldados, e invocando a assistência de Deus, a batalha começou em ambos os lados. Tradução nossa. THOMSON, R. M (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum*. Vol II. *Op. Cit.*, p.276-277.

Ao recorrermos novamente a Goetz, uma certa percepção consciente, a partir dos lugares sociais que produziram o discurso de Guilherme, acabaram então por nortear o que entendemos enquanto uma racionalização teológica da realidade do reino. Tal racionalização, como demonstramos na primeira parte do nosso trabalho, foi bastante sistematizada por Beda, principalmente ao atribuir aos pecados dos ilhotas, as sucessivas conquistas e outros episódios turbulentos. Seria desde já possível enunciar que a circulação cultural dessa concepção ligada à tradição anglo-saxônica teria influenciado outro escrito contemporâneo a Guilherme de Malmesbury e igualmente analisado em nossa pesquisa. Nos referimos então a *Historia Anglorum*, de Henrique de Huntingdon, arqui-diácono de Huntingdon, poeta da corte de Henrique I e outro importante historiador anglo-normando do século XII.

Dessa forma, ainda que Guilherme de Malmesbury tenha uma percepção monárquica da história régia, seria problemático desvinculá-la dessa racionalização teológica, uma vez que as crônicas cristãs são, antes de tudo, tentativas de fortalecer a *opus restaurationis*, ou seja, a história da salvação da humanidade por intermédio da reconexão como divino⁴²⁷. É necessário, igualmente, nos determos em algumas das influências continentais do texto de Guilherme de Malmesbury, sobretudo as ligadas a uma tradição retórica normanda, onde alguns elementos foram por nós já abordados.

Apesar de não haverem referências da visita a casas monásticas continentais, a historiografia aponta que Guilherme de Malmesbury teve acesso ao menos a um manuscrito da *Gesta Normannorum Ducum* de Guilherme de Jumièges e da *Gesta Willelmi* de Guilherme de Poitiers. No caso de Guilherme de Jumièges, a obra pode ter o influenciado a seguir um discurso legitimatório a partir da representação de Guilherme I como o Conquistador, postura relativamente distinta nas descrições de Guilherme II, o ruivo, e Henrique I, mais tênues e episódicamente críticas a ambos. Por outro lado, seria válido pensar que a obra de Guilherme de Poitiers poderia ter sido utilizada enquanto base para a construção da narrativa da Batalha de Hastings. Nesse mesmo sentido, o emprego da narrativa desse autor poderia ter desempenhado uma segunda influência indireta da *De Re Militari* de Flávio Vegécio na obra de Guilherme.

Igualmente, certos paralelos estratégicos, senão a repetição de mesmas temáticas, as quais tomamos na qualidade de estratégias retóricas entre Guilherme de

⁴²⁷ GOETZ, Hans-Werner. *Constructing the past: religious dimensions and Historical Consciousness in Adam of Bremen's Gesta Hammaburgensis ecclesiae Pontificum*. In: MORTENSEN, Lars Boje (ed.). *The Making of Christian Myths in the Periphery of Latin Christendom (c. 1000 – 1300)*. Copenhagen: Museum of Tusculanum Press, 2006, p.25.

Malmesbury e Guilherme de Poitiers, podem ser detectados, reforçando a nossa hipótese de uma influência entre os cronistas e sobre a circulação de certas temáticas pelo universo literário anglo-normando⁴²⁸. Ainda assim, mesmo diante da adoção de um discurso legitimatório sobre os invasores normandos, a permanência de elementos ligados a uma tradição anglo-saxônica nos escritos de Guilherme de Malmesbury o levarão a construção de uma narrativa em muitos momentos ambivalente⁴²⁹ sobre os conquistados, demonstrando que a historiografia é, antes de tudo, um campo de disputas de discursos. Assim:

One result of the mixture of English and continental influences on William's historiography was an ambivalent attitude to the Anglo-Saxons. In general he considered them unwarlike, accusing them of effeminacy, lust, gluttony, drunkenness, laxity in religious observance, and meanness in their dwellings. He contrasted them with the Normans, outstanding for their military skill and bravery, notable for their pride and ambition, and the inhabitants of magnificent buildings. The English defeat at Hastings was due, William writes, to the Anglo-Saxons' lack of military ability, combined with their impetuous rashness. And yet a few pages earlier he had praised the heroic resistance of the far outnumbered English soldiers and extolled the stand made by Harold and his brothers, only defeated by death⁴³⁰.

O contraste na representação de anglo-saxões e normandos é facilmente identificável na narrativa da Batalha de Hastings de Guilherme, onde chamamos a atenção para o zelo religioso. Ao passo que na descrição dos preparativos para a batalha, que seguiriam os “modos nacionais” (*patrio quisque ritu*), na noite anterior, o autor narra para os anglo-saxões: *angli, ut acceptimus, totam noctem insomnem cantibus potibusque ducentes*⁴³¹, para os normandos, o autor opta por: *contra Normanni, nocte confesioni peccatorum vacantes, mane Dominico corpore communicarunt*⁴³².

Passagens como essas são de suma importância para nossa pesquisa, mas devem, reiteramos, ser entendidas a partir de sua conexão com a tradição retórica anglo-normanda, onde Beda, o Venerável, a nosso ver, ocupa lugar de destaque. Assim como

⁴²⁸ SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. *William of Malmesbury and the Ethics of History*. Op. Cit., p.199.

⁴²⁹ Até a narrativa da Batalha de Hastings, Guilherme de Malmesbury toma uma postura simpática aos reis anglo-saxônicos. Ao término da Batalha, Guilherme faz o seguinte comentário, lamentando o que acabara de narrar: This is a fatal Day to England, a melancholy havoc of our dear country, through it change of masters. For it had long since adopted the manners of the Angles, which had been various according to the times: for in the first years of their arrival, they were barbarians in their look and manners, warlike in their usages, heathens in their rites; but, after embracing the faith of Christ, by degrees end in process of time, from the peace they enjoyed, regarding arms only in a secondary light, they gave their whole attention to religion.

⁴³⁰ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England*. Op. Cit., p.174.

⁴³¹ Os ingleses, ao que ouvimos, passaram a noite toda acordados, cantando e bebendo. Tradução nossa. HARDY, Thomas Duffus. *Willemi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella*. Londini: Sumptibus Societatis, 1811, p.414.

⁴³² Por outro lado, os normandos passaram toda a noite confessando seus pecados e receberam o sacramento pela manhã. Tradução nossa. *Ibidem*, p.415.

em Beda, a principal forma adotada pelo autor de dar inteligibilidade a realidade das sucessivas conquistas sofridas pela Inglaterra passa pelo pecado. Nesse sentido, de todo o *corpus* cronístico por nós analisado, a insistência em um argumento de feminização dos anglo-saxões, como igual motor explicativo para a derrota, é específico desse autor. Assim, seria notável a existência da temática de uma ética cristã enquanto disciplina unificada, e possivelmente influenciada por Santo Agostinho de Hipona⁴³³. Portanto, acreditamos que o emprego de tal estratégia de negação do outro anglo-saxônico, em especial tendo em contrapartida um ideal de masculinidade construída para os normandos, merece atenção mais detida.⁴³⁴

Como temos procurado apontar, a escolha de um determinado modelo narrativo, assim como de algumas temáticas, pode indicar, ainda que conjecturalmente, alguma forma de audiência desse texto cronístico. Como indicado nas próprias epístolas das primeiras versões da *Gesta Regum*, destinadas a rainha Matilda, a imperatriz ao rei escocês, o poder régio deveria ser o primeiro leitor do texto.

Com base na historiografia, e assim como problematizado no caso da análise do corpus de Henrique de Huntingdon, seria possível identificar um maior número de *literatti* na corte de Henrique I, em especial em comparação com o governo de Guilherme I. Haveria a presença de um maior número de monges juristas, que teriam sido enviados para estudos na Normandia, além de regiões do Sacro Império e da Península Ibérica⁴³⁵. Para Judith Green, ainda que seja problemático indicar a existência de uma estrutura de patronato para a literatura no reino por parte de Henrique I, foi em seu tempo que assistiu-se a um sensível surgimento de crônicas de orientação anglo-normanda, como a de Orderico Vitalis, Henrique de Huntingdon, Simão de Durham, Godofredo de Monmouth, Gaimar, e Filipe de Thaon⁴³⁶.

Ainda para a biógrafa de Henrique I, tanto Guilherme de Malmesbury como Henrique de Huntingdon, inserem-se em um interessante movimento de patronato da literatura iniciado pela rainha Matilda, que além de narrativas em prosa, apreciava os

⁴³³ SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. *William of Malmesbury and the Ethics of History*. *Op. Cit.*, p.47-48.

⁴³⁴ O que será feito no tópico 3.4 – A alteridade da identidade – a negação do outro anglo-saxão. Para esse raciocínio, acompanhamos sobretudo os pressupostos de FENTON, Kirsten A. *Gender, Nation and Conquest in the works of William of Malmesbury*.

⁴³⁵ Com um bom conhecimento da língua latina, o próprio rei Henrique I e suas esposas, assim como Roberto de Gloucester, acabavam por fornecerem exemplos naturais de instrução. Assim como Orderico Vitalis, Guilherme de Malmesbury comenta o apreço que o rei Henrique, ainda enquanto criança, tinha pelos livros e a leitura, ainda que não apreciasse a leitura em público. GREEN, Judith. *The Government of England under Henry I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p.158-162; 467.

⁴³⁶ *Ibidem*, p.12-13.

versos, ocupando o arquiácono de Huntingdon o posto de poeta da corte⁴³⁷. Guilherme de Malmesbury, diferentemente de Guilherme de Jumièges e Guilherme de Poitiers, não estava incumbido de escrever uma história oficial da Conquista Normanda da Inglaterra, não estando igualmente inserido no interior da corte normanda. Nesse sentido, a *função autor* de uma história da Inglaterra ao apontar na direção de uma dupla associação institucional: corte e abadia, dava ao autor da *Gesta Regum* mobilidade simbólica limitada em sua escrita da história. Isso porque, ao passo que o mesmo se afiliava a representações laudatórias dos reis anglo-saxônicos, a partir de valores que deveriam ser celebrados, essas mesmas concepções representariam dificuldades para a construção da imagem desses reis estrangeiros e invasores.

Ao nos determos brevemente no prefácio do terceiro livro do texto de Guilherme de Malmesbury, procuramos apontar para essa tensão:

De Willelmo rege scripserunt, diversis incitati causis, et Normanni et Angli: illi ad nimias efferati sunt laudes, bona malaque juxta in cœlum prædicantes; isti, pro gentilibus inimicitatiis, fœdis dominum suum proscidere convitiis. Ego autem, quia utriusque gentis sanguinem traho, dicendi tale temperamentum servabo: bene gesta, quantum cognoscere potui, sine fuco palam efferam; perperam acta quantum sufficiat scientiæ, leviter et quase transeunter attingam; ut nec mendax culpetur historia, nec illum nota inuram censoria cujus cuncta pene, etsi non laudari, excusari certe possunt opera⁴³⁸.

Semelhante postura é tomada ao descrever o reinado de Henrique I, filho do Conquistador, onde mesmos os erros cometidos pelo rei eram contornados para exaltar suas qualidades. Ainda que a narrativa de Hastings não utilize-se de comparações com outras personagens régias importantes, ou clássicas, como fez Guilherme de Poitiers, o método de Guilherme de Malmesbury demonstraria ao leitor certas representações de reis modais, sobretudo aqueles cujas epístolas são dedicadas: a rainha Matilda⁴³⁹, a imperatriz Matilda, o rei David, ou ainda Roberto de Gloucester, no caso da *Historia*

⁴³⁷ *Ibidem*, p.13-14.

⁴³⁸ Normandos e ingleses, incitados por diferentes motivos, escreveram sobre o rei Guilherme: os mais antigos elogiaram-no em excesso, exaltando ao proclamar aos seus céus suas boas e más ações; enquanto os mais recentes, com seu ódio nacional, carregaram seu conquistador com desasistida reprovação. Eu, tendo o sangue dos dois povos correndo em minhas veias, eu irei dirigir-me ao meio do caminho: onde eu me certificar de seus bons feitos, eu abertamente os proclamarei; sua má conduta eu irei conduzi-la de maneira leve e com moderação, onde desse modo a não esconder isso; assim, nem minha história será condenada como falsa, ou eu irei marcar esse homem com censura, onde quase todas as suas ações podem ser razoavelmente desculpadas, se não elogiadas. Tradução nossa. Thomas Duffus. *Wilelmi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella. Op. Cit.*, p.299.

⁴³⁹ Para Judith Green, o patronato das artes, sobretudo da literatura teria continuado no reinado de Adeliza de Louvain (reinado de 1121 a 1135), segunda esposa de Henrique I. O patronato incluiria uma versão da *Historia Novella* dedicada a rainha, além de incentivos para produção do texto de Godofredo de Mounmouth. GREEN, Judith A. *The Government of England under Henry I. Op. Cit.*, p.158-159.

*Novella*⁴⁴⁰. Nesse sentido, a construção da representação de reis modais direcionariam, a partir das comparações propostas, para a instrução política a partir do *exemplum*, uma vez que: “The role of history as a tool for edification and instruction was a common motif among twelfth-century chroniclers, hagiographers, and annalists, but few tied the successful exercise of kingship so firmly to the study of history”⁴⁴¹, como a nosso ver o texto de Guilherme de Malmesbury pretende-se.

Finalmente, para Weiler, a *Gesta Regum Anglorum*, seria, apesar da narrativa da Batalha de Hastings, a história da reconciliação entre normandos e anglo-saxões⁴⁴². Isso não seria apenas justificado pelo interesse genealógico de Matilda, o qual motivou, segundo Guilherme, a escrita da obra, mas a partir de uma visão de Edward, o Confessor, contida na *Vita Ædwardi*⁴⁴³ e igualmente narrada na *Gesta Regum*. Segundo a narrativa, Edward em um sonho teria visto invasores francos que com um machado cortavam uma grande árvore em duas partes que, após algum tempo, cresceriam novamente em novos ramos. A analogia recairia sobre o fato de a árvore representar a Inglaterra, assim como para Guilherme de Malmesbury, os surgidos brotos representariam a paz entre as partes antes conflitantes: anglo-saxônicos e os invasores normandos, que originalmente, nos tempos de Ricardo II, adubavam uma relação amistosa. Nesse sentido, para Weiler:

This reflect wider concerns; from the beginning, the *Gesta Regum Anglorum* was also a history of the deeds of the rulers of the Franks, Normans, and French and *their* subjects, and thus a history of the peoples who initially on friendly terms, had grown apart, resulting in the chasm of 1066. The recipients of the *Gesta* ought to heed that ideal *status quo ante*, which it was their responsibility to restore. For Matilda, Robert and David to know about English history was not just a matter of curiosity, but a most solemn duty⁴⁴⁴.

Em termos do universo anglo-normando, a sobrevivência da *Gesta Regum* em quatro versões e vinte manuscritos, indicaria certo sucesso no que se refere a circulação

⁴⁴⁰ SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. *William of Malmesbury and the Ethics of History*. Op. Cit., p.169.

⁴⁴¹ WEILER, BJORN. *William of Malmesbury, King Henry I, and the Gesta Regum Anglorum*. Op. Cit., p.174.

⁴⁴² *Ibidem*, p.170.

⁴⁴³ De autoria ainda discutida pela historiografia, a *Vita Ædwardi*, é uma biografia de Edward, o Confessor, considerado o último rei de origem anglo-saxônica da Inglaterra. A obra sobreviveu em apenas um manuscrito, datando de c. 1100 e teria sido originalmente encomendada por sua esposa, a rainha Edite. Dividido em duas partes, a primeira narraria seu governo até a Conquista Normanda, onde a segunda se dedicaria a narrar seus milagres e sua construção como um santo. Sobre a *Vita Ædwardi*, ver: BARLOW, Frank. *The Life of King Edward*. Los Angeles: University of California Press, 1970. GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England*. Op. Cit., p.67-92.

⁴⁴⁴ WEILER, BJORN. *William of Malmesbury, King Henry I, and the Gesta Regum Anglorum*. Op. Cit., p.170.

do texto, em especial em vista do turbulento final do governo de Henrique I. Ainda que o texto seja, em primeiro caso, direcionado a certas cortes régias da Europa, sobretudo a normanda, as versões do texto foram confeccionadas ou por revisões do próprio autor, ou por cópias outras feitas em um certo número de abadias anglo-normandas. Para Thomson, a boa circulação do texto por abadias inglesas teria relação com uma descrição simpática feita por Guilherme em relação aos monges agostinianos. Assim, uma síntese da circulação inglesa do texto pode ser feita:

Copies of the *Gesta Regum* reached the Benedictine abbeys of Gloucester, Glastonbury, St. Albans, Bury St. Edmunds, Rochester, Battle, Faversham and Reading, and the priory of St Martin's at Dover. The work was popular with the Augustinian canons; copies were at Kirkham in Yorkshire, Newark in Surrey, and at Holy Trinity, London, and possibly at Carlisle and Llanton. Perhaps William's kind words about the Cistercians may be one reason why particular fine copy was at Margam in Glamorganshire. Another copy was in the Cistercian abbey of Merevale in Warwickshire. The Augustinian friar and the canons of St. Paul's in London also had copies. Moreover the *Gesta Regum* was widely cited and plundered by William's contemporaries and by later medieval chroniclers in England and even on the continent⁴⁴⁵.

Apesar de referenciado na edição mais recente da *Gesta Regum Anglorum*, nossa pesquisa não conseguiu identificar a circulação do texto pelo então Ducado da Normandia, mesmo que boa parte dos manuscritos, hoje, se encontrem em território frances. Por outro lado, a passagem não atestada de Guilherme de Malmesbury pela Normandia não seria suficiente, a nosso ver, para limitar a circulação do texto por esse território, haja vista que no caso de Guilherme de Jumièges, que nunca se encontrou na Inglaterra, foi possível observar a circulação de seu texto por instituições eclesiásticas inglesas no pós-Conquista.

Em suma, como demonstrado pela epístola do autor e o resumo das cartas apresentadas, existiria uma relação do poder régio normando, sobretudo representado pelas respectivas rainhas, com a abadia e mesmo a região de Malmesbury. Dessa maneira, a *Gesta Regum* na qualidade de um texto histórico irá se inserir em um movimento maior, de reavivamento da produção historiográfica na Inglaterra, sobretudo ligada ao governo de Henrique I. A *Gesta* também poderia ser inserida em um novo tipo de produção historiográfica, essa de cunho nacional e orientação régia genealógica, sendo essa última a principal motivação para a confecção da obra por Guilherme de Malmesbury.

⁴⁴⁵ THOMSON, R. M (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum*. Vol I. Op. Cit., p.lxxxvi.

Tão importante, a nosso ver, quanto identificar a relação guardada entre esse monge beneditino e o poder régio, relação difícil de traçar, seria importante identificar a relação guardada entre esse monge e elementos ligados a uma tradição retórica anglo-saxônica. Sendo bastante influenciado pelo texto e modelo construído por Beda, o Venerável, Guilherme, ao lado de Henrique de Huntingdon, poderia ser alocado em uma nova tradição, que amalgamava elementos literários anglo-saxônicos e normandos. Dito isso, a *Gesta Regum Anglorum*, ao apropriar-se de uma racionalização teológica da realidade da história da Inglaterra, presente no texto de Beda, não apenas diferenciava-se dos autores normandos, mas ajudava a caracterizar a tradição retórica anglo-normanda.

Tais características literárias seriam, pelos monges anglo-normandos, utilizadas na forma de instrumento de mediação culturalista entre as instituições culturais dos novos senhores normandas e aquelas ainda ligadas a um passado anglo-saxão. Diante disso, é válido retomar nossa afiliação a essa noção a partir de Stuart Hall. Os diversos encontros entre conquistados e conquistadores denunciariam experiências distintas no processo histórico, o que por sua vez, seria responsável pela elaboração de representações mais particulares ou baseadas em certos lugares comuns. Ao apontarmos a importância da mediação dessas experiências, temos a intenção de associar a mesma enquanto motor na criação de consciências, podendo essa ainda ser detectada em concepções historiográficas. Com isso, reafirmamos a necessidade dessas concepções de longa duração, pois como temos perseguido, mesmo que os normandos já sejam senhores da Inglaterra há ao menos quatro décadas, observa-se a associação, por meios diversos, dos autores anglo-normandos, com resíduos dessas experiências.

Assim, para além da vasta gama de referenciais contidos na *Gesta Regum*, destacamos, novamente, a presença dos textos de Guilherme de Poitiers e Guilherme de Jumièges no interior da *Gesta Regum Anglorum*. Sendo objetos, tais textos, como procuramos demonstrar, gozariam em sua confecção de elementos diversos e advindos de influências continentais. Tais influências seriam, pois, uma das muitas características envoltas em uma percepção consciente da realidade, cujas dinâmicas serão percebidas nas narrativas sobre a Batalha de Hastings, como apontaremos.

Iremos no item seguinte explorar melhor tais temáticas citadas. Dito isso, iremos nos debruçar sobre outro importante monge cronista ligado a tradição retórica anglo-normanda, sendo esse o arqui-diácono Henrique de Huntingdon. Acreditamos que com sua análise poderemos fortalecer a ideia de uma tradição retórica anglo-normanda

não apenas continuamente influenciada pelo texto de Beda, mas à serviço dos reis normandos da Inglaterra.

2.4 Henrique de Huntingdon, a *Historia Anglorum* e a corte de Henrique I

Ao nos debruçarmos sobre o último de nossos monges cronistas analisados, o arquidiácono Henrique de Huntingdon (c. 1080 – em algum momento após 1155), acompanhamos a historiografia sobre esse autor ao alocá-lo em uma agora sólida tradição retórica anglo-normanda. Dessa forma, a reconstrução de seu *corpus*, onde sua principal crônica, a *Historia Anglorum*, ocupa lugar central, só pode ser feita a partir da abordagem cultural mais ampla. Ainda que Henrique de Huntingdon se encontre em um ambiente político-cultural semelhante ao de Guilherme de Malmesbury, procuraremos demonstrar que sua *função autor*, teve lugar social de produção do discurso sensivelmente distinto ao do monge de Malmesbury, ainda que escrevessem quase concomitantemente sobre os reis normandos. Como analisaremos, graças a uma rede de solidariedade eclesiástica, centrada no bispado de Lincoln, Henrique teve acesso a corte do rei Henrique I, tendo exercido o função de poeta das rainhas Matilda e Adeliza⁴⁴⁶. Igualmente, tal fato deverá ser tomado como de importância para a boa circulação de manuscritos da *Historia Anglorum*.

Graças a sua função exercida e outros escritos, de natureza reflexiva, como a obra *Contemptus Mundi*⁴⁴⁷, sabemos muito mais sobre a história vivida deste cronista do

⁴⁴⁶ Difundida no interior da escrita da *Historia Anglorum*, o autor faz menção a ao menos vinte e quatro livros de poesia, hábito esse desenvolvido ainda na infância e bastante incentivado pelo bispo Alexander de Blois. É identificável pela historiografia um poema sobre a vitória de Henrique I na Batalha de Brémule (1119), além daqueles relacionados as rainhas Matilda (1118) e Adeliza (1121), além de um lamento sobre o afundamento do Navio Branco (1120). Ainda que apenas dois livros de poesia tenham sobrevivido, é igualmente atribuído a Henrique de Huntingdon a escrita de um estudo sobre plantar denominada *Herbal*. GILLINGHAM, John. *Henry of Huntingdon: in his time (1135) and place (between Lincoln and the Royal Court)*. In: GILLINGHAM, John. (ed.). *The Gallus Anonymous and his chronicle in the context of twelfth-century revival of the English notion*. Krakow: Ed. Krakow, 2010, p.161-164.; RIGG, A. G. *Henry of Huntingdon's Herbal*. In: *Medieval Studies*, nº65. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2003, p.213-220; GILLINGHAM, John. *Henry of Huntingdon and the twelfth-century revival of the english nation* In: GILLINGHAM, John (ed.). *The English in the Twelfth-Century: Imperialism, National Identity and Political Values*. London: The Boydell Press, 2000, p.123-145.

⁴⁴⁷ O texto *De Contemptu Mundi* caracteriza-se enquanto uma série de reflexões sobre o mundo leigo e a religioso feitas por Henrique. Alternando entre uma visão positiva do mundo e uma visão muitas vezes estóica e pessimista sobre a riqueza e a brevidade da vida, a obra é um importante documento sobre a condição material da corte normanda, assim como da corte dos bispos de Lincoln. Datando de

que em relação a seus antecessores aqui analisados. Igualmente, o arqui-diácono de Huntingdon, assim como outros autores anglo-normandos, estarão mais expostos as vicissitudes políticas da corte normanda, o que no caso desse cronista terá reflexo em suas cinco versões da *Historia Anglorum*⁴⁴⁸.

Antes de retomarmos uma construção possível da história vivida de Henrique de Huntingdon, assim como sua obra, para então construirmos seu *corpus*, é preciso nos determos brevemente sobre uma importante conjuntura cultural na Inglaterra em fins do governo de Henrique I (1100 – 1135). Ao analisarmos novamente o raciocínio proposto de Ralph Davies sobre a ideia de um mito normando, veremos que a continuidade, assim como uma conexão entre as histórias de anglo-saxões e normandos, agora em uma tradição retórica anglo-normanda, representou direto impacto sobre a manutenção de uma identidade normanda, sobretudo no final do governo do último rei da dinastia homônima na Inglaterra. Dessa forma, essa apropriação de uma identidade mais ligada a Inglaterra teria reflexos igualmente na ideia de que, ao analisarmos as cartas presentes na *Regesta Regum Anglo-Normannorum*, não há menções dos duques normandos se apresentando na forma de reis do normandos (*rex normannorum*), mas apenas na qualidade reis dos ingleses (*rex anglorum*)⁴⁴⁹. Para o autor, esse paulatino desaparecimento da identidade normanda é sensível em Henrique de Huntingdon. O autor sinteriza seu raciocínio:

When that stage had been reached, all notion of real distinction between Norman and English had vanished, because the Normans had projected themselves into the past and identified themselves with the pre-Norman history of England. Both imaginatively and materially that history was very much richer than the pre-Norman history of Normandy and it already had a copious literature. The Norman adopted it as the history of the land, and made the land their own by covering it with palaces and castles, their cathedrals and abbeys, their parish churches and their ancestral tombs, so that every town and village took on a new appearance and proclaimed their lordship. They belonged to England as much as England belonged to them⁴⁵⁰.

É diante dessa conjuntura cultural que a *gens normannorum* mostra-se objeto central na escrita de ao menos três dos dez livros que compõem a obra. Isso significaria dizer, que existiria um esforço historiográfico em vista da construção de uma identidade

aproximadamente 1135 em seu fim, Henrique teria adicionado esse texto a terceira e última edição da *Historia Anglorum*.

⁴⁴⁸ Para Diana Greenway, responsável pela edição mais recente da *Historia Anglorum*, existiram além das cinco versões identificáveis do texto, datando de 1129, 1135, 1139, 1145 e 1154, um total de 54 manuscritos. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.*, p.xlvii.

⁴⁴⁹ DAVIES, R. H. C. *The Normans and their Myth. Op. Cit.*, p.129-130

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p.131.

normanda no interior de tal conjuntura de desaparecimento da mesma, na altura do governo de Henrique I. Mais do que isso, acreditamos que um dos pontos chave em que tal esforço é levado a cabo diz respeito a narrativa da Batalha de Hastings, contida no terceiro livro da *Historia Anglorum*. Tal narrativa foi alterada pelo autor na terceira versão do texto, de 1139, já no reinado de Estevão de Blois (1135 - 1154). Ao nos centrarmos em tal narrativa, há a observação de uma narrativa mais densa e com o emprego de recursos retóricos não observados em Guilherme de Malmesbury, como a presença de um discurso de Guilherme I antes da batalha. Finalmente, esse mesmo discurso contém uma digressão etnogênica centrada na figura de Rollo, considerado o primeiro duque normando. A digressão presente na narrativa da Batalha de Hastings de Henrique de Huntingdon é única e sensivelmente nega a autoridade régia franca sobre o território normando. Não havendo paralelo possível com as outras narrativas analisadas, entendemos que é preciso debruçar-se sobre essa estratégia de legitimação de maneira mais detida em nosso terceiro capítulo.

A construção do histórico de vida, formação e consequente inserção na corte normanda, diferentemente do que ocorre com o monge de Malmesbury, precisa ser compreendida a partir de uma rede de contatos. Henrique teria nascido por volta de 1088, em Little Stuckley, uma pequena vila no nordeste de Huntingdon. Seu pai, Nicholas, era arqui-diácono de Huntingdon e pertencia a família normanda dos Glanville, que, por sua vez, havia conquistado terras durante a invasão em Norfolk e Suffolk. Com base no apontamento de Nicholas para tal função pelo bispo de Lincoln, Remigius, Nicholas pode entregar Henrique para a escola da catedral, onde Henrique foi educado por Albinus de Anger. Remigius foi o primeiro contato indireto que Henrique teve com o poder real normando, uma vez que este bispo, além de escolha pessoal de Guilherme I, contribuiu diretamente para a invasão com cavaleiros e navios⁴⁵¹.

A formação de Henrique de Huntingdon a partir dos estudos propostos por Albinus de Angers o inseriu não apenas nas práticas comuns ao clero, mas no campo intelectual daqueles que produzem escritos. Estando a história alocada entre o estudo da gramática e da retórica, se aprofundou no estudo da gramática latina e em modelos de eloquência da Antiguidade⁴⁵². Apesar de Henrique ser taxativo quanto a negação do

⁴⁵¹ BATES, David. *The Conqueror's Earliest Historians and the Writing of his Biography*. Op. Cit., p.5-6.

⁴⁵² GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit., p.xl.

emprego direto de referenciais clássicos como elementos de sua obra, os mesmos poderiam ser indiretamente identificados em sua obra⁴⁵³.

A construção da *Historia Anglorum* tem direta relação com a função de arqui-diácono de Huntingdon, ocupado por Henrique desde 1100. A partir disso, podemos traçar a conexão de Henrique com mais dois bispos de Lincoln, que além de atuarem enquanto protetores garantiram seu contato, direto e indireto, com o poder régio normando, sobretudo na figura de Henrique I. A segunda relação de proteção após a ocasionada por Remigius se deu sob Robert Bloet (?– 1123). Bloet havia atuado como chanceler de Guilherme II (1087-1100) e conselheiro próximo a Henrique I. Na companhia de Bloet, Henrique foi levado na comitiva do rei por diferentes regiões do reino, tendo feito seus primeiros relatos sobre esta monarquia, incluindo a morte Ranulf, chanceler do rei e do próprio Robert Bloet⁴⁵⁴. A relação mais significativa e de maior impacto na obra de Henrique de Huntingdon se deu durante o bispado de Alexander de Blois (? – 1148) em Lincoln. Muitos traços da convivência na residência de Alexander foram registrados na *De Contemptu Mundi*. Em algumas passagens, Henrique descreve esse cotidiano com base numa interconexão entre nobreza e clero normando – apesar de Alexander, segundo Henrique, ser nascido na Inglaterra (*angligena*), além de evidenciar relações luxuriosas e de alta ostentação por parte da classe do minante normanda⁴⁵⁵.

Antes de iniciar qualquer obra de maior fôlego, Henrique, bastante incentivado por Albinus de Angers, debruçou-se sobre o estudo e a criação de poesias. Além de seus versos terem sido produzidos muito a partir da métrica clássica, Albinus e sua tradição do Vale do Loire, incutiram em Henrique influências de poetas e outros autores dessa região⁴⁵⁶. Com base no destaque desse autor como arqui-diácono e poeta, Alexander de Blois encomendou dele a escrita de uma narrativa histórica. Alexander teria orientado Henry a nortear sua narrativa por outra, a de Beda, o Venerável (c. 673 – 735), o autor da *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (Historia Eclesiástica do Povo Inglês c. 731). Em contrapartida, a *Historia Anglorum* é orientada igualmente por um discurso

⁴⁵³ Na epístola, dedicada ao bispo Alexander de Blois, Henrique diz ao negar o emprego de referenciais clássicos: But why do we linger among strangers? See how sacred history teaches morals: while it attributes faithfulness to Abraham, fortitude to Moses, forbearance to Jacob, wisdom to Joseph; and while, on the contrary, it sets forth the injustice of Ahab, the weakness of Oziah, the recklessness of Manasseh, the folly of Roboam. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.*, p.5

⁴⁵⁴ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.138-139

⁴⁵⁵ GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.* p.15-16.

⁴⁵⁶ GILLINGHAM, John. *Henry of Huntingdon: in his time (1135) and place (between Lincoln and the Royal Court). Op. Cit.*, p.164.

laudatório, em várias passagens, em relação a figura de Alexander, a começar pela dedicatória, em homenagem a este bispo⁴⁵⁷.

Com base na mesma epístola, como sugerido por Alexander de Blois, haveria, assim como na obra de Guilherme de Malmesbury, uma presença de elementos de uma concepção historiográfica ligada a Beda, o Venerável. No entanto, diferentemente do autor da *Gesta Regum Anglorum*, Henrique de Huntingdon, ainda que demonstrasse admiração pela obra do monge nortumbriano, não procura, segundo Plassman, imitar sua postura metodológica em relação ao ofício do historiador⁴⁵⁸. Ainda para Plassman, o arqui-diácono de Huntingdon, ao interessar-se pela história inglesa e copiar diversos trechos da obra de Beda, teria demonstrado especial interesse na ascensão e queda da hegemonia dos reis, presente na *Historia Ecclesiastica*. Essa concepção estaria destacadamente presente em sua análise do período anglo-saxônico da Inglaterra, que por sua vez se relacionaria à divina providência assim como o zelo sobre as práticas religiosas⁴⁵⁹. Dessa forma, em uma comparação com Guilherme de Malmesbury sobre os reis normandos, seria possível dizer que

All in all, Henry of Huntingdon made much more direct use of Bede than William of Malmesbury, quoting him *in extenso*, but his interpretation of history was in a way simpler than Bede's. Worldly power was nothing in the face of eternity and thus although mighty kings like William the Conqueror or even William Rufus might be instruments of God, they

⁴⁵⁷ With these considerations in mind, therefore, and at your command, Bishop Alexander, I have undertaken to narrate the history of the kingdom and the origins of our people, of which you are regarded as the highest and most splendid moment. On your advice I have followed the Venerable Bede's Ecclesiastical History where I could, selecting material also from other authors and borrowing from chroniclers preserved in ancient libraries, and I have described past events down to the time of our own knowledge and observation. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.*, p.5-7.

⁴⁵⁸ Diferentemente do que faz Guilherme de Malmesbury, Henrique de Huntingdon faz curtas descrições dos reinados anglo-saxônicos, possivelmente utilizando-se de cartulários de Huntingdon e das Crônicas Anglo-Saxônicas. Além disso, e igualmente diferente de Guilherme, Henrique não faz comentários críticos sob suas fontes, não as indica e, logo, não procura guiar sobre as problemáticas encontrada, como fizeram Beda e Guilherme de Malmesbury. Henrique seria incapaz ou desinteressado em demonstrar a conexão entre certos textos clássicos e patrísticos, o que seria possivelmente motivado pela negação dos referenciais clássicos por esse autor. Exemplos da crítica as fontes feitas por Guilherme de Malmesbury podem ser consultados no crítica ao prefácio da *Historia Regum Anglorum* em THOMSON, R. M (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum. Vol II. Op. Cit.*, p.16-18. Ver também PLASSMAN, Alheydis. *Bede's Legacy in William of Malmesbury and Henry of Huntingdon. In: BATES, David.; D'ANGELO, Edoardo.; VAN HOUTS, Elisabeth (eds.). People, Texts and Artefacts - Cultural Transmission in the Medieval Norman Worlds*. London: Institute of Historical, 2017, Research, p.171-183.

⁴⁵⁹ Um dos principais exemplos dados por Henrique de Huntingdon sobre uma biografia régia modal a respeito do zelo religioso, é aquela do rei Ceowulf da Nortúmbria. "Ceowulf frequently conversed with Bede while he was alive, and both before and after Bede's death he often consulted the *History* which had been written for him, beginning to examine the deeds and deaths of each king more attentively [...] he became a monk. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.*, p.237.

were never in God's favour. God's favour was only for those who sought the eternal kingdom. Although Bede also appreciated kings who had their salvation in mind, he was not so adamant that this was the only possible way to heaven. In Henry's eyes all kings who held hegemony over others could serve the readers of his book as examples, and the mightier the king, the more prominent his downfall and his damnation⁴⁶⁰.

Nesse sentido, diretamente relacionada ao emprego de estratégias retóricas no interior de seu discurso, o *lugar autor* de Henrique de Huntingdon acaba por reproduzir uma racionalização teológica da realidade dos habitantes da Inglaterra, como presente em Beda, o Venerável e consequentemente em Guilherme de Malmesbury, além de outros autores ligados ao universo anglo-normando⁴⁶¹. Como procuramos demonstrar, acreditamos que essa é uma importante característica de uma tradição retórica anglo-normanda. Assim, para Norbert Kersken, o principal motor de inteligibilidade da realidade inglesa de Henrique de Huntingdon se basearia em uma continuidade da identidade dos habitantes da ilha, que pelos seus pecados teriam ocasionado as sucessivas conquistas sofridas pela mesma⁴⁶². A saber, o autor dividiria tais processos de conquista em cinco momentos principais, perpetrados cronologicamente por romanos, pictos e escotos, anglos e saxões, dinamarqueses e finalmente, normandos. No entanto, não queremos com isso, apontar uma excessiva – e inexistente – especificidade de uma racionalização teológica da realidade que poderia centrar-se excessivamente nos autores anglo-normandos. Tal racionalização seria esperada dos eclesiásticos que produziam histórias no medievo. O que desejamos aqui, é chamar a atenção para o lugar que tal racionalização ocupa enquanto chave explicativa – e continuamente reapropriada – para as sucessivas conquistas da Inglaterra.

Compreendemos que o *corpus* relacionado a Henrique de Huntingdon possui importantes particularidades, as quais nos leva a determo-nos brevemente sobre os mesmos. Em primeiro lugar, como igual característica dos autores anglo-normandos analisados, Henrique altera diversas vezes sua obra, criando versões que acrescentam elementos retóricos a certas narrativas ou que eliminam comentários antes presentes⁴⁶³.

⁴⁶⁰ PLASSMAN, Alheydis. *Bede's Legacy in William of Malmesbury and Henry of Huntingdon*. Op. Cit., p.192.

⁴⁶¹ O salmo 77, alocado no altar de Lincoln por Henrique de Huntingdon igualmente ecoaria em sua narrativa por diversas vezes. O mesmo narraria um aviso as novas gerações, onde lembrar de como as tribos de Israel foram punidas com a ira de Deus a partir da ignorância de seus ensinamentos. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit. p. lix.

⁴⁶² KERSKEN, Norbert. *High and Late Medieval National Historiography*. Op. Cit., p.184.

⁴⁶³ E. g., na altura do governo de Estevão de Blois (1135-1154), além da inclusão de uma arenga de batalha feita por Guilherme I, Henrique de Huntingdon alterou a introdução de oito poemas contidos na última versão da *Historia Anglorum*. As fórmulas anteriormente escritas como quidam dixit (alguns disseram) e distum est (é dito), foram substituídas por ita diximus (assim dissemos). E. g., o poema

Nesse sentido, as modificações e acrescésimos sobre o poder régio normando são centrais - em especial aqueles relativos a Batalha de Hastings. Tais modificações são, por outro lado problemáticas, pois pressupõem a existência de uma relação não linear entre o autor e objeto narrado - e ao nosso ver, legitimado.

Desde os autores normandos analisados, Henrique de Huntingdon é o primeiro historiador a estar inserido no interior da corte normanda. Para John Gillinham, o intervalo de 1118 a 1121 marcaria a escrita de quatro poemas voltados ao poder régio normando aqui já mencionados⁴⁶⁴, além da escrita de um dos livros da *Historia*, abarcando os anos de 1087 a 1129. Tal produção no espaço de tempo poderia indicar a presença de Henrique na corte normanda ou indiciar seu interesse em tornar-se poeta da corte⁴⁶⁵. Diana Greenway, por outro lado, diz que Henrique teria estado na corte de Henrique I entre o pentecostes de 1122 a Janeiro de 1123, além de dos intervalos entre 1127 e 1128 e 1129 e 1133. Finalmente, como legado do bispo de Lincoln, teria comparecido na presença do rei nos anos de 1129, 1132, além de outros anos referentes ao governo de Estevão de Blois⁴⁶⁶. É preciso ater-se a tais indícios, uma vez que não existem cartas régias onde Henrique de Huntingdon seria mencionado, ao menos na qualidade de testemunha. Sobre as cartas relativas ao arcediagado, Henrique aparece como autor de sete cartas, além de ser mencionado enquanto testemunha de outras dez⁴⁶⁷.

Por sua vez, a direta presença do arqui-diácono de Huntingdon na corte de Henrique I, assim como alterações no texto, teriam dependido da relação do rei para com os bispos de Lincoln, igualmente presentes na corte normanda. Para Judith Green, em certa altura da relação entre Henrique I e o bispo Robert Bloet, este último teria caído em desgraça junto ao rei (c. 1122), fato que é relatado na *De Contemptu Mundi*, e posteriormente inserida na *Historia*⁴⁶⁸. Com isso, o período final do governo de

escrito a rainha Matilda, esposa de Henrique I: ver GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Vol II. *Op. Cit.*, p.30;36.

⁴⁶⁴ Ainda no caso do poema dedicado a segunda esposa de Henrique I, Adeliza, e contido no sétimo e último livro, Henrique de Huntingdon diz: ‘I was not ashamed to give my modest praise to your great qualities, so be not ashamed, I pray, to be my lady’. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. *Op. Cit.* p.472.

⁴⁶⁵ GILLINGHAM, John. *Henry of Huntingdon: in his time (1135) and place (between Lincoln and the Royal Court)*. *Op. Cit.*, p.166.

⁴⁶⁶ GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. *Op. Cit.* p.lii-lvi.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p.clxi-clxxii.

⁴⁶⁸ Sobre o episódio, Henrique de Huntingdon narra: “Once when as archdeacon I was sitting next to him at dinner, I saw that he was shedding tears. when I asked him why, he said, ‘In the old days those who waited on me were expensively dressed, but now because of the fines imposed on me by the king whose pleasure I have always striven to serve, they have to be clothed in woolen cloth’. He felt such despair

Henrique I teria sido marcado por certas críticas feitas pelo autor da *Historia* em sua narrativa⁴⁶⁹.

Por outro lado, já na altura do governo de Henrique II (1154-1189), neto do último rei normando da Inglaterra, Henrique de Huntingdon teria apagado ao menos sessenta linhas de críticas feitas a Henrique I, presentes nas versões quatro e cinco da *Historia*⁴⁷⁰. Esse movimento de retomada de uma identificação da função autor, exercida por Huntingdon, para com os monarcas normandos, poderia denunciar a existência de um horizonte de possibilidades de atuação dessa mesma função. Tal prática adotada pelo autor, diante do poder régio normando, aproximam-se, então, dos pressupostos do *habitus* proposto por Bourdieu, onde salientamos com base nesse autor a possibilidade de alterações nos campos, uma vez que

[...] Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais o menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante⁴⁷¹.

Dessa forma, ao retomar a tentativa de uma construção – agora panegírica – dos reis normandos, sobretudo Henrique I, Henrique de Huntingdon procuraria garantir a manutenção de seu posto na corte⁴⁷². Mostra-se igualmente importante propor, com base na historiografia, que haveria um maior número de *litterati* na corte do último rei normando, o que resultaria em um cenário de melhor apropriação do texto por essa audiência na altura das modificações feitas⁴⁷³. Vale lembrar que ao menos o governo de Henrique II (1154-1189) teria sido caracterizado, segundo Clanchy, pela circulação de um maior número de *literatti* no interior da corte, o que foi acompanhado pela criação de uma chancelaria capaz de produzir centenas de documentos por semana⁴⁷⁴. Outra maneira de apontarmos indícios sobre como o texto é valorado na corte de Henrique I,

about the king's friendship that when he was told that the king had spoken highly of him, he said 'the king only praises one of his men when he has decided to destroy him'. For King Henry, if I may say so, practiced consummate duplicity, and his designs were inscrutable". GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit., p.589.

⁴⁶⁹ GREEN, Judith. *The Government of England under Henry I*. Op. Cit., p.32.

⁴⁷⁰ GILLINGHAM, John. *Henry of Huntingdon: in his time (1135) and place (between Lincoln and the Royal Court)*. Op. Cit., p.168.

⁴⁷¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Op. Cit., p.191.

⁴⁷² GILLINGHAM, John. *Henry of Huntingdon and his time*. Op. Cit., p.168.

⁴⁷³ GREEN, Judith. *The Government of England under Henry I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p.158-162; 467.

⁴⁷⁴ A produção documental é sensivelmente maior no governo de Henrique II em comparação a seus antecessores enquanto reis da Inglaterra. O volume de documentos emitidos pela chancelaria de Henrique II teria ultrapassado aqueles emitidos pelo rei Felipe Augusto ou mesmo pelo papa Inocência II. CLANCHY, M. T. *From Memory to Written Record – England – 1066 – 1307*. Op. Cit., p.61-69.

seria nos atermos, ainda que brevemente, sobre as possíveis influências continentais representadas na *Historia Anglorum*, sobretudo para a narrativa da Batalha de Hastings.

Em primeiro lugar, segundo Antonia Gransden e Diana Greenway, haveria uma circulação de autores normandos no universo monástico anglo-normando, o que, para nosso interesse, compreenderia igualmente as figuras de Guilherme de Jumièges e Guilherme de Poitiers⁴⁷⁵. No entanto, é necessário dizer que ao menos sobre as fontes normandas, Henrique de Huntingdon e Guilherme de Malmesbury demonstraram ter tido formas distintas de acesso as mesmas. Segundo Gransden, seria possível que Henrique tivesse tido contato com as narrativas dos autores normandos apontados a partir de uma passagem por essa região, durante uma viagem para Roma, em 1139⁴⁷⁶. Ao visitar a abadia de Le Bec, na Normandia, Henrique de Huntingdon teria tido contato com Roberto de Torigni, monge nessa abadia e posteriormente abade do Monte Saint Michel. Ao tempo da visita, Roberto realizava, por sua vez, uma versão própria da *Gesta Normannorum Ducum*, a partir de uma cópia do manuscrito de Guilherme de Jumièges⁴⁷⁷.

Em conexão ao possível acesso a narrativa de Guilherme de Jumièges por intermédio de Roberto Torigni, estaria o acesso a outro texto de importância, a *Historia Regum Britanniae*, de Godofredo de Monmouth (c. 1100 – c. 1155). Tal narrativa, de sensível circulação no Ducado da Normandia, teria exercido certa influência na *Historia Anglorum* em dois momentos. O primeiro deles diz respeito a adição de uma narrativa relativa aos reis bretões, anteriores a presença romana na Ilha⁴⁷⁸. Tal incremento foi levado a cabo por Henrique a partir de uma revisão, feita na terceira versão da história, onde teve acesso ao texto de Monmouth. No segundo caso, apesar da narrativa sobre os reis bretões mostrar-se sintética em comparação ao texto de Monmouth, Henrique faz um extensa cópia do texto, em uma carta destinada a um bretão chamado Warin⁴⁷⁹.

⁴⁷⁵ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.198.; GREENWAY, Diana. Henry, Archdeacon of Huntingdon – *Historia Anglorum. Op. Cit.* p.cli.

⁴⁷⁶ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.199.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p.200.

⁴⁷⁸ GREENWAY, Diana. Henry, Archdeacon of Huntingdon – *Historia Anglorum. Op. Cit.* p.25-28.

⁴⁷⁹ Henrique de Huntingdon diz na citada carta estar respondendo um pedido de Warin, que desejava conhecer a história da Inglaterra antes dos romanos. Apesar de Henrique comentar não ter tido acesso a nenhuma fonte sobre o período antes encontrar *Historia Britonum* de Monmouth, seria possível que último autor apenas tivesse se utilizado de Nennius, Gildas e do *Annales Cambriae*. Para tanto, o autor da *Historia Anglorum* procedeu com uma seleção de capítulos aleatórios, que traziam uma sucessão de reis bretões, omitindo parágrafos inteiros e outros elementos, como longos e dramáticos discursos, e boa parte dos elementos relacionados ao mítico rei Artur. Os discursos e passagens relacionadas a figuras míticas eram então substituídos por sermões bíblicos e comentários particulares. Para a carta ao bretão Warin ver:

Dessa forma, a partir de um semelhante escopo, Monmouth pretendia escrever uma História da Inglaterra que representasse uma continuidade entre um passado recuado da Bretanha e o atual governo normando. Para Harris, questões relativas as *gens*, enquanto temática central no texto, são recorrentemente foco na tradição retórica anglo-normanda, o que incluía Godofredo de Monmouth, Guilherme de Malmesbury, Orderico Vitalis e Henrique de Huntingdon⁴⁸⁰. Ainda que para Huntingdon, o mesmo acompanhe Monmouth na construção de uma etnogenese comum entre anglo-saxões e normandos, baseada nos troianos, há uma diluição de qualquer forma de aproximação durante a narrativa da Batalha de Hastings.

Dessa forma, mesmo em conexão com elementos de retórica comuns, e sendo contemporâneos, os autores aqui analisados teriam criado, como não poderia deixar de ser, imagens distintas das comunidades normanda e anglo-saxônica, uma vez que empregam valores e características distintas aos mesmos⁴⁸¹. Em todo caso, para os autores, uma noção de *patria* é cara, ainda que seja problemático falar sobre uma concepção moderna no século XII⁴⁸². Dessa forma, antes de retornarmos, em momento propício, a estes mesmos trechos aqui trabalhados, se mostra importante demonstrar como Henrique confecciona representações distintas para anglo-saxões e normandos, a partir da narrativa da Batalha de Hastings. Novamente, tal diferenciação acentuada, a nosso ver, também denunciaria a emergência das questões relativas a identidade de ambos os povos - como já demonstrado em sensível voga no tempo da escrita da *Historia*. Henrique de Huntingdon narra, no discurso⁴⁸³ de Guilherme I

GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit. p.559-583. RUUD, Jay. *The Encyclopedia of Medieval Literature*. New York: Facts On File, 2006, p.39-40.

⁴⁸⁰ HARRIS, Stephen J. *Race and Ethnicity in Anglo-Saxon Literature*, In: GENTRY, Francis G. (ed.) *Studies in Medieval History and Culture*. London: Routledge, 2003, p.146-148.

⁴⁸¹ Ainda que não seja possível a comunidade anglo-saxônica enquanto politicamente soberana, a mesma é ao menos culturalmente limitada pelo aparato político-cultural normando. Como já demonstrado, tais noções de Benedict Anderson podem ser tomadas enquanto ponto de partida. ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the Origen and Spread of Nationalism*. Op. Cit., p.33

⁴⁸² Ainda, na epístola da *Historia Anglorum*, para Henrique, o interesse na História do país seria aquilo que diferenciaria os brutos das criaturas racionais (*Habet quidem et præter hæc illustres transactorum notitia dotes, quod ipsa maxime distinguat a brutis rationabiles: bruti namque homines et animalia unde sint nesciunt, immo nec scire volunt*). GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Vol. I. Op. Cit., p.5, p.5;390.

⁴⁸³ John R. E. Bliese sustenta que Henrique de Huntingdon pode ter adquirido uma versão prévia do discurso de Guilherme II da Normandia por intermédio de Guilherme de Poitiers, cujo contato pode ter se dado na Inglaterra ou ainda durante sua visita a Normandia, na altura de 1139. Em todos casos, Flávio Vegécio, direta influência de Guilherme de Poitiers, recomendaria ao comandante que fosse feito uma arenga diante das tropas, para motivá-las diante do inimigo. Ver: BLIESE, John R. E. *Leadership, Rhetoric and Morale in the Norman Conquest of England*. In: *Military Affairs: Journal of the American Military Institute*, Vol. 52, Nº1. Kansas: Society for Military History, 1988, p.23-28.

Nonne vobis congregantibus in eo tempore apud Mortemer, Franci *præcipites* pæposuere fugam bellis, calcaria telis? Vos autem, Radulfo, summo duce Francorum interfecto, fama spoliisque potiti, naturale bonum solita necessitate tenuistis. Eja! Procedat aliquis Anglorum, quos centies antecessores nostri et Daci et Norwangenses bellis vicerunt: demonstretque gentem Rou ex ejus tempore usque nunc semel militae naufragia perpersum esse, et ego victus abscedo⁴⁸⁴.

E sobre os anglo-saxões

Nonne igitur pudori nobis est gentem nec etiam sagittas habentem, contra vos, O fortissimi, quasi bello, ordinatam procedere? Nonne vobis pudet regem Haraldum contra me in *præsentia* vestri, perjurum, faciem suam vobis ostendere ausum fuisse? Mihi tamen stupori est, quod eos, qui parentes vestros cum Alfredo cognato meo prodicione nefanda excapitaverunt, oculis vestris vidistis, et eorum capita nefanda adhuc humeris eorum supersunt⁴⁸⁵ (grifo nosso).

Mostra-se importante, desde já, apontar como há uma relação entre o insucesso militar anglo-saxônico e os vícios da mentira e do assassinato com a figura do rei Harold, ao passo que, Henrique de Huntingdon, prefere enaltecer a virtuosidade bélica dos normandos por intermédio de uma digressão etnogênica, centrando-se na figura de Rollo. Assim como em Guilherme de Malmesbury, acentua-se então uma justificativa teológica para a Conquista como característica dessa tradição retórica. Para além da dicotomia apresentada, acreditamos haver a reafirmação de uma premissa cultural comum a ambas as tradições: a da representação do rei na qualidade de filtro cultural de um determinado povo, como sugerido por Kantorowicz. Nesse sentido, a proeminência bélica dos normandos seria recorrentemente associada, por exemplo, a construção dos duques-reis normandos como modelos, havendo construção narrativa oposta no caso dos reis anglo-saxônicos em tempos de derrota e conquista por estrangeiros.

⁴⁸⁴ Mas por que eu volto a tempos antigos? Quando vocês, em nosso próprio tempo, enfrentam os francos em Montemer, os francos não preferiram fugir a luta, e usar suas espóras ao invés de suas armas? Enquanto Ralph, o comandante franco, foi morto, vocês colheram os frutos naturais da vitória, a honra e o despojo como sucesso natural de seu sucesso habitual? Ah, faça qualquer um dos ingleses demonstrar que nossos predecessores, daneses e noruegueses, foram conquistados: demonstre que a raça de Rollo sofreu uma única derrota, de seu tempo até hoje, e eu me renderei e me retirarei. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.* p.391.

⁴⁸⁵ Não é vergonhoso, então, que um povo acostumado a ser conquistado, um povo ignorante da arte da guerra, um povo nem sequer em posse de flechas, iria fazer uma demonstração em ordem de batalha contra vocês, mais valentes? Não seria uma vergonha que esse rei Harold, perjuro que o mesmo foi em sua presença, deve se atrever a mostrar sua face a vocês? Não é uma surpresa para mim poder ver aqueles que por um terrível crime, decapitaram Alfred, meu parente, e que suas próprias cabeças amaldiçoadas ainda estejam em seus ombros? Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.* p.392. Assim como havia sugerido Guilherme de Jumièges, Alfred seria irmão novo de Edward, o Confessor e consequentemente primo de Guilherme II da Normandia. Após a morte de Cnut, Alfredo tentou retornar do exílio da Normandia para a Inglaterra, com o propósito de restaurar a Casa de Wessex. No entanto, o mesmo acabou capturado pelo Earl Godwin, pai de Harold. Alfredo teria sido cego por Godwin, o que acabou por ocasionar sua morte. Além de Guilherme de Jumièges, o fato é narrado pela Crônica Anglo-Saxônica. GILES, J. A. *The Anglo-Saxon Chronicle*. London: G. Bell and Sons, 1914, p.111-112.

Finalmente, a adoção de certas temáticas pode evidenciar, mesmo que conjecturalmente, uma determinada audiência proposta. Ao tomarmos a premissa de John Bliese, arengas de batalha narradas por autores normandos, representariam elementos particulares de como os normannitas viam a si mesmos. Nesse sentido, haveria uma proeminência e interesse na descrição dos normandos enquanto recorrentes agressores e Conquistadores, reflexo das sucessivas iniciativas militares dos normandos na Europa e na Terra Santa. Para o mesmo autor, o emprego de arengas de batalha⁴⁸⁶ pelos cronistas teria direta relação não apenas com a construção de uma legitimação para as conquistas, mas partiriam quantitativamente de territórios conquistados pelos normandos, indicando o apreço que as elites locais teriam em saber de seus próprios feitos em armas⁴⁸⁷.

O sucesso da *Historia Anglorum*, por sua vez, estaria relacionado a sua boa circulação pelo universo anglo-normando, além da sobrevivência do texto em um bom número de cópias em comparação as demais crônicas por nós analisadas. Ao acompanharmos a historiografia sobre esse autor, entendemos que é preciso justificar a circulação da obra por intermédio de duas premissas.

A primeira delas, diz respeito ao emprego do modelo já consagrado de Beda, o Venerável e sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. Ainda que os autores do medievo deem grande importância a adoção de modelos já conhecidos nas bibliotecas eclesiásticas e na corte, suas crônicas são caracterizadas por percepções particulares da realidade, cujas marcas nas crônicas podem ser conscientes ou inconscientes⁴⁸⁸. Em todo caso, mesmo que não tenhamos evidências mais aprofundadas para isso, a historiografia consultada tende a acreditar que tal conexão consciente feita pelos dois autores anglo-normandos analisados, teria como um dos principais objetivos uma melhor recepção e circulação para os escritos, tanto no meio leigo quanto eclesiástico⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ Discutiremos melhor essa estratégia legitimatória no tópico seguinte.

⁴⁸⁷ Há importância em lembrar a existência de descrições de batalhas com arengas nos escritos de autores normandos em diferentes regiões. E.g. Godofredo Malaterra e Guilherme da Apúlia sobre a Conquista Normanda do Sul da Península Itálica, assim como do autor anônimo da narrativa do sítio normando de Lisboa, durante a Segunda Cruzada. BLIESE, John R. E. "The Courage of the Normans – A Comparative Study of Battle Rhetoric". In: *Nottingham Medieval Studies*, nº35. Nottingham: University of Nottingham, 1991, p.1-3.

⁴⁸⁸ GOETZ, Hans-Werner. *Historical Writing, Historical Thinking and Historical Consciousness in the Middle Ages*. Op. Cit., p.115-116

⁴⁸⁹ VAN HOUTS, Elisabeth. *Historical Writing*. Op. Cit., p.113-114; KEMPSHALL, Matthew. *Rhetoric and Writing of History – 400 – 1500*. Manchester: Manchester University Press, 2011, p.297-298; GREENWAY, Diana. "Henry of Huntingdon and Bede". In: GENET, Jean-Philippe (ed.). *L'Historiographie médiévale en Europe*. Paris: Editions du CNRS, 1991, p.43-50; PLASSMAN, Alheydis. *Bede's Legacy in William of Malmesbury and Henry of Huntingdon*. Op. Cit., p.181-183.

Em segundo lugar, além da intencionalidade da circulação pela corte, Henrique de Huntingdon, orientado por Alexander de Blois, possivelmente pretendia que a *Historia Anglorum* igualmente se tornasse um prático manual de estudo sobre a História da Ilha⁴⁹⁰. Tal praticidade obrigatoriamente passaria pela adoção de uma materialidade mais simples. Nesse sentido, a observância do manuscrito da *Historia* denominado BL Egerton Ms 3668, datando de 1169 e considerado um dos mais antigos a carregar a primeira versão do texto, acompanharia algumas características importantes. Além de ter sido confeccionado em apenas um volume, capaz de ser facilmente transportado na forma de um livro de mão⁴⁹¹, o manuscrito acompanharia sinais de estudo, como comentários com menções a outros textos e correções. Finalmente, no mesmo manuscrito, há a abreviação de uma série de histórias régias, sendo as mesmas substituídas por uma lista de governos, assim como indicações de obras, como a de Gildas, além de vidas de santos⁴⁹².

Mesmo diante das diversas vicissitudes presentes no texto da *Historia*, marcadas pela relação de Henrique como o poder régio normando, o mesmo parece ter encontrado um ambiente menos hostil para circulação se comparado aos autores normandos. Tal ambiente, assim como o propósito de uma audiência ampla, teria levado o texto a sobreviver em quarenta e cinco cópias inteiras, além de uma quantidade incontável de fragmentos, o que representou o uso da *Historia* por pelo menos quinhentos anos.

Ainda no século XII, o texto foi lido e copiado por certos autores de importância, demonstrando assim o rápido sucesso da obra. Dessa forma, haveriam indícios do emprego da *Historia Anglorum* enquanto referência nos escritos de Godofredo de Monmouth, Roberto de Torigni e ainda por Rogério de Howden (algum momento antes de 1174 – 1201) em sua *Gesta Regis Henrici Secundi et Gesta Ricardi Benedicti abbatis* (c. 1192). Ainda no mesmo século, Guilherme de Newburgh (c. 1136 – c. 1198), um monge agostiniano, teria traçado importantes críticas ao período normando, tendo se utilizado da *Historia* como base em sua *Historia rerum Anglicarum* (1198). O mesmo movimento estaria presente na *Gesta Regum* de Gervase de

⁴⁹⁰ GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit. p.lviii.

⁴⁹¹ De acordo com a consulta do manuscrito na British Library, o mesmo teria aproximadamente 20cm de altura por 12,5 de largura. Ver:

www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/record.asp?MSID=2998%CollID=288%NStart=3668.

⁴⁹² Como mesmo intenciona o autor, sua audiência ser ampla e incluir os considerados menos *litterati*. No prólogo da *De Contemptu Mundi*, adicionado a *Historia Anglorum*, Henrique de Huntingdon nos diz: *Up pateat pluribus*. Trad. Para esclarecer muitos, isso é, os menos sábios. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit. p.lix.

Canterbury (c. 1141 – c. 1210), assim como em Raul de Diceto e sua *Ymagines Historiarum* (completa por volta de 1200)⁴⁹³.

No século XIII, destacamos o cronista Rogério de Wendover (? - 1236), ligado a escola de Saint Albans, e sua *Flores Historiarum* (c. 1235). Contemporâneo e conterrâneo de formação, Mateus de Paris (c. 1200 – 1259) também teria se utilizado da *Historia Anglorum* em uma continuação da *Historia Majora* de Rogério de Wendover. Finalmente, em termos do século XIV, o texto da *Historia* estaria presente na narrativa de Ranulfo de Higden, a volumosa *Polychronicon*, considerada a terceira obra mais copiada do universo anglo-normando, apenas atrás dos textos de Beda e Monmouth⁴⁹⁴.

Para Diana Greenway, seria importante, ainda, apontar para o fato de que a *Historia Anglorum*, por intermédio das sucessivas cópias, teria se tornado um modelo da história régia inglesa⁴⁹⁵. Como indício disso, as representações régias feitas por Henrique são, geralmente, copiadas pelos cronistas posteriores por nós citados. Nesse sentido, mesmo passagens que tendem a mitificar tais representações régias, igualmente tendem a ser valoradas pelos autores que copiam os manuscritos da *Historia* ou a utilizam como fonte para seus próprios escritos. Citamos como exemplo uma descrição do rei Cnut, o Grande magicamente controlando as ondas, assim como a narrativa da morte de Henrique I, que ao contrariar recomendações médicas, teria morrido por conta do excessivo consumo de lampréias, denunciando assim sua visão do autor quanto a teimosia do último rei normando⁴⁹⁶. Dessa forma, seria possível dizer que

The prevalent habit among medieval chroniclers of appropriating lengthy portions of earlier histories, with or without acknowledgement, made elements of Henry's text widely known, so that they became ingredients of the great mass of diversely sourced material that continued to be transmitted in various forms as 'the history of England' at least until the creation of modern critical historiography in the later years of the nineteenth century⁴⁹⁷.

Em suma, o *corpus* ligado a função autor exercida por Henrique de Huntingdon, onde a *Historia Anglorum* ocupa lugar central, deve ser tomado enquanto inserida em um período de transformações culturais, sobretudo no que se refere a uma noção de identidade normanda, importante elemento do chamado mito normando. Igualmente, tal função autor deve ser entendida em conexão com o poder régio

⁴⁹³ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.197.

⁴⁹⁴ GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.* p.xxx.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p.xxxi.

⁴⁹⁶ GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England. Op. Cit.*, p.216.

⁴⁹⁷ GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.* p.xxxi.

normando por intermédio de uma rede de solidariedades, que tem na figura dos bispos de Lincoln, um lugar importante.

Em termos culturais, a *Historia Anglorum* demonstra possuir elementos de uma tradição retórica anglo-normanda, fruto direto de uma vultosa retomada da produção escrita na Inglaterra durante o governo de Henrique I. Dessa forma, procuramos apontar as noções de origem anglo-saxônica e normandas presentes nesse texto e que puderam ser alteradas. Assim, diferente dos demais autores analisados, sobretudo em comparação com Guilherme de Malmesbury, Henrique de Huntingdon demonstrou uma maior capacidade de alterar em diferentes níveis sua obra, criando assim novas versões, inclusive da Batalha de Hastings. Tais modificações, assim como sua própria presença na corte, dependeram igualmente da tipologia da relação guardada entre o poder régio normando e os bispos de Lincoln, como aponta a historiografia e o próprio Henrique em sua *De Contemptu Mundi*.

Finalmente, a análise interna das narrativas aqui apresentadas se faz necessária em conexão com os lugares sociais de produção dos discursos de nossos autores. A recorrência de determinadas temáticas, caras aos autores normandos e anglo-normandos, poderão indicar, a nosso ver, mais do que concepções importantes em termos culturais, mas a tomada de importantes estratégias para a legitimação dos reis normandos. No mesmo sentido, acreditamos que a adoção de determinadas temáticas transcendem em termos culturais a ambas as tradições, além de poderem indiciar respectivos interesses materiais desses monges-autores em práticas patronais.

Capítulo III

As crônicas e suas estratégias

Após apontar alguns elementos da cultura literária existentes na Inglaterra anglo-saxônica e no Ducado da Normandia, assim como os lugares sociais de discurso de nossos cronistas, se faz necessário, então, procedermos em direção às narrativas da Batalha de Hastings propriamente ditas. Para isso, é importante que nos debruçemos sobre a análise de temáticas comuns dos autores e/ou grupos de autores. A partir disso, devemos nos deter na análise de certos adjetivos e recursos retóricos no interior de tais *topoi*. Desde já, devemos apontar para o fato de que, ao analisarmos previamente nosso *corpus* cronístico, cinco estratégias legitimatórias principais puderam ser identificadas.

A primeira de nossas questões diz respeito a necessidade de compreendermos, a partir da escolha de alguns termos e temáticas, quais valores deveriam ser atribuídos, no interior do campo simbólico, pelos cronistas, para o legítimo governo dos reis normandos, reafirmando assim nossa filiação a uma abordagem ligada a Pierre Bourdieu. Ainda que acreditemos que essa mesma intercirculação possa ter permitido o acesso a temáticas relacionadas culturalmente aos normandos e/ou aos anglo-saxões, compreendemos que as mesmas poderiam ainda conectarem-se a tradições mais amplas do medievo.

A insistência nos *topoi* literários ligados aos respectivos universos poderiam indicar a apropriação, consciente ou não, de algumas concepções culturais. Dessa forma, acreditamos ser possível demonstrar como elementos ligados a construção do chamado mito normando, transitaram a partir de Dudon de Saint-Quentin e acabaram por reverberar, via circulação, em nossos autores anglo-normandos, com especial enfoque em Henrique de Huntingdon.

Finalmente, nossa última questão gravita em torno da problemática da possível relação entre tais discursos e interesses patronais previamente apresentada. Como procuramos demonstrar ao longo da segunda parte de nosso trabalho, em alguns casos haveria uma íntima relação entre a produção de narrativas históricas e figuras ligadas ao poder régio normando, direta ou indiretamente. Ao analisarmos internamente as narrativas sobre a Batalha de Hastings, acreditamos poder fortalecer tal premissa a partir de uma construção comum feita pelas narrativas: a dos normandos como cristãos por excelência; excelência essa que se centralizaria na figura de Guilherme I, considerado então um modelo de construtor, reconstrutor e protetor das instituições eclesiais.

3.1 A ideia de virtude bélica sob os normandos

Em termos gerais, a guerra seria uma temática comum a muitos autores no medievo, que despenderiam capítulos ou livros inteiros de seus textos a descrever armamentos, táticas e os efeitos da prática bélica. Ainda que a marcialidade estivesse no horizonte do cotidiano de boa parte dos medievais, certas populações parecem ter sido associadas a representações coletivas nas práticas militares, principalmente por intermédio de escritos canônicos. Essa associação teria sido feita, por um exemplo, em relação àqueles que levavam a cabo as invasões nórdicas durante a Era Viking, como narradas nas crônicas anglo-saxônicas. Outro exemplo, as associações entre marcialidade e as gens normanda e franca nas primeiras cruzadas, sobretudo por Guilherme de Tiro na sua *Historia*. Nesse sentido, os normandos, em muito motivados por processos de conquista e sua contínua presença em diversas partes da Europa e do Oriente, teriam sido recorrentemente associados à belicosidade⁴⁹⁸, especialmente no que se refere aos séculos XI e XII.

Todos os autores aqui analisados utilizam-se de certos recursos narrativos que procuram atribuir aos normandos qualidades bélicas que os qualificariam merecedores da vitória em Hastings. Em todo caso, alguns de nossos textos apresentam características específicas que devem ser analisadas de maneira mais detida. De forma geral, por caracterizar-se como a narrativa mais densa sobre o evento, a *Gesta Willelm*

⁴⁹⁸ Além dos já mencionados escritos de Godofredo Malaterra e Guilherme da Apúlia, que destacam a conquista do Sul da Itália pela família Hauteville, chamamos a atenção para a *Alexiad* (completa por volta de 1148), de Anna Comenna (1083 - 1153), filha mais velha de Alexius I Comneno (1053 - 1118). A obra, voltada para a narrativa da Primeira Cruzada, tem como temática paralela parte das guerras normano-bizantinas (c. 1040 - 1185). Dos treze livros escritos pela princesa bizantina, oito referem-se a participação dos normandos em conflitos, sejam eles como invasores dos bizantinos, mercenários dos mesmos ou cruzados, como é o caso da narrativa sobre Roberto II da Normandia e Boemundo de Taranto na Primeira Cruzada (Livros I ao VI e XII, assim como os livros XII e XIII). Mesmo na condição de mercenários dos bizantinos e cruzados, os normandos são descritos enquanto traiçoeiros, gananciosos e excessivamente belicosos, ao mesmo tempo que Anna recorrentemente associa tais adjetivos à excelência bélica dos normandos. Ver: FRANKPAN, Peter. *The Alexiad*. Trad. Edward Raymon Sewter. In: *The Penguin Classics*. London: Penguin Group, 2009. Por outro lado, mesmo autores como Orderico Vitalis e Guilherme de Jumièges demonstram críticas aos aventureiros normandos para outras regiões. No caso da participação de nobres normandos no processo da Reconquista, no que se refere ao século XI, o principal alvo desses autores seria a figura de Rogério de Tosny, que participava do movimento bastante guiado por intenções materiais, além de estar engajado no conflito enquanto mercenário e pirata. Apesar de ambos os autores escreverem para audiências distintas, não seria a intenção de ambos atribuir à recém formada nobreza régia normanda tais funções. Ver: VILLEGAS-ARISTIZABAL, Lucas. *Norman and Anglo-Norman participation in the Iberian Reconquista c.1018 - c. 1248*. Tese de Doutorado. Nottingham: University of Nottingham, 412págs. Ver ainda: BLIESE, John R. E. *The Courage of the Normans - A Comparative Study of Battle Rhetoric*. Op. Cit, p.6.

de Guilherme de Poitiers tende a ocupar lugar de proeminência nesse aspecto, devido em boa parte provavelmente a sua anterior formação enquanto cavaleiro⁴⁹⁹.

O sucesso no campo de batalha passaria obrigatoriamente pela adoção de certas estratégias, possibilitadas por sua vez por uma disposição tática. Vale lembrar que Hastings é caracterizada na forma de uma batalha de atrito⁵⁰⁰, uma vez que munido apenas de guerreiros a pé – e sem arqueiros; Harold Godwinson utilizou-se do terreno para organizar taticamente seu exército em uma densa linha, no alto do Monte Senlac⁵⁰¹. A estratégia de Harold, segundo a historiografia, seria a de impossibilitar o avanço do duque normando em direção a Londres pelo maior tempo possível, aguardando a chegada de reforços e levando o invasor igualmente a exaustão. Apesar das investidas da cavalaria normanda contra a parede de escudos anglo-saxônica posicionada, essas agressões surtiriam pouco efeito prático.

Após um choque combinado entre a cavalaria e infantaria normanda contra os defensores anglo-saxões, um rumor sobre a morte do duque normando havia se espalhado, levando à perda de disciplina entre os normandos, que tornaram a descer da colina em grande quantidade. No entanto, a ala oeste do guerreiros anglo-saxônicos, formados em sua grande maioria por guerreiros advindos do *fyrð*, igualmente acabaram por quebrar a formação e passaram a perseguir os normandos em fuga. Guilherme II teria se feito reconhecer como ainda vivo, passando a reorganizar seus cavaleiros e, graças a maior capacidade de locomoção dos mesmos, cercou os guerreiros anglo-saxônicos dispersos, chacinando-os⁵⁰².

Ainda que Dominique Barthélemy tenha, a nosso ver, acertadamente atribuído a vitória dos normandos em Hastings ao bom emprego da cavalaria, não seguimos inteiramente o seu raciocínio de que Hastings deva ser considerada meramente como uma batalha entre infantes contra cavaleiros. Para Stephen Morillo, Hastings deve ser entendida enquanto uma batalha que opõe uma cavalaria como uma instituição em

⁴⁹⁹ Ao todo, Guilherme de Poitiers despende trinta e um parágrafos para a narrativa da Batalha de Hastings, folego esse não presente nas demais narrativas. Além disso, Poitiers é o cronista analisado que mais faz alusões a autores clássicos ligados a prática militar, como Flávio Vegécio e Júlio César. Ver: Index of Quotations and allussions In: DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelm. Op. Cit.*, p.189-191.

⁵⁰⁰ BARTHELEMY, Dominique. *A Cavalaria. Op. Cit.*, p.236.

⁵⁰¹ Guilherme de Poitiers, sendo seguido pelos outros cronistas, afirma que parte da nobreza anglo-saxônica chegou ao campo de batalha montada, tendo descido de seus cavalos e preferindo o combate a pé (Protinus equorum ope relictæ, cuncti pedites constitere densius conglobati). DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelm. Op. Cit.*, p.175.

⁵⁰² CROUCH, David. *The Normans: The history of a Dynasty. Op. Cit.*, p.93-94.; DOUGLAS, David. *William the Conqueror. Op. Cit.*, p.201.; GRAVETT, Christopher. *Hastings 1066: The Fall of Anglo-Saxon England. Oxford: Osprey Publishing, 1992, p.72-73.*

formação e uma das melhores infantarias da Europa no século XI⁵⁰³. Nesse sentido, seria problemático pensar que a posse da cavalaria, na qualidade de uma vantagem tecnológica, representaria uma natural capacidade de derrotar infantes com maior facilidade⁵⁰⁴. Dessa forma, é importante observar a atenção que os autores dão a um determinado estratagema utilizado pelos normandos.

Com a exceção da narrativa de Guilherme de Jumièges, seria narrado o emprego deliberado de alguma forma de sucessivas falsas fugas pela cavalaria normanda. Tais fugas teriam levado à paulatina desorganização do exército anglo-saxônico que, desprovido de seus *huscarls*⁵⁰⁵, pouco poderia fazer para manter a resistência e a defesa do rei, consequentemente morto no fim da batalha. Dessa forma, Guilherme de Poitiers, Guilherme de Malmesbury e Henrique de Huntingdon narram o evento de maneira distinta.

Segundo Guilherme de Poitiers “*Animaduertentes Normanni sociaque turba, non absque nimio sui incommodo hostem tantum simul resistantem superari posse, terga dederunt, fugam ex industria simulantes*”⁵⁰⁶. Já para Guilherme de Malmesbury: “*Quo comperto, Willelmus innuit suis ut, ficta fuga, campo se subtraherent*”⁵⁰⁷. Finalmente, na narrativa de Henrique de Huntingdon vemos: “*Docuit igitur dux Willelmus genti suae fugam simulare*”⁵⁰⁸. Para Chibnall & Davis, o fato de Guilherme de Poitiers não mencionar o papel desempenhado pelo duque normando como

⁵⁰³ MORILLO, Stephen. *Warfare under the Anglo-Norman Kings*. Woodbridge: The Boydell & Brewer, 1994, p.164-165.

⁵⁰⁴ Ainda que boa parte dos exército no Ocidente Medieval, fossem compostos por apenas 1/5 ou 1/6 de cavaleiros, tomando o todo da hoste, haveria algumas exceções e problematizações a serem feitas sobre sua real vantagem na altura do século XI. Para Parker, seria de suma importância a observância dos aspectos estratégicos do emprego da cavalaria contra infantes. O autor cita dois exemplos de como a aparente vantagem pela posse da cavalaria se mostrou problemática. O biógrafo de Carlos Magno, Einhard, descreve como os cavaleiros francos foram cercados e destruídos pela infantaria saxã na Batalha de Süntel, em 782. Outro caso interessante seria o da vitória de Otto, o Grande, que munido de uma pesada infantaria em grande número, derrotou os arqueiros montados magiares em Lechfeld, em 755. PARKER, Geoffrey. *The Cambridge History of Warfare*. New York: Cambridge University Press, 2005, p.77-80.

⁵⁰⁵ De origem cultural nórdica, com a invasão de Cnut à Inglaterra, os *huscarls* eram guerreiros profissionais responsáveis pela defesa do rei. Por conta de seu profissionalismo, poderiam armar-se e proteger-se melhor, com lorigas segmentadas e machados pesados, tornando-os assim guerreiros de elite. ABELS, Richard P. *Household Men, Mercenaries and Vikings in Anglo-Saxon England*. In: FRANCE, J. *Mercenaries and Paid Men: The Mercenary Identity in the Middle Ages*. Leiden: Brill, p.143-166.

⁵⁰⁶ Quando os normandos e as tropas aliadas destes viram que não poderiam conquistar tal sólida massa das forças inimigas sem uma grande perda, eles deram meia volta e deliberadamente empregaram uma fuga simulada. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelm. Op. Cit.*, p.130.

⁵⁰⁷ Vendo isso, Guilherme deu sinal para seu grupo para uma fuga fingida, eles tinham então que recuar. Tradução nossa. DUFFUS, Thomas. *Wilelmi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella. Op. Cit.*, p.301.

⁵⁰⁸ O duque Guilherme, assim sendo, comandou suas tropas para fazerem uma fuga simulada. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.*, p.392.

comandante, poderia denunciar não apenas que o mesmo não foi uma testemunha ocular da batalha, assim como suas testemunhas consultadas podiam não possuir memória de todos os detalhes do evento⁵⁰⁹.

No caso das narrativas de Malmesbury e Huntingdon, o duque Guilherme ocupa lugar central de comando, onde o controle das investidas da cavalaria, assim como o controle das falsas fugas, passaria pelo seu comando. Mesmo que não seja possível identificar se o duque normando comandou seus homens vocalizando comandos ou emitindo comandos gestuais, haveria ainda a ideia de um comando inicial, onde, a partir desse, a cavalaria passasse deliberadamente e sistematicamente a aplicar falsas fugas, como em parte propõe Guilherme de Poitiers. Para Bernard Bachrach, em um artigo elucidativo, as falsas fugas eram uma estratégia já conhecida em boa parte do Ocidente no período⁵¹⁰. Com isso, as descrições das falsas fugas poderiam partir de senso comuns sobre guerra e a cavalaria, ainda que, no caso de Poitiers, sua anterior formação militar possa ter colaborado de alguma maneira para sua descrição.

Ao tomarmos o emprego dos termos simulada (*simulata*) e fingida (*fictia*), chamamos a atenção para a presença de certo nível de disciplina do exército invasor, que ainda contava com destacamentos flamengos e bretões. Sobre a importância da disciplina em Hastings, vale lembrar que em certa altura do evento, teria espalhado-se um boato da morte do duque, causando um descontrole na cavalaria normanda. Apenas diante do reconhecimento de que o mesmo permanecia vivo, foi possível retomar a estratégia das falsas fugas. Baseado então na sugestão do emprego da fuga enquanto um truque, seria possível tomá-la igualmente como uma característica da marcialidade normanda, uma vez que é observada ainda em outras batalhas travadas pelos normandos no mesmo século, como na Batalha de Civitate (1053) e nas guerras normano-bizantinas⁵¹¹.

Dessa forma, acreditamos que isso poderia fortalecer nossa hipótese de que Henrique de Huntingdon, assim como Guilherme de Malmesbury, pode ter tido acesso ao texto de Guilherme de Poitiers, ainda que não acompanhem esse último na

⁵⁰⁹ Discussão feita em nota em GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelm. Op. Cit.*, p.180.

⁵¹⁰ Uma das hipóteses de Bachrach seria que, ainda na Alta Idade Média, as práticas das falsas fugas teriam sido introduzidas na região da Armórica pelos Alanos. Nesse sentido, transmissões ou mesmo o reforço na prática poderia ter sido observado a partir das incursões normandas na região da Bretanha, no século XI. Vale lembrar que a ala esquerda do exército do duque Guilherme era comandado por Alan II, da Bretanha. BACHRACH, Bernard. "Feigned Retreats at Hastings". In: *Mediaeval Studies*. N°33. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1971, p.344-345.

⁵¹¹ *Ibidem*, p.345-347.

centralidade dada ao duque normando no que se refere ao emprego do stratagem. A nosso ver, a possível autonomia na realização da falsa fuga por parte da cavalaria, a partir de Guilherme de Poitiers, poderia contribuir, ainda, para a construção de uma representação da cavalaria normanda enquanto o principal destacamento bélico para o autor.

Outra importante estratégia contida no interior da *Gesta Willemi* e a da *Historia Anglorum*, seria a construção de arengas de batalha. No caso de Guilherme de Poitiers, um certo número de arengas ficcionais são feitas, sendo um dos casos centrado na figura de Harold Godwinson, que converge a representar os valores associados aos anglo-saxônicos. Em todo caso, em momento específico, esse autor narra que o duque teria direcionado-se a todo o exército normando imediatamente antes da batalha se iniciar:

Exhortationem, qua pro tempore breuiter militum uirtuti plurimum alacritatis addidit, egregiam fuisse non dubitamus; etsi nobis non ex tota dignitate sua relatam. Commonuit Normannos, quod in multis atque magnis periculis uictores tamen se duce semper extiterint. Commonuit omnes patriae suae, nobilium gestorum, magnique nominis. Nunc probandum esse manu, qua uirtute polleant, quem gerant animum. Iam non id agi, quis regnans uiuat, sed quis periculum imminens cum uita euadat. Si more uiuorum pugnent, uictoriam, decus, diuitias habituros. Alioquin aut ocus trucidari, aut captos ludibrio fore hostibus crudelissimis. Ad hoc ignominia sempiterna infamatum in. Ad effugium nullam uiam patere, cum hic arma et inimica ignotaque regio obsistant, illinc pontus et arma. Non decere uiros multitudine tudine terreri. Saepenumero Anglos hostili ferro deiectos ceci- disse, plerumque superatos in hostis uenisse deditionem, nunquam gloria militiae laudatos. Imperitos bellandi strenua uirtute paucorum facile posse conteri, praesertim cum iustae causae praesidium caeleste non desit. Audeant modo, nequaquam cedant, triumpho citius gauisuros fore⁵¹².

É importante observar que os autores da edição mais recente da *Gesta Willemi* ressaltam que, em muitos casos, a construção de arengas de batalhas no medievo acompanham a presença de lugares comuns, no caso, bastante influenciadas pela leitura

⁵¹² Nós não duvidamos que essa exortação, breve por conta das circunstâncias, que o mesmo realizou com grande ardor ao valor de suas tropas, foi incrível, ainda que isso não tenha sido transmitido a nós em toda a sua distinção. Ele lembrou os normandos que em muitos e grandes perigos, eles sempre se saíram vitoriosos sobre sua liderança. Ele lembrou a todos de sua terra natal, de suas nobres façanhas e sua grande fama. Agora eles estavam para provar com suas armas, com que força eles foram dotados, com qual valor foram encorajados. Agora a questão não é quem viverá e governará, mas quem deverá escapar vivo do perigo eminente. Se eles lutarem como homens, eles terão a vitória, honra e riquezas. Se não, eles se deixarão serem massacrados, ou capturados para serem ridicularizados pelos mais cruéis inimigos, para não mencionar que isso os levará a desonra eterna. Nenhum caminho está aberto para a fuga, pois seu caminho está bloqueado por forças armadas e hostis e um território desconhecido, e pelo outro lado, pelo mar e forças armadas. Não era adequado para os homens ficarem aterrorizados pelos números. Muitos vezes os anglos caíram, derrubados por armas inimigas; usualmente, derrotados, eles tinham se rendido ao inimigo; nunca foram famosos por seus feitos em armas. Homens que eram inexperientes na guerra poderiam facilmente ser esmagados pelo valor e a força de alguns, especialmente desde que ajuda celeste não estivesse em falta para uma justa causa. Deixo eles agora ousar e nunca ceder, e eles logo se alegrarão em um triunfo. Tradução nossa. CHIBNALL, Marjorie; DAVIS, R. H. C. *The Gesta Willelm. Op. Cit.*, p.136.

das *Guerras Catilinas* (*Bellum Catilinum*) de Salústio⁵¹³. Chama a atenção o fato de que Guilherme de Poitiers relata que, intencionalmente, construíra a arenga do duque, por não ter tido acesso a fontes para o mesmo, e preferindo enaltecer o duque com suas próprias palavras⁵¹⁴. Acreditamos, em todo caso, que se faz necessário tomar as arengas aqui demonstradas como memória coletiva, uma vez que uma ideia de lembrança ocupa lugar central em tais narrativas. Para Michel Pollak, as memórias de grupos, como construtora da identidade, tende a retrair-se ou a avivar-se em momentos de tensão e ruptura. Elementos que possam causar vergonha e desconstruir uma determinada identidade são negados nesses momentos, onde tendem a predominar a coerência identitária de um determinado grupo⁵¹⁵. Para isso, devemos ter um olhar mais atento para como Guilherme de Poitiers e Henrique de Huntingdon relacionam uma memória bélica normanda com a construção da identidade desse povo.

Em primeiro lugar, Guilherme de Poitiers incorre numa hierarquização de certos argumentos presentes no discurso da arenga, realizado para motivar os guerreiros⁵¹⁶. Nesse momento, diferente da descrição da falsa fuga, o autor da *Gesta Willelmi* centraliza o contínuo sucesso militar normando ao comando do duque Guilherme da Normandia (*quod in multis atque magnis periculis uictores tamen se duce semper extiterint*). Ainda que o autor não faça menção direta a nenhuma outra batalha na arenga construída, ou no restante do texto, podemos inferir uma relação possível a partir de outros dois conflitos ocorridos, envolvendo os normandos e sob a liderança do duque. Isso porque teria sido de conhecimento de Guilherme, quando nas hostes ducais, a turbulenta relação entre normandos e francos. Além disso, a proximidade em relação ao rei normando poderia dar-lhe acesso a importantes informações sobre essa mesma relação. Finalmente, ainda que no caso de Guilherme de Poitiers caiba uma análise mais atenta sobre essa problemática, narrativas de batalha seriam construídas com base em modelos herdados, que poderiam ser reapropriados em relação à Antiguidade ou mesmo no interior da própria narrativa. Como veremos, no caso de Henrique de Huntingdon, ele se utiliza de um mesmo modelo para narrar mais de uma batalha no interior de sua *Historia*.

⁵¹³ *Ibidem*, p.123.

⁵¹⁴ *Idem*.

⁵¹⁵ POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Op. Cit., p.200-215.

⁵¹⁶ No caso de uma reiterada negação e desconstrução do outro anglo-saxônico, trataremos dessa estratégia em tópico específico.

Assim, o primeiro dos eventos narrados por Guilherme de Poitiers diz respeito à Batalha de Val-es-Dunes⁵¹⁷, ocorrida em 1047, no interior do ducado. O segundo seria a Batalha de Mortemer⁵¹⁸, 1054, que mais diretamente mencionada por Henrique de Huntingdon, marca uma decisiva vitória de Guilherme II da Normandia contra uma tentativa de invasão de Henrique I da França. Finalmente, seria válido pensar que muitos dos guerreiros presentes em tais batalhas poderiam igualmente estar em Hastings, tornando válido o encorajamento dos mesmos por intermédio da lembrança da virtuosidade bélica normanda (*nobilium gestorum, magnique nominis*) e do comando do duque.

Na mesma arenga, Guilherme de Poitiers faz uma associação entre a possibilidade da aquisição de riquezas (*Diuitias*) e honra (*Decus*), em oposição a desonra eterna (*Sempiterna infamatum*) em caso de derrota. Para John Bliese, que se debruçou sobre a análise das arengas de batalhas normandas, haveria uma proeminência de temáticas ligadas a valores da cavalaria enquanto instituição que se encontrava em desenvolvimento na Normandia⁵¹⁹. Para Barthélemy, a narrativa, além de eclipsar os feitos dos infantas (*pedites*), associa aos mesmos qualquer forma de excesso cometido antes, durante e depois da batalha⁵²⁰. Dessa forma, havia uma superestimação de valores como honra, glória e fama, que presentes nos feitos em armas dos normandos, eram retomados por intermédio de uma rememoração. Com isso, acreditamos haver um duplo efeito: essa superestimação de valores fortaleceria uma representação dos normandos

⁵¹⁷ A partir da subida de Guilherme como duque, em 1035, e ainda criança, o duque passou a sofrer forte oposição da nobreza local. A oposição deflagrou ataques e tentativas de deposição de Guilherme. O rei Henrique I acabou então por intervir no ducado pessoalmente com uma força, que aliando a uma força normanda em menor número, derrotaram os destacamentos do baronato revoltoso em uma série de escaramuças entre Caen e Falaise, formando a citada batalha. O resultado garantiu a continuidade do governo de Guilherme e a diminuição do poder do baronato normando. CROUCH, David. *The Normans. Op. Cit.*, p.64-66.

⁵¹⁸ Diante de incursões normandas pelo controle da região do Maine, ao sul da Normandia, a oposição contra o duque Guilherme em demais regiões do reino franco, assim como do próprio, cresceu sensivelmente. Isso levou à criação de uma coalização de nobres francos, que eram majoritariamente liderados por Guido, Conde do Ponthieu, Odo, conde de Paris e pelo próprio rei. As forças normandas foram basicamente divididas entre o comando do duque e Roberto, conde D'Eu. Com as forças de Odo sendo derrotadas por Roberto, o rei franco bateu em retirada antes que pudesse ser cercado pelo duque. A vitória em Mortemer marca a crescente independência do poder ducal normando em relação à vassalagem régia, além de um maior controle de Guilherme sobre o baronato local. CROUCH, David. *The Normans. Op. Cit.*, p.70-73.

⁵¹⁹ BLIESE, John R. E.. *The Courage of the Normans – A Comparative Study of the Battle Rhetoric. Op. Cit.*, p.9-10.

⁵²⁰ Segundo Guilherme de Poitiers, antes e após o desembarque na Inglaterra, o duque Guilherme proíbe toda e qualquer forma de pilhagem, alimentando a sua custa uma soma exorbitante de soldados. Toda forma de excesso é, então, atribuído aos escudeiros (*armigeri*) e guerreiros de baixa estirpe. BARTHELEMY, Dominique. *A Cavalaria. Op. Cit.*, p.233-239; Ver também GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelm. Op. Cit.*, p.142.

como guerreiros virtuosos, assim como, recordaria os cavaleiros dos benefícios que a vitória no campo de batalha traria⁵²¹.

Vale retomar que, para Ralph Davies, ao trabalhar a ideia do mito normando, um valor caro a essa noção seria o da lembrança do próprio território normando. Desde a narrativa de Dudon de Saint-Quentin e suas respectivas reapropriações por Guilherme de Jumièges e Orderico Vitalis, vimos que a descrição do território normando, durante os primeiros assentamentos nórdicos na região, possui importante valor simbólico. Nesse sentido, a lembrança da terra natal, atribuída ao duque por Guilherme de Poitiers (*Commonuit omnes patriae suae*), reforçaria essa premissa⁵²².

Finalmente, o emprego de tais termos pelo autor, que por sua vez acompanharia uma hierarquização temática, estaria de acordo com aquilo que vinha sendo produzido em período anterior por outros autores na Normandia. A circulação desses autores ligados ao mito normando, sobretudo Dudon e Guilherme de Jumièges, como já salientado, poderia ser outro fator que colaboraria para a manutenção desses termos.

No caso de Henrique de Huntingdon, o mesmo constrói apenas uma arenga em primeira pessoa do duque normando, que ainda assim, é mais extensa do que a feita por Guilherme de Poitiers. A extensão da mesma, igualmente nos permite tratá-la a partir de diversas formas, devido às diferentes temáticas abordadas. Ainda que a negação do outro franco e do outro anglo-saxão apareçam com proeminência nessa arenga, as trataremos como estratégias discursivas posteriormente. Nos ateremos à digressão etnogênica construída por esse autor que, a nosso ver, ocupa lugar central em sua narrativa da Batalha de Hastings.

Para isso, retomemos, em parte então, a arenga construída por Henrique de Huntingdon:

Nonne Rou pater meus, dux primus et author nostræ gentis, cum patribus nostris regem Francorum Parisius in medio regni sui bello vicit? Nec Francorum rex potuit sperare salutem, nisi et filiam suam et terram, quæ ex vobis Normannia vocatur, supplex obtulisset? Nonne patres vestri regem Francorum Rotomago ceperunt et tenuerunt, donec Ricardo puero, duci vestro, Normanniam reddidit, eo pacto, quod in omni colloctione regis Franciæ et ducis Normanniæ gladio dux accingeretur, regem vero nec gladium nec etiam cultellum ferre liceret?⁵²³

⁵²¹ BLIESE, John R. E.. *The Courage of the Normans – A Comparative Study of the Battle Rhetoric*. Op. Cit., p.10.

⁵²² DAVIES, R.H. C. *The Normans and their Myth*. Op. Cit., p.14-15.

⁵²³ Não foi Rollo, meu ancestral, o fundador de nossa raça, com os seus predecessores, que conquistou em Paris, o rei dos francos no coração de seus domínios; Nem ele poderia obter qualquer descanso até que ele

Como intentamos demonstrar, o contexto de produção da *Historia Anglorum* de Henrique de Huntingdon colocava em voga questões raciais, as quais se mostram bastante presentes em sua narrativa. A raça dos normandos (*gens normannorum*), segundo o autor, é descrita na arenga de Henrique, a partir de uma genealogia centrada em Rollo, considerado o primeiro duque dos normandos. Há então uma evolução para Ricardo I em uma passagem claramente ficcional⁵²⁴, que o antagoniza em relação ao rei franco, Luis IV (920-953). Finalmente, a posse do Ducado da Normandia pela *gens normannorum* seria senão o resultado da excelência marcial dessa raça, cujo rei franco não poderia resistir, reconhecendo aos normandos a posse de seu próprio território. O monge cronista continua, então, sua genealogia:

Hanc æternam sanctionem patres vestri regi magno cogentes statuerunt. Nonne idem dux patres vestros usque ad Mirmandam juxta Alpes adduxit: et urbis ducem, generum scilicet suum, sponsæ suæ proelians parere coegit?⁵²⁵

O episódio refere-se, no caso, ao futuro Ricardo III, que foi enviado pelo pai, por volta de 1020, na direção da Borgonha para resgatar seu cunhado, o posterior Reinaldo, Conde da Borgonha, o que teria contado com o aval do rei Roberto II da França (governo de 996 a 1031), para que Ricardo atravessasse as terras reais⁵²⁶. Assim, seria perceptível que há uma seleção na narrativa dos duques com feitos bélicos, uma vez que não menciona a Roberto I, pai de Guilherme II, cujas atividades teriam ocorrido em menor número em relação aos duques anteriores. Como demonstrado em parte em nosso Primeiro Capítulo, o governo de Roberto é marcado pela diminuição das pressões internas da nobreza e fortalecimento da autoridade ducal sobre essa mesma nobreza, além das reformas nas instituições eclesiásticas.

humildemente oferecesse posse do território que por vocês é chamado de Normandia? Com a mão de sua filha? Seus pais não aprisionaram o rei dos francos, e o detiveram em Rouen até que ele restaurasse a Normandia para seu duque Ricardo, então uma criança; com essa estipulação, o duque deve ter sua espada ao seu lado, enquanto ao rei não deveria ser permitido mais que uma faca de ferro? Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry – Archdeacon of Huntingdon. Op. Cit.*, p.388-389.

⁵²⁴ O que Henrique de Huntingdon relata é a infância de Ricardo I, onde o mesmo não possuiria autoridade o suficiente para resistir a uma investida de Luis IV após a morte de seu pai, Guilherme I da Normandia. Ricardo foi aprisionado em Rouen por Luis, mas teria acabado por escapar com a ajuda de Hugo, Conde de Paris, por quem jurou fidelidade. Ricardo, com ajuda de nórdicos e normandos já franconizados, conseguiram expulsar o rei do território normando e iniciar o governo de Ricardo I. A inversão da posição no relato da prisão entre o duque e o rei é uma invenção possivelmente proposital do autor. CROUCH, David. *The Normans. Op. Cit.*, p.14-18.

⁵²⁵ Não foi esse mesmo duque que liderou seus pais para Mirmande, aos pés dos Alpes, e forçaram a submissão do senhor da cidade, seu genro, para sua própria esposa, a filha do duque? Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry – Archdeacon of Huntingdon. Op. Cit.*, p.391.

⁵²⁶ *Ibidem*, p.392.

Nesse sentido, acreditamos haver a presença de um elo entre os duques, cuja presença na narrativa se dará a partir da lembrança de feitos militares que, ao seguirem uma cronologia, culminariam na figura do próprio Guilherme II.

Dessa forma, o movimento feito por Henrique de Huntingdon nos aproxima da ideia proposta por Sigbjørn Sønnesyn a respeito de uma *ethnopoiesis*. Para esse autor, além do processo de etnogênese de uma determinada *gens*, ou seja, de sua origem, a contínua construção histórica dessa mesma *gens*, por intermédio da eleição de elementos característicos de importância, definiria esse segundo movimento⁵²⁷. Para a historiografia, representada aqui por Robert Bartlett, haveria um núcleo comum no medievo na determinação das *gens*, que passariam por traços físicos comuns, elementos culturais observáveis e uma língua compartilhada. No entanto, devemos refinar nosso argumento e procurar melhor compreender o que possivelmente norteava aqueles que tratavam sobre a constituição e divulgação das *gens* em suas narrativas. Para isso, dois importantes referenciais para essa noção no medievo seriam Cícero e Santo Agostinho de Hipona.

Para Cícero, além de certa tradição social e política distinta de outras sociedades, a *societas* seria constituída pelos laços de companheirismo que os agentes da *gens* mantêm entre si, cuja ação estreitaria a *amicitia*. O raciocínio, já presente em Santo Agostinho, seria que, a partir de tais laços, haveria a possibilidade do compartilhamento de uma noção de bem supremo e a excelência de certas virtudes, que esse bem supremo detalha⁵²⁸. Para Sønnesyn, ao analisar a *De Civitate Dei*, de Agostinho, o bem supremo diria respeito à busca pela justiça divina, além de uma total submissão a Deus, considerada mais importante do que a submissão à própria República Romana. Dessa forma, a superestimação de certas características virtuosas seria prática comum nas narrativas sobre as *gens*, que procurariam se destacar entre as demais a partir de certos valores, que por sua vez, as construiriam como mais próximos ao divino⁵²⁹.

Ainda sobre a arenga, chamamos igualmente a atenção para uma característica presente na *Historia Anglorum*, que, além de pouco se manifestar nas demais, teria paralelo possível apenas na *De Moribus* de Dudon de Saint-Quentin. Nos referimos

⁵²⁷ SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. *The Rise of the Normans as Ethnopoiesis*. In: BURKHARDT, Stefan; FOERSTER, Thomas. *Norman Tradition and Transcultural Heritage – Exchange of Cultures in the ‘Norman’ Peripheries of Medieval Europe*. Burlington: Ashgate Publishing Company, p.203-218.

⁵²⁸ SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. *The Rise of the Normans as Ethnopoiesis*. *Op. Cit.*, p.213.

⁵²⁹ *Ibidem*, p.215-216.

então a duas características principais. A primeira diz respeito às digressões etnogênicas e genealógicas enquanto elementos de construção da *etnopoiesis* normanda. Como demonstrado no primeiro capítulo, a narrativa de Dudon sobre Rollo procura conectá-lo, sobretudo a partir de sua conversão ao cristianismo e a proteção das igrejas, aos duques Ricardo I e Ricardo II. Por outro lado, mostra-se presente uma retórica poética no interior da narrativa ou ainda como elemento auxiliar. Por outro lado, no caso de Dudon, o mesmo apresenta o hábito de finalizar suas narrativas dos duques com a escrita de poemas laudatórios, Henrique de Huntingdon questiona o leitor retoricamente de forma a representar os feitos bélicos dos normandos e seus duques, de igual maneira panegírica. Dessa forma, tal postura mostra-se única no autor da *Historia Anglorum*, cuja igual formação e função de poeta da corte influenciariam diretamente a escrita de sua narrativa sobre Hastings.

Finalmente, a construção da *etnopoiesis* normanda por intermédio das arengas, passaria pela igual construção de uma noção particular de coragem. De forma geral, a coragem se inseriria no interior das quatro principais virtudes medievais herdadas de uma tradição clássica. No caso, igualmente descrita por Santo Agostinho, a coragem estaria inserida no interior de uma noção de fortaleza (*fortitudo*). Para São Tomás de Aquino em seu tratado sobre a coragem, no interior da *Summa Theologiae*, a coragem seria a condição básica para o funcionamento de todas as virtudes, sendo a natural mediadora entre o medo e a ousadia⁵³⁰. Como temos procurado demonstrar uma noção de coragem seria naturalmente cara aos normandos e recorrentemente descrita nas crônicas, uma vez que no processo histórico as *gens normannorum*, em diversos episódios, tomaram a postura de agressores ao invés de defensores.

Ainda que tratemos em parte de narrativas do século XII, é perceptível a proeminência de uma noção de coragem na *Gesta Willelmi*, da data da década seguinte à Conquista. Em todo caso, para Phillipe Contamine, uma noção de coragem se mostraria mais presente no século XII, funcionando como um conector para outras características e comportamentos:

A first approach though a summary examination of chansons de geste, chronicles, didactic treatises, biographies of soldiers, panegyrics and epitaphs leads to the conclusion that courage was conceived above all as an aristocratic, noble form of behavior, linked to race, blood and lineage, and as

⁵³⁰ AQUINAS, Thomas. *Summa Theologiae*. Trad. Andrew Ross Paul Walsh. London: Blackfriars Editions, 1966.

an individual trait arising from ambition and desire for temporal goods, honour, glory and posthumous renown⁵³¹.

Nesse sentido, seria possível identificar que uma noção de coragem passaria pela figura do duque Guilherme II da Normandia, cuja capacidade de comando e eloquência, motivaria o exército invasor. Uma noção de coragem é especificamente importante para Guilherme de Poitiers, uma vez que se apresentam dezesseis remissões a essa noção em sua narrativa da Batalha de Hastings⁵³², contra quatro em Guilherme de Malmesbury⁵³³, três em Henrique de Huntingdon⁵³⁴ e apenas uma em Guilherme Jumièges⁵³⁵. Por outro lado, é importante atentar para a ideia de que a inexistência de um determinado termo não indicaria a ignorância do autor em relação a esse valor, onde o mesmo poderia optar por outros recursos para demonstrar a importância do mesmo. Dessa forma, tanto Guilherme de Poitiers como Henrique Huntingdon utilizam-se dos termos latinos *fortitudo* e *animus* para referirem-se a uma noção de coragem. Ambos os termos são amplamente polissêmicos e podem se associar a outras características, ainda que acreditemos haver, de alguma forma, um emprego específico para cada termo.

No caso das arengas de Guilherme de Poitiers e Henrique de Huntingdon, a terminologia *fortitudo* parecer estar associada à figura do duque normando, que aparece nas arengas construídas a liderar os normandos. Por outro lado, as referências a *animus* estariam associadas ao exército normando na forma de uma unidade: “*Nunc probandum esse manu, qua uirtute polleant, quem gerant animum*” (Agora eles deveriam provar com suas armas com que força eles eram dotados, com que valor eles eram inspirados). Mesmo que haja menos referências diretas a uma noção de coragem, acreditamos ser necessário tomar as arengas, em especial a elaborada por Henrique de Huntingdon, na forma de uma tentativa de construção da coragem normanda. No mais, outros recursos podem ser apontados.

Ainda que não sejam específicos como elementos de uma tradição retórica anglo-normanda, dois elementos específicos do *corpus* relacionado a Guilherme de Malmesbury e Henrique de Huntingdon podem ser igualmente trabalhados como em conexão com um ideal de marcialidade normanda. No primeiro caso, Guilherme de Malmesbury narra que a Canção de Rolando havia sido entoada antes do início da

⁵³¹ CONTAMINE, Phillipe. *War in the Middle Ages*. Trad. Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984, p.254.

⁵³² GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi*. Op. Cit., p.107-132.

⁵³³ THOMSON, R. M. *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum*. Vol I. Op. Cit., p.273-278.

⁵³⁴ GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit. p.386-389.

⁵³⁵ VAN HOUTS, Elizabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol II. Op. Cit., p.163-170.

Batalha de Hastings: “*Tunc cantilena Rollandi inchoata, ut martium viri exemplum pugnatuos accederet, inclamatoque Dei auxilio [...]*”⁵³⁶.

Para Melissa Furrow, a Canção de Rolando (Chanson de Roland) cumpriria uma dupla função na narrativa de Guilherme de Malmesbury, ainda que não seja possível identificar na narrativa quem a teria entoado. Em primeiro lugar, para a autora, a lembrança dos feitos de Rolando, por intermédio da canção, emularia os feitos dessa personagem no campo de batalha, inspirando assim as tropas invasoras. Por outro lado, haveria um movimento consciente de conexão entre os pares do rei Carlos Magno com o duque Guilherme II, cuja coragem e comando poderiam ser comparados às figuras relacionadas ao imperador franco⁵³⁷. Ainda que reservado apenas a narrativa de Guilherme de Malmesbury, acreditamos que a presença dessa temática literária poderia ser tomada enquanto indício da circulação de elementos ligados ao mundo franco. Vale lembrar – e relativizar – que ainda que agora senhores da Inglaterra, os normandos e a Normandia ainda seriam ligados aos reis francos. Nesse sentido, apesar das questões relativas às resistências normandas quanto a homenagem ao rei franco, a Normandia desempenharia função de conexão e transmissão dos elementos citados entre o Reino Franco e a Inglaterra.

Apontamos, igualmente, para um elemento narrativo específico da representação da Batalha de Hastings construída por Henrique de Huntingdon. O autor faz menção a um jogral normando, cuja função igualmente seria a de motivar o exército invasor e igualmente caçar do inimigo anglo-saxão:

Quidam vero nomine Taillefer dudum antequam coirent bellatores, ensibus jactatis ludens coram gente Anglorum, dum in eum omnes stupeant, quendam vexilliferum Anglorum interfecit. Secundo similiter egit. Tertio idem agens, et ipse interfectus est⁵³⁸.

⁵³⁶ Então iniciou a entoar-se a Canção de Rolando, que o exemplo belicoso desse homem poderia estimular os soldados, e chamando Deus em sua assistência [...]. Tradução nossa. THOMSON, R. M (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum*. Vol I. *Op. Cit.*, p.276.

⁵³⁷ A Canção de Rolando é um poema épico possivelmente datado de fins do século XI, ainda que os manuscritos mais antigos datem do segundo quarto do século XII. O mesmo narra a derrota do exército carolíngio, liderado por Carlos Magno, na Batalha de Roncevaux, diante de uma emboscada basca, próxima aos Montes Pirineus. Com um dos manuscritos mais antigos sendo escrito em anglo-normando, seria possível que Guilherme de Malmesbury tivesse tido acesso ao mesmo. FURROW, Melissa. *Chanson de geste as Romance in England*. In: ASHE, Laura; DJORDJEVIC, Ivana; WEISS, Judith. *The Exploitations of Medieval Romance*. Cambridge: D. S. Brewer, 2010, p.56-58.

⁵³⁸ Diante dos combatentes antes de se encontrarem, um de nome Taillefer, balançou sua espada diante das tropas dos anglos. Ao passo que os anglos estavam entorpecidos com suas cambalhotas, matou um de seus porta-bandeiras; uma segunda vez, matou outro inimigo e na terceira vez, ele mesmo morreu. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. *Op. Cit.* p.391.

A personagem denominada Taillefer (talhador de ferro), seria, para Chibnall & Davis, possivelmente o jogral do duque Guilherme II, que o teria levado para o campo de batalha de Hastings. A menção a Taillefer indicaria o acesso do autor a fontes ligadas ao mundo franco vernacular. Outra fonte para a análise de Taillefer seria a obra do monge anglo-normando Godofredo Gaimar. Por sua vez, a passagem é ainda narrada no poema denominado *Carmen de Hastingae Proelio*, possivelmente de autoria do bispo Guido de Amiens (? – 1075). No entanto, a grafia franconizada do jogral não é presente nessa narrativa, dando lugar a latinização *incisor ferri*. Dessa forma, seria possível que tanto Henrique de Huntingdon quanto Godofredo de Gaimar tiveram acesso a uma ou algumas fontes comuns mais ligadas ao universo franco vernáculo⁵³⁹.

Ao propor que a coragem seria uma virtude cada vez mais presentes nos escritos do século XII, ela deveria ser coletivamente impulsionada e mantida por intermédio de atos conscientes⁵⁴⁰. Nesse sentido, mesmo que a figura de Taillefer careça de maiores indícios na historiografia, para certos autores posteriores haveria uma interconexão entre a figura desse jogral, a Canção de Rolando e uma ideia de coragem para os normandos⁵⁴¹ - que por sua vez, seriam possíveis pela adoção de um modelo poético no interior da narrativa.

Finalmente, é importante ainda salientar uma afirmação de Robert Bartlett. Ao se construírem na forma de conquistadores virtuosos, o sucesso dos duques e reis normandos no campo político obrigatoriamente passava por seu igual sucesso no campo de batalha⁵⁴². Dessa forma, é perceptível uma direta conexão em parte das narrativas entre o sucesso militar normando, a figura do duque Guilherme II e uma memória bélica dos normandos, que por sua vez evidenciava a coragem.

Assim, ao tomarmos os autores aqui trabalhados como agentes do campo simbólico, mostrou-se possível identificar a adoção de certas estratégias que visavam, além de legitimar a Conquista Normanda da Inglaterra, construir e conservar a representação dos normandos enquanto guerreiros virtuosos.

Para isso, valores caros aos normandos teriam sido rememorados e organizados no interior de arengas relacionadas à Batalha de Hastings. Essa reafirmação de valores,

⁵³⁹ GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.* p.cvi-cvii.

⁵⁴⁰ CONTAMINE, Phillipe. *War in the Middle Ages. Op. Cit.*, p.255.

⁵⁴¹ Taillefer é ainda descrito sobretudo na *Roman de Rou* do poeta normando Wace (c. 1100 – em algum momento depois de 1174). Durante sua narrativa da Batalha de Hastings, Taillefer teria iniciado a Canção de Rolando diante do duque normando, denotando então uma conexão entre esses elementos poéticos.

⁵⁴² BARTLETT, Robert. *England under the Norman and Angevin Kings*. Oxford: The Clarendon Press, 2000, p.8-10.

por sua vez, colaboraria igualmente para a etnopoiesis dos normandos, criando não apenas uma representação dos reis normandos enquanto líderes de uma *gens* constantemente agressora, como fortaleceria a ideia de uma comunidade imaginada a partir de um molde intencional.

Em suma, alguns elementos, segundo a historiografia, poderiam ser deduzidos a partir de uma relação com o Mundo Franco, conexão essa possibilitada a partir da circulação de certos textos, que ao menos teriam transitado pelo Ducado da Normandia, como são os casos da Canção de Rolando e da história do jogral Taillefer. No geral, os autores anglo-normandos, aqui representados por Guilherme de Malmesbury e Henrique de Huntingdon, teriam se reapropriado de uma representação dos normandos, no campo de Hastings, originalmente elaborada por Guilherme de Poitiers.

Por sua vez, a construção da legitimidade dos reis normandos no campo do poder, igualmente passaria por uma representação dos duques, assim como dos normandos, enquanto cristãos modais, o que poderia, segundo Santo Agostinho, reafirmar ainda mais a proeminência de uma *gens*. Sendo esse outro aspecto estratégico de importância no interior das narrativas selecionadas sobre a Batalha de Hastings, devemos nos voltar para ele.

3.2 Os normandos e seus duques como cristãos

A construção da autoridade dos duques da Normandia, característica que, em parte, possibilitou a Conquista da Inglaterra em 1066, deve ser compreendida, como demonstramos, igualmente nos termos da relação guardada entre os duques e as instituições eclesiásticas residentes no ducado, sobretudo as abadias. Assim, a partir de uma tradição retórica normanda, certa representação dos duques normandos como cristãos conversos e protetores das igrejas, vinha sendo construída desde Dudon de Saint-Quentin e sua *De Moribus*. Mesmo que a etnogenesis de Dudon não tenha sido totalmente apropriada pelos demais autores ligados ao universo anglo-normando, sobretudo as passagens relativas a conversão de Rollo, acreditamos que a construção dos normandos e seus duques na forma de cristãos modais, seria igualmente um elemento do mito normando.

Compreendemos que no caso de uma tradição anglo-saxônica, sobretudo ligada a obra de Beda, o Venerável, haveria uma profunda racionalização teológica da

conquistas e dos bons e maus governos régios, cujo caráter seria determinado a partir de seu zelo em relação à fé e práticas cristãs. Como procuraremos demonstrar, no caso dos autores de origem anglo-normanda haveria certa continuidade na construção de uma representação dos duques e do povo normando como cristãos modais, assim como uma racionalização da realidade da conquista⁵⁴³.

Acreditamos, em todo caso, que o emprego de um construção e manutenção da representação normanda, tendo como base elementos ligados ao cristianismo, encontra limites simbólicos na narrativa da Batalha de Hastings. Mais do que isso, ententaremos demonstrar como elementos cristãos, na forma de construção da etnopoiesis e legitimação dos reis normandos, ocupam lugar de associação à marcialidade normanda, ou mesmo grau de inferioridade em comparação a esse valor.

Trabalharemos o emprego de elementos cristãos, na condição de estratégia de legitimação dos normandos, a partir de três momentos das narrativas da Batalha: sua preparação, seu desenvolvimento e seu desfecho. Das oito menções a elementos relacionados ao cristianismo, seis localizam-se na preparação da batalha, uma em seu desenrolar e apenas uma em seu desfecho.

Considerando esses elementos como inseridos em determinado momento da narrativa de Hastings, o que igualmente denota sentido, acreditamos que os mesmos devam ser compreendidos como alegorias, ou seja, elementos retóricos que visam apontar a existência de um ou mais sentidos para além daquele propriamente contido no texto. Tomaremos como base o raciocínio proposto por José Adolfo Hansen, principalmente no que tange a sua teorização da aplicação da alegoria para os medievais.

De origem clássica, as alegorias eram utilizadas em estrita associação a discursos eloquentes, assim como entendidas a partir de seu valor imanente. Mesmo quando esse recurso retórico era utilizado em passagens relativas aos deuses, seu sentido não transcendia ao desconhecido, pois os deuses e seu mundo não seriam desconhecidos àqueles que produziam ou se apropriavam do texto⁵⁴⁴. Diferentemente desse sentido, haveria um descolamento do uso e interpretação das alegorias no

⁵⁴³ Ainda que uma justificativa teológica da Conquista Normanda da Inglaterra seja igualmente apresentada pelos cronistas, em especial ao desconstruir a imagem de Harold Godwinson e do povo anglo-saxão enquanto cristãos, tal premissa será analisada em separado. Justificamos tal postura tendo em vista que alguns cronistas ou grupo de cronistas optam por estratégias distintas ou semelhantes em relação a tal movimento de desconstrução, cabendo então, análise específica da tomada de tais estratégias.

⁵⁴⁴ HANSEN, João Adolfo. *Alegoria – construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.12-23.

medieval. Ao entender a História como uma produção diretamente ligada ao divino, seria preciso compreender os sentidos alegóricos implícitos nas Escrituras Sagradas a partir de uma exegese, que agora incluíam coisas, indivíduos e eventos.

Dessa forma, no interior da ética cristã haveria um sentido espiritual oculto nos objetos, que denunciariam a existência de circularidades e repetições que poderiam ser observadas na projeção de personagens e episódios entre o Velho e o Novo Testamento⁵⁴⁵. Como procuramos demonstrar, observa-se de maneira mais ou menos intensa a aplicação da alegoria cristã no interior das narrativas de Hastings. Mesmo que todos os discursos aqui tratados aloquem-se no interior da produção eclesiástica, que tinha como propósito a reconexão com o divino, a própria aproximação com essa forma de inteligibilidade do real não era unívoca nem homogênea. Dito isso, nos propomos a analisar as alegorias cristãs presentes nas narrativas, quando for o caso, nestes termos.

Ao tomarmos, em primeiro lugar, o monge Guilherme de Jumièges, o mesmo apresentaria antes do início da narrativa da Batalha certos elementos justificativos e de cunho teológico para a invasão, onde graças ao desejo do rei Edward, e a quebra do juramento de Harold, o trono da Inglaterra devia ser herdado pelo duque, o que seria feito na forma de uma punição divina⁵⁴⁶. Outras interessantes abordagens são feitas pelos demais cronistas. A justiça da causa dos normandos, representados por seu duque, passaria igualmente por uma necessidade de reforma da Igreja na Inglaterra, onde Guilherme de Poitiers afirma que Deus ajudará o duque Guilherme em sua empreitada:

Eternim constabat uiro catholico ac sapienti, quod omnipotentia Dei, nihil uolens iniquum, iustam causam cadere non sineret, praesertim consideranti sese, qui non tantum ditionem suam et gloriam augere, quantum ritus christianos partibus in illis corrigere intendit⁵⁴⁷.

A questão da reforma da Igreja da Inglaterra passaria obrigatoriamente, segundo a historiografia, pela figura do arcebispo Stigand. Segundo David Bates, certos elementos que cercavam a vida e cargos exercidos por esse eclesiástico foram tomados pelos cronistas normandos a partir de um viés de justificativa para a

⁵⁴⁵ *Ibidem*, p.92.

⁵⁴⁶ Denique rex Hetwardus completo termino felicitis uite sub anno millesimo sexagesimo quinto Dominice incarnationis e seculo migravit. Cuius regnum Haroldus continuo inuasit, ex fidelitate peieratus quam iurauerat duci. Igualmente, para Guilherme de Jumièges, Deus tira o medo do duque Guilherme ao pensar na invasão e no exército de Harold (*His auditis, Willelmus dux aliquantulum territus est sed mox eum Deus frustratis inimici minis eripere dignatus est*), VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol II.

⁵⁴⁷ Para isso, esse sábio e cristão homem estava firmemente convencido que a onipotência de Deus, que mal não faria, não deixariam que tal justa causa falhasse, particularmente porque sua intenção não era tanto aumentar seu poder e glória quanto reformar a observância cristã nessas regiões. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.157.

Conquista⁵⁴⁸. Stingand havia sido elevado ao cargo de arcebispo de Elmham, em 1043, por Edward, Confessor, sem possuir, no entanto, formação religiosa - fato esse que não ocorria desde o arcebispado de Dunstan de Canterbury (909-988)⁵⁴⁹. Posteriormente, em 1052, Stingand havia sido apontado como arcebispo de Canterbury, função que acumulou com o arcebispado de Winchester, não tendo viajado para Roma para receber nenhum dos *pallia* destinados ao reconhecimento da autoridade sobre tais arcebispos⁵⁵⁰. Tendo sido conselheiro régio desde os tempos de Cnut, o Grande, as práticas heterodoxas de Stingand o levaram à excomunhão por cinco papas seguidos, que incluíam a acusação de simonia, prática que passou a ser sensivelmente condenada a partir da Reforma Gregoriana, cujo zelo voltou-se para a Inglaterra a partir do papa Leão IX (1002-1054)⁵⁵¹.

Para além das práticas que os afastavam da observância da Sé de Roma, Stingand havia acumulado rapidamente terras, tornando-se um dos maiores proprietários ao tempo de Conquista, o que o ajudaria a elevar sua influência enquanto principal liderança da Igreja da Inglaterra⁵⁵². Ainda, segundo apenas Guilherme de Poitiers, Harold Godwinson havia sido coroado rei pelas mãos do arcebispo excomungado:

Verus namque rumor insperato uenit, Anglicam terram rege Edwardo orbatam esse et eius corona Heraldum ornatum. Nec sustinuit uesanus Anglus quid electio publica statueret consulere; sed in die lugubri quo optimus ille humatus est, cum gens uniuersa plangeret, periurus regium solium cum plausu occupauit, quibusdam iniquis fauentibus. Ordinatus est non sancta

⁵⁴⁸ Ainda que não nos aprofundemos na discussão sobre propaganda na Idade Média, como sugerido nas obras de George Garnett e Emily Albu, acreditamos que apesar de problemática, essa pode ser uma categoria válida para os estudos da construção da representação dos normandos no medievo. Com base em Emily Albu, o contínuo projeto dos normandos de construir uma representação de si mesmos teria criado, como temos demonstrado, certas estratégias de discurso, o que incluíam o emprego de elementos retóricos. A elaboração, então, de uma série de histórias laudatórias sobre os normandos poderiam ser observadas no interior de uma variada tipologia documental, como hagiografias, histórias e poemas, sendo então a produção escrita, um importante instrumento identitário dos normandos, assim como de fabricação da legitimidade de suas empreitadas políticas. Ver: ALBU, Emily. *The Normans in their Histories: Propaganda, Myth and Subversion*. Op. Cit., p.3-7; GARNETT, G. "Coronation and Propaganda: Some Implications on the Norman Claim to the Throne of England in 1066". In: *Transactions of the Royal Historical Society*, vol. 36. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p.91-116.

⁵⁴⁹ BATES, David. *William the Conqueror*. Op. Cit., p.77.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p.78.

⁵⁵¹ STAFFORD, Pauline. *Unification and Conquest: a political and social history of England in the Tenth and Eleventh centuries*. London: Edward Arnold, 1989, p.89-92.

⁵⁵² SMITH, Mary Frances. *The Archbishop Stingand and the Eye of the Needle*. In: CHIBNALL, Marjorie. *Anglo-Norman Studies: Proceedings of the Battle Conference*. Woodbridge: The Boydell Press, 1993, p.204-206

consecratione Stigandi, iusto zelo apostolici et anathemate ministerio sacerdotum priuati⁵⁵³.

No entanto, apesar das extensas acusações, a relação entre o *anathemate* papal e a injusta coroação de Harold, é apenas descrita por Guilherme de Poitiers. Em todo caso, como veremos, outras tentativas de dotar os normandos e seu duque de valores cristãos devem ser compreendidas a partir de um movimento mais amplo que visava a proteção das igrejas e uma sacralização da guerra. Dessa forma, o processo político que levou à Conquista da Inglaterra teria contato com o apoio e interesse papal, que via na investida militar do duque a retomada de sua autoridade nesse reino⁵⁵⁴. Durante a preparação, o duque teria enviado emissários a Roma, para ganhar o apoio do papa Alexandre II em relação a invasão da Inglaterra. A partir do autor da *Gesta Willelmi*, compreendemos que a resposta papal foi material e ao mesmo tempo simbólica:

Huius apostolici fauorem petens dux, intimato negotio quod agitabat, vexillum accepit eius benignitate uelut suffragium sancti Petri, quo primo confidentius ac tutius inuaderet aduersarium. Et Romanorum imperatori Henrico, Henrici imperatoris toris filio, nepoti imperatoris Chounradi, nouiter iunctus fuit in amicitia, cuius edicto in quemlibet hostem Germania ei, si postularet, ueniret adiutrix. Rex quoque Danorum Suenus fidem legationibus ei spopondit, sed inimicis eius amicum exhibebat se fidelem, sicut in sequentibus legendo ipsius detrimenta spectabis⁵⁵⁵.

Para Elisabeth Van Houts, além do Estandarte de São Pedro⁵⁵⁶ representar o apoio papal, o gesto ainda poderia ser interpretado pelos normandos e seu duque enquanto um sinal de que Deus apoiava o uso da força, mesmo contra outro cristão como Harold, que ao encontrar-se em perjúrio, representaria um perigo para a obra do

⁵⁵³ Um verdadeiro rumor chegou inesperadamente, de que a terra dos anglos do rei Edward havia perdido seu rei e que Harold estava vestindo sua coroa. E esse anglo não aguentou esperar a decisão de uma eleição pública; mas no trágico dia em que o melhor de todos os homens foi enterrado, enquanto todo o povo estava de luto, ele violou seu juramento e tomou o trono real com aclamação, com a aclamação e convivência de homens maus. Ele recebeu uma impiedosa consagração de Stigand, que havia sido privado de seu ofício sacerdotal pelo justo zelo e anátema do papa. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.99. GREENWAY, Diana. *Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.99.

⁵⁵⁴ VAN HOUTS, Elisabeth. *The Normans in Europe. Op. Cit.*, p.104.

⁵⁵⁵ Buscando a aprovação desse papa, ao qual ele informou o assunto em mãos, o duque recebeu um estandarte com sua benção, para significar a aprovação de São Pedro, para que em seguida ele pudesse atacar o inimigo com maior confiança e segurança. Também, ele recentemente fez um pacto de amizade com Henrique, imperador dos romanos, filho do imperador Henrique e neto do imperador Conrado que, por esses termos a Germania poderia, se requisitado, vir em sua assistência contra qualquer inimigo. Swen, rei dos daneses, igualmente prometeu sua fé a ele por embaixadores; mas ele irá mostrar a si mesmo o fiel amigo dos inimigos do duque, como você verá o que se segue na leitura do dano que causou. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.102.

⁵⁵⁶ Este é outro elemento apenas presente na *Gesta Willelmi* de Guilherme de Poitiers. Na *Gesta Regum Anglorum* de Guilherme de Malmesbury, o mesmo faz referência a um estandarte normando, ao qual o duque havia se fixado próximo, e posteriormente enviado ao papa após a vitória em Hastings. *Vexillum illud post victoriam papae misit Willelmus, quod erat hominis pugnantis figura, auro et lapidibus arte sumptuosa intextum. Esse estandarte Guilherme enviou, depois da vitória, para o papa; ele era sumtuosamente bordado, com ouro e pedras preciosas, na forma de um homem combatendo. Tradução nossa. THOMSON, R. M. William of Malmesbury – Gesta Regum Anglorum. Vol II. Op. Cit.*, p.233.

Senhor⁵⁵⁷. Essa tomada de atitude em relação ao justo emprego da violência estaria alinhada a um movimento mais amplo, de sacralização da própria guerra. No caso da Normandia, tal movimento teve campo propício para seu desenvolvimento, sobretudo a partir da ação do duque Guilherme II. Devemos, assim, compreender igualmente o processo de construção da representação desse duque nas crônicas sobre Hastings, a partir desse contexto de mudança cultural, onde observaremos uma associação entre sua autoridade e a defesa da paz.

Com a queda da autoridade régia de Henrique I no reino franco, o que levou a escalada da violência intersenhorial na primeira metade do século XI, passou-se a aplicar, por meio de concílios regionais, a chamada Trégua de Deus, que visava a redução da violência senhoral em certos dias e períodos do ano. No caso da Normandia, no entanto, certa especificidade teria sido observada no período. Para David Bates e David Douglas, após uma mal sucedida tentativa de introdução dos movimentos de paz na Normandia, por volta de 1041-1042, e por intermédio de Ricardo de Verdun, o movimento teria ganho novos contornos nos anos seguintes na região⁵⁵⁸.

A partir do Concílio de Caen, levado a cabo em 1047, com a presença do duque, do arcebispo Mauger e do abade Nicholas de Saint-Ouen, confirmou-se a adoção, sob as relíquias do santo protetor dessa abadia, da Trégua de Deus na região. Apesar da observância e das respectivas punições relativas ao movimento estarem originalmente ligadas ao clero, observa-se uma postura na Normandia apenas detectado nas regiões de Rheims e Flandres.

Nesse mesmo concílio, a concordata estabelecia que o duque estaria livre das sanções contra o emprego da força, desde que sua mobilização de homens em armas procurasse coibir o mesmo entre a aristocracia, além de atender o interesse público de outras maneiras. Nesse sentido, haveria uma conexão entre sações leigas e religiosas onde, segundo Crouch, o duque poderia transformar os movimentos de paz em uma *pax ducis*, garantindo a divulgação da sua autoridade sobre a nobreza e construindo sua figura enquanto protetora das igrejas e daqueles que não podiam se defender⁵⁵⁹. Como veremos na *Historia*, de Henrique de Huntingdon, existiria uma igual associação entre o

⁵⁵⁷ VAN HOUTS, Elisabeth. *The Normans in Europe. Op. Cit.*, p.105. FLORI, Jean. *Guerra Santa, Yihad, Cruzada – Violencia y religion en el cristianismo y el islam*. Tradução Rafael Peinado Santaella. Granada: Universidad de Granada, 2004, p.193-195.

⁵⁵⁸ BATES, David. *William the Conqueror. Op. Cit.*, p.111; DOUGLAS, David. *William the Conqueror. Op. Cit.*, 43-44.

⁵⁵⁹ CROUCH, David. *The Normans. Op. Cit.*, p.66; BATES, David. *William the Conqueror. Op. Cit.*, p.112-113.

aumento da autoridade ducal, por intermédio da pax ducis, e uma negação da autoridade dos reis francos na região e sobre duques normandos.

Em termos da associação entre religiosidade e a guerra, um dos lugares comuns presentes nas narrativas medievas, são os pedidos de ajuda dos céus durante os preparativos para a batalha. No caso das narrativas da Batalha de Hastings, elas ocorrem em dois momentos distintos: durante a preparação da invasão, ainda na Normandia, e algumas horas antes do combate propriamente dito ocorrer. No caso do texto de Guilherme de Poitiers, ao relatar o momento anterior à travessia do Canal da Mancha, o duque e seu exército precisavam contar com o favor divino para que ventos trocassem seu curso, passando a soprar do sul em direção ao norte. O duque então teria se dirigido à catedral de São Valério para realizar uma prece:

Ad hoc hortamine diuerso retraxit exterritos, animauit pauentes. Sacris supplicationibus adeo decertauit, ut corpus etiam acceptissimi Deo confessoris Gualerici, contra praepedientem et pro secundo uento, extra basilican deferret, concurrente in eadem humilitatis arma concione profecturorum cum ipso⁵⁶⁰.

Assim como o Estandarte de São Pedro, o corpo de São Valério (morto no século IV) teria igual função de exortação (*hortamine*) das tropas, assim como a capacidade de prefigurar milagres, como a alteração do clima, demonstrando o favor divino à causa dos normandos. O combate por intermédio da prece igualmente acompanharia a caracterização do duque a partir de sua temperança (*temperantia*) e prudência (*prudencia*)⁵⁶¹, duas das quatro virtudes cardeais cristãs. Ao somar-se então a coragem normanda e a justiça da causa do duque, o mesmo poderia garantir a provisão e a ordem de todo o seu exército estacionado, assim como não permitir que a violência dos cavaleiros⁵⁶² afetasse os camponeses locais⁵⁶³.

⁵⁶⁰ Ele se esforçou com sagradas orações até um ponto onde ele teve o corpo de São Valério, um confessor mais aceitável a Deus, trazido para fora da basílica para debelar o vento contrário e trazer um favorável; todos os homens em armas que reunidos, que deveriam sair com ele, compartilhavam os mesmos braços de humildade. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.108.

⁵⁶¹ GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.100

⁵⁶² Prouincialium tuto armenta uel greges pascebantur seu per campestria seu per tesqua. Segetes falcem cultoris intactae expectabant, quas nec attriuit superba equitum effusio, nec demessuit pabulator. Homo imbecillis aut inermis, equo cantans qua libuit uectabatur, turmas militum cernens non exhorrescens. As plantações aguardaram ilesos a foíce do lavrador, e não foram pisoteadas pela orgulhosa debandada dos cavaleiros, nem cortadas por forrageiros. Um homem que era fraco ou desarmado, poderia cavalgar cantando em seu cavalo onde desejasse, sem tremer ao ver os grupos de cavaleiros. Tradução nossa. *Ibidem*, p.101.

⁵⁶³ Guilherme de Poitiers fala em cinquenta mil homens e armas organizados sob o comando do duque normando para a invasão da Inglaterra. Para Bernard Bachrach, tal soma, além de ser exagerada, demonstraria que o tempo gasto na organização da invasão, guardaria maior relação com a necessidade de

Ao tomarmos a postura optada por Guilherme de Poitiers e Guilherme de Malmesbury, existiria uma associação entre a proteção espiritual e a marcialidade, assim como o justo emprego da violência contra aqueles que se portavam como inimigos da Igreja. Antes que a batalha ocorresse, Guilherme de Poitiers narra a ocasião de uma missa, com a presença de dois bispos próximos a ao duque:

Ipse mysterio missae quam maxima cum deuotione assistens, corporis ac sanguinis Domini communicatione suum et corpus et animam muniuit. Appendit etiam humili collo suo reliquias, quarum fauorem Heraldus abalienauerat sibi, uiolata fide quam super eas iurando sanxerat. Aderant comitati e Normannia duo pontifices, Odo Baoicensis et Goisfredus Constantinus, una multus clerus et monachi nonnulli. Id collegium precibus pugnare disponitur⁵⁶⁴.

A oposição entre os movimentos de paz e a prática da guerra é apenas aparente, pois encontra justificativas teológicas a partir da segunda metade do século XI, como temos procurado apontar. Dessa forma, para Guilherme de Jumièges, “a infidelidade que levava os anglo-saxões a serem seduzidos por Harold para longe da justiça do duque normando”⁵⁶⁵, deveria, para Guilherme de Poitiers, se combatida por corpo e alma, ou seja, pelas armas físicas e as da fé. O juramento de fidelidade ao duque feito por Harold é descrito pelo núcleo das fontes normandas sobre a Conquista, o que incluiria Guilherme de Jumièges, Guilherme de Poitiers e a Tapeçaria de Bayeux.

Por outro lado, existiria então certa problemática sobre a menção de relíquias sob as quais Harold teria jurado fidelidade e o reconhecimento do trono do Reino da Inglaterra ao duque⁵⁶⁶. Isso porque não há descrição da materialidade das relíquias nas narrativas cronísticas, ainda que sua importância para os normandos seja bastante ressaltada por Guilherme de Poitiers no interior da narrativa de Hastings.

provisão e organização de aproximadamente quatorze mil homens, do que com a narrativa sobre os ventos feita pelo autor. Ver. BACHRACH, Bernard S. *Some observations on the military administration of the Norman Conquest*. In: BROWN, Robert Allen. *Anglo-Norman Studies - Proceedings of the Battle Conference*. Vol. VIII. Woodbridge: The Boydell Press, 1986, p.1-25.

⁵⁶⁴ Ele em pessoa participou do mistério de uma missa com grande devoção, e fortaleceu seu corpo e alma com o recebimento da comunhão com o corpo e o sangue do Senhor. Ele tinha pendurado em seu pescoço as relíquias de quem a favor Harold confiscou ao quebrar o juramento que ele fez a elas. Dos bispos que haviam vindo da Normandia, Odo de Bayeux e Godofredo de Countances, estavam em sua companhia, junto com numerosos clérigos e não poucos padres. Esse corpo clerical preparou-se para o combate com orações. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi*. *Op. Cit.*, p.122.

⁵⁶⁵ Sed ille hoc non solum audire contempsit uerum omnem ab illo Anglorum gentem infideliter auertit. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. *Op. Cip.*, p.161.

⁵⁶⁶ A Tapeçaria de Bayeux é a única fonte pictográfica da Conquista, e a partir de possíveis conexões com a *Gesta Willelmi*, acaba por representar as relíquias citadas pelo autor. Sobre a visita de Harold a Normandia e sua representação na Tapeçaria, ver: BRIDGEFORD, Andre. *The Hidden History in the Bayeux Tapestry*. *Op. Cit.*, p.43-48.

Nesse sentido, não haveria distinção entre o combate temporal e espiritual nas fontes, desempenhando as relíquias papel de proteção ao corpo e ao espírito do duque⁵⁶⁷, além de, em associação ao *vexillum* papal, nos levar a propor certo impacto motivacional sobre o exército invasor⁵⁶⁸. Ainda na mesma citação, essa ideia é fortalecida pelo fato de que um corpo de eclesiásticos, liderados por Odo de Bayeux e Godofredo de Countaces se preparariam, igualmente, para lutar contra os inimigos anglo-saxões da igreja com orações (*precibus pugnare*)⁵⁶⁹. No caso de Guilherme de Malmesbury, a proteção dada pelo clero se daria durante a noite anterior ao combate, onde os normandos teriam passado toda a noite orando e confessando seus pecados em vigília, enquanto o inimigo, bebendo e cantando durante toda a noite (*totam noctem insomnem cantibus*)⁵⁷⁰.

Outro lugar comum de importância para nossa análise, seria compreender a importância que a ajuda divina teria para os normandos durante a batalha. Apesar da *Gesta Willelmi* de Guilherme de Poitiers caracterizar-se como a narrativa cujos detalhes militares são existentes em maior número, não há qualquer referência a um apelo ao sagrado durante a luta. O mesmo observa-se nos textos de Guilherme de Jumièges e Guilherme de Malmesbury. Assim, a única exceção seria a narrativa de Henrique de Huntingdon, e mais especificamente sua arenga de batalha construída. Durante a arenga, o duque Guilherme relembra os feitos militares de Ricardo I em Mirmande, próximo aos Alpes: *Et ne parum sit vobis hominis vicisse, vicit et ipse, diabolum, corporaliter collunctans et prosternens, ligansque manus ejus post terga, confusumque victor angelorum reliquit*⁵⁷¹.

Essa aproximação entre o combate físico e a capacidade sobrenatural do duque de vencer o diabo é única entre o corpus cronístico analisado, além de possuir pouca discussão no interior da historiografia corrente sobre o tema. Em todo caso, na

⁵⁶⁷ SMITH, Julia M. H. *Portable Christianity: Relics in the Medieval West (c. 700 – 1200)*. In: *Proceedings of the British Academy*. Nº181. London: The British Academy, 2012, p.143-144.

⁵⁶⁸ BLIESE, John R. E. *Leadership, Rhetoric and Morale in the Norman Conquest of England*. Op. Cit., p.25

⁵⁶⁹ GERRARD, Daniel. *The military activity of bishops, abbots and clergy in England c. 900-1200*. Tese de Doutorado. Faculty of Arts: School of Humanity of the University of Glasgow, 2011, p.107

⁵⁷⁰ HARDY, Thomas Duffus. *Wilelmi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella*. Op. Cit., p.414.

⁵⁷¹ Nem foi necessário conquistar os mortais; porque ele superou o próprio diabo, com quem ele lutou e o amarrou, deixando-o um vergonhoso espectador para os anjos. THOMSOM, R. M. *Henry – Archdeacon of Huntingdon*. Op. Cit., p.390.

passagem, aos duques normandos caberia a *fortitudo* e a *justitia* para derrotar seus inimigos com suas próprias mãos, mesmos que este fosse o próprio diabo⁵⁷².

Desde a Antiguidade, o ato dos líderes militares em recorrerem a ajuda divina antes e principalmente durante a batalha, como um fator que pudesse determinar o destino da mesma, fortaleceu-se como um lugar comum na historiografia sobre a guerra. Tal recorrência poderia ser feita diretamente a Deus ou por intermédio de um interventor, fosse ele um objeto sacro, como uma relíquia, ou mesmo a invocação da presença de um santo associado ao combate pelas armas. No universo franco, cuja influência para os normandos deve ser lembrada, chama a atenção o suposto clamor a São Germano e Santa Genovena durante o cerco de Paris por Rollo. Durante esse sítio, ocorrido em 885, São Germano materializa-se para lutar ao lado dos francos contra os pagãos invasores, impondo a Rollo a derrota nesse confronto⁵⁷³. Já ao tratarmos do contexto anglo-normando dos séculos XI e XII, ainda que São Miguel Arcanjo possua sensível representação no Ducado da Normandia⁵⁷⁴, seu culto não aparece nas fontes sobre Hastings.

Dessa forma, acompanhamos o conceito de Ralph Davies sobre a ideia da marcialidade na forma dos principais motores do chamado mito normando. Para esse autor, assim como outros autores responsáveis por discutir a etnogenesis e a *etnopoiesis* dos normandos, os mesmos procuram, por intermédio de cronistas, construir uma representação identitária de si mesmos como marcialmente auto suficientes. Como temos demonstrado, a imagem dos normandos, elaborada inicialmente por Dudon e transmitida sucessivamente aos autores normandos e anglo-normandos, tem na ideia da marcialidade, um lugar de importância como motor explicativo da sobrevivência e expansão dessa *gens*.

No entanto, mesmo que haja uma pouca recorrência a elementos ligados à intervenção divina no interior das narrativas sobre Hastings, a *gens normannorum* ainda deve ser tomada na forma de uma população inserida no contexto mais amplo, de sacralização da guerra. Em todo caso, é importante salientar que Hastings representou a morte de milhares de cristãos, o que não teria passado despercebido para ao menos parte das narrativas cristãs sobre essa batalha. Deste modo, Guilherme de Jumièges e Henrique de Huntingdon mostram-se os únicos dois exemplos, dentre os textos aqui

⁵⁷² GREENWAY, Diana. *Historia Anglorum: The History of the English People*. Op. Cit., p.cvii.

⁵⁷³ FLORI, Jean. *Guerra Santa, Yihad, Cruzada – Violencia y religion en el cristianismo y el islam*. Op. Cit., p.157-159.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p.189.

analisados, a relatar a construção da abadia de Battle no local da Batalha. Segundo o autor de Jumièges:

Locus uero ubi, sicut supra diximus pugnatum est, exinde Bellum usque hodie uacatur. Porro Willelmus rex ibi cenobium in honore Sancte Trinitatis construxit et monachos ac ordinem Maioris Monasterii Sancti Martini Turonensis statuit atque necessariis opibus pro interfectis utriusque partis affatim ditauit⁵⁷⁵.

Em igual sentido, na *Gesta Anglorum: Comissum autem est bellum mense Octobris, in festiuitate S. Calixti. Quo in loco rex Willelmus abbatiam nobilem postea pro defunctis suis construxit, et eam digne nomine Belli vocauit*⁵⁷⁶. Destarte tais passagens mereçam uma abordagem mais aprofundada, sobretudo no que se refere as suas relações com uma sacralização da guerra; a menção do evento de fundação da abadia de Battle é um elemento de importância para a construção da representação dos normandos enquanto cristãos. No caso do monge de Guilherme de Jumièges, mostraria-se especialmente importante demonstrar como o novo rei da Inglaterra resguardaria as almas destes cristãos, vivos ou não.

Além da menção da festa de São Calixto, presente em ambas as narrativas, haveria uma conexão com a visão de um cometa após a coroação de Guilherme I, em Westminster, o que representaria, igualmente, uma evidência da ação divina em torno de mudanças para os habitantes da Ilha, demonstrada aqui pela mão de Deus que reside sobre a mesma:

Si facta est mutatio dextere excelsi. Quam cometa ingens in exodio eiusdem anni desig- nauerat. Vnde dictum est: Anno milleno sexageno quoque seno, Anglorum mete flammis sensere comete⁵⁷⁷.

A descrição optada pelos autores procurou, a nosso ver, convergir uma representação dos normandos na qualidade de cristãos à figura do duque Guilherme II. Assim como no caso da construção da legitimidade normanda para a Conquista, por

⁵⁷⁵ O local aonde ocorreu a batalha, como mencionamos acima, é portanto chamada de Battle até os dias de hoje. Ali o rei Guilherme fundou um monastério dedicado ao Espírito Santo, sendo preenchido com monges de Marmoutier, fundado por São Martinho, próximo a Tours, e dotado com a necessária riqueza que os permitisse orar pelos mortos de ambos os lados. Tradução nossa. VAN HOUTS, Elisabeth. *Gesta Normannorum Ducum*. Vol. II. *Op. Cit.*, p.173

⁵⁷⁶ A batalha foi lutada no mes de Outubro, sob a festa de São Calisto. O rei Guilherme, após isso, fundou uma nobre abadia naquele local, que obteve o nome apropriado de abadia de *Battle*. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Historia Anglorum: The History of the English People. Op. Cit.*, p.cvii.

⁵⁷⁷ Assim, ocorreu uma mudança na mão direita do Mais Altivo, que um enorme cometa havia pressagiado no início do mesmo ano. Por isso foi dito: no ano de mil e sessenta e seis, foi visto nas terras dos anglos as chamas de um cometa. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry – Archdeacon of Huntingdon. Op. Cit.*, p.30. Além das Crônicas Anglo-Saxônicas, em suas versões A, C e D, o fato é ainda narrado na *Gesta Normannorum Ducum* de Guilherme de Jumièges. Ver: VAN HOUTS, Elisabeth. *Gesta Normannorum Ducum*. Vol. II. *Op. Cit.*, p.171.

intermédio de sua marcialidade cujos valores associativos eram igualmente centrados no duque, o mesmo ocorreria para a temática religiosa. Na qualidade de lugar comum nas narrativas cristãs do medievo, o líder do exército invasor clama aos céus, em diversos momentos antes da Batalha, para que seu corpo e alma sejam protegidos.

Ao observarmos os elementos eleitos pelos autores normandos e anglo-normandos para justificarem a vitória normanda em Hastings, acreditamos se sobrepor certa continuidade na *etnopoiesis* do mito normando em termos da ideia do virtuosismo bélico. Nesse sentido, a superestimação dos feitos militares normandos no interior das narrativas sobre Hastings ocuparia lugar hierarquicamente mais privilegiado que os elementos religiosos. O lugar comum de clamor aos céus para que intervenha durante a batalha, ainda que o inimigo normando seja descrito enquanto igualmente em perjúrio sacro, se mostra uma estratégia aparentemente de menor valor simbólico para os autores da Conquista. Tal forma de pensar, por sua vez, levaria os cronistas a justificarem a Conquista Normanda por intermédio da *justitia* da causa do duque, além de reafirmarem a devoção do mesmo, o que teria reflexos na representação de sua sua temperança e prudência.

3.3 A alteridade da identidade: a negação do outro anglo-saxão

O choque entre normandos e anglo-saxões na Batalha de Hastings é compreendido por nós não apenas como o clímax de um processo de conquista empreendido pelo duque normando, mas também de denúncia da existência de mecanismos de construção da negação de outro, ou seja, de sua identidade. Por isso, a nosso ver, ao nortearmos nossa visão do outro a partir de uma fronteira⁵⁷⁸, a

⁵⁷⁸ Em termos recentes, duas abordagens para a noção de fronteira emergiram na historiografia, que a grosso modo, podem ser divididas entre uma abordagem norte-americana e uma ligada a Europa, sobretudo à Inglaterra. No caso da primeira escola citada, existiria uma sucessão de trabalhos ligados a pesquisa original de Frederick Jackson Turner, que ainda que apresentando certos nuances na abordagem, compreendiam as fronteiras como zonas de polarização e contato entre sociedades – e mesmo civilizações – que viam a si mesmos enquanto diferentes. TURNER, F. J. *The Significance of the Frontier in American History*. Indianapolis: American Historical Association, 1991 (publicado originalmente em 1893). KULIKOWSKI, M. *Ethnicity, rulership and early medieval frontiers*. In: CURTA, F. *Borders, Barriers and Ethnogenesis: Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages*. Bergjinhof: Brepols Publishing, 2005. No caso de uma historiografia europeia, as noções de fronteira acompanhariam um dinamismo político, sobretudo a partir de aspectos militares. Igualmente, haveria espaço para interpretações das fronteiras divisões imaginadas. Tal abordagem tende a convergir para os trabalhos de POWER, Daniel. *The Normal Frontier in the Twelfth and Early Thirteenth Centuries*. In: MCKITTERICK, Rosamond. *Cambridge Studies in Medieval Life and Thought*. 4ªEd. Cambridge:

compreendemos não apenas de maneira física, mas igualmente a partir da elaboração de uma representação. Mais do que isso, temos como pressuposto que identidades constroem e se organizam de maneira fronteira a outras, que por sua vez, podem ser hostis ou não.

No caso da *gens normannorum* é importante lembrar que o território sob a autoridade dos duques normandos era uma região naturalmente de fronteira em relação a outras do reino franco, cuja matriz cultural se diferenciava daquela observada no ducado normando (Bretanha, Anjou, os territórios régios e a região de Flandres). Dessa forma, a sobrevivência de uma identidade poderia basear-se, em muito, na negação daquelas circunvizinhas, ou seja,

As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em exterior, em abjeto. Toda identidade tem, à sua margem, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado⁵⁷⁹.

Para Hicks, originalmente, a noção de fronteira (do francês *frontière*) remeteria a uma espécie de borda territorial militarizada. No entanto, nas narrativas normandas e anglo-normandas alguns termos seriam utilizados de maneira a demonstrar pouca alteração no sentido original, possivelmente tendo sido empregados pelos autores com o propósito de enriquecer linguisticamente os textos. Em todo caso, haveria a recorrência do emprego de dois termos: *confinium/confinia* e *finis/fines*. No primeiro caso, há uma continuidade entre o uso do termo entre Dudon, Guilherme de Jumièges, Orderico Vitalis e Roberto de Torign, sendo este sempre empregado no contexto das descrições das zonas limítrofes entre o território normando e as demais⁵⁸⁰. No caso de *finis*, mais raro nas crônicas, haveria relação com certas descrições feitas a partir de uma perspectiva estrangeira sobre a Normandia, sobretudo quando empregado em associação com o termo *Northmannici*⁵⁸¹.

Com base no apresentado, é nossa intenção averiguar como os anglo-saxões e seu rei, foram representados a partir de suas identidades no interior das narrativas sobre

Cambridge University Press, 2004.; HICKS, Leonie V. *The Concept of the Frontier in Norman Chronicles: A Comparative Approach*. In: STRINGER, Keith J.; JOTISCHKY, Andrew. *Norman Expansion - Connections, continuities and contrasts*. Burlington: Ashgate Publishing, 2013.

⁵⁷⁹ HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2007, p.110.

⁵⁸⁰ HICKS, Leonie V. *The Concept of the Frontier in Norman Chronicles*. Op. Cit., p.132.

⁵⁸¹ *Ibidem*, p.133.

a Batalha de Hastings. Dessa forma, para melhor iluminar tal questão, isolamos as temáticas e termos específicos e/ou recorrentes sobre essa *gens*, procurando demonstrar como as fontes teriam se inserido em um movimento de desconstrução e negação do outro anglo-saxão. Acreditamos que esse mesmo movimento de negação do outro, além de se aproximar de uma noção de fronteira para os normandos, poderia ser igualmente compreendido como um movimento de construção da própria identidade normanda.

Em todo caso, há de atender-se para o fato de que as noções demonstradas pelos autores são contemporâneas, ou seja, o emprego das terminologias citadas é feito em um contexto, muitas vezes, sensivelmente distante em termos temporais dos objetos narrados. Um possível caminho a se pensar, para além das representações das quais falaremos, é que importaria mais para as sociedades do período a autoridade exercida sobre um território, sendo essa construída com base em complexas conexões e associações. Nesse sentido, ao tomarmos o Ducado da Normandia como uma região periférica do Reino Franco, em constantes choques com populações vizinhas, haveria um interesse contínuo dos duques normandos em suas fronteiras⁵⁸².

As diversas percepções e representações de uma noção de fronteira para os autores normandos estariam intimamente relacionadas com sua história vivida, o que levaria em conta como estes mesmos autores perceberiam certas mudanças no meio físico, relacionadas à autoridade ducal ou régia:

The landscape was very much a means of making sense of political developments and the successes or setbacks of particular rulers. Essential to this understanding were spatial acts, notably the crossing of a border, building castles and, crucially, altering the nature of the landscape in some way. This is particularly evident in Henry I's widening of the road at Wenlock Edge. Acts of this sort and the landscapes themselves were grounded in the chroniclers' own experiences. William of Poitiers's close association with the ducal court and interest in Duke William's actions meant that he provided more detail about the peripheries of the duchy than did other authors. For all that Orderic borrowed from Poitiers's work, his memories played a significant part in his references to the landscapes of the Welsh borders, and William of Jumièges drew on the connections made by his monastery. Wace was particularly well informed about the west of Normandy⁵⁸³.

No caso da leitura que fizemos do processo de formação do patronato da abadia de Jumièges, procuramos, com base no raciocínio proposto por Cassandra Potts, chamar a atenção para o papel desempenhado pelas abadias normandas na ocupação do território e na formação do que poderíamos entender enquanto uma fronteira. Assim, “the existence of monasteries, especially along frontiers or in areas which were in

⁵⁸² BARTLETT, Robert. *England under Norman and Angevin Kings – 1075 – 1125*. *Op. Cit.*, p.18-19.

⁵⁸³ HICKS, Leonie V. *The Concept of the Frontier in Norman Chronicles*. *Op. Cit.*, p.145.

dispute, also helped to reinforce territorial claims”⁵⁸⁴. Em termos de autoridade, a influência das abadias poderia facilitar a aplicação da *pax ducis*. Dessa forma, apesar de tomarmos as noções de autoridade política em um determinado território como um elemento formador de uma possível concepção de fronteira, é ainda necessária tomá-la em termos de construção e representação.

Para Daniel Power, algumas características regionais no interior do próprio Ducado da Normandia dificultariam a circulação de uma noção de identidade linear entre os normandos. Ao tempo do último rei normando da Inglaterra, Henrique I, a região do bispado de Rouen, o que incluiria as abadias de Saint-Wandrille, Fécamp e Jumièges, gozariam de conexões com Paris e a Ile-de-France, além de acordos econômicos para o uso do Rio Sena. No caso das regiões mais a Oeste, sobretudo as próximas a Anjou e a fronteira com a Bretanha, construções linguísticas de toponímia com menor influência franca poderiam ser observadas⁵⁸⁵. Elementos naturais, como florestas e rios, seriam utilizados nas crônicas para denotar alguma forma de separação com outras populações. Dessa forma, o Canal da Mancha seria essencial para a compreensão de uma conexão entre a Inglaterra e a Normandia na formação do reino anglo-normando, assim como na manutenção de uma representação de si mesmo para a aristocracia normanda.

Ao acompanharmos Power, entendemos que algumas percepções de fronteiras, principalmente para os autores aqui trabalhados, podem ser identificadas em termos de representação. Ao atribuírem sucessivamente certos valores aristocráticos e cristãos a si mesmos no interior de sua etnogenesis e *etnopoiesis*, os normandos teriam construído sua própria identidade⁵⁸⁶. Essas percepções de si mesmo, em muito reafirmadas durante a narrativa da Batalha de Hastings, demonstrariam igualmente que tais valores, assim como a ideia de uma comunidade imaginada, são limítrofes a outras identidades. Assim:

one of the most effective ways of clarifying where the limits to the ruler's authority lay was to foster antagonism towards the neighboring group or groups, chiefly through the creation, revival, and maintenance of ideologies, with their accompanying myths and symbols, that emphasized the uniqueness of the in-group and a negative picture of the out-group⁵⁸⁷.

⁵⁸⁴ POTTS, Cassandra. *The Monastic Revival and Regional Identity in Early Normandy*. Op. Cit., p.13-15. Ver também CHIBNALL, Marjorie. *The World of Orderic Vitalis*. Op. Cit., p.50-51.

⁵⁸⁵ POWER, Daniel. *The Normal Frontier in the Twelfth and Early Thirteenth Centuries*. Op. Cit., p.6-7.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, p.199-201.

⁵⁸⁷ POWER, Daniel. *Frontier: Terms, Concepts, and the Historians of Medieval and Early Modern Europe*. In: POWER, Daniel; STANDEN, Naomi (eds). *Frontier in Question – Eurasian Borderlands – 700 – 1700*. New York: St. Martin's Press, 1999, p.24-26.

A partir desse escopo, os quatro cronistas aqui analisados optariam por certas estratégias no interior das narrativas para deslegitimar os anglo-saxões e seu rei, Harold Godwinson. Tais escolhas, como temos procurado afirmar, advinham não apenas das filiações dos autores, mas igualmente de questões políticas relativas ao contexto de produção dos textos, além das audiências propostas – que poderiam ir além da própria corte normanda.

A demarcação de uma fronteira seria evidenciada, igualmente, por uma hierarquização na escolha de certas temáticas que denunciariam a inferioridade dos conquistados anglo-saxões em relação aos seus algozes normandos. Na narrativa sobre a batalha de Hastings, todos os autores procurariam, com maior ou menor ímpeto, apontar como os anglo-saxões eram inferiores militarmente. Ao tomarmos as fontes, detectamos que três critérios são tomados pelos autores para esse escopo: a composição e caracterização do exército anglo-saxão, a tradição militar dessa *gens* e o comando exercido pelo rei Harold, que por falhar em controlar o pecado dos ilhotas, os lideraria apenas para a ruína destes.

Ao retomarmos a narrativa da Batalha de Hastings, não haveria menção entre os autores da presença de cavaleiros entre os guerreiros anglo-saxões, ao passo que Guilherme de Poitiers é o único a mencionar que, deliberadamente, os mesmos abandonaram seus cavalos para lutar a pé antes da batalha ter início (*Protinus equorum ope relictis, cuncti pedites constitere densius conglobati*)⁵⁸⁸. Com isso, seria reforçado o valor dado pelo autor à cavalaria, sobretudo em oposição àqueles que lutam a pé, cujas descrições tendem a ser mais sucintas e de menor valor simbólico⁵⁸⁹. São descritos como *pedites* os guerreiros com armas de corte, como espadas (*ensis* ou *gladio*) e identificados pelo uso de lorigas segmentadas (*firmitiores et loricati*), assim como arqueiros (*sagittis armatis*) e besteiros (*balistarii*)⁵⁹⁰.

O fato dos anglo-saxões não possuírem arqueiros no campo de Hastings é evidenciado na arenga do duque construída por Henrique de Huntingdon (*Gentem nec etiam sagittas habentem*)⁵⁹¹. A evidência da presença de arqueiros em Hastings no exército defensor é escassa, mas acreditamos que não pode ser ignorada. Para Jim

⁵⁸⁸ GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.124.

⁵⁸⁹ BARTHELEMY, Dominique. *A Cavalaria: da Alemanha a França do século XII. Op.Cit.*, p.232-255

⁵⁹⁰ A presença de besteiros na Normandia do século XI é evidenciada em uma carta, onde o então duque Guilherme II aprova uma doação feita por um cavaleiro chamado Ricardo de Reviars a abadia de Saint-Pere de Chartres. Um das inúmeras testemunhas do acordo é Fulcher, o besteiro (Fulcherius arciballister) FAROUX, Marie. *Recueil des Acts des Ducs de Normandie. Op. Cit.*, p.329. GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.xl.

⁵⁹¹ GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.*, p.210.

Bradbury, a representação de uma solitária figura portando um arco na Tapeçaria de Bayeux que, pouco protegida, levanta sua arma contra os normandos, poderia indiciar alguns cenários. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a marcha forçada levada a cabo por Harold, entre as batalhas de Stamford Bridge e Hastings, poderia ter ocasionado a dificuldade da presença de arqueiros, geralmente advindos de certas regiões não próximas ao trajeto⁵⁹². Tais regiões especializadas, por sua vez, teriam tido contato com uma tradição escandinava do uso do arco para fins bélicos, ainda que não indicassem uma disseminação de tal emprego na Inglaterra⁵⁹³. Por outro lado, a figura igualmente poderia indicar a presença de guerreiros irregulares⁵⁹⁴, lançando diversos tipos de projeteis, como machados de mãos, dardos ou fundas (*lactant cuspides ac diuersorum generum tela, saeuissimas quasque secures, et lignis imposita saxa*)⁵⁹⁵.

Com exceção de Guilherme de Jumièges, todos os demais autores destacam como os arqueiros e besteiros compunham um destacamento tático no interior do exército normando. No caso da *Gesta Regum Anglorum*, de Guilherme de Malmesbury, há a referência dos arqueiros enquanto a vanguarda do exército invasor (*Pedites cum arcubus et sagittis primam frontem muniunt*)⁵⁹⁶. Igualmente, os autores tendem a destacar o papel exercido pelos arqueiros normandos no interior da batalha, o que no caso de Henrique de Huntingdon, o teria levado a evidenciar uma propensa ausência histórica dos mesmos para os anglo-saxões.

Ao passo que Guilherme de Poitiers afirma apenas que as flechas normandas ferem e transfixam os anglo-saxões (*Sagittant, feriunt, perfodiunt Normanni: mortui plus dum cadunt, quam uiui, moueri uidentur*), o autor da *Historia Anglorum* demonstra, em duas passagens, como os arqueiros normandos foram decisivos para a vitória dos normandos:

⁵⁹² BRADBURY, Jim. *The Medieval Archer*. 7ª ed. Woodbridge: The Boydell Press, 1999, p.17

⁵⁹³ Uma das poucas evidências do emprego de arqueiros na Inglaterra anglo-saxônica é uma passagem no chamado Poema da Batalha de Maldon, de autor desconhecido e possivelmente escrito em um período próximo ao ocorrido, em 991. Entre os versos 97 e 129, o autor narra sobre o início da batalha entre os defensores, liderados por Byrhnóth e os nórdicos “A batalha aproximava-se, a glória em combate. Era chegado o tempo quando os homens predestinados deveriam cair. Um alarme foi soado, os corvos voaram, a águia ávida por carcaças; houve um grito na terra. Eles então soltaram as poderosas lanças de suas mãos, e as afiadas lanças voaram; os arcos estavam atarefados, os escudos receberam as setas. A matança foi cruel, guerreiros caíram de cada um dos lados, e os jovens tombaram”. MEDEIROS, Elton O. S. *A Batalha de Maldon*. In: *Revista Brathair*. Nº12, vol. 1, 2012, p.170.

⁵⁹⁴ BRADBURY, Jim. *The Medieval Archer*. Op. Cit., Op. Cit., p.26.

⁵⁹⁵ GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi*. Op. Cit., p.127.

⁵⁹⁶ THOMSON, R. M (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum*. Vol I. Op. Cit., p.275.

Docuit etiam dux Willelmus viros sagittarios ut non in hostem directe, sed in aera sursum sagittas emitterent, cuneum hostile sagittis secarent: quod Anglis magno fuit detrimento⁵⁹⁷.

Interea totum imber sagittariorum cecidit circa regem Haraldum: et ipse in oculo percussus corruit. Erumpens autem multitudo equitum regem vulneratum interfecit, et Girdh consulem interfecit, et Lewine console fratres ejus cum eo⁵⁹⁸.

Sobretudo na segunda passagem, seria possível observar os arqueiros normandos sendo responsáveis por deixar o rei anglo-saxão vulnerável, para posteriormente ser assassinado. A morte do rei Harold marcaria então um importante ponto de virada na peleja, já que minaria a resistência dos defensores, por representar impacto psicológico nos guerreiros. A posse de um corpo tático organizado de arqueiros possibilitaria certas mudanças estratégicas, como observado na narrativa. Tais mudanças, por sua vez, só seriam possíveis graças à manobralidade característica desses guerreiros; menos protegidos, poderiam de maneira mais rápida abrir caminho para outros destacamentos, como a cavalaria. Acreditamos, dessa forma, que a descrição homogênea do exército anglo-saxão, tomada por Guilherme de Poitiers e Henrique de Huntingdon, seria indício de uma visão limitada em termos bélicos sobre essa *gens*, além de procurar superestimar a organização militar normanda e o papel desempenhado pelos arqueiros⁵⁹⁹.

Outra importante estratégia de negação dos anglo-saxões, notada nas arengas presentes na *Gesta Willelmi* e na *Historia Anglorum*, seria o emprego de uma retórica associada a uma tradição militar desse povo. No texto do capelão do primeiro rei normando não há menção específica sobre batalhas e conquistas sofridas pelos anglo-saxões, havendo apenas uma generalização: “*Saepenumero Anglos hostili ferro deiectos ceci- disse, plerumque superatos in hostis uenisse deditionem, nunquam gloria militiae laudatos. Imperitos bellandi strenua uirtute paucorum facile posse conteri*”⁶⁰⁰. Ao

⁵⁹⁷ O duque Guilherme também comandou seus arqueiros não para apontar suas flechas diretamente suas flechas ao inimigo, mas para as dispararem no ar, que assim sua nuvem poderia espalhar escuridão entre os inimigos: isso foi uma grande perda para os Anglos. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit., p.394.

⁵⁹⁸ Enquanto isso, uma chuva de flechas caiu próximo ao rei Harold: e ele mesmo foi ferido no olho. Um grupo de cavaleiros agora o acertaram, e o rei, já ferido, foi morto. Com ele foi morto Gurth e foi morto Leofric, seus irmãos. Tradução nossa. *Idem*.

⁵⁹⁹ COWDREY, H. E. J. *Towards an Interpretation of the Bayeux Tapestry*. In: GAMESON, Richard. *The Study of the Bayeux Tapestry*. Woodbridge: The Boydell Press, 1997, p.93-98; MORILLO, Stephen. *The Battle of Hastings: Sources and Interpretations*. Op. Cit., p.122; MORILLO, Stephen. *Warfare under the Anglo-Norman Kings*. Op. Cit., p.166.

⁶⁰⁰ Muitas vezes, os Anglos foram derrotados, superados pelas armas inimigas; usualmente, derrotados, eles se renderam ao inimigo; nunca foram famosos pela glória de seus feitos em armas. Homens imperitos

trabalharmos as possíveis fontes consultadas por Guilherme de Poitiers em sua escrita biográfica sobre o Conquistador, seria possível que fontes orais - igualmente consultadas após a Conquista para a construção da narrativa de Hastings - podem ter informado esse capelão sobre as recentes derrotas sofridas pelos habitantes da Ilha, sobretudo as relativas à Conquista Nórdica de 1016.

Por outro lado, existia a possibilidade de toda a construção da estratégia ter sido tomada em empréstimo a partir de um raciocínio contido na *De Re Militari*, de Flávio Vegécio, uma das principais fontes utilizadas para as narrativas militares por Guilherme de Poitiers. Para Bliese, um recurso retórico comumente utilizado nas arengas de batalhas, o que inclui as não normandas, seria a premissa de que poucos guerreiros poderiam vencer seus adversários se esses estivessem em maior número, graças a certas características que incluíam virtudes como a coragem⁶⁰¹. No final do terceiro livro da obra do autor romano, no capítulo vinte e seis, são descritas trinta e três regras da “arte da guerra”, onde semelhante fórmula é tomada por Vegécio em uma das mesmas: “*Amplius uivat uirtus quam multitudo*”⁶⁰².

Semelhante estratégia é observada na arenga ducal na *Historia Anglorum*: “*Nonne igitur pudore nobis est gentem vinci solitam, gente arte belli cassam [...] O fortissimi, quasi bello ordinatam procedere?*”⁶⁰³. Henrique de Huntingdon constrói uma memória bélica vaga dos anglo-saxões, evidenciando, ainda assim, que a demonstração feita por eles contra os normandos no campo de batalha seria uma vergonha. Tanto no caso de Guilherme de Poitiers como em Henrique de Huntingdon, ambas as passagens encontram-se no interior das arengas que visam superestimar os valores bélicos normandos, aqui já mencionados.

Ainda assim, certa descrição da capacidade destrutiva do exército anglo-saxão é feita por Guilherme de Poitiers. Enquanto Harold reúne seus homens a partir de diversas regiões para a batalha, tal capacidade seria demonstrada pelo autor:

na guerra podem facilmente serem destruídos pela virtude de poucos. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *The Gesta Willelmi*. Op. Cit., p.124.

⁶⁰¹ BLIESE, John R. E.. *The Courage of the Normans – A Comparative Study of the Battle Rhetoric*. Op. Cit., p.11-12.

⁶⁰² ALLMAND, Christopher. *The De Re Militari of Vegetius – The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*. Op. Cit., p.33-39.

⁶⁰³ Não seria vergonhoso, então, que um povo acostumado a ser conquistado, um povo ignorante da arte da guerra [...] poderia fazer uma demonstração em ordem de batalha diante de você, mais valente? Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit., p.211.

Scribens Heraldī agmen illud ueterum aliquis, in eius transitu flumina epotata, siluas in planum redactas fuisse memoraret. Maximae enim ex omnibus undique regionibus copiae Anglorum conuenerant. Studium pars Heraldō, cuncti patriae praestabant, quam contra extraneos tametsi non iuste, defensare uolebant⁶⁰⁴.

A característica do afeto (zelo) que move os Anglos em defesa da terra e de seu rei é específica da *Gesta Willelmi*, descrevendo esse ímpeto guerreiro enquanto capaz de alterar o próprio meio físico de maneira violenta. Como é comum nos escritos do medievo, as adversidades e perigos são descritas geralmente como forma de demonstrar a superação do príncipe, seu exército ou mesmo da própria *gens* como unidade.

O desafio representado pelas forças anglo-saxãs ecoa em três outras fontes possíveis, segundo a Chibnall & Davis⁶⁰⁵. A primeira possível referência viria do poeta romano Juvenal e sua Sátira. A mesma refere-se a como o exército Medo, liderado por Xerxes durante a invasão da Grécia, teria sido responsável por secar os rios⁶⁰⁶ assim como teriam feito os defensores anglo-saxões. Por outro lado, semelhante descrição da destruição dos rios (*Flumina ab exercitu eius siccata*) e montanhas tornando-se planas (*et montes in planum*) seria observável na *Epitome* de Justino⁶⁰⁷. Finalmente, tal figura de linguagem poderia ter igualmente chegado até o autor da *Gesta* por intermédio do contato com poema *Carmen de Hastingae Proelio*, de Guy de Amiens⁶⁰⁸, ao referir-se

⁶⁰⁴ Se qualquer autor da Antiguidade, que estivesse escrevendo sobre a linha de marcha de Harold, ele teria se recordado nessa passagem que os rios foram tornados secos e as florestas planas. Grandes forças dos Anglos foram reunidas de todas as regiões. Alguns demonstraram grande zelo por Harold, e todos demonstraram afeição pela sua terra, a qual eles desejavam defender contra os invasores, mesmo que sua causa fosse injusta. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.126. Vale lembrar que nessa edição da fonte, considerada canônica, o termo *studium* encontra sentido diferente em sua tradução. Ao passo que a tradução do latim feito por Chibnall & Davis, aponta para traduzir tal termo como *afeto*, chegamos, em nossa pesquisa, a compreender tal termo como um sinônimo para zelo, aplicação, entendendo, assim, que esse sentido aproxima-se melhor do sentido originalmente dado pelo autor do texto.

⁶⁰⁵ DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.xxv.

⁶⁰⁶ Creditur olim uelificatus Athos et quidquid Graecia mendax audet in historia, constratum classibus isdem suppositumque rotis solidum mare; credimus altos defecisse amnes epotaque flumina Medo prandente et madidis cantat quae Sostratus alis. Houve um tempo em que as pessoas acreditavam que o Athos havia se coberto de velas. Acreditou-se o quanto ele se atreve a narrar o embuste da invasão da Grécia; que o mar estava coberto pelas mesmas esquadras e foi posto abaixo de rodas como uma coisa sólida. Acreditou-se que as profundas correntes haviam se esgotado e que os rios haviam sido bebidos pelos medos enquanto almoçavam; é o que Sóstrato canta com as axilas molhadas. Tradução nossa. Para Ramos, a passagem ainda seria um lugar comum originalmente atribuído a narrativa de Heródoto. RAMOS, Bartolomé Segura (Ed. e Trad.). *Sátiras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996, p.134-135.

⁶⁰⁷ DUEBNER, Fridericus. *Iustini Historiae Philippicae*. Parisii: Sumptibus et Typis B. G. Teubneri, 1831, p.37-38.

⁶⁰⁸ BARLOW, Frank (Ed. e Trad.). *The Carmen de Hastingae Proelio of Guy Bishop of Amiens*. In: BINNS, J. W.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M.; REUTER, Timoty (Eds.). *Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1999, p.124.

como o duque normando jogou-se contra a “floresta de lanças” (*siluas* – possivelmente tomado erroneamente como “florestas” por Guilherme de Poitiers) dos anglo-saxões.

Sendo essa narrativa cujos elementos bélicos são mais evidentes, o autor teria se apropriado de um lugar comum, que vinha sendo empregado desde a antiguidade, sendo essa apropriação igualmente fruto de seu interesse pelos autores do período. Como explica Hansen, os *topoi*, lugares de retórica, ainda que retomados por diversas vezes pelos autores, não podem ser encarados como clichê, ou seja, simples repetição da realidade.⁶⁰⁹ Os lugares comuns apresentam sempre emprego específico, pois são variados em suas construções elocutivas. Por sua vez, desde a antiguidade esses lugares “são postos em lugares físicos imaginários, visitados pela memória do orador na invenção, na memorização e na proferição do discurso”⁶¹⁰. Esses empregos específicos, além de produzirem inferências que levam a conclusões lógicas, são alocados no interior da *sede argumentorum*, visando o convencimento do leitor.

A aproximação entre a capacidade destrutiva do exército anglo-saxão e dos medos, por outro lado, seria descrita como motivada pelo afeto (zelo), ainda que a causa dos defensores fosse injusta. A representação do rei Harold como comandante de tal defesa injusta foi, então, igualmente explorada por todos os autores.

Central na narrativa de Guilherme de Jumièges, o rei Harold seria descrito figura motivadora da Conquista Normanda, o que seria justificado pela quebra do juramento ao trono feito ao duque normando. Guilherme de Jumièges é o único autor a evidenciar que tal juramento havia sido feito a partir de um rito cristão, sobre certas relíquias (*Christiano more sacramentis firmaret*). Na *Gesta Willelmi*, por outro lado, Harold é trabalhado mais detidamente enquanto motor explicativo para a miséria do reino. Para esse autor, o perjúrio cometido pelo rei denunciaria igualmente a presença de outras características ligadas à infidelidade, em parte apontadas pelo duque durante a arenga ainda na Normandia:

Sua quidem inutiliter expendet, aurum dissipans, non consolidans honorem. Non eo animi uiget robore quo uel minimum quid meorum polliceri audeat. At arbitrio meo pariter quae mea sunt, quaeque dicuntur illius, promittuntur atque dabuntur [...] Nauigio, quo sufficiente citius gaudebimus, non praepedimur. Sint illi experti, quae nos cum felicitate maiora experiamur: uirtute melius quam numero militum bella geruntur. Praeterea ne rapinam amittat ille pugnabit; nos quae dono accepimus, beneficiis comparauimus, requirimus. Quae partis nostrae prima fiducia periculum omne depellens,

⁶⁰⁹ HANSEN, João Adolfo. *Instituição Retórica, Técnica, Retórica Discurso*. In: Matraga, v.20, n°33, jul/dez. Rio de Janeiro, 2013, p.28.

⁶¹⁰ *Idem*.

laetissimum triumphum nobis, summum decus, praeclarissimum nomen dabit⁶¹¹.

A quebra do juramento e o confisco do reino são considerados pelo autor da *Gesta* como um roubo (*rapinam*). Nesse sentido, interessa aqui não o valor atribuído ao Reino da Inglaterra na forma de uma propriedade, ou mesmo qualificar tal roubo enquanto um ato contra o reino. Em termos do medievo, mostra-se importante tomar a noção de roubo a partir do proprietário, uma vez que ela é capaz de garantir a definição da apropriação irregular do bem. Mais do que isso, a centralidade do estatuto do proprietário é igualmente responsável por elaborar qualificações simbólicas sobre o ato⁶¹². O ato do juramento sobre as relíquias de natureza não mencionada é feito em um espaço público, a corte ducal, fazendo de Deus a principal testemunha.

Dessa forma, a injustiça da resistência de Harold a ceder o reino denunciaria igualmente sua *insania*, ou seja, a ausência de racionalidade, o que contrastaria com a magnanimidade do duque normando. A *infideliter* do rei levaria os habitantes da ilha a moverem-se não pela razão, mas por sentimentos afetuosos (zelosos) ligados a inconsciência da injustiça da causa liderada por Harold. Para Guilherme de Malmesbury em sua *Historia Regum Anglorum*, Harold ao direcionar a palavra ao seu exército, procuraria ainda assim justificar sua causa: “*praesumptuosum fuisse quod, absque generali senatus et populi conventu et edicto, alienam illi haereditatem juraverit; proinde stultum sacramentis frangendum*”⁶¹³. Aqui, certa simpatia do autor pelo rei anglo-saxão é demonstrada, assim como o conhecimento das instituições e ritos de consagração política do reino no período que deveriam passar pelo *witan*⁶¹⁴.

⁶¹¹ Ele gasta sua riqueza inutilmente, espalhando seu ouro sem consolidar suas terras. Ele não tinha a ousadia de espírito para se atrever a prometer até o mínimo do que me pertence. Por outro lado, tanto as coisas que são minhas como as que dizem ser dele, serão prometidas em terras dadas à minha vontade. Sem dúvida, o homem que triunfar sobre o seu inimigo será aquele que tem a confiança necessária para distribuir as posses do inimigo, não menos que as suas [...] Além disso, ele vai lutar por medo de perder as coisas que roubou; Nós estamos clamando o que recebemos como um presente e conquistado pelo nossos favores. Esta confiança fundamental do nosso lado, dissipando todo o perigo, irá nos dar um esplendido triunfo, grande glória e um nome brilhante. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.105-106.

⁶¹² CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. *Uma história do roubo na Idade Média – Bens, normas e construção social no mundo franco*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p.23.

⁶¹³ Presunçoso prometer em juramento uma sucessão que não era sua sem a assembléia geral e a decisão de seu conselho e povo; e então, um juramento tolo merecia ser quebrado. Tradução nossa. DUFFUS, Thomas. *Wilelmi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella. Op. Cit.*, p.409.

⁶¹⁴ O *witan* (conselho de sábios) se referia a um conselho político formado por eclesiásticos e seculares, tendo como função aconselhar os reis anglo-saxônicos. A instituição tem origem em sociedades com legislações germânicas, cujas assembléias poderiam ser nacionais ou apenas regionais. No caso da Inglaterra anglo-saxônica, não se observou a existência de uma “assembleia nacional” até antes da unificação, no século X. No caso da crise sucessória de 1066, Harold teria conseguido fazer valer sua

Para o cronista, ainda que Harold demonstrasse controle e razão, em seus argumentos, o mesmo utilizaria da oralidade para suspender a razão daqueles que o ouviam (*ratiocinationes suspendere*) e não sabiam da verdade (*veritas*) da causa do duque normando, tomando o discurso então como uma forma de enganação⁶¹⁵. Haveria certa continuidade na classificação da liderança de Harold, tratada como fruto de mera suspensão da razão por Guilherme de Jumièges, Guilherme de Poitiers e Guilherme Malmesbury. Guilherme de Poitiers destaca a suposta racionalidade do duque normando que teria tido o desejo de evitar a destruição dos anglo-saxões ao oferecer, por meio de uma carta, o combate singular. Oferta não aceita pelo rei saxão:

Instabat legatus ut aliud responderetur, repetens: non interitum exercituum, sed singulare certamen Normanno duci placere. Nam uir strenuus et bonus iustum aliquid ac laetum renuntiare, nec multos occumbere uolebat; Heraldus caput, pro quo minor fortitudo, aequitas nulla staret, casurum confidens. Turn leuato Heraldus in caelum uultu ait: Dominus inter me et Guillelmum hodie quod iustum est decernat." Regnandi siquidem cupidine caecatus, simul ob trepidationem oblitus iniuria, conscientiam in ruinam sui rectum iudicem optauit⁶¹⁶.

Haveriam, ainda, detalhes sobre o juramento feito por Harold a Guilherme presentes apenas nas narrativas de Guilherme de Poitiers e Guilherme de Malmesbury. Enquanto para o autor de *Gesta Willelmi*, a presença da oferta da mão de uma de suas filhas durante o juramento de Harold não teria lugar central, o mesmo episódio encontra importante valor simbólico para Malmesbury. Para Kirsten Fenton, Malmesbury procura, durante as narrativas das conquistas sofridas pela Inglaterra, evidenciar um ideal de masculinidade em oposição aos perigos que a feminização de uma sociedade cristã poderia representar⁶¹⁷. Assim, observa-se na narrativa o valor atribuído a

influência como earl no interior da instituição, levando a sua eleição como rei. Ver: LAPIDGE, Michael; BLAIR, Keynes; SCRAGG, Donald. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. Op. Cit., p.126-127.

⁶¹⁵ *Ibidem*, p.408.

⁶¹⁶ O enviado pediu a ele que desse outra resposta, repetindo que o duque normando não queria a destruição de exércitos, mas apenas o combate singular. Pois este bravo e bom homem preferiu renunciar a algo mais justo e agradável do que causar a morte de muitos homens, confiando que a cabeça de Harold cairia, já que sua coragem era menor e sua causa injusta. Então Harold, erguendo o rosto para o céu disse: "Que o Senhor decida hoje entre mim e Guilherme o que é justo". Então, cego pelo desejo de governar e esquecido, em sua confusão, do erro que havia cometido, escolheu sua consciência como seu juiz justo, para sua ruína. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelmi*. Op. Cit., p.120-121.

⁶¹⁷ No caso da descrição da chegada dos anglo-saxões à Bretanha, durante o século V, Malmesbury dá grande importância a descrição do rei bretão Vortigern. O processo de ocupação do território pelos anglo-saxões e a consequente perda de hegemonia dos bretões é descrito pelo autor como o resultado dos comportamentos luxuosos e avarentos do rei, que não possuía condições de controlar o próprio corpo. A demasiada afeição por prostitutas (*scotorum lenociniis deperibat*), assim como a subjeção do rei pelos bem materiais eram então condenados (*subjugaret avaritia*). Sobre a conquista realizada pelos nórdicos, em 1016, Guilherme de Malmesbury atribui o processo ao assassinato do rei Edward por Aelthryth, filha do rei Edgar. Com isso, o caminho estaria livre para o filho de Aelthryth, Aethelred, assumir o trono, em

instituição do casamento, onde além de selar uma aliança entre o *earl* de Wessex e o duque da Normandia, esse primeiro receberia metade do reino⁶¹⁸.

Ao referir-se ao juramento, que igualmente incluiria o casamento com Adeliza, então em menor idade, enquanto uma tolice (*stultum*), Harold demonstraria igual desprezo por essa instituição cristã para o autor. No entanto, Malmesbury lembra, novamente, que para o rei em perjúrio os juramentos feitos sem o consentimento popular não poderiam ter validade e que o mesmo se aplicaria ao casamento⁶¹⁹.

A suposta decadência do cristianismo na Inglaterra, em diversos momentos evidenciada pelos autores aqui analisados, seria um dos principais motores de integridade da Conquista Normanda. Tal decadência teria centralidade maior ou menor a partir da figura do rei Harold. Durante a narrativa da Batalha de Hastings, assim como em seu desfecho, Guilherme de Malmesbury procura atribuir simbolicamente a derrota dos anglo-saxões a uma feminilização desses, evidenciando assim certas características físicas e comportamentais. Ao narrar o envio de espiões de Harold para averiguar o exército normando, o enviado relata a Harold que: “*Pene omnes in exercitu illo presbyteros videre, quod totam faciem cum utroque labio rasam haberent; Angli enim superius labrum pilis incessanter fructicantibus intonsum dimittunt*”⁶²⁰.

A aparente confusão entre os monges e guerreiros normandos seria motivada por uma crescente atribuição de um ideal de masculinidade cristã a diferentes grupos no contexto da produção da *Gesta Regum*. Seria possível apontar que Guilherme de Malmesbury ainda faria eco a uma importante obra do período, cuja interpretação da realidade da Conquista Normanda poderia ter sido tomada na qualidade de um empréstimo. Nos referimos a chamada *Vita Saint Wulfstani*, traduzida pelo autor no interior de sua *Gesta Pontificum*. Para o bispo de Worcester, e posteriormente santo, haveria uma conexão entre a presença de barbas e longos cabelos entre os anglo-saxões e a presença de práticas luxuriosas e uma consequente feminização, o que explicaria

979. A partir de uma interpretação teológica feita por São Dunstan na época, Guilherme reverbera que o pecado teria se ocasionado pelo poder exercido por Aethryth, que não seria representado como uma mãe ou uma rainha, mas sim enquanto símbolo de um gênero traçoeiro. FENTON, Kirsten A. *Gender, Nation and Conquest in the Works of William of Malmesbury*. *Op. Cit.*, p.102-117.

⁶¹⁸ DUFFUS, Thomas. *Wilelmi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella*. *Op. Cit.*, p.408.

⁶¹⁹ *Ibidem*, p.410.

⁶²⁰ Quase todos os homens no exército são presbíteros; todos os seus rostos, incluindo a parte dos dois lábios estavam barbeados; Para os Anglos, deixavam estes mantêm o lábio superior com incessante crescimento de cabelo e desfeito. Tradução nossa. DUFFUS, Thomas. *Wilelmi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella*. *Op. Cit.*, p.412-413.

uma incapacidade dos guerreiros de realizarem seus feitos em armas. Citamos como exemplo dessa racionalização uma profecia feita por esse santo após a Revolta da Northumbria, em 1065. A incapacidade de Tostig, irmão de Harold, de controlar com seus guerreiros a revolta da nobreza local, de cultura nórdica, é atribuída a aparência física dos anglo-saxões, que com longos cabelos tornavam-se fracos como mulheres, sendo incapazes de defenderem as posses do *earl* local. Wulfstan denuncia que tal incapacidade, fruto de pecados, levaria a conquista dos habitantes da Ilha por estrangeiros⁶²¹.

Com base nas profecias de Dunstan e Wulfstan, cuja racionalização possuiria eco no texto de Guilherme de Malmesbury, o rei Harold seria responsável, então, pela alteração do quadro de práticas pecaminosas existentes no reino, que resultariam na Conquista:

The English lost because they did not correct their sinful behavior, and this was Harold's responsibility since a king was supposed to both correct sin and govern his people correctly. Harold's failing as a ruler is here underlined. But Wulfstan is also criticizing English noble masculinity in gender-specific terms. Men here are compared to women with their long flowing hair, and this meant they were unable to defend their country appropriately since this is linked with their failure to defeat the Normans. Such criticism strike at the very heart of traditional masculine qualities couched in terms of strength, power and authority. These unashamed men were not fully masculine, and they would fail in the defining masculine of defending their kindred. Here the feminization of the English becomes a cause of Conquest⁶²².

Ao final da narrativa da Batalha de Hastings, Guilherme de Malmesbury retoma a caracterização de costumes praticados pelos anglo-saxões antes do processo da Conquista, tomando-os em comparação aos normandos:

Optimates, gulae et veneri dediti, ecclesiam more Christiano mane non adibant; sed in cubiculo, et inter uxorious amplexus, matutinarum solemnities et missarum a festinante presbytero auribus tantum libabant. Vulgus, in medio expositum, praeda erat potentioribus, ut, vel eorum substantiis exhaustis, vel etiam corporibus in longinquas terras distractis, acervos thesaurorum congerent, quanquam magis ingenitum sit illi genti commensationibus quam opibus inhiare. Illud erat natura abhorrens, quod multi ancillas suas ex se gravidas, ubi libidini satisfecissent, aut ad publicum prostibulum aud ad externum obsequium venditabant. Potabatur in commune ab omnibus, in hoc studio noctes perinde ut dies perpetuantibus. Parvis et abjectis domibus totos absumebant sumptus; Francis et Normannis absimiles, qui amplis et superbis aedificiis modicas expensas agunt. Sequebantur vitia ebrietatis social, quae virorum animos effeaminant. Hinc factum est, ut, magis temeritate et furore

⁶²¹ FENTON, Kirsten A. *The Question of Masculinity in William of Malmesbury's Presentation of Wulfstan of Worcester*. In: *Anglo-Norman Studies: Proceedings on the Battle Conference*. Vol. XXIX. 2006, p.124-137.

⁶²² FENTON, Kirsten A. *Gender, Nation and Conquest in the Works of William of Malmesbury*. Op. Cit., p.120.

praecipiti quam scientia militari Willelmo congressi, uno praelio, et ipso perfacili, servituti se patrimque pesssunderint⁶²³.

A adoção de um determinado léxico está ligada a certos lugares sociais de produção, a uma expectativa com relação a circulação de determinado texto e a um presumível meio social que se pretendia fazer o texto circular. Nesse sentido, retomamos a ideia já salientada de que de todos os cronistas por nós analisados, Guilherme de Malmesbury apresentou, em sua experiência, a maior circulação por casas monásticas na Inglaterra, sobretudo as beneditinas. Ainda que seu texto fosse originalmente destinado à filha de Henrique I, é inegável a circulação do texto por instituições religiosas, que por intermédio da retomada do zelo monástico, por conta da Reforma Gregoriana, poderiam apreciar tais estratégias narrativas empregadas pelo autor.

Por localizar-se na Inglaterra e afiliar-se às instituições monásticas locais, o autor da *Gesta Regum Anglorum* acabou por reproduzir certa racionalização teológica da realidade do reino, sobretudo das suas conquistas sofridas, acompanhando assim uma tradição mais antiga sobre o tema. Os autores normandos, em especial Guilherme de Jumièges, procuram também atribuir a Conquista ao assassinato de Alfred, primo de Guilherme (*longe ante innocentem Aluredum, iniuste necauerunt*)⁶²⁴. Henrique de Huntingdon, ao referir-se a Harold, igualmente descreve o rei como perjuro e como um assassino⁶²⁵.

Apesar de uma caracterização dos anglo-saxões no período como inimigos da fé cristã, o que incluiria um comportamento injusto, destemperado e luxúrioso, Guilherme de Poitiers é o único dos autores a referir-se aos mesmos enquanto *barbari*. Ao tecer elogios ao bispo Odo de Bayeux, o autor diz que mesmo os anglos não são tão

⁶²³ A nobreza, dada a luxúria e preguiça, não ia à igreja no dia seguinte ao modo dos cristãos, mas meramente, de uma maneira descuidada, ouviam matinas e missas de um padre apressado em seus aposentos, em meio aos agrados de suas esposas. A comunidade, desprotegida, tornou-se uma presa para os mais poderosos, que acumulavam fortunas, fosse por roubar em suas propriedades ou por vender suas pessoas a terras estrangeiras; embora seja uma qualidade inata deste povo, esta mais inclinada a revelar o acúmulo de riquezas. Havia um costume, repugnante por natureza, que eles adotavam; nomeadamente, a venda de suas servas, quando grávidas por estes e após terem satisfeito sua luxúria, fosse para a prostituição pública ou a escravidão estrangeira. Beber em festas era uma prática universal, cuja ocupação eles passavam noites inteiras assim como dias. Eles consumiam toda a sua substância em casas ruins e desprezíveis; ao contrário dos normandos ou francos que, em nobres e grandes mansões, viviam em frugalidade. Os vícios de bêbados, que enervam a mente humana, os tornavam afeminados; daí que o engajamento contra Guilherme deu-se com maior fúria precipitada do que com habilidade militar, condenando assim sua pátria e a si mesmos à escravidão, por conta de uma vitória fácil. Tradução nossa. DUFFUS, Thomas. *Wilelmi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella*. Op. Cit., p.417-418.

⁶²⁴ VAN HOUTS. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol. II. Op. Cit., p.169-170.

⁶²⁵ Ver nota 214.

bárbaros para compreender o valor da liderança do clérigo, que além de não pegar em armas, deve ser temido, assim como amado e venerado (*Nec Angli adeo barbari fuerunt quin facile intelligerent hunc praesulem, hunc praefectum, merito timendum esse, uenerandum quoque ac diligendum*)⁶²⁶. Reiteramos que tais autores deveriam construir uma representação legítima dos normandos, mas que uma continuidade de ordem régia e cultural deveria ser preservada, o que incluiria locais de circulação de tais narrativas.

A análise da negação do outro anglo-saxônico poderia demonstrar a existência de uma fronteira mental entre anglo-saxões e normandos, como aponta Power⁶²⁷, onde tal fronteira se construiria sobretudo na produção historiográfica. Tal fronteira, exposta e reafirmada pelas narrativas cronísticas sobre a Batalha de Hastings, precisava por intermédio da adoção estratégias deslegitimar os defensores e seu rei. Para isso, como não poderia deixar de ser, todos os autores convergem metodologicamente a apontarem características que deslegitimariam essa gens perante os normandos. Ainda que os mesmos representassem, em sua sólida defesa, ameaça aos normandos, seu esforço foi caracterizado com objetivo de valorizar a empreitada dos normandos e seu duque, que em vista da exposição a um perigo heróico, deveriam governar a Inglaterra.

Assim como para a construção de legitimidade do duque Guilherme II, as estratégias de negação do Outro anglo-saxão acabavam por convergir para a figura de Harold Godwinson, que convergia os valores que levaram à Conquista. É a partir da filiação com as instituições monásticas anglo-saxônicas, sobretudo beneditinas, que Guilherme de Malmesbury pôde se destacar entre as crônicas analisadas. Para além dos aspectos bélicos, Harold seria incapaz de alterar comportamentos luxúriosos de seu povo, responsável, a partir de uma visão ligada a própria tradição retórica anglo-saxônica, por afeminá-los e levá-los a sucessivas conquistas. A racionalização teológica das conquistas sofridas pelos habitantes da Ilha por intermédio do pecado é temática central para esse autor.

Finalmente, Henrique de Huntingdon e sua *Historia Anglorum* representaria o único *corpus* cronístico aqui analisado que utilizou-se de estratégias narrativas para, no interior da narrativa da Batalha de Hastings, negar outra *gens*: os francos. Tal negação

⁶²⁶ Nem os anglos são tão bárbaros que facilmente não pudessem reconhecer que esse bispo, esse líder, deveria ser temido, e igualmente venerado e amado. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.164.

⁶²⁷ POWER, Daniel. *The Norman Frontier in the Twelfth and Early Thirteenth Centuries. Op. Cit.*, p.472-473.

tem ligação com o contexto político de construção do referido texto, assim como com a histórica negação da autoridade dos reis francos na Normandia.

3.3 – A alteridade da identidade: a negação do outro franco

Ao retomarmos a etnogenesis da *gens normannorum*, organizada e divulgada pela *De Moribus et Actis Primorum Normanniae Ducum*, de Dudon de Saint-Quentin, uma das temáticas centrais se mostra a negação da autoridade régia franca sobre os então duques normandos. O mito fundador do ducado por Rollo, que por intermédio da recusa desse de beijar os pés de Carlos III, o Simples, representou um importante elemento constituinte do chamado mito normando. A recorrência na abordagem da temática da negação da autoridade régia franca por outros autores, além de torná-la lugar comum nas narrativas sobre os duques normandos, passou a ser tomada em outros momentos da *etnopoiesis* normanda⁶²⁸, como é o caso da narrativa da Conquista Normanda da Inglaterra.

Dessa forma, a íntima associação entre identidade e memória, cuja emergência se daria principalmente em momentos de tensão e ruptura - como batalhas -, encontraria um lugar de importância na narrativa Henrique de Huntingdon. Como apontamos, a escolha de alguns episódios das relações franco-normandas, além de demonstrarem a tomada de uma estratégia legitimatória dos reis normandos, estaria intimamente relacionada com o contexto político de produção da obra. Esse contexto, por sua vez, seria responsável pela orientação da própria narrativa, que ao optar por não utilizar-se de lugares comuns comumente explorados sobre Hastings, retornaria a uma temática primal da tradição retórica normanda.

A adoção de tal estratégia, finalmente, estaria alinhada com os interesses do lugar primeiro de circulação da *Historia Anglorum*, sendo esse a corte normanda, que

⁶²⁸ E.g. Em uma passagem, narrada apenas por Guilherme de Jumièges, haveria a desconfiança da presença de conspirações francas contra a autoridade do duque Ricardo II. Um certo Bernardo, o Filósofo, teria ouvido que o duque assemelhava-se ao um animal selvagem, por isolar-se e ser pouco visto. O mesmo teria ouvido rumores de que em uma torre de Rouen, o duque surgia a uma certa hora, para observar as cercanias. Bernardo então aproximou-se da torre com um arco e flecha e escondendo-se em arbustos, pretendia acertar o duque, mas sendo visto pelo mesmo, desistiu da empreitada. Os guardas da cidade suspeitaram que aquele que atentava contra o duque poderia ser um conspirador franco ou um criminoso (*francorum aliquis insidiator sit aut maleficus*), sugerindo ao duque que os pés e as mãos do suspeito fossem cortadas. O duque, por outro lado, preferiu conhecer a motivações do ato pela boca do próprio Bernardo, perdendo-o e aceitando-o em sua corte enquanto conselheiro. Chama a atenção a presença de uma animosidade em relação a presença da autoridade franca na região, uma vez que para David Bates, o rei Roberto II gozava de apoio do então duque Ricardo I. VAN HOUTS. Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol. II. Op. Cit., p.29-31. BATES, David. *Normandy Before 1066*. Op. Cit., p.66-67.

para além dos interesses de afirmação política do reino anglo-normando, viam na sobrevivência identitária da *gens normannorum* um importante motor legitimatório. No entanto, antes de analisarmos como isso aparece na fonte, propomos retomar algumas noções de importância.

Como temos procurado demonstrar, a delimitação de uma fronteira em termos do medievo, deveria acompanhar a presença de certas instituições ligadas ao exercício de formas de autoridade. Ao reconhecermos que tal noção acompanharia, como já mencionado, uma dimensão de construção mental, a presença e reafirmação de práticas culturais ligadas ao normandos, igualmente poderiam fortalecer tal premissa. Como exemplo disso, lembramos que para Jean Yver certas permanências culturais de origem escandináva no território normando, na altura do governo de Ricardo I teriam, colaborado para denunciar diferenças culturais entre os duques normandos e seus senhores francos⁶²⁹.

Sobre a questão da autoridade, a relação dos duques normandos para com seus súditos francos orientou-se a partir da região de Rouen, núcleo original da colonização nórdica na Normandia. Como é demonstrado pelo *corpus* cartular ligado aos duques normandos, a reconstrução e o patronato de uma série de abadias ligadas a essa região cooperou para a divulgação da autoridade ducal, assim como para demonstrar os limites da mesma⁶³⁰. Reforçamos nossa premissa com base no raciocínio proposto por:

[...] Elle a présenté un caractere exceptionnellement net et stable, bien plus que ce n'était le cas pour d'autres grandes seigneuries, où l'emprise de l'autorité princière demeurait fluctuante; et meme si, a certains de ses abords, s'est étendue une petite zone de moindre autorité ducal, on peut bien dire que, dans l'ensemble, elle a constitué une ligne de démarcation remarquablement tranchée: et non pas seulement politique, mais économique (mesures agraires), sociale (disparition du servage), juridique (le cadre dans lequel s'est formée et imposée la Coutume de Normandie)⁶³¹.

⁶²⁹ Dois exemplos podem ser citados: o primeiro deles diz respeito a presença atestada por Dudon de Saint-Quentin, e melhor especificada Guilherme de Jumièges, de certos elementos escandinavos nos rituais de casamento normandos (*danico more*). Em segundo lugar, haveria a presença de elementos escandinavos na legislação sobre crimes no ducado. O aspecto mais claro estaria na aplicação do chamado *murdrum*, entendido enquanto o assassinato de uma pessoa desconhecida. Existindo paralelo de aplicação no governo de Cnut, o Grande, na Inglaterra, o morto desconhecido seria naturalmente julgado enquanto um nórdico, cabendo assim pena agravada ao assassino. No caso da Conquista Normanda da Inglaterra, o elemento legislativo novamente é observado, onde toma-se que um cadáver anônimo encontrado, é tomado enquanto um normando. YVER, Jean. *Les Première Institutions du Duché de Normandie*. Op. Cit., p.299-305. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum*. Op. Cit., p.xxxviii, p.58, p.78, p.103.

⁶³⁰ POTTS, Cassandra. *The Monastic Revival and regional identity in Early Normandy*. Op. Cit., p.5-8.

⁶³¹ YVER, Jean. *Les Première Institutions du Duché de Normandie*. Op. Cit., p.312.

Por sua vez, ao sudeste da região de Rouen, encontraria-se o Vexin, uma região fronteira entre essa cidade e Paris, sede do poder dos reis francos. Ainda no século X, o Vexin teria sido dividido entre uma porção territorial ligada a Ile-de-France e uma ligada ao território que viria a ser o Ducado da Normandia. Até ao menos a década de 1120, a região esteve no centro das querelas entre os duques e os reis francos, isso porque sua posse tinha importância estratégica, garantindo o rápido acesso a ambas as cidades, separadas por apenas 110km⁶³². A região guardaria importância por ser naturalmente o local de encontro entre os duques e os reis, cuja presença do rio Sena e seus afluentes facilitaria a locomoção⁶³³.

As tensões fronteiriças entre francos e normandos, assim como as próprias investidas dos reis sobre o território normando estariam diretamente relacionadas a possibilidade da expansão do poder ducal normando em direção à Inglaterra. Crouch afirma que com a morte de Henrique I, rei dos francos, durante o sítio de Thimert (1060), ascendeu ao trono Filipe, que ainda uma criança não poderia fazer valer sua autoridade sobre o duque normando⁶³⁴. Por sua vez, a retomada do crescimento da autoridade do rei, a partir dos governos de Filipe I (1060 - 1008) e Luís VI (1108 - 1137), colocariam novamente em oposição os interesses desse poder e os da agora monarquia anglo-normanda, o que refletir-se-ia na produção historiográfica.

A narrativa da Batalha de Hastings de Henrique de Huntingdon pode ser dividida em cinco parágrafos principais, havendo um total de seis referências à relação entre os normandos e os francos. Como já apontado em algumas passagens sobre os reis francos, praticamente toda a narrativa construída pelo autor tem seus elementos gravitando em torno de uma arenga ficcional do duque normando, realizada imediatamente antes do início da Batalha. Existiriam então uma série de digressões de eventos dessa relação, que recuariam a um período inclusive anterior a presença de Rollo na Normandia. Ao iniciar a arenga a seus guerreiros, o duque diria: “*O mortalium validissimi, quid potuit rex Francorum bellis proficere cum omni gente quae sunt a Lotaringa usque ad Hispanian contra Hasting antecessorem nostrum?*”⁶³⁵. Aqui o autor faz menção a um líder militar nórdico de nome Hasting, que assim como Rollo, seria

⁶³² BARTLETT, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings*. Op. Cit., p.20.

⁶³³ HICKS, Leonie V. *The Concept of Frontier in Norman Chronicles: a comparative approach*. Op. Cit., p.134.

⁶³⁴ CROUCH, David. *The Normans*. Op. Cit., p.98.; DOUGLAS, David. *William the Conqueror*. Op. Cit., p.74-75.

⁶³⁵ Mais valentes dos homens, que tirou proveito do poder do rei franco, com toda a sua gente, da Lotaríngia até a Espanha, contra Hasting, meu predecessor? Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon - Historia Anglorum*. Op. Cit., p.388

descendente dos troianos, que teriam migrado para a “Dácia”, segundo os subsequentes autores da *Gesta Normannorum Ducum*⁶³⁶.

Após sucessivos ataques às ilhas britânicas, Hasting teria começado a atacar a região da Nêustria ainda no século IX. A incapacidade do rei franco de organizar a defesa do reino, teria levado Hasting a ocupar uma parcela da região, instalando ali uma posição sólida para pilhar o território. A passagem originalmente elaborada por Dudon de Saint-Quentin, era até então retomada apenas por Guilherme de Jumièges, ainda que este evitasse construir longas narrativas sobre o passado pagão dos normandos. Por sua vez, seria possível afirmar que a adoção, como veremos, de elementos relativos a etnogenesis dos normandos estariam relacionados a circulação de cópias da *De Moribus* ou da *Gesta Normannorum* no reino anglo-normando, sobretudo na região do bispado de Lincoln⁶³⁷. Outra possibilidade seria o da presença de tais textos na própria corte dos reis normandos que por intermédio da presença de Henrique de Huntingdon, poderiam ser apropriados em sua *Historia*.

No interior dessa narrativa, o tamanho do território do reino franco ou mesmo a autoridade régia não apresentariam obstáculo para as incursões de Hasting. Ainda que Henrique de Huntingdon não represente Hasting enquanto um pagão ou responsável por exageros violentos no território ocupado, suas motivações não se mostrariam distintas de outras incursões nórdicas do período: “*Qui quantum uoluit Franciae sibi adquisivit, quantum uoluit regi permisit; dum placuit, tenuit; dum satiatus est, ad maiora hanelans, reliquit*”⁶³⁸. Em todo caso, importaria aqui para o autor procurar equiparar ou mesmo diminuir o poder dos reis francos daqueles que eram descendentes do duque.

Igualmente, o virtuosismo bélico dos normandos teria levado Carlos III, o Simples a ceder o território normando durante as investidas de Rollo, assim como a mão de sua filha. A construção do autor aqui não acompanha a feita por Dudon de Saint-Quentin ou Guilherme de Jumièges, que procuram opor a ideia do multiculturalismo da etnogenesis dos normandos com a homogeneidade dos franco. É a partir, então, da narrativa da Batalha de Hastings que o autor passa a utilizar-se das fontes ligadas a tradição retórica normanda, cujo interesse nos aspectos relativos às *gens* é sensível. Dessa forma, novamente, haveria uma oposição entre a *gens normannorum*, capaz de

⁶³⁶ VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Vol I. *Op. Cit.*, p.11-12.

⁶³⁷ VAN HOUTS. *The Normans in Europe*. *Op. Cit.*, p.34.

⁶³⁸ O que ele queria do território dos francos, ele apropriou para si mesmo; o que ele escolheu, apenas, foi deixado para o rei; o que ele tinha, ele manteve para seu prazer; quando ele estava satisfeito, ele desistiu disso e procurou por algo melhor. Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Archdeacon of Huntingdon - Historia Anglorum*. *Op. Cit.*, p.388

conquistar os reis francos em seus próprios domínios (*patribus nostris regem Francorum Parisius in medio regni sui bello vicit*)⁶³⁹, e o poder régio franco. Assim, no interior desse discurso, para além da valorização da marcialidade normanda, essa estaria conectada a legítima posse do território da Normandia e a negação da vassalagem aos reis.

O emprego de um léxico identitário no interior da narrativa da Batalha de Hastings (*patria*, *gens*, etc.) evidencia a inclinação do texto para uma afirmação dessa mesma identidade dos normandos, o que deveria, pois, acompanhar interesses possivelmente demonstrados no interior da própria corte. Mais do que isso, é importante reafirmar a necessidade de tomar o corpus relacionado a esse autor a partir de um contexto de desaparecimento de um noção de *gens normannorum*, que encontraria-se em processo de absorção cultural na Inglaterra. A manutenção do que a historiografia compreendeu enquanto um mito normando teria nas narrativas bélicas, como Hastings, lugar privilegiado de emergência de uma memória dos normandos, importante instrumento na manutenção da legitimidade desses reis.

Uma importante passagem construída pelo autor com base nessa digressão faz menção a prisão do rei franco em Rouen. Apesar de já termos trabalhado tal passagem sobre o prisma da reafirmação do ideal bélico normando, é importante nos determos sobre as simbologias da espada e da adaga, descritas pelo autor.

Após o rei franco, Luís IV (936-954), ter restaurado o ducado ao então jovem duque Ricardo⁶⁴⁰, ficaria estipulado que ele não poderia encontrar-se com esse duque munido de sua espada, cabendo ao rei apenas a posse de uma faca, ao passo que ao duque era reservado a posse de sua espada (*eo pacto, quod in omni collocutione regis Franciæ et ducis Normmmaniæ gladio dux accingeretur, regem vero nec gladium nec etiam cultellum ferre liceret?*)⁶⁴¹. Originalmente trabalhado por Tardif, ainda no século XIX, a temática abordada por Henrique de Huntingdon seria o dos “fundamentos da espada”, que por sua vez faria referência a uma série de práticas ligadas à autoridade ducal⁶⁴². Para John Le Patourel, assim como a *pax ducis*, os fundamentos da espada convergeriam também para a autoridade do duque normando a partir de assuntos econômicos e judiciais como instrumentos de autoridade:

⁶³⁹ Conquistou em Paris o rei dos francos, no coração de seus domínios. Tradução nossa. *Ibidem*.

⁶⁴⁰ CROUCH, David. *The Normans. Op. Cit.*, p.14-16.

⁶⁴¹ Com essa estipulação, que em toda conferência entre o rei franco e o duque da Normanda, o duque deveria ter sua espada ao seu lado, enquanto o rei não seria permitido mais do que uma faca? Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntigdon – Historia Anglorum. Op. Cit.*, p.390.

⁶⁴² TARDIF, E. J. *Coutumiers de Normandie*. Rouen: Société de l’histoire de Normandie, 1896.

known as the 'pleas of the sword' (analogous to the 'pleas of the crown' in England) was primarily financial, the penalties so far as they were in money and property would be his whatever court actually dealt with the case; but more and more he was able to insist that they should be heard in his own court or in a court appointed by him. This meant that he was taking the initiative, increasingly, in the repression of disorder; while, as relations between him and the Norman aristocracy took on more and more of a feudal character, as more monasteries were founded in quick succession, each with a growing endowment in land and profitable rights, and as the duchy grew more prosperous, more litigants sought the ultimate authority of the duke's court. Already by 1066 these developments were bringing more work to it than it could handle in its ordinary meetings, and the hearing of individual cases was being delegated to men commissioned by the duke⁶⁴³.

Mostra-se preciso demonstrar que a negação da autoridade régia franca sobre o ducado da Normandia não significaria, por outro lado, o não reconhecimento de certas obrigações do duque para com os reis. Em última instância, os duques normandos não reconheciam a homenagem feita aos reis, ao menos não ao modo capetiano existente durante o reinado de Henrique I da Inglaterra. Nesse sentido, a afirmação – ou reafirmação – dos fundamentos da espada poderia ser entendida enquanto uma propaganda anglo-normanda contra a autoridade régia, que na altura de 1139 ainda faria certo eco na corte anglo-normanda. Durante quase todo o governo de Henrique I, seu sobrinho, Guilherme Clito, filho de Roberto II da Normandia, possuía reinvenções sobre a posse do ducado, assim como do Reino da Inglaterra. O apoio de Luís VI da França à reclamação da Guilherme teria levado o rei da Inglaterra a ceder a certas exigências régias, sobretudo o serviço militar, como salienta Warren Hollister:

Behind the new Anglo-Norman propaganda lay the reality of a wealthy and powerful trans-Channel sovereign who, with Clito still at large, valued the support of Louis VI yet would not do him homage — and certainly not on Capetian terms. Henry was prepared to compromise on the matter of military service: in 1126 he sent knights to Louis's Auvergne expedition, but since he declined to lead them personally his act could be interpreted as a gesture of amity rather than a vassalic service. And after Clito's death in 1128 the necessity of such gestures ceased altogether. During the closing years of the reign, Henry I and Louis VI lived in peace with one another, yet without any pretense of a defined feudal relationship. The issue on which they could never agree was at length left unresolved and ignored⁶⁴⁴.

Dessa forma, para o autor, essa indefinição na construção de uma relação tipicamente feudal, a qual se esperaria entre o duque normando e o rei franco,

⁶⁴³ E.g. um dos direitos reservados aos duques e depois reis normandos seria a exclusividade na construção de castelos, principalmente nas regiões fronteiriças, comuns no governo de Henrique I da Inglaterra. GREEN, Judith. *Le Gouvernement D'Henri I Beauclerc en Normandie*. In: BOUET, Pierre.; GAZEOU, Veronique. *La Normandie et l'Angleterre au Moyen Âge*. Caen: CRAHM, 2003, p.72-74. LE PATOUREL, John. *The Norman Empire. Op. Cit.*, p.155-156.

⁶⁴⁴ HOLLISTER, Charles Warren. "Normandy, France, and the Anglo-Norman *regnum*". In: *Speculum*, vol.58, n°2. Chicago: University of Chicago Press Journals, 1978, p.238-240.

representaria a continuidade da negação dessa autoridade última sobre os agora reis anglo-normandos. No caso da especificação a Mirmande, nos pés dos Alpes francos, os duques normandos não apenas poderiam penetrar nos territórios régios, como poderiam domar o meio ambiente. Para Daniel Power e Leonie Hicks, outra função ocupada pela descrição desse meio para os normandos é a de representar um desafio simbólico e a essa *gens*. No caso da relação entre os duques normandos e seus suseranos, elevações, florestas e rios são apresentados enquanto fronteiras naturais entre os poderes, que devem ser previamente vencidos, para que certos objetivos sejam alcançados⁶⁴⁵.

No caso da narrativa do sítio de Mirmande, pelo duque Ricardo, esse sai em defesa de sua filha, igualmente normanda, em uma região distante do ducado. Assim, a representação historiográfica dos Alpes seria elemento de dificuldade a empreitada dos duques, que por sua vez valorizaria seu esforço no interior de outras regiões do reino franco⁶⁴⁶. Vale ainda lembrar que, no caso da descrição do campo de Batalha de Hastings, os normandos precisariam vencer a colina de *Senlac*, para só então enfrentar e derrotar os defensores anglo-saxões. Dessa forma, o meio físico apresenta-se na forma de uma temática de interesse na historiografia normanda.

Essa percepção do meio que tendia a atribuir-lhe características humanas, ou seja, de personificá-lo, estaria de acordo com concepções filosóficas do próprio século XII. Se em última instância, em termos do medievo, a natureza seria de criação divina, nesse período se observava uma maior encarnação e representação dos desígnios desse mesmo divino no meio, os quais poderiam ser atribuídos na forma de alegorias⁶⁴⁷. Dessa forma, ao empregar a descrição do meio físico nas narrativas sobre os normandos, as mesmas não poderiam ser entendidas como descrições neutras, uma vez que se apresentavam enquanto um conjunto de elementos regidos por forças misteriosas e ao mesmo tempo poderosas. Seria, pois, no interior desse “reservatório de símbolos”, para parafrasear o autor⁶⁴⁸, que acreditamos inserirem-se as descrições do meio natural feitas pelos autores analisados, usados então para acentuar o valor do esforço feito pelos normandos, ou mesmo para os separar de outras *gens*.

⁶⁴⁵ POWER, Daniel. *The Norman Frontier in the Twelfth and Early Thirteenth Centuries*. Op. Cit., 62-63. HICKS, Leonie V. *The Concept of the Frontier in Norman Chronicles: A Comparative Approach*. Op. Cit., p.145.

⁶⁴⁶ VAN HOUTS, Elisabeth. *The Normans in Europe*. Op. Cit., p.154.; DOUGLAS, David. *William the Conqueror*. Op. Cit., p.418.

⁶⁴⁷ GUREVICH, A. J. *Categories of Medieval Culture*. Traduzido da edição em russo por G. L. Campbell. Routledge & Kegan Paul: London, 1985, p.25-29.

⁶⁴⁸ *Ibidem*, p.57.

Em termos de valores associados aos francos pelos normandos, sua incapacidade de vencer a estes últimos, estaria relacionada a sua falta de coragem. Como já trabalhado, a coragem seria noção básica aos normandos, que por sua vez comandaria todas as demais virtudes esperadas de um príncipe e uma *gens* cristã. Como exemplo disso, Huntingdon narra como o rei franco, com o auxílio do conde de Anjou⁶⁴⁹, tentou impor sua autoridade aos duques normandos, culminando na Batalha de Mortemer, resultando no revés desse rei. O autor aqui igualmente dá centralidade a questão da dicotomia entre coragem e covardia, o que por sua vez poderia dar acesso a alguns benefícios:

Sed quid prisca narro? Nonne vobis congregientibus in eo tempore apud Mortemer, Franci praecipites praeposuerunt fugam bellis, calcaria telis? Vos autem, Radulfo summo duce Francorum interfecto, fama spoliisque potiti, naturale bonum solita necessitate tenuistis?⁶⁵⁰

Aos normandos defendendo-se no contexto da citada batalha, situação incomum nas narrativas normandas e anglo-normandas, é evidenciado como os francos fogem do campo de batalha após a morte de seu líder. Dessa forma, o questionamento retórico do duque teria caráter de exemplo ao exército, sendo os francos e seu rei representados enquanto uma *gens* que, além de não possuir a mesma coragem dos normandos, não poderiam então desfrutar dos espólios da guerra, direito natural da *gens normannorum*.

Acreditamos que a Batalha de Mortemer, ocorrida em 1054, possa ainda fazer menção indireta a outros embates entre os reis e os duques, pois insere-se em um período de animosidades, que extenderia-se entre 1054 e 1119. No interior do mesmo período, existiriam ainda os confrontos de Varaville (1057)⁶⁵¹ e Brémule (1119,

⁶⁴⁹ Mostra-se importante apontar que os condes de Anjou mostraram-se igualmente impositores dos normandos nas disputas territoriais no período pré-Conquista da Inglaterra. Reforçando os interesses dos duques normandos em suas fronteiras, a região do Maine, entre a Normandia e Anjou, que se encontrava em disputa entre o duque normando e o conde de Anjou, experienciou conquistas e recuos dos duques. Chamamos a atenção para o sítio de Alençon por Willian II da Normandia, onde quando a guarnição desse castelo, ao zombar do duque por sua origem bastarda, teve as orelhas, narizes e línguas cortados, enquanto punição ao se renderem a este. O ocorrido é descrito por Guilherme de Jumièges e Orderico Vitalis. Ver: VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Op. Cit., p.124-125.

⁶⁵⁰ Mas por que eu conto histórias sobre o que aconteceu a muito tempo? Quando, no meu mesmo tempo, vocês enfrentaram os francos em Mortemer, não preferiram os francos fugir da batalha, esporas a lanças? Quando Ralph, o grande comandante dos francos foi morto, não fostes possuidores da fama e dos despojos, mantendo pela força do hábito o bem que te é natural? Tradução nossa. GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. Op. Cit., p.391.

⁶⁵¹ Diferentemente dos demais embates entre francos e normandos, a Batalha de Varaville não ocorreu na região do Vexin e sim próximo a Bayeux. Ao iniciar a travessia do rio Dives com metade de seu exército, Henrique I dos francos, viu seus homens perderem mobilidade e capacidade defensiva quando o duque lançou um ataque surpresa contra estes, destruindo o exército do rei. Para Bates, Varaville demonstraria a

chamada de Breville pelo autor), este último, de importância no contexto de produção da *Historia Anglorum* por Henrique de Huntingdon. Ao retormarmos a atuação desse autor na corte normanda, veremos que ele foi responsável pela elaboração de um poema em comemoração a Batalha de Brémule (inserido no interior do livro VII e no manuscrito Bodleian Library MS Laud lat. 86), sendo esse texto literário dedicado ao último rei normando:

Henricus regum rex et decus abstulit altos
 Francigenis animos; Ludovicum namque Nugensi
 Rex regem campo, magnum major superavit.
 Praeposuerunt fugam bellis, calcaria telis,
 Galli praecipites; fama spoliistique potitos
 Laurea Normannos et laus aeterna coronat.
 Sic decus iste ducum, sic corda tumentia pressit,
 Oraque Francorum mutire superba coegit⁶⁵².

A comparação entre as duas narrativas demonstra que Henrique de Huntingdon empregou certas fórmulas originalmente atribuídas ao poema da Batalha de Brémule, então em verso, para uma descrição da derrota do rei franco em Mortemer, então em prosa. Há então a repetição de uma passagem retórica, que evidencia a covardia dos francos perante a batalha (*Franci praecipites praeposuerunt fugam bellis, calcaria telis?*). Observa-se, igualmente, a fuga do inimigo perante os normandos, deixando-os com os espólios e a repetição da fórmula narrativa (*fama spoliistique potitos/potiti*). Na narrativa, Guilherme Clito, filho de Roberto Curthose, que organizou o baronato normando local, com a ajuda de Luís VI, contra autoridade do duque normando na região, não é mencionado na descrição da peleja, cabendo apenas a figura do rei franco em oposição ao rei normando⁶⁵³.

A construção do poema da Batalha de Brémule, cujo modelo em parte foi seguido para Hastings, foi elaborado em conjunto com outros três poemas⁶⁵⁴ no período entre 1118 e 1121. Para John Gillingham, a elaboração de poemas laudatórios sobre membros da corte normanda indicaria a presença de Henrique de Huntingdon enquanto

capacidade militar do duque de surpreender seus adversários com estratégias. BATES, David. *William the Conqueror. Op. Cit.*, p.54.

⁶⁵² Henrique, rei e ornamento dos reis, roubou os francos de seus espíritos orgulhosos, pois um rei maior superou o grande Luís no campo de Noyon. Os gauleses correram impetuosamente, preferindo a fuga à luta, esporas a espada. Lauréis e louvor eterno coroam os normandos, a medida que ganhavam o domínio da fama e do espólio. Assim, essa flor de comandantes humilhou seus corações inchados e forçou as bocas orgulhosas dos francos a balir. GREENWAY, Diana. *Henry, archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum. Op. Cit.*, p.465.

⁶⁵³ CROUCH, David. *The Normans. Op. Cit.*, p.278-279.

⁶⁵⁴ Elogio a rainha Matilda (1118), Lamento pelo naufrágio do Navio Branco (1120) e elogio a nova esposa do rei Henrique, Adeliza (1121). Retomar o tópico 2.4 sobre Henrique de Huntingdon e sua relação com o poder régio normando.

poeta nessa corte⁶⁵⁵. A presença contínua teria munido o autor de importantes informações relativas a alta política da corte normanda, sobretudo sua relação para com os reis francos. Tais informações chegaram até Henrique de Huntingdon por conta da rede de contatos, aqui previamente trabalhada, que incluía Alexander, bispo de Lincoln, conselheiro do rei normando, e Rogério de Salisbury, administrador-chefe do rei⁶⁵⁶.

Por sua vez, outra possível fonte para a elaboração de uma genealogia dos reis normandos que conectasse Henrique I a Rollo, assim como negar a autoridade régia franca na região, seria a *Brevis Relatio*, escrita entre 1114 e 1120, por autor anônimo. Confeccionada originalmente na abadia de Battle, a narrativa conteria pequenas descrições panegíricas dos duques e reis normandos entre 1035 e 1106. De especial valor seria a segunda sessão da narrativa, que descreveria o governo de Roberto I enquanto duque normando, até sua deposição por Henrique I após a Batalha de Tinchebray, em 1106.

Segundo o autor do relato, a vocação conquistadora dos normandos os colocariam acima dos reis francos, além dessa mesma vocação representar uma continuidade entre Rollo e Henrique I (*Seriem uero huius generacionis et ordinem, ab illo Dano qui Rollo uocatus terram que uocatur Normannia super regem Francie conquisiuit et conquistam ille et heredes post eum possederunt usque ad Henricum regem*)⁶⁵⁷. Importantes passagens de negação da relação vassálica entre o duque e o rei podem ser encontradas nos três principais textos que compõem a tradição retórica normanda. De forma vaga, Dudon de Saint-Quentin narraria o fato do rei franco Lotário irritar-se com o fato de Ricardo I não prestar-lhe homenagem⁶⁵⁸.

Ao reescrever a mesma passagem, Guilherme de Jumièges acrescenta uma descrição um pouco mais ampla, afirmando que o conde Teobaldo de Reims havia sugerido ao rei cobrar ao duque suas prerrogativas de homenagem: “*Dux, seruitii debitum mihi detrectas exhibere? An ignoras me regem Francorum esse, cui te militiam oportet impendere, cuius edictis atque consultis te nequaquam oportet contraire?*”⁶⁵⁹.

⁶⁵⁵ GILLINGHAM, John. *Henry of Huntingdon: in his time and place*. Op. Cit., p.164-165.

⁶⁵⁶ HOLLISTER, Warren. “Normandy, France, and the Anglo-Norman *regnum*”. Op. Cit., p.240

⁶⁵⁷ VAN HOUTS, Elisabeth. *The Brevis Relatio de Guillelmo Nobilissimo Comite Normannorum, Written by a Monk of Battle Abbey*. In: *Camden Fifth Series*, Vol. 10. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p.7-8, p.39.

⁶⁵⁸ CHRISTIANSEN, Eric. *Dudo of Saint-Quentin – History of the Normans*. Op. Cit., p.124.

⁶⁵⁹ Duque, por quanto tempo você irá recusar a pagar-me o serviço que você me deve? Você sabe que eu sou o rei dos francos, a quem você deveria me dar serviços militares e cujas ordens e decisões você nunca deveria infringir? Tradução nossa. VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum*. Op. Cit., p.122.

No caso de Guilherme de Poitiers, outra possível fonte consultada por Henrique de Huntingdon, Henrique I, rei dos francos, é descrito em termos de direta hostilidade e ameaça aos normandos no século XI:

Rex egerrime ferebat, et uelut contumeliam suam diffiniebat quam maxime ulciscendam, cum imperatorem Romanum, quo maius potentiae siue dignitatis nomen in orbe terrarum aliud non est, amicum et socium haberet; prouinciis multis praesideret potentibus, quarum domini aut rectores militiae suae essent administri; comitem Guillelmum suum nec amicum nec militem, sed hostem esse; Normanniam quae sub regibus Francorum egit ex antiquo, prope in regnum euectam; superiorum eius comitum, quanquam ardua ualuerint nullum in haec ausa illatum⁶⁶⁰.

Em todo caso, é preciso lembrar que rito de concessão da Normandia a Rollo deve ser entendido como uma construção historiográfica, já que sua descrição é anacrônica. Sobre esse aspecto, Mark Hagger nega uma premissa amplamente trabalhada por Jean-François Lemarigner⁶⁶¹ de que Rollo teria efetuado uma homenagem de paz a Carlos III, pois para esse autor tal hábito teria se popularizado entre a nobreza apenas a partir do século XIII. A narrativa, por outro lado, dá captura e depois soltura de Luís IV pelos apoiadores do então jovem duque Ricardo, descrito como um acordo de paz horizontal, sem homenagens e realizado no *limes* das terras do duque para aquelas do rei franco⁶⁶². Assim, a *De Moribus* de Dudon, uma das fontes de Henrique de Huntingdon poderia ser encarada como uma narrativa da autonomia dos duques normandos sobre seus súbditos, que apesar de limites práticos que continuavam a unir normandos e francos, foi reapropriada, em seu discurso, por sucessivos autores ligados ao universo anglo-normando.

A adoção desses *habitus* narrativo enquanto estratégia de legitimação, como temos procurado demonstrar ao longo do trabalho, estava alinhado com a necessidade de manutenção identitária da *gens normannorum*, ou seja, de um importante elemento

⁶⁶⁰ O rei adoeceu e considerou uma afronta muito grandemente a ser vingada, que apesar de ter o imperador romano como amigo e aliado, nenhum outro nome em todo mundo é maior em poder e dignidade que o seu – e enquanto ele presidia em muitas províncias poderosas, das quais os senhores e governantes comandavam tropas e seu exército, o conde Guilherme não era nem seu amigo nem seu vassalo, mas seu inimigo; e aquela Normandia, que estivera sob os reis dos francos desde os primeiros tempos; tinha sido elevado quase a um reino. Nenhum dos mais proeminentes condes, por maiores que fossem suas aspirações, ousara algo desse tipo. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie. *The Gesta Willelmi. Op. Cit.*, p.43. Por sua vez, Guilherme de Poitiers pode ter tido acesso a *De Moribus* de Dudon, que utilizara uma série de actas como base de seus escritos. Em uma carta de 968, Ricardo I restitui a abadia de Saint-Denis o domínio de Berneval, seguindo uma tradição iniciada com Rollo e continuada por Guilherme Espada-Longa. No caso dessa carta, o território sobre a autoridade do duque Ricardo é descrito como o *regnum normannorum*. FAUROUX, Marie. *Recueil des Actis des Ducs de Normandie. Op. Cit.*, p.70-72.

⁶⁶¹ LEMARIGNIER, Jean-François. *Recherches sur l'hommage en march et les frontières féodales*. Lille: Bibliothèque Universitaire, 1945, p.79-85.

⁶⁶² HAGGER, Mark. *Norman rule in Normandy. Op. Cit.*, p.258.

do mito normando, durante o governo do último rei normando da Inglaterra. Posteriormente, ainda que o baratonato angevino reclamasse a Normandia enquanto um *regnum* a parte da Inglaterra, opondo-se à autoridade de Estevão de Blois, o esforço dos duques normandos em expandir seu território, assim como a construção historiográfica dessa Conquista, teria limitado essa separação⁶⁶³, colaborando para o gradual desaparecimento identitário da *gens normannorum*.

⁶⁶³ Segundo Warren Hollister, diante das reclamações baronais, o papa Inocencio II declarou, em 1139, que as requisições sobre a Normandia e a Inglaterra eram inseparáveis (*Ei familiaribus litteris regnum Angliae confirmavit et ducatum Normanniae*). HOLLISTER, Warren. "Normandy, France, and the Anglo-Norman *regnum*". *Op. Cit.*, p.242

Considerações Finais

O rei Guilherme I, denominado o Conquistador, é figura central nas narrativas sobre os normandos, assim como nos estudos modernos sobre estes, a destacar-se aqueles sobre a Batalha de Hastings. Desde o século XIX, com os estudos de Freeman e Round, a temática da Conquista Normanda da Inglaterra ocupou importante lugar na historiografia medieval. Nossa pesquisa procurou exatamente contribuir para essas discussões. Ao evitarmos longas descrições sobre a Batalha propriamente dita, foi nossa intenção analisar as apropriações das memórias desse evento, contidas nas narrativas cronísticas confeccionadas durante os governos normandos na Inglaterra.

Dessa forma, nossa hipótese gravitou em torno de compreender as motivações e o emprego de certas estratégias legitimatórias dos reis normandos tomadas por quatro monges cronistas, entre os séculos XI e XII. Ao igualmente partirmos da premissa de que tais estratégias historiográficas relacionavam-se com certos lugares sociais de produção do discurso, nos deparamos com amplos debates sobre a complexa relação entre tais locais e a corte normanda.

Diante da vastidão de trabalhos sobre Hastings e mesmo sobre a Conquista Normanda, não ententamos fechar qualquer questão por nós abordada em nossa pesquisa. Em todo caso, acreditamos ter contribuído para a historiografia medieval brasileira, ao trabalharmos com fontes pouco utilizadas nos estudos anglo-normandos nacionais. Ao localizarmos tais fontes a partir de seus lugares de produção, evitamos, então, nos enveredarmos por uma profunda análise linguística das fontes, onde preferimos não perder de vista o processo histórico e seu significado para aqueles que as produziram e delas fizeram uso.

As quatro crônicas trabalhadas associaram-se a duas tradições retóricas, a normanda e a anglo-normanda. Em ambos os casos, observou-se a importância de movimentos de reforma e patronato da vida monástica, criando além de um campo propício à produção escrita, uma interconexão entre os respectivos poderes seculares e a Igreja. No caso da tradição normanda, originada por intermédio de Dudon de Saint-Quentin, no início do século XI, esta se associou sensivelmente à construção da *gens normannorum*, ou seja, da elaboração de uma identidade normanda a partir da eleição e exclusão de valores caros a estes, que por sua vez circulavam em um sentido mais amplo no próprio medievo. Essa tradição, ainda em seus primeiros momentos,

apresentaria elementos que ainda conectariam a Normandia ao mundo escandinavo, ainda que os mesmos não tenham representado continuidade nessa tradição.

A confecção de uma etnogenesis dos normandos, por Dudon, teria garantido o sucesso de tal temática nessa tradição, assim como possibilitado a fortuna da obra que gozou de extensa circulação no ducado. Mais importante, tais elementos identitários teriam circulado nos séculos posteriores, sendo reapropriados na forma de um mito normando, como propôs Ralph Davis.

No caso de uma tradição retórica anglo-normanda, essa demonstrou continuidade de certas percepções e concepções ligadas ao período anglo-saxônico (séculos V-XI). No interior da citada tradição, o *corpus* relacionado a Beda, o Venerável, representou direta influência sobre as narrativas de Guilherme de Malmesbury e Henrique de Huntingdon. Além da reapropriação consciente do modelo existente na *Historia Ecclesiastica* de Beda e importantes práticas de crítica documental - ao menos no caso de Guilherme de Malmesbury -, é a continuidade da concepção historiográfica presente na obra que particularmente foi cara a nossa pesquisa. Um importante elemento existente nessa obra e apropriado pela tradição anglo-normanda é a continuidade de uma racionalização teológica das conquistas sofridas pelos habitantes da Inglaterra, que por seus pecados, sofreriam por intermédio das invasões estrangeiras, o castigo divino.

A construção do *corpus* cronístico relacionado aos quatro autores aqui trabalhados demonstrou que suas obras se relacionavam intimamente com a corte dos reis normandos, ainda que estes mesmos autores ocupassem lugares diferentes nos campos do poder e intelectualidade. A Conquista Normanda, em associação com tais lugares de produção discursiva, representou importante guinada na produção historiográfica. Com base na documentação, foi possível visualizar que, no caso de Guilherme de Jumièges, a *Gesta Normannorum Ducum* foi possibilitada pela proximidade entre o poder ducal e a abadia onde este monge cronista residia, que já vinha sendo desenvolvida desde os tempos de Ricardo I. Assim como no caso de Dudon de Saint-Quentin, que ocupou a função de capelão ducal, a proximidade com o poder leigo possibilitou a elaboração da única biografia existente deste rei, por Guilherme de Poitiers. Apesar da escassa informação sobre este clérigo, mostrou-se importante evidenciar como sua própria história vivida, anteriormente enquanto cavaleiro, influenciou a existência da mais detalhada narrativa sobre Hastings em termos militares. Por sua vez, foi a própria proximidade com este mesmo poder régio normando que

possivelmente teria levado seu *corpus* a sobreviver em apenas um exemplar, dado então a sua relação com figuras que logo cairiam em desgraça para com esse novo poder na Inglaterra.

A análise mais detida de Guilherme, monge de Malmesbury, demonstrou que apesar deste monge filiar-se a essa casa monástica, sua circulação por outras instituições possibilitou a criação de um extenso *corpus* narrativo, o qual não teria passado despercebido pelos reis normandos. Ao associar-se agora a uma nascente tradição anglo-normanda, o autor pôde gozar da circulação dos primeiros autores normandos sobre Hastings: Guilherme de Jumièges e Guilherme de Poitiers; além daqueles associados ao regime de historicidade do período anglo-saxônico. O *corpus* consultado por Guilherme de Malmesbury demonstrou ainda a possibilidade da circulação de textos ligados a uma tradição retórica franca, como a Canção de Rolando, onde sua reapropriação por esse autor mostrou-se única. Finalmente, a presença de Henrique de Huntingdon na corte normanda nos possibilitou visualizar a capacidade de atuação dos autores anglo-normandos no interior do campo do poder, onde por meio da produção de novas versões de seus textos poderiam acompanhar as vicissitudes de interesses da corte normanda, assim como continuarem tendo acesso a seus privilégios.

Em todos os casos, procuramos propor uma abordagem sobre a questão das audiências de tais textos, que no caso das narrativas normandas não puderam ser isoladas a apenas uma audiência ligada a essa *gens*. A necessidade dos reis, por intermédio desses cronistas, de se dirigem igualmente ao conquistados, abriria caminho para a melhor circulação das crônicas, assim como da autoridade dos novos reis. Diante de tal escopo, tais autores optaram por determinadas estratégias narrativas no interior de seus discursos, onde ao mesmo tempo realizariam a etnopoiesis dessa *gens*.

O exame interno das narrativas demonstrou quatro estratégias principais, que gravitaram entre a (re)afirmação de certas características identitárias ligadas ao mito normando e a deslegitimação – por intermédio da negação – do outro anglo-saxão e do outro franco. O processo de negação do outro nas narrativas sobre Hastings apontaram para a importância da discussão sobre as possíveis concepções de fronteiras como construções mentais para os cronistas. Dessa forma, a recorrente reapropriação da figura do então duque Guilherme II levou boa parte das estratégias eleitas pelos autores a convergirem a sua figura, sobretudo para sua representação na qualidade de líder de um povo guerreiro, corajoso e cristão. Em sentido antagônico, os conquistados anglo-saxões, liderados pelo Harold Godwinson, foram representados enquanto em anátema

por conta de suas sucessivas práticas pecaminosas. Tais práticas, por sua vez, impossibilitavam os anglo-saxões de encaixarem-se nas representações daquilo que se esperava de guerreiros virtuosos. Baseado nisso, chamamos a atenção para a importância da questão da representação dos reis cristãos, uma vez que tais figuras devem ser compreendidas enquanto centrais na convergência dos valores das populações que historicamente encontravam-se sob sua autoridade.

Nesse mesmo sentido, detectamos que a negação da autoridade régia franca, e mesmo a caracterização dessa *gens*, mostrou-se um importante elemento da tradição retórica normanda, sendo apropriada na forma de uma estratégia legitimatória no interior da narrativa de Hastings por Henrique de Huntingdon. Mais do que isso, a conservação da ideia de uma autonomia da autoridade ducal e dos reis normandos sobre o território da Normandia, seria um dos elementos do próprio mito normando. Ao observar-se o gradual desaparecimento de uma identidade normanda, resultante de uma absorção cultural pelos conquistados, a reafirmação de valores caros aos normandos foi novamente abordada. Em todos os casos, as narrativas de Hastings ocupariam lugar privilegiado na organização da memória dos normandos no interior das crônicas, onde no caso de Henrique de Huntingdon, a negação do outro franco, demonstrou a retomada das querelas entre as duas autoridades.

No entanto, mostrou-se dificultoso avançar para além do campo conjectural sobre a hipótese de uma conexão entre a presença das práticas patronais e a adoção de certas estratégias no interior das narrativas sobre Hastings. Em todo caso, a adoção de uma representação de Guilherme II da Normandia como um cristão modal, que luta para proteger e reformar as igrejas inglesas estaria, no contexto das reformas do século XI, de acordo com um processo de sacralização da guerra e de defesa das propriedades da Igreja na Europa.

Finalmente, reforçamos que apesar de boa parte de nossas questões terem sido elucidadas, as mesmas encontram-se fortemente abertas, acompanhando assim raciocínio proposto por Elisabeth Van Houts, ao tratar sobre a dificuldade dos estudos sobre a elaboração e reapropriações da memória dos normandos. Para essa historiadora, esse duplo e constante movimento de construção identitária dos normandos deveria sempre orientar tais pesquisas, caracterizando retoricamente a mesma enquanto: “a history without an end”⁶⁶⁴.

⁶⁶⁴ VAN HOUTS, Elisabeth. *The Gesta Normannorum Ducum: A History without and End. Op. Cit.*, p.106-110.

Referências bibliográficas

Edições de fontes

- AQUINAS, Thomas. *Summa Theologiae*. Trad. Andrew Ross Paul Walsh. London: Blackfriars Editions, 1966.
- BARLOW, Frank (Ed. e Trad.). *The Carmen de Hastingae Proelio of Guy Bishop of Amiens*. In: BINNS, J. W.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M.; REUTER, Timoty (Eds.). *Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1999.
- CHRISTIANSSEN, Eric (ed. E trad). *Dudo of St. Quentin's History of the Normans*. London: The Boydell Press, 1998.
- DAVIS, H. W. C. *The Regesta Regum Anglo-Normannorum*. Vol. 1 – 1066 – 1154. Oxford: The Clarendon Press, 1913.
- CHIBNALL, Marjorie; DAVIS, R. H. C. *The Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum*. 1ªed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- DUEBNER, *Fridericus*. *Iustini Historiae Philippicae*. Parisii: Sumptibus et Typis B. G. Teubneri, 1831.
- DUFFOS, Thomas. *Wilelmi Malmesbiriensis Monachi – Gesta Regum Anglorum atque Historia Novella*. Londini: Sumptibus Societatis, 1811.
- FARAL, Edmond (Ed e trad) *Elegiacum Carmen in honorem Hludowici christiannissimi Caesaris Augusti*. 2ªEd, Vol. 2. Paris: Les Belles lettres, 1964.
- FAUROUX, Marie. *Recueil des actes des ducs de Normandie de 911 à 1066*. In: *Mémoires de la Société des antiquaires de Normandie*, tomo XXXVI. Caen: Publications de la faculté des Lettres et Sciences Humaines de Caen, 1961.
- FORESTER, Thomas. *The Ecclesiastical History by Ordericus Vitalis*. London: Henry G. Bohn, 1853.
- FRANKPAN, Peter. *The Alexiad*. Trad. Edward Raymon Sewter. In: *The Penguin Classics*. London: Penguin Group, 2009.
- GILES, Henry J. A. *William of Malmesbury's History of the Kings of England*. London: Henry G. Bohn, 1847
- GILES, J. A. *The Anglo-Saxon Chronicle*. London: G. Bell and Sons, 1914
- GREENWAY, Diana. *Henry, Archdeacon of Huntingdon – Historia Anglorum*. In: _____; HARVEY, B. F; LAPIDGE, M. (ed). *Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1996, p.xlvii.
- KELLY, S. E. *Charters of Malmesbury Abbey*. In: *Anglo-Saxon Charters*. Vol. XI. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAIR, Jules (ed). *De Moribus et Actis Primorum Normanniae Ducum*. Caen: Le Blanc-Hardel, 1865.

MARO, Publius Vergilius. Aeneidos. Livros IX e X. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/227/227-h/227-h.htm>.

MONSTRIER, Arthur Du. *Neustria Pia*. Paris: Hachette Livre, 2012.

RAMOS, Bartolomé Segura (Ed. e Trad.). *Sátiras*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996.

ROUND, J. H. *The Calendar of Documents Preserved in France*. Vol. 1 – 918 – 1206. London: Eyre and Spottiswoode, 1899.

SEALER, Eleonor (Ed. e trad.). *The Chronicle of the Battle Abbey*. 2ª Ed. In: BROOKE, C. N. L.; GREENWAY, D. E.; WINTERBOTTOM, M. *Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 2002.

SELLAR, A. M. *Bede's Ecclesiastical History of England*. London: George Bell and Sons, 1907.

SWANTON, Michael. *The Anglo-Saxon Chronicle*. London: Routledge, 1996.

TRANQUILLUS, Gaius Suetonius. *The Twelve Caesars*. Tradução Robert Graves. In: *Penguin Classics*. 2ª Ed. London: Penguin Books, 2007.

THOMSON, R. M. (ed. e trad.); WINTERBOTTOM, M. (ed. e trad.). *William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum*. 2 vols. In: GREENWAY, Diana E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. *Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1998.

_____. *William of Malmesbury: Gesta Pontificum Anglorum*. In: GREENWAY, Diana E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. *Oxford Medieval Texts*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

VAN HOUTS, Elisabeth (Ed. e trad.). *The Gesta Normannorum Ducum of William of Jumièges, Orderic Vitalis e Robert Torigni*. Vol I. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M (Ed.). *Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1992.

_____. *The Gesta Normannorum Ducum of William of Jumièges, Orderic Vitalis e Robert Torigni*. Vol II. 2ª Ed. In: BINNS, J. W.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M; REUTER, T. *Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 2003.

_____. *The Brevis Relatio de Guillelmo Nobilissimo Comite Normannorum, Written by a Monk of Battle Abbey*. In: *Camden Fifth Series*, Vol. 10. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WHITELOCK, Dorothy. *English Historical Documents – c.500 – 1042*. 2ª ed. London: Routledge, 1979

_____. *Anglo-Saxon Chronicles*. London: Eyre and Spottiswood, 1961.

Referências gerais

ABELS, Richard P. *Alfred the Great – War, Culture and Kingship in Anglo-Saxon England*. London: Routledge, 2013

_____. *Household Men, Mercenaries and Vikings in Anglo-Saxon England*. In: FRANCE, J. *Mercenaries and Paid Men: The Mercenary Identity in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 2008

ALBU. Emily. *The Normans and Their Histories: Propaganda, Myth and Subversion*. Woodbridge: The Boydell Press, 2001.

ALLMAND, Christopher. *The De Re Militari of Vegetius – The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ALMEIDA, Néri de Barros; DELLA TORRE, Robson murillo G. *A História Eclesiástica de Eusébio de Cesaréia frente a tradição historiográfica clássica*. In: TEIXEIRA, Igor S.; BASSI, Rafael (orgs). *A Escrita da História na Idade Média*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

ALMEIDA, Neri de Barros. Raul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047). In: *Revista Signum*, 2010, vol.11, nº2, p. 76-79.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the Origen and Spread of Nationalism*. London: Verse, 2006.

ARENDT, Hannah. “O Conceito de História Antigo e Moderno” In: *Entre o Passado e o Futuro*. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 5. ed., 2005.

ARTOG, François. *Regimes of Historicity – Presentism and experiences of time*. NewYork: Columbia University Press, 2015.

ASHE, Laura; DJORDJEVIC, Ivana; WEISS, Judith. *The Exploitations of Medieval Romance*. Cambridge: D. S. Brewer, 2010.

BACHRACH, Bernard. Dudo of St. Quentin and Norman Military Strategy. In: GILLINGHAM, John (ed). *Anglo-Norman Studies XXVI: Proceedings of the Battle Conference*. Woodbridge: The Boydell Press, 2003, p.21-36.

_____. “Writing *Latin History for a Lay Audience c.1000*: Dudo of Saint-Quentin at the Norman Court. In: *Journal of Haskins Society*, nº20. 2008, p. 58-70.

_____. *Some observations on the military administration of the Norman Conquest*. In: BROWN, Robert Allen. *Anglo-Norman Studies - Proceedings of the Battle Conference*. Vol. VIII. Woodbridge: The Boydell Press, 1986, p.1-27.

BACHRACH, Bernard. “Feigned Retreats at Hastings”. In: *Mediaeval Studies*. Nº33. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1971, p.344-347.

BACKHOUSE, Janet. *The Lindisfarne Gospels*. New York: Cornell University Press, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Speech Genres and other Late Essays*. Trad. W. McGee Austis: University of Texas Press, 1986

_____. *Problems of Dostoevsky's Poetics*. In: EMERSON, Carl. *Theory and History of Literature*. Vol. 8. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

BARLOW, Frank. *The Life of King Edward*. Los Angeles: University of California Press, 1970.

_____. *The English Church – A Constitutional History*. London: Longmans, 1966.

BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria – da Germânia Antiga à França do século XII*. Trad. Néri de Barros de Almeida e Carolina Gual da Silva. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. “The Chivalric Transformation and the Origins of Tournament as Seen Through Norman Chroniclers”. In: NORTH, William (ed). *Haskins Society Journal*, n°20, Oct 2008, p.141-169

BARTLETT, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings*. Oxford: The Clarendon Press, 2000.

BATES, David. *William the Conqueror*. 3°ed. New Haven: Yale University Press, 2016.

_____. “The earliest historians of the conqueror and the writing of his biography”. In: BATES, David; CRICK, Julia; HAMILTON, Sarah. *Writing Medieval Biography – 750 – 1250: Essays in Honour of Frank Barlow*. London: Boydell & Brewer, 2006.

_____. *Normandy Before 1066*. London: Longman Group, 1982.

BLIESE, John R. E. “The Courage of the Normans – A Comparative Study of Battle Rhethoric”. In: *Nottingham Medieval Studies*, n°35. Nottingham: University of Nottingham, 1991, p.1-26.

_____. *Leadership, Rhetoric and Morale in the Norman Conquest of England*. In: *Military Affairs: Journal of the American Military Institute*, Vol. 52, N°1. Kansas: Society for Military History, 1988, p.23-28.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1982.

BOLTON, Timonthy. *The Empire of Cnut the Great – Conquest and the Consolidation of Power in Northern Europe in the Early Eleventh Century*. Leiden: Brill, 2009.

BRADBURY, Jim. *The Medieval Archer*. 7°ed. Woodbridge: The Boydell Press, 1999.

BRIDGEFORD, Andre. *The Hidden History in the Bayeux Tapestry*. 2^oed. London: Walker Books, 2006.

BRINK, Stefan; PRICE, Neil. *The Viking World*. London: Routledge, 2008.

BROWN, George Hardin. *A Companion to Bede*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2009.

BROWN, Michelle P. *The Lindisfarne Gospels: Society, Spirituality and the Scribe*. Vol. I. Toronto: University of Toronto, 2003.

BOUET, Pierre. “Dudon de Saint-Quentin et Virgile: “L’Enéide au service de la cause normande”. In: *Cahiers des Annales de Normandie*, n^o23. Caen: Centre de Recherche d’histoire quantitative, 1990, p. 215-236.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. 8^oed. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli et. al. 5^oed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BREESE, L. Wood. “The Persistence of Scandinavian Influences Connections in Normandy in the Tenth and Eleventh Centuries”. In: *Viator*, n^o8, 1988.

BROWN, Robert Allen. *The Norman Conquest of England: sources and documents*. Woodbridge: The Boydell& Brewer, 1984.

BULLOUGH, Donald A. *Alcuin: Achievement and Reputation*. In: *Education and Society in the Middle Ages and Renaissance*. Vol. 16. Leiden: Brill, 2004.

BURKHARDT, Stefan; FOERSTER. *Norman Tradition and Transcultural Heritage – Exchange of Cultures in the “Norman” Peripheries of Medieval Europe*. Surrey: Ashgate Publishing, 2013.

CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michael (orgs). *The Cambridge Ancient History*, vol. XIV: *Late Antiquity: Empires and Successors*, a.d. 425-600. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CAMPBELL, James. *The Anglo Saxons*. Londres: Penguin, 1991.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. *Uma história do roubo na Idade Média – Bens, normas e construção social no mundo franco*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory – A Study of Memory in Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CHANEY, William A. *The Cult of Kingship in Anglo-Saxon England*. Manchester: Manchester University Press, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Komesu. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. Trad. Luzmara Curcino; Carlos Edward de Oliveira Bezerra. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

CHIBNALL, Marjorie. *The Normans*. In: CAMPBELL, James; CUNLIFF, Barry. *The Peoples of Europe*. Victoria: Blackwell Publishing, 2006.

CHIBNALL, Marjorie. *The Debate on the Norman Conquest*. Manchester: Manchester University Press, 1999.

CHIBNALL, Marjorie. *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis*. Book II. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. *The Oxford Medieval Texts*. Oxford: The Clarendon Press, 1991.

_____. "Military Service in Normandy Before 1066". In: *Anglo-Norman Studies*, V, 1983, p. 65-78.

CLANCHY, Michael T. *From Memory to the Writing Record: England – 1066 – 1307*. Chichester: Wiley Blackwell, 2013.

COLMAN, Rebecca V. "Hamsocn: Its Meaning and Significance in Early English Law". In: *The American Journal of Legal History*, vol. 25, Nº 2 (Apr., 1981), p. 95-110.

CONTAMINE, Phillipe. *War in the Middle Ages*. Trad. Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

COWDREY, H. E. J. *Towards an Interpretation of the Bayeux Tapestry*. In: GAMESON, Richard. *The Study of the Bayeux Tapestry*. Woodbridge: The Boydell Press, 1997.

COWNIE, Emma. *The Normans as Patrons of English Religious Houses*. In: HARPER-HILL, Christopher. *Anglo-Norman Studies – Proceedings of the Battle Conference*. Vol. XVIII. Woodbridge: The Boydell Press, 1996, p.47-62.

CROSS, Katherine C. *Enemy and Ancestor: Viking Identities and Ethnic Boundaries in England and Normand, c.950 – c.1015*. Tese de Doutorado. London: London's Global University, 2014.

CROUCH, David. *The Normans. The History of a Dynasty*. London: Hambledon Continuum, 2007.

D'ANGELO, Edoardo. *Storiografi e Cronologi Latini del Mezzogiorno Normanno-Svevo*. Nápoles: Liguori Editori, 2003.

DAVIS, R. H. C. *William of Poitiers and his history of William the Conqueror*. In: _____; WALLACE-HADRILL, J. M. (eds.). *The Writing of History in the Middle*

Ages: essays presented to Richard Southern. Oxford: The Clarendon Press, 1981, p.71-100.

_____. *The Normans and their Myth*. London: Thames and Hudson, 1976.

DEMUGER, Alain. *Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

D'HAEGENS, Albert. *As invasões normandas, uma catástrofe? Trad.* Mary Amazonas Leite de Barros. Paris: Flammarion, 1970.

DOSSE. *O Desafio Biográfico – Escrever uma vida*. 2ªed. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DOUGLAS. David C. *William the Conqueror – The Norman Impact Upon England*. London: Eyre Methuen, 1964.

DREGER, Vinícius C. A. Memórias da Escandinávia no Processo de Construção Identitária dos Normandos na Itália Meridional. In: *Revista Signum*, vol. 16, nº3, 2015, p.37-40.

DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines – 27 de julho de 1214*. Trad. Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

DUNBAR, Prescott (trad.) *The History of the Normans*. Woodbridge: Boydell, 2004.

EASTWOOD, Bruce S. *Ordering the Heavens: Roman Astronomy and Cosmology in the Carolingian Renaissance*. In: THIJSSSEN, J.M.M.H; LUTHY, C. H. (eds). *Medieval and Early Modern Science*. Vol. 4. London: Brill, 2008.

FENTON, Kirsten A. *Gender, Nation and Conquest in the Works of William of Malmesbury*. Woodbridge: The Boydell Press, 2008.

_____. *The Question of Masculinity in William of Malmesbury's Presentation of Wulstan of Worcester*. In: *Anglo-Norman Studies: Proceedings on the Battle Conference*. Vol. XXIX. 2006, p.124-147.

FLETCHER, Richard. *The Barbarian Conversion*. California: Henry Holt, 1999

FLORI, Jean. *La Guerra Santa – La formación de la Idea de Cruzada en el Occidente Cristiano*. Trad. Rafael G. Peinado Santaella. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

FRANCO JR., Hilário. “O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu: reflexões sobre mentalidade e o imaginário”. *Signum*, nº5, 2003 b, p. 73-116.

FREEMAN, E. A. *The History of the Norman Conquest of England: its causes and its results*. Oxford: The Clarendon Press, 1876.

FRIAÇA, Amâncio César Santos. A Corte e as Estrelas: A astronomia durante o Renascimento Carolíngio. In: *Revista Signum*. Nº 2 (2000). São Paulo: ABREM, 2000.

FULLER, J. F. C. *The Battle of Hastings – 1066*. In: FULLER, J. F. C. (org). *A Military History of the Western World*. London: Minerva Press, 1954.

_____. *A Military History of the Western World*. London: Paladin, 1954.

_____. *“The Decisive Battles of the Western World”*. London: Paladin, 1956.

GARNETT, G. “Coronation and Propaganda: Some Implications on the Norman Claim to the Throne of England in 1066”. In: *Transactions of the Royal Historical Society*, vol. 36. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p.91-116.

GAZEOU, Véronique. *Normmania Monastica – Princes normands et abbés bénédictins (X-XI siècle)*. Vol. 1. Caen: CRAHM, 2007.

GÉNESTAL, Robert. *Du Rôle des monastères comme établissements de crédit*. Paris: Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1902.

GERRARD, Daniel. *The military activity of bishops, abbots and clergy in England c. 900-1200*. Tese de Doutorado. Faculty of Arts: School of Humanity of the University of Glasgow, 305pgs, 2011.

GILLINGHAM, John. *Henry of Huntingdon: in his time (1135) and place (between Lincoln and the Royal Court)*. In: _____ (ed.). *The Gallus Anonymous and his chronicle in the context of twelfth-century revival of the English notion*. Krakow: Ed. Krakow, 2010.

_____. *Henry of Huntingdon and the twelfth-century revival of the english nation* In: *The English in the Twelfth-Century: Imperialism, National Identity and Political Values*. London: The Boydell Press, 2000

GIVEN-WILSON, Chris. *Chronicles – The Writing of Medieval History in England*. London: The Hambledon and London, 2004.

GLOVER, Richard. *English Warfare in 1066*. In: *English Historical Review*. N°67, 1952.

GODDEN, Malcolm; LAPIDGE, Michael, *The Cambridge Companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

GOETZ, Hans-Werner. “*Historical Writing, Historical Thinking and Historical Consciousness in the Middle Ages*”. In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*. N°2 – maio/2012

_____. *Construction of the Past - Religious Dimensions and Historical Consciousness in Adam of Bremen's Gesta Hammarburgensis ecclesiae Pontificum*. In: MORTENSEN, Lars Boje (ed). *The Making of Christian Myths in the Periphery of Latin Christendom (c.1000-1300)*. MuseumTusculanum Press: Copenhagen, 2006

GRANSDEN, Antonia. *Historical Writing in England – c.550 – c.1307*. London: Routledge, 1996.

GRAVETT, Christopher. *Hastings 1066: The Fall of Anglo-Saxon England*. Oxford: Osprey Publishing, 1992.

GREEN, Judith. *Le Gouvernement D'Henri I Beauclerc en Normandie*. In: BOUET, Pierre.; GAZEOU, Verónique (org.). *La Normandie et l'Angleterre au Moyen Âge*. Caen: CRAHM, 2003.

GREEN, Judith. *The Government of England under Henry I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GUENEE, Bernard. *Histoire et Culture Historique dans L'Occident Médiéval*. Paris: Aubier, 1970.

GUREVICH, A. J. *Categories of Medieval Culture*. Traduzido da edição em russo por G. L. Campbell. Routledge & Kegan Paul: London, 1985.

HALL, John R. Clark. *A Concise Anglo-Saxon Dictionary*. New York: The Macmillan Company, 1916.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2007

_____. *Questão Multicultural*. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu de Silva e Guacira Lopes Louro. 11ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HADLEY, D. M. The Northern Danelaw – Its Social Structure c.800-1100. In: BROOKS, Nicholas (ed). *Studies in the Early History of Britain*. London: Leicester University Press, 2000.

HAGGER, Mark. *Norman rule in Normandy – 911 – 1144*. Woodbridge: The Boydell Press, 2017.

HANSEN, João Adolfo. *Instituição Retórica, Técnica, Retórica Discurso*. In: Matraga, v.20, nº33, jul/dez. Rio de Janeiro, 2013, p.11-43.

_____. *Autor*. In: JOBIM, José Luís (org). *Palavras da Crítica – Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

HARRIS, Stephen J. *Race and Ethnicity in Anglo-Saxon Literature*, In: GENTRY, Francis G. (ed.) *Studies in Medieval History and Culture*. London: Routledge, 2003.

HASKINS, C. H. *The Norman Institutions*. London: Oxford University Press, 1918.

HICKS, Leonie V. *The Concept of the Frontier in Norman Chronicles: A Comparative Approach*. In: STRINGER, Keith J.; JOTISCHKY, Andrew. *Norman Expansion - Connections, continuities and contrasts*. Burlington: Ashgate Publishing, 2013.

HOLLISTER, Charles Warren. "Normandy, France, and the Anglo-Norman *regnum*". In: *Speculum*, vol.58, n°2. Chicago: University of Chicago Press Journals, 1978, p.202-242.

_____. *Anglo Saxon Military Institutions on the eve of the Norman Conquest*. London: Oxford University Press, 1962.

HUNEYCUTT, Lois L. *Matilda of Scotland: A Study in Medieval Queenship*. Woodbridge: The Boydell Press, 2003.

JOHNSON, Ewan. Normandy and Norman Identity in Southern Italian Chronicles. In: *Anglo-Norman Studies XXVII*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004, p.85-100.

KEMPSHALL, Matthew. *Rhetoric and Writing of History – 400 – 1500*. Manchester: Manchester University Press, 2011.

KERSKEN, Norbert. *High and Late Medieval National Historiography*. In: DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (ed.). *Historiography in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 2003.

KEYNES, Simon. *The Aethelings in Normandy*. In: CHIBNALL, Marjorie (ed). *Proceedings of the Battle Conference*, v.XIII. London: The Boydell Press, 1990, p.173-178.

KULIKOWSKI, M. *Ethnicity, rulership and early medieval frontiers*. In: CURTA, F. *Borders, Barriers and Ethnogenesis: Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages*. Berginshof: Brepols Publishing, 2005.

LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon; SCRAGG, Donald. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. Hoboken: Blackwell Publishing, 2014.

_____. *Theodore and the Anglo-Latin Octosyllabic Verse*. In: _____. *Anglo-Latin Literature*. Vol. I – 600-899. London: Hambledon Press, 1996

_____. *The Career of Archbishop Theodore*. In: _____. *Cambridge Studies in Anglo-Saxon England*. Vol. 11. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. "Three poems of Æthelwold's school at Winchester". In: *Anglo Saxon England*, n°43, Jan. 1972, p.85-137.

LAWSON, M. K. *Cnut – England's Viking King*. Gloucestershire: The History Press, 2011.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990

_____. *Time, Work and Culture in the Middle Ages*. Trad. Arthur Goldhammer. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LE PATOUREL, John. *The Norman Colonization of Britain*. In: I Normanni e la Loro Espansione in Europa nell'Alto Medioevo. Spoleto: Centro di Studisull'AltoMedievo, 1968; *The Norman Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

_____. *The Norman Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (ed.). *Usos e abusos da História Oral*. 8ªEd. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

LYON, John. *The History of the Town and Port of Dover and the Dover Castle*. Vol. II. Dover: Ledger & Shaw, 1814.

McGOWAN, Joseph. *An Introduction to the Corpus of Anglo-Latin Literature*. In: PULSIANO, Phillip; TREHARNE, Elaine (ed.). *Blackwell Companions to Literature and Culture: A Companion to Anglo-Saxon Literature*. 2001

MATTHEW, D. J. A. *The English Cultivation of the Norman History*. In: BATES, David; CURRY, Anne. *England and Normandy in the Middle Ages*. London: The Hambledon Press, 1994.

_____. *The Norman Monasteries and their English Possessions*. Oxford: Oxford University Press, 1962

MAUREY, Yossi. *Medieval Music, Legend and the Cult of St. Martin – The Local Foundations of a Universal Saint*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MAYR-HARTING, Henry. *The coming of Christianity to Anglo-Saxon England*. Avon: Penn State Press, 1994

MEDEIROS, Elton Oliveira Souza de. O poder das letras: cristianismo e magia no Pater Noster anglo-saxão. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano VI, nº16, Maio 2013.

_____. *Tradução: A Batalha de Maldon*. In: *Revista Brathair*. Nº12, vol. 1, 2012

_____. *Dominus Exercituum: política, poesia heróica e narrativa bíblica durante o período alfrediano*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo, 2011.

_____. *Uma introdução ao Estudo da Conversão e das Práticas Mágicas na Inglaterra Anglo-Saxônica*. In: *Revista Brathair*. Nº10 (1), 2010.

MORILLO, Stephen. *The Battle of Hastings: Sources and Interpretations*. In: *Warfare in History*. London: Boydell & Brewer, 1999.

_____. *Warfare under the Anglo-Norman Kings*. Woodbridge: The Boydell & Brewer, 1994.

MORTENSEN, Lars Boje. Stylistic Choice in Reborn Genre. The National Histories of Widuking of Corvey and Dudo of St. Quentin. In: DEGL'Innocenti, A.; GATTI, A. (org). *Dudone di San Quintino*. Trento: Dipartimento di scienze filologiche e storiche, 1995.

MUSSET, Lucien. "Que peut-on savoir de la vie économique de la Normandie a l'époque ducal?". In: *Art de Basse Normandie*, n°97, 1987, p.68-74.

PARKER, Geoffrey. *The Cambridge History of Warfare*. New York: Cambridge University Press, 2005.

PLASSMAN, Alheydis. *Bede's Legacy in William of Malmesbury and Henry of Huntingdon*. In: BATES, David.; D'ANGELO, Edoardo.; VAN HOUTS, Elisabeth (eds.). *People, Texts and Artefacts - Cultural Transmission in the Medieval Norman Worlds*. London: Institute of Historical, 2017.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. In: *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n°3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

POHL, Benjamin. *Dudo of Saint Quentin' Historia Normannorum: Tradition, Innovation and Memory*, York: York University Press, 2015.

POTTS, Cassandra. Monastic Revival and Regional Identity in Early Normandy. In: *Normandy Studios in the History of Medieval Religion*, v. 11. London: Boydell & Brewer: 1997.

POWER, Daniel. *The Normal Frontier in the Twelfth and Early Thirteenth Centuries*. In: MCKITTERICK, Rosamond. *Cambridge Studies in Medieval Life and Thought*. 4°Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. *Frontier: Terms, Concepts, and the Historians of Medieval and Early Modern Europe*. In: POWER, Daniel; STANDEN, Naomi (eds). *Frontier in Question – Eurasian Borderlands – 700 – 1700*. New York: St. Martin's Press, 1999.

PUTNAM, Michael C. J; ZIOLKOWSKI, Jan M. (ed.). *The Virgilian Tradition – The First Fifteen Hundreds Years*. London: Yale University Press, 2008.

RAY, Roger D. *Orderic Vitalis and William of Poitiers : a Monastic Reinterpretation of William the Conqueror*. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, vol.4, Bruxelles, 1972, p.1116-1127.

RENOUX, Anne. *Fécamp: du palais ducal au palais de Dieu*. Paris: Editions du CNRS, 1991.

- REZENDE FILHO, Cyro de Barros. *Mudança de Conceito Estratégico e Manutenção do Padrão Tático: a desagregação militar do Ocidente Romano sob a pressão bárbara*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1994.
- RICHARD, Mary P. *The Laws of Alfred and Ine*. In: DISCENZA, Nicole Guenther; SZARMACH, Paul E. *A Companion to Alfred the Great*. London: Brill, 2014.
- RICHTER, Michael. *Bede's Angli: Angles or English?* In: *Peritia*. Vol. 3, 1984, p.99-114.
- RIGG, A. G. *Henry of Huntingdon's Herbal*. In: *Medieval Studies*, n°65. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2003, p.213-220.
- RODWELL, W. J. *Historic Church – A wasting asset*, *Council for British Archaeology*, Research Report 19. London, 1977.
- ROUND, J. H. *Feudal England: Historical Studies on the XIth and XIIth Centuries*. London: Swan Sonnenschein, 1895.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- RUUD, Jay. *The Encyclopedia of Medieval Literature*. New York: Facts On File, 2006.
- SEARLE, Eleanor. “*Fact and Pattern in Heroic History: Dudo of Saint-Quentin*”. In: *Viator*, n° 15. Brussels: Brepols, 1984, p. 119-137.
- SHOPKOW, E. “The Carolingian World of Dudo of St. Quentin”. In: *Journal of Medieval History*, n°15. London: Routledge, 1989, p. 19-37.
- SIMS-WILLIAMS, Patrick. *Religion and Literature in Western England – 600 – 800*. In: KEYNES, Simon; LAPIDGE, Michael. *Cambridge Studies in Anglo-Saxon England*. Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SMALLAEY, Beryl. *Historians in the Middle Ages*. London: Thames and Hudson, 1974.
- SMITH, Julia M. H. *Portable Christianity: Relics in the Medieval West (c. 700 – 1200)*. In: *Proceedings of the British Academy*. N°181. London: The British Academy, 2012, p.141-168.
- SMITH, Mary Frances. *The Archbishop Stigand and the Eye of the Needle*. In: CHIBNALL, Marjorie. *Anglo-Norman Studies: Proceedings of the Battle Conference*. Woodbridge: The Boydell Press, 1993, p.199-221.
- SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. *William of Malmesbury and the Ethics of History*. Woodbridge: The Boydell Press, 2012.

SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. *The Rise of the Normans as Ethnopoiesis*. In: BURKHARDT, Stefan; FOERSTER, Thomas. *Norman Tradition and Transcultural Heritage – Exchange of Cultures in the 'Norman' Peripheries of Medieval Europe*. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2008.

SOUTHERN, R. W. *The Life of St. Anselm by Eadmer*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

SPEIDEL, Michael P. *Ancient Germanic Warriors – Warrior Style from Trajan's Column to Icelandic Sagas*. New York: Routledge, 2004.

STAFFORD, Pauline. *A Companion to the Early Middle Ages – Britain and Ireland*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

_____. *Unification and Conquest: a political and social history of England in the Tenth and Eleventh centuries*. London: Edward Arnold, 1989

STENTON, Frank M. *The Anglo Saxon England*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

STRINGER, Keith J.; JOTISCHKY, Andrew. *Norman Expansion – Connections, Continuities and Contrasts*. Surrey: Ashgate Publishing, 2013.

THOMPSON, Jordan Richard. *War on the Waterways: Maritime Conflict in the Viking Age in the North Sea Region*. Dissertação de Mestrado. University of Oslo, 99págs, 2014.

THOMSON, R. M.; DOLMANS, Emily; WINKLER, Emily A. *Discovering William of Malmesbury*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2017

THOMSON, R. M. *William of Malmesbury*. 2ºed. Woodbridge, The Boydell Press, 2003.

TREBIMSKI, Donna. Trauma as a Category of Analysis. In: TURNER, Wendy J.; LEE, Christopher. *Trauma in the Medieval Society*. Boston: Brill, 2018

TURNER, F. J. *The Significance of the Frontier in American History*. Indianapolis: American Historical Association, 1991.

VILLEGAS-ARISTIZABAL, Lucas. *Norman and Anglo-Norman participation in the Iberian Reconquista c.1018 – c. 1248*. Tese de Doutorado. Nottingham: University of Nottingham, 412págs, 2007.

VALLERY-RABOT, Jean (org). *Le deuxième colloque international de la Société française d'archéologie*. In: Bulletin Monumental, Rouen, 1969.

VAN HOUTS, Elisabeth. *Historical Writing*. In: _____. HARPER-HILL, Christopher. *A Companion to the Anglo-Norman World*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2003

_____. *Medieval Memories – Men, Woman, and the Past, 700-1300*. In: VAN HOUTS, Elisabeth (org). *Women and Men in History*. London: Routledge, 2013; HARPER-HILL, Christopher. *A Companion to the Anglo-Norman World*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2003.

_____. *The Norman in Europe*. In: HORROX, Rosemary, NELSON, Janet L. *Manchester Medieval Sources Series*. Manchester: Manchester University Press, 2000.

_____. *The Memory of 1066 in Writing and Oral Traditions*. In: *Anglo-Norman XIX: Proceedings to the Battle Conference*, Woodbridge: The Boydell & Brewer, 1999, p.167-182.

_____. *The Trauma of 1066: The Norman Conquest of Anglo-Saxon England*. In: *History Today*, v.46, n°10 Oct 1996, p.19-27; *Memory and Gender in Medieval Europe – 900-1200*. London: McMillan Press, 1999, p.6-9.

_____. “Scandinavian Influences in Norman Literature of the Eleventh Century”. In: *Anglo-Norman Studies*, VI, 1984

_____. *The Gesta Normannorum Ducum: A History Without and End*. In: BROW, Robert Allen. *Anglo-Norman Studies III*. London: The Boydell & Brewer Press, 1980, p.106-119.

VERHEIJEN, Lucas. *Augustinus Confessiones*. Turnhout: Brepols, 1981

YORKE, Barbara. *Kings and Kingship*. In: STAFFORD, Pauline. *A Companion to the Early Middle Ages – Britain and Ireland – c.500-1100*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009

WEBBER, Nick. *The Evolution of the Norman identity – 911 – 1154*. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

WEILER, BJORN. *William of Malmesbury, King Henry I, and the Gesta Regum Anglorum*. In: LEWIS, C. P. (org). *Anglo-Norman Studies – Proceedings of the Battle Conference*. N°XXXI. Woodbridge: The Boydell Press, 2009, p.157-173.

WINKLER, Emily A. *The Norman Conquest of the Classical Past: William of Poitiers, Language and History*. In: *Journal of Medieval History*, Vol. 42, May 2016, p.1-23.

WOODS, Ian. *The Final Phrase*. In: TODD, Malcolm. *A Companion to Roman Britain*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

WORMALD, Patrick. *The Times of Bede*. In: BAXTER, Stephen (ed). *Studies in Early English and Christian Society and its Historian*. Oxford: Blackwell, 2006.

_____. *Anglo-saxon Society and his literature*. In: GOLDEN, Malcolm; LAPIDGE, Michael. *The Cambridge Companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

YVER, Jean. *Les Première Institutions du Duché de Normandie*. In: I Normanni e la Loro Espansione in Europa Nell'Alto Medioevo. Spoleto: Presso La Sede Del Centro, 1969.